

O PRONAF COMO MEIO DE EMPODERAMENTO DA MULHER
RURAL – UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA E DA
INFLUÊNCIA DA MEDIAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ALESSANDRA MARIA DA SILVA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
ABRIL – 2019

O PRONAF COMO MEIO DE EMPODERAMENTO DA MULHER
RURAL – UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA E DA
INFLUÊNCIA DA MEDIAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ALESSANDRA MARIA DA SILVA

“Tese apresentada ao Centro de Ciências e
Tecnologias Agropecuárias da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro,
como parte das exigências para obtenção do
título de Doutor em Produção Vegetal”

Orientador: Prof.º Dr. Niraldo José Ponciano

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
ABRIL – 2019

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

S586

Silva, Alessandra Maria da.

O Pronaf como meio de empoderamento econômico da mulher rural – uma análise da participação feminina e da influência da mediação no estado do Espírito Santo / Alessandra Maria da Silva. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

346 f. : il.

Bibliografia: 292 - 309.

Tese (Doutorado em Produção Vegetal) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, 2019.

Orientador: Nivaldo Jose Ponciano.

1. Mulheres rurais. 2. Gênero. 3. Desenvolvimento Rural. 4. Crédito Rural. 5. Mediação em políticas públicas. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 630

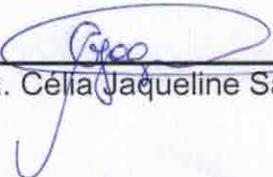
O PRONAF COMO MEIO DE EMPODERAMENTO DA MULHER
RURAL – UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA E DA
INFLUÊNCIA DA MEDIAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

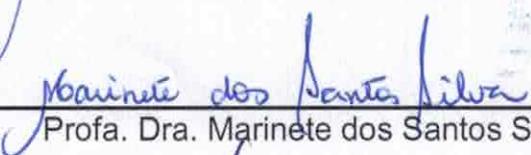
ALESSANDRA MARIA DA SILVA

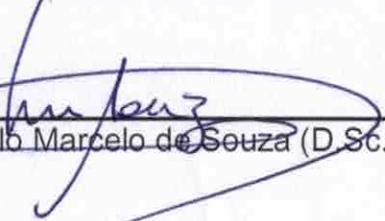
Tese apresentada ao Centro de Ciências e
Tecnologias Agropecuárias da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro,
como parte das exigências para obtenção do
título de Doutora em Produção Vegetal.

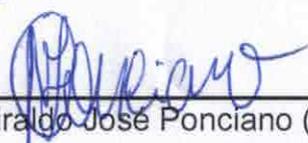
Aprovada em 30 de abril de 2019.

Comissão Examinadora:


Dra. Célia Jaqueline Sanz Rodriguez (D.Sc., Desenvolvimento Rural) – INCAPER


Profa. Dra. Marinete dos Santos Silva (D.Sc., História) – UENF


Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza (D.Sc., Economia Rural) – UENF


Prof. Dr. Nivaldo José Ponciano (D.Sc., Economia Rural) – UENF
(Orientador)

Às mulheres rurais, em especial, às minhas avós Iria (*in memoriam*) e Virgínia (*in memoriam*) que, com suas forças, sustentaram suas famílias.

AGRADECIMENTOS

Todo sucesso vem de um esforço conjunto. Jamais teria conseguido chegar até aqui sem o apoio de pessoas e instituições que contribuíram para a minha liberdade de realizar meus sonhos.

Agradeço primeiramente a Deus, como cristã que sou, cuja fé me trouxe até aqui.

Aos meus pais, Romildo e Lídia, que me guiaram com amor até que eu pudesse alçar meus voos sozinha em busca de minhas realizações.

Aos meus irmãos Lidmara, Rômulo e Emanuelle, que de uma forma ou de outra, sempre me incentivaram a seguir adiante.

Aos meus filhos, Arthur e Rafaela, razão do meu caminhar, pela compreensão nos momentos de ausência, e pelo apoio nos momentos mais difíceis. E Maggie, companheira de estrada, nas idas e vindas entre Campos e Linhares. Eu amo vocês!

Ao meu marido, Rôner, meu maior incentivador e admirador. Agradeço pela paciência, apoio e amor. Sem você, nada disso seria possível. Obrigada! Amo-te!

Ao meu orientador, professor Niraldo, pela paciência nos meus devaneios e pela confiança na minha capacidade. Agradeço também à sua família, especialmente a Kátia, pelo incentivo, apoio e amizade, que permanecerá.

Ao meu coorientador professor Paulo Marcelo e à minha conselheira professora. Lilian, pela disponibilidade e conselhos. À professora. Marinete, que conseguiu transformar o meu pensar feminista. Agradeço também aos demais professores da UENF, pelos ensinamentos, especialmente o professor Paccelli. Ao professor Lauro Mattei que, mesmo distante, contribuiu com o meu aprendizado. Ao professor Peter Mills, pelo apoio e ensinamentos no idioma inglês.

Aos meus amigos, família que escolhi pra mim, indispensáveis em minha caminhada. Agradeço a todos eles. Alguns eu agradeço em especial, pela participação mais próxima nesta conquista.

Aos amigos da trajetória do doutorado na UENF: Diogo e Antônio, por me concederem o amor de uma família na minha estada em Campos; Katherine, Tamires e Emile, pelo apoio nos momentos de fraqueza, me dando forças para seguir em frente; Rafael, anjo que me iluminou os pensamentos. Aos colegas do programa de Políticas Sociais: Eliz, Nath, Luana, Luna, Renatinha, Thiara, Ana Paula, Cleo, Mírian, Marcelo, Olivier, pelos bons momentos de aprendizado.

Aos amigos de vida e de trabalho: Alice Cristina, minha grande amiga, pelo apoio, convivência, reflexões, abrigo, alimento, aprendizados. Márcia, Gláucia, Renata, Flávia, Kátia, Mércia, Dilce, companheiras de luta que sempre me apoiaram.

Aos colegas do Incaper de Linhares, Nova Venécia, Rio Bananal e Sede, fundamentais para que eu conseguisse realizar a pesquisa. Especialmente Theomir e Clebson, pela companhia na estrada, apoio e amizade; à Jaqueline Sanz pelas preciosas contribuições; a João Marcos, Jorval e Juarez pelo apoio. Vocês foram incríveis e fundamentais. Obrigada!

Aos colegas do Departamento de Recursos Humanos do Incaper (especialmente Arthur Guedes) e do Comitê de Pós-Graduação (especialmente José Aires), pelo apoio na luta para conseguir realizar este doutorado.

Agradeço imensamente o apoio fundamental do SINDIPÚBLICOS, no qual sou orgulhosamente afiliada, e do qual eu recebi o apoio necessário para concretizar o meu direito de estudar. Nesta instituição, eu agradeço especialmente a Dra. Camila Laranja, pelo apoio e competência.

Agradeço ao Incaper e ao Governo do Estado por minha liberação para realizar o doutorado. Por este aprendizado, devolverei ações e atitudes!

À UENF, pela concessão da bolsa de estudos e pela excelência em ensino! Sinto-me orgulhosa por ter feito parte dessa família uenfiana!

Um agradecimento especial às mulheres participantes da pesquisa. Sem elas, nada seria possível. Com elas, tudo pode ser transformado. Por elas, hei de continuar a caminhada e a luta.

Agradeço o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Bananal, pelo apoio imensurável de todos os funcionários. Agradeço também ao STR de Nova Venécia, aos Núcleos Femininos da Coabriel e da Veneza, às lideranças do Movimento das Mulheres Camponesas.

Agradeço ao ex-Presidente Lula e à ex-Presidenta Dilma Rousseff, pelas políticas de gênero, que foram transformadoras para a realidade das mulheres urbanas e rurais; pelas políticas educacionais, que oportunizaram a redução da desigualdade no meio acadêmico, possibilitando a mim e a muitos de meus colegas o alcance de objetivos antes inimagináveis de serem alcançados; pelas políticas de Extensão Rural e de Desenvolvimento Rural, que possibilitaram a realização de grandes ações para a agricultura familiar, jamais realizadas antes.

A todos que participaram direta ou indiretamente para a realização deste sonho, meu muito obrigada!

Sigamos nossa trajetória pela igualdade entre os gêneros. O que nós, mulheres, conquistamos até aqui, jamais permitiremos retroceder. Resistência e luta!

Olha para estas mãos
de mulher roceira,
esforçadas mãos cavouqueiras.
[...]
Mãos que varreram e cozinham.
Lavaram e estenderam
roupas nos varais.
Poupavam e remendaram.
Mãos domésticas e remendonas.
Íntimas da economia,
do arroz e do feijão
da sua casa.
Do tacho de cobre.
Da panela de barro.
Da acha de lenha.
Da cinza da foinha.
Que encestavam o velho barreiro
e faziam sabão.
Minhas mãos doceiras...
Jamais ociosas.
Fecundas. Imensas e ocupadas.
Mãos laboriosas.
[...]
Minhas mãos raízes
procurando a terra.
Semeando sempre.
Jamais para elas
os júbilos da colheita.
[...]

Cora Coralina

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTA DE QUADROS.....	xi
LISTA DE TABELAS.....	xii
LISTA DE SIGLAS.....	xv
RESUMO.....	xviii
ABSTRACT.....	xx
1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 Referencial teórico: a construção de gênero como categoria analítica	12
2.1.1 Do silêncio das mulheres às correntes feministas.....	13
2.1.2 Gênero como categoria de análise.....	21
2.2 Gênero no contexto rural.....	29
2.2.1 A agricultura familiar e as relações de gênero	32
2.2.2 A construção da cidadania da mulher rural	39
2.3 Políticas públicas e as questões de gênero	43
2.4 Estratégias de desenvolvimento rural a partir dos debates de gênero.....	53
2.4.1 Gênero e desenvolvimento na agenda política	64
2.5 O empoderamento como estratégia de desenvolvimento	69
2.6 O Pronaf como forma de autonomia econômica para a mulher rural	78
2.6.1 Um breve histórico sobre o Pronaf	78
2.6.2 O acesso ao Pronaf para produção e geração de renda como forma de empoderamento da mulher rural.....	85

2.7 Mediação de políticas públicas e Extensão Rural	94
2.7.1 Breve histórico da Extensão Rural e o seu papel nas Políticas de Crédito	99
2.7.2 Extensão Rural como processo educativo	104
2.7.3 A Extensão Rural e o enfoque em gênero.....	107
3. METODOLOGIA.....	114
3.1 Levantamento de dados secundários.....	116
3.2 Pesquisa de campo.....	118
3.2.1 Mulheres Beneficiárias: amostragem e abordagem	119
3.2.2 Mediadores Sociais	120
3.2.3 Diário de campo	124
3.3 Análise dos resultados	124
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	130
4.1 A participação das mulheres no acesso ao Pronaf: uma análise em nível de Brasil e do estado do Espírito Santo.....	130
4.1.1 O campo empírico: Nova Venécia e Rio Bananal	140
4.1.2 O Pronaf e as mulheres beneficiárias de Nova Venécia e de Rio Bananal....	142
4.2 Conhecendo as mulheres entrevistadas e suas famílias.....	147
4.2.1 Perfil sociocultural das mulheres entrevistadas.....	148
4.2.2 Perfil socioeconômico: propriedade, renda e atividades desenvolvidas pelas famílias e pelas mulheres	157
4.2.3 As relações sociais e políticas desenvolvidas pelas mulheres.....	192
4.3 As mulheres e o acesso ao crédito Pronaf: os percalços para a autonomia econômica	204
4.3.1 A experiência com o Pronaf	204
4.3.2 O processo decisório e as relações de gênero	217
4.3.3 O Pronaf e as transformações na vida das mulheres.....	228
4.4 O processo de mediação do acesso ao Pronaf.....	239
4.4.1 Os mediadores diretos do acesso ao crédito Pronaf	240
4.4.2 A atuação dos mediadores do Pronaf: operacionalização ou mediação?	244
4.4.3 A mediação das organizações sociais.....	258
4.4.4 A ação extensionista no processo de mediação do acesso ao crédito	261
4.5 Pronaf e desenvolvimento: possibilidades e limites a partir das dimensões do empoderamento.....	271
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	284

REFERÊNCIAS.....	292
APÊNDICE A.....	311
APÊNDICE B	313
APÊNDICE C.....	323

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução das ideias de desenvolvimento em relação aos debates de gênero e à trajetória das políticas de crédito no Brasil.	68
Figura 2 – Localização geográfica do município de Nova Venécia na região norte e de Rio Bananal, na região central do Estado do Espírito Santo.....	115
Figura 3 – Comparação da distribuição do número total de contratos e de valores contratados pelo Pronaf, por região, de acordo com o gênero, no período de 2013 a 2016.....	132
Figura 4 – Distribuição proporcional de números e valores do Pronaf Mulher, por região no Brasil, entre 2015 e 2016.....	134
Figura 5 – Proporção de acesso ao Pronaf Mulher entre os estados da região sudeste, em relação ao número de contratos e valores, acumulados entre 2013 a 2016.	136
Figura 6 – Proporção de participação feminina nas diversas linhas de crédito Pronaf operadas no Espírito Santo, acumulado de 2013-2016.....	139
Figura 7– Proporção de acesso ao crédito Pronaf por mulheres de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, por faixa etária, acumulado 2013-2016.	144
Figura 8– Distribuição das mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, de acordo com o estado civil na ocasião da emissão da DAP, acumulado 2013 a 2016.....	145
Figura 9– Distribuição das mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, de acordo com o estado civil, em 2017.....	150

Figura 10 – Representação esquemática da divisão em grupos das mulheres entrevistadas, conforme a presença masculina nas relações intrafamiliares, em 2017.....	151
Figura 11 – Distribuição das mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, de acordo com a faixa etária, em 2017.....	152
Figura 12 – Distribuição do grau de escolaridade por faixa etária das mulheres entrevistadas em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017.....	153
Figura 13 – Principais atividades desenvolvidas nas propriedades das beneficiárias do Pronaf em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017.....	169
Figura 14 – Participação das mulheres entrevistadas em Nova Venécia e Rio Bananal, em 2017, no processo de comercialização dos produtos agropecuários da propriedade, em número de respostas, distribuído por grupo de classificação e no total da amostra.....	189
Figura 15 – Participação das mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, nas diversas formas organizativas rurais, em 2017, a partir da divisão por grupos e no total de respostas.....	193
Figura 16 – Participação das mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal, RS, em eventos, cursos e treinamentos, 2017.....	198
Figura 17 – Formas de tomada de decisão para o acesso ao Pronaf pelas mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, 2017.....	221
Figura 18 – Forma de gestão dos recursos oriundos do Pronaf da renda obtida pela atividade financiada, entre as mulheres beneficiárias do programa em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017.....	224
Figura 19 – Representação esquemática do impacto do acesso ao Pronaf pelas mulheres de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, a partir das dimensões do empoderamento propostas por Malhotra et al. (2002) e Sen (2000).	272
Figura 20 – Fluxograma do processo de empoderamento de mulheres para o desenvolvimento a partir das ideias de Sen (2000) e das possibilidades e limites que interferem no processo (Cruz, 2018; Hernández, 2009; Costa e Jalil, 2015; León, 1997).	278

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Critérios de enquadramento de beneficiários do Pronaf.....	83
Quadro 2 – Categorias criadas a partir dos indicadores das dimensões do empoderamento	128
Quadro 3 – Perfil das mulheres pronafistas entrevistadas, quanto à idade, estado civil, escolaridade, ocupação e número de filhos, nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, em 2017	149
Quadro 4 – Caracterização das unidades de análise quanto à condição de posse, área da propriedade e atividades desenvolvidas pelas famílias das beneficiárias do Pronaf em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, em 2017.....	159
Quadro 1A – Resumo das principais linhas de crédito, investimento do Pronaf operadas no estado do Espírito Santo, conforme a finalidade e condições.....	311

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado do quantitativo populacional de mulheres beneficiárias do Pronaf nos municípios e Nova Venécia e Rio Bananal, ES, e do cálculo da amostragem.....	119
Tabela 2 – Distribuição de número e valores de projetos Pronaf nas regiões do Brasil, em relação ao gênero, acumulados dos anos de 2013 a 2016	131
Tabela 3 – Distribuição dos contratos e valores do Pronaf Mulher, por região do Brasil, acumulado 2013 a 2016	133
Tabela 4– Distribuição dos contratos e dos recursos do Pronaf, de acordo com o gênero, entre os estados da região Sudeste, acumulado de 2013 a 2016	135
Tabela 5 – Distribuição dos contratos e dos recursos do Pronaf Mulher entre os estados da região Sudeste, acumulado de 2013 a 2016.....	135
Tabela 6 – Número de operações por atividades principais financiadas pelo Pronaf Mulher nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, acumulado de 2013-2016	143
Tabela 7 – Composição da renda bruta familiar e das mulheres entrevistadas em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, quanto à origem agropecuária e não agropecuária, em 2017.....	178
Tabela 8 – Responsabilidade pela gestão na propriedade rural, de acordo com o número de respostas entre as mulheres entrevistadas, conforme classificação por grupos, em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017.....	184

Tabela 9 – Responsabilidade sobre a gestão da renda familiar, em número e de respostas entre as mulheres entrevistadas, conforme classificação por grupos, em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017	185
Tabela 10 – Experiência das mulheres de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, com o Pronaf, em relação ao número de vezes que acessaram o programa, 2017	205
Tabela 11 – Formas de divulgação do Pronaf para as mulheres entrevistadas em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017	206
Tabela 12 – Grau de conhecimento das normas do Pronaf a partir dos relatos das mulheres beneficiárias do Pronaf entre os anos de 2013-2016, entrevistadas em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017	206
Tabela 13 – Principais finalidades de investimento do Pronaf acessado pelas mulheres de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, 2017	207
Tabela 14 – Linhas de crédito acessadas pelas mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, no período de 2013 a 2016, de acordo com a informação das depoentes	208
Tabela 15 – Faixas de valores do crédito acessado pelas mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, de acordo com o conhecimento das depoentes, 2017	209
Tabela 16 – Relação das mulheres beneficiárias do Pronaf com a consultoria responsável pela elaboração dos projetos, nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, 2017	210
Tabela 17 – Distribuição dos contratos Pronaf da amostragem de mulheres beneficiárias estudadas, de acordo com os bancos responsáveis pelos financiamentos, nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, 2017	212
Tabela 18 – Proporção de mulheres beneficiárias do Pronaf que mantiveram contato com a agência bancária para assuntos relativos à concessão de crédito na amostra estudada, nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, 2017	213
Tabela 19 – Dificuldades encontradas para acessar o Pronaf a partir da visão das mulheres beneficiárias dos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, 2017.....	215

Tabela 20 – Origem da assistência técnica recebida pelas mulheres beneficiárias do Pronaf para a implantação do projeto, nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, 2017	216
Tabela 21 – Razões apresentadas pelas mulheres de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, para a titularidade feminina nos projetos de crédito Pronaf, 2017	219
Tabela 22 – Formas de tomada de decisão de acessar o Pronaf entre as mulheres beneficiárias do Pronaf em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017, a partir dos grupos de categorização e o total da amostra	220
Tabela 23 – Responsabilidade sobre a gestão dos recursos oriundos do Pronaf, distribuição da proporção entre as mulheres beneficiárias do programa, conforme a classificação por grupo e total da amostra, em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017	222
Tabela 24 – Responsabilidade sobre a gestão da renda oriunda da atividade financiada pelo Pronaf entre as mulheres beneficiárias, distribuído por grupo de classificação e total da amostra, em Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, 2017	224

LISTA DE SÍMBOLOS

AB – Agente Bancário
ABCAR – Agência Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR – Agência de Crédito e Assistência Rural
ACAR-MG – Agência de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais
AIA – American International Association
ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BACEN – Banco Central do Brasil
BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
BB – Banco do Brasil S/A
BM – Banco Mundial
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
C – Consultor
CAF – Cooperativa da Agricultura Familiar
CF – Constituição Federal
CNPM – Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CRESOL – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CRS – Crédito Rural Supervisionado
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
EFA – Escola Família Agrícola
EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ER – Extensionista Rural
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FMI – Fundo Monetário Internacional
GED – Gênero e Desenvolvimento
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES – Instituto Federal do Espírito Santo
IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado
Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MCC – Mulheres Com Companheiro
MCR – Manual de Crédito Rural
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MED – Mulher e Desenvolvimento
MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MMC – Movimento das Mulheres Camponesas
MMD – Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MSC – Mulheres Sem Companheiro
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONA – Ocupações Não Agrícolas
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PEDEAG – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba
PG – Planejamento de Gênero
PGPAF – Programa Garantia de Preço da Agricultura Familiar
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNPM – Plano Nacional de Políticas para Mulheres

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária
PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROEDES – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Espírito Santo
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
RBF – Renda Bruta Familiar
RNA – Renda Não Agrícola
SEAD – Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SENAI – Serviço Nacional da Indústria
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
Sispreço – Sistema de Levantamento Semanal do Valor Pago ao Produtor
SMA – Secretaria Municipal de Agricultura
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SPM – Secretaria de Política para Mulheres
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
VBP – Valor Bruto de Produção
ZARC – Zoneamento Agrícola e Risco Climático

RESUMO

SILVA, Alessandra Maria, D.Sc., Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Abril de 2019. O Pronaf como meio de empoderamento econômico da mulher rural – uma análise da participação feminina e da influência da mediação no estado do Espírito Santo. Orientador: Prof^o. Dr. Niraldo José Ponciano. Coorientadores: Prof^o. Dr. Paulo Marcelo de Souza; Prof^a. Dra. Lílian Ságio Cezar.

A divisão sexual do trabalho estabelecida na organização tradicional das famílias rurais reserva o trabalho na atividade agrícola comercial ao homem, e às mulheres, os trabalhos domésticos e do entorno, considerados como ajuda e sem remuneração, sendo invisíveis aos olhos da família e da sociedade. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) apresenta como um de seus propósitos o financiamento agropecuário para ampliar a produção e renda das famílias. No caso das mulheres, o programa prevê a priorização desse público, como forma de favorecer o desenvolvimento da sua autonomia. A mediação tem importante papel no processo, na informação, na orientação da aplicação do crédito, na mediação de conflitos, bem como na assistência técnica. Este estudo teve como objetivo analisar os efeitos do acesso ao crédito Pronaf por mulheres agricultoras para sua autonomia econômica e a influência da ação dos mediadores no processo de empoderamento. A pesquisa empírica do tipo qualitativa foi realizada nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, no estado do Espírito Santo, durante os anos de 2016 e 2017. Foram identificadas 265 mulheres tomadoras de crédito Pronaf entre os anos de 2013 a 2016. Calculou-se uma amostra representativa de 55 mulheres, que foi submetida a um roteiro de entrevista semiestruturada, abordando, entre outras questões, as

relações familiares, o processo decisório, a experiência com o Pronaf e os fatores de mudança. Foram entrevistados, também, 30 mediadores diretos (extensionistas rurais; consultores; agentes bancários), quanto ao processo de elaboração dos projetos de crédito, de assistência técnica e o papel da mediação; e cinco lideranças de organizações rurais (Sindicatos, Cooperativas e Movimento de Mulheres Camponesas), que foram questionadas sobre seu papel no processo de mediação. As entrevistas foram transcritas, sistematizadas e submetidas à análise de conteúdo. A maioria das mulheres não acessou o Pronaf com o propósito de financiamento da atividade de sua escolha, mas para atender a uma necessidade do homem, que se manteve como gestor da atividade e da renda. As mulheres que apresentaram total autonomia foram aquelas que não possuem companheiro e não convivem com homens na família. A mediação direta não se envolve com as questões de gênero, se responsabilizando apenas pela operacionalização do crédito, para atividades tradicionais e dentro da visão produtivista. As lideranças das organizações sociais não se envolvem com o Pronaf. O desenvolvimento de atividades não agrícolas contribuiu para o aumento da autonomia financeira das mulheres, mas o empoderamento econômico, social e político ficaram prejudicados pelas relações desiguais de gênero presentes nas famílias e na própria sociedade, incluindo a ação dos mediadores.

Palavras-chave: Mulheres rurais; Gênero; Desenvolvimento Rural; Crédito rural; Mediação em políticas públicas.

ABSTRACT

SILVA, Alessandra Maria, D.Sc., Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, April 2019. Pronaf as a means of economic empowerment of rural women - an analysis of women's participation and the influence of mediation in the state of Espírito Santo, Brazil. Academic Advisor: Professor Niraldo José Ponciano. Joint Supervisors: Professor Paulo Marcelo de Souza; Professor Lílian Ságio Cezar.

The sexual division of work in the traditional organization of the family farmings reserves the labor in the commercial agricultural activity to the man, and the housework to the women, considered as aid and unpaid, being invisible in the eyes of the family and the society. The National Program for Strengthening Family Farming (Pronaf) presents as its purpose the agricultural financing to increase the production and income of rural families. For women, the program foresees prioritization, as a way to favor the development of its autonomy. The mediators play an important role in the process, in information, in the application of credit, in conflict mediation, as well as in technical assistance. This study aimed to analyze the effects of access to Pronaf by women farmers for their economic autonomy and the influence of mediators in the process of empowerment. The qualitative empirical research was carried out in the municipalities of Nova Venécia and Rio Bananal, in the state of Espírito Santo, Brazil, between 2016 to 2017. A total of 265 women who access Pronaf credit were identified between the years of 2013 and 2016. A representative sample of 55 women were assessed. They were submitted to a semi-structured interview script, addressing family relations, decision making, experience with Pronaf and the factors of change. In addition, 30 direct mediators (rural extension agents, consultants, bank agents) were

interviewed regarding the process of elaborating credit projects, technical assistance and the role of mediation; and five leaders of rural organizations (rural unions, cooperatives and women's movements), who were also questioned about their role in the mediation process. The interviews were transcribed, systematized and submitted for content analysis. Most of the women did not access to Pronaf with the purpose of financing the activity of their choice, but to attend to a need of the man, who remained as manager of activity and income. The women who presented total autonomy were those who did not have a partner and did not live with men in the family. Direct mediation is not involved with gender issues, being responsible only for the operationalization of credit, for traditional activities and within the productivist vision. The leaders of social organizations do not get involved with Pronaf. The development of non-agricultural activities contributed to women's increased financial autonomy, but economic, social, and political empowerment were hampered by unequal gender relations in families and in society itself, including mediators.

Keywords: Rural women; Gender; Rural Development; Rural credit; Mediation in public policies.

1. INTRODUÇÃO

As discussões em torno do tema sobre as desigualdades de gênero, de geração e de etnia têm recebido destaque tanto no meio acadêmico quanto na formulação de agendas políticas no Brasil e nos demais países da América Latina. Em especial, a discussão sobre gênero se mostra importante no que concerne às relações desiguais que se estabelecem nas famílias e na sociedade como um todo.

A divisão sexual do trabalho arraigada pela cultura androcêntrica tende a desvalorizar a participação feminina na geração de renda, em especial para as famílias rurais, encerradas em uma sociedade ainda fortemente patriarcal. No entanto, diversos trabalhos têm apontado para a importância do trabalho da mulher, desde no cuidado do lar até nas atividades agrícolas e não agrícolas. Muitas dessas atividades compõem significativas proporções na renda familiar, mas que perdem em valor simbólico perante a atividade principal, na maioria das vezes de responsabilidade masculina.

A participação da mulher na diversificação da produção denota não somente sua importância na renda familiar, mas também na segurança alimentar e na subsistência da família. Contudo, esta participação tem sido subestimada pela sociedade e pelas próprias instituições públicas, como uma atividade secundária e de menor importância. A não valorização do trabalho da mulher, tanto em atividades principais – nas quais o seu trabalho é reconhecido apenas como uma “ajuda” – quanto nas atividades domésticas, e a restrição do acesso da mulher aos seus direitos à propriedade e à renda, tem resultado em um maior êxodo rural feminino (Carneiro,

2001; Pacheco, 2009; Siliprandi, 2015). As mulheres que permanecem no campo subjugam-se ao poder masculino, sendo tolhidas em sua criatividade e no seu potencial gerador de emprego e renda. Dessa forma, a cultura da dominação masculina no campo resulta em desigualdades sociais (Paulilo, 2016) e dificulta o desenvolvimento socioeconômico (Sen, 2000).

O desenvolvimento da autonomia econômica da mulher pode, portanto, contribuir para o desenvolvimento no campo, à medida em que a valorização econômica e simbólica de seu trabalho contribua para a sua autoestima e motivação para sua efetiva participação econômica, política e social no meio rural.

No entanto, os pilares androcêntricos sobre os quais a sociedade se desenvolveu influenciaram, também, nas ações do Estado. Como observado por Bourdieu (2002), as instituições sociais, como a família, a igreja e o próprio Estado reforçaram, historicamente, as relações desiguais de gênero, segregando os espaços privado e público e destinando-os às mulheres e aos homens, respectivamente.

As políticas públicas destinadas ao espaço rural, como por exemplo a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), desde sua introdução no Brasil na década de 1940, reservava as ações de economia doméstica para as mulheres, envolvendo culinária, saúde da família, horticultura e artesanato. Para as atividades agropecuárias, principais geradoras de renda, a ATER mantinha a visibilidade somente para a força de trabalho masculina, orientando a produção e divulgando tecnologias para os homens, “chefe de família” (Olinger, 1996).

A ideia de desenvolvimento nas décadas de 1960 a 1980 – e que ainda permeia as instituições em dias atuais – estava atrelada a de crescimento econômico. Portanto, as políticas desenvolvimentistas para o meio rural privilegiavam, não somente os grandes produtores, como também se centrava no público masculino. Para as mulheres, a ideia se vinculava à redução da pobreza, por meio de políticas que visavam melhorar as condições de vida das mulheres para garantir o seu papel reprodutivo de cuidado da família, mas não como sujeitos de direitos, não com foco em seu empoderamento.

A atuação da ATER, como mediadora dessas políticas públicas, contribuiu para a divisão sexual do trabalho no espaço rural por relacionar o trabalho agropecuário como prioritariamente masculino e manter a visibilidade do trabalho feminino exclusivamente para as atividades domésticas, não favorecendo o acesso das mulheres ao conhecimento técnico-gerencial e o desenvolvimento de suas

capacidades como sujeito produtivo na unidade familiar agrícola. Nos espaços de decisão e nas próprias instituições, a extensão rural também privilegiou a atuação masculina, cuja hegemonia contribuiu para ampliar a desigualdade de gênero.

Na década de 1990, os movimentos sociais do campo iniciaram suas manifestações em busca da visibilidade da agricultura familiar, marginalizada por tantos anos. Com o primeiro “Grito da Terra”, em 1995, alguns resultados foram alcançados, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que representou o primeiro reconhecimento do Estado da importância da agricultura familiar no Brasil. Esse programa teve como ação principal a concessão de crédito subsidiado para a agricultura familiar, como forma de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do meio rural, por meio da capitalização da agricultura familiar e incentivos a investimentos e custeios agropecuários.

O programa ganhou importância, especialmente, a partir do ano de 2003, quando aumentou gradativamente o volume de recursos empregados neste setor, bem como a variação de modalidades de investimento e custeio. No entanto, embora o objetivo do programa estivesse voltado para a unidade agricultora familiar, devido às desigualdades de gênero fortemente estabelecidas na sociedade, a política de crédito rural pouco contribuiu para a autonomia financeira e melhorias das condições de vida das mulheres rurais, como membro das unidades familiares (Hernández, 2009; Zorzi, 2008).

Assim como o Pronaf, as demais políticas públicas destinadas à agricultura familiar e reforma agrária mantiveram as mulheres como beneficiárias secundárias, privilegiando o “chefe da família”, reforçando a hegemonia masculina e as desigualdades de gênero no meio rural. A partir das lutas dos movimentos sociais e feministas iniciadas em meados do século passado e que se fortaleceram nos últimos 20 anos, o trabalho feminino vem ganhando importância e as reivindicações por direitos começaram a ser gradativamente atendidas, através das diretrizes de valorização de gênero nas políticas públicas.

Graças a esses movimentos que questionaram a invisibilidade do trabalho feminino no campo, por meio da Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro reconheceu as mulheres agricultoras como trabalhadoras rurais (Brumer, 2004), prevendo a garantia dos direitos iguais aos dos homens, incluindo o direito à previdência social rural e à participação como beneficiárias das políticas públicas (Hernández, 2009).

O conceito de desenvolvimento como liberdade e equidade social (Sen, 2000) e a inclusão do debate de Gênero e Desenvolvimento (Malhotra et al., 2002) trouxe à tona a ideia de empoderamento das mulheres como forma de contribuir para o processo, influenciando significativamente a formulação de políticas públicas, desde a década de 1990.

Com vistas a reduzir a desigualdade social no Brasil, em 2001 foi criada a política de ações afirmativas que estabeleceu cotas de participação para grupos historicamente discriminados e socialmente prejudicados (Butto, 2005). Dessa forma, criou-se uma cota de 30% de participação de mulheres nas políticas públicas.

Em 2004 foi criada a linha de crédito Pronaf Mulher, com o objetivo de aumentar a participação da mulher no acesso ao crédito e promover sua autonomia econômica. No entanto, o Pronaf Mulher não apresentava diretrizes de gênero e não teve a mediação necessária para a efetivação da autonomia econômica das mulheres a partir do acesso ao programa. Dessa forma, aumentou timidamente a participação feminina em número de projetos e no montante total de recursos do Pronaf, não sendo suficiente para o atingimento da cota de 30%, mesmo 20 anos após a instituição do Pronaf (Silva et al., 2016).

Com esse novo cenário que se estabeleceu a partir de 2003, quando as questões relacionadas à equidade de gênero, geração e etnia passaram a integrar fortemente a agenda política, exigindo a transversalidade desses temas nos planos, programas e ações governamentais, novas demandas surgiram. Essas demandas exigiram, dentre outras ações, novas formas de atuação dos agentes implementadores das políticas. Assim, em 2004 foi criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que foi instituída pela Lei nº 12188 em 11 de janeiro de 2010, e que passou a orientar a ação da Extensão Rural no Brasil.

A PNATER propôs uma nova visão de desenvolvimento rural menos desigual e excludente que contrapôs o modelo produtivista até então predominante nas instituições de ATER. A proposta da PNATER buscou dar visibilidade aos atores marginalizados e excluídos das políticas públicas para o meio rural, com o intuito de promover sua participação em todos os espaços produtivos e sociais, construindo novas relações entre os diferentes sujeitos no desenvolvimento rural. Dentre as principais diretrizes apresentadas pela PNATER, se destacaram a introdução de uma matriz agroecológica com o suporte de metodologias participativas para a atuação do

Extensionista Rural, além de incentivar a inclusão social e a discussão das questões de gênero nas orientações dos programas e projetos de ATER.

O Estado passa a se preocupar com a atuação de mediadores das políticas públicas e a importância de sua atuação como agente de mudança, como facilitador e moderador de conflitos – em especial os de gênero –, em uma sociedade plural e machista, estabelecendo-se uma ponte entre as oportunidades geradas pelas políticas públicas e o processo de empoderamento feminino (Hernández, 2009).

No mesmo contexto de mudança em que se instituiu a PNATER, ocorreu, em 2004, a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM), que resultou no Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), que recebeu novas edições em 2007 e em 2011. Assim, o PNPM elaborado a partir das reivindicações das mulheres na I CNPM e referendado pelas demais, teve o objetivo de fundamentar os planos governamentais, orientando-os pelos princípios da igualdade, do respeito à diversidade, da autonomia das mulheres em todas as dimensões, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas públicas, da participação ativa das mulheres nos espaços sociais e políticos, da solidariedade e da transversalidade de gênero nas políticas interministeriais, reconhecendo as mulheres como sujeitos de direitos e como sujeitos políticos, buscando a valorização de sua contribuição para o país (Brasil, 2013).

As orientações de valorização de gênero constantes na PNATER e o PNPM representaram uma forma de reconhecimento, pelo Estado, das mulheres como cidadãs e de reparação das desigualdades de gênero nos espaços rurais. A partir desses programas, diversas políticas públicas voltadas para o meio rural buscaram a inserção das mulheres como cidadãs de direito, tais como programas de documentação, de acesso ao crédito, de organização social e de ATER voltados especificamente para as mulheres, além das ações afirmativas, como forma de contribuir para o seu empoderamento.

A partir do reconhecimento da desigualdade existente entre homens e mulheres rurais, busca-se, entre outros resultados, estimular a geração de renda própria e ocupação para as mulheres rurais em atividades agrícolas e não agrícolas. O desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres rurais pode contribuir para a redução da pobreza do campo, além da possibilidade de romper com o padrão de divisão sexual do trabalho, ampliar o poder de decisão das mulheres e promover o

seu empoderamento econômico e social, como parte do processo de desenvolvimento rural (Butto et al., 2014; Sen, 2000).

Para se buscar o desenvolvimento da autonomia econômica feminina, há a necessidade de facilitar o seu acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica (Butto et al., 2014), daí as ações articuladas nos programas e políticas para mulheres rurais. Quanto ao crédito, atribui-se a necessidade de financiamento da produção agropecuária ou não agropecuária como ponto de partida para o desenvolvimento das atividades geradoras de renda. Assim, os programas de crédito rural, como o Pronaf, apresentam-se como ferramentas no processo de desenvolvimento rural, partindo-se da premissa de que o financiamento de tecnologias em projetos de inversão e de custeio resultam na ampliação da produtividade e, conseqüentemente, da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida (Hernandez, 2009).

O acesso ao crédito pelas mulheres rurais pode ampliar as oportunidades de investimento, de geração de renda e de participação em espaços públicos, estendendo o seu conhecimento e as suas relações sociais. Esse maior envolvimento com a vida pública e com os novos desafios contribui para aumentar o capital social e cultural das mulheres, que Hernández (2009) considera fundamental para o desenvolvimento da autonomia. Mas, para que isso ocorra, há a necessidade de mudança de *habitus* (Bourdieu, 1989), tanto da postura da mulher diante da família e da sociedade, quanto da própria dinâmica familiar, nas questões de conscientização, participação e acesso e controle de recursos. E esse processo de mudança não é homogêneo, nem linear, variando de mulher para mulher, de contextos para contextos (Deere e Leon, 2002; Hernandez, 2009).

Nesse sentido, o empoderamento das mulheres somente é possível quando existem as condições necessárias. A formulação e execução das políticas públicas, portanto, devem atender a essa proposta e os atores envolvidos no processo de mediação necessitam cumprir a função de mediadores e não apenas de implementadores. Os mediadores, quando assim agem, são importantes agentes de mudança por contribuir no processo participativo, de tomada de decisões, de construção de novos papéis sociais, de incentivar a ruptura de paradigmas, criando novos espaços e novas formas de relacionamento social. Os mediadores podem ser catalisadores ou facilitadores do processo de empoderamento feminino, a depender das oportunidades existentes (em especial, as políticas públicas) e da interiorização das mudanças pelos atores envolvidos (Hernández, 2009).

Portanto, o ambiente propício a que Hernández (2009) se refere depende tanto da construção de novas relações intrafamiliares no processo decisório, de iniciativas pessoais e de grupo, da participação social e política dos membros da família, como também da atuação dos agentes externos envolvidos com a operacionalização do Pronaf, desde a divulgação, capacitação, informação e intervenção, os quais devem agir como mediadores, podendo ou não contribuir efetivamente para o processo.

Dessa forma, conhecer o contexto e as especificidades nas quais as mulheres rurais acessam os programas de crédito, bem como ocorre o processo de mediação, pode contribuir para compreender a realidade e os resultados a ela relacionados. Neste trabalho, propõe-se o olhar a partir da teoria de gênero para a análise do acesso ao crédito rural pelas mulheres no Estado do Espírito Santo. O emprego dessa teoria permite que a análise não se restrinja ao aspecto operacional do acesso ao Pronaf, mas busca compreender as relações interpessoais que interferem positiva ou negativamente no processo, especialmente as relações de gênero intrafamiliares, mas também social e política.

A compreensão dos mediadores diante da construção social de gênero e seu resultado no comportamento dos sujeitos, o nível de naturalização e o contexto em que ocorre sua atuação como mediador podem influenciá-los em suas ações, a partir do seu questionamento sobre seu papel na construção da autonomia econômica das mulheres rurais por meio das políticas públicas (Hernández, 2009).

Como problema de pesquisa, buscou-se compreender o processo e os efeitos do acesso ao crédito Pronaf, com finalidade de investimento, sobre a realidade das mulheres rurais de Nova Venécia e de Rio Bananal, no que concerne às relações de gênero intrafamiliares e sociais, bem como sobre sua autonomia econômica e no seu empoderamento como sujeitos de direitos.

De acordo com o Banco Central do Brasil (BACEN), somente no ano de 2016, foram executados mais de 1,6 milhões de projetos de crédito do Pronaf, e, destes, somente 29,87% foram acessados por mulheres. Especificamente, para o Pronaf Mulher, apenas 3.902 projetos foram executados em todo o território nacional durante o ano de 2016. Para o mesmo ano, o Estado do Espírito Santo executou 23.787 projetos Pronaf, sendo beneficiadas apenas 3.383 mulheres. Desses projetos, apenas 372 foram na linha de crédito Pronaf Mulher, sendo a maioria executada no Norte do Estado do Espírito Santo, destacando-se os municípios de São Mateus, Nova Venécia

e Rio Bananal, que juntos somaram 142 (38,2%) projetos Pronaf Mulher (BACEN, 2018). Esses valores demonstram que o Estado do Espírito Santo está longe de alcançar a cota de participação de mulheres no referido programa.

Mais do que alcançar a cota de participação feminina, interessa conhecer como foi o processo e quais resultados foram efetivamente alcançados. Portanto, na história recente de inclusão da agricultura familiar nos programas de crédito rural por meio do Pronaf, e mais especificamente, a partir de 2003, quando buscou-se reduzir as desigualdades no campo com fins no desenvolvimento rural, os diferentes contextos em que se insere a agricultura familiar em um país tão plural, pode apresentar resultados diferentes na efetividade da política de crédito Pronaf, na perspectiva de gênero.

As políticas públicas tendem a não atender à heterogeneidade de contextos encontrados no campo. São várias as formas de relacionamento e de organização familiares, são diversas as motivações para o empoderamento das mulheres rurais (Deere e Leon, 2002), como também são diversos os contextos sociais e políticos em que as mulheres estão submetidas.

Portanto, há de se esperar impactos diferentes dos programas de crédito sobre a realidade das mulheres, podendo ou não haver mudança nas relações de gênero intrafamiliares, ou na participação política das mulheres na sociedade. Depende do contexto político, das convenções sociais existentes no espaço em que vivem as mulheres e da sua relação com essas convenções. Depende das relações de gênero nas famílias. Depende das condições de acesso ao crédito e da atuação dos mediadores no processo de mudança. Todos esses aspectos são importantes para se buscar a autonomia econômica, social e política das mulheres rurais – condições relevantes para seu empoderamento – de forma a contribuir para a redução das desigualdades de gênero e para o desenvolvimento rural.

Diante do exposto, questões a respeito da contribuição do Pronaf para a autonomia econômica das mulheres agricultoras familiares e seu empoderamento, devem ser levantadas com base no contexto rural e nas especificidades da região norte do Espírito Santo. O Pronaf, em suas diversas linhas de crédito, tem sido acessado pelas mulheres com o propósito de investimento em sua autonomia econômica? Qual o efeito desse acesso ao Pronaf na mudança das relações de gênero intrafamiliares e na sociedade? Como os mediadores percebem as orientações das políticas públicas para a redução das desigualdades de gênero e para

o empoderamento das mulheres rurais por meio do acesso ao crédito? É possível que o Pronaf contribua para a autonomia econômica das mulheres rurais e para ampliar seu poder decisório no núcleo família, além de contribuir para orientar a atuação dos mediadores para o empoderamento feminino? A hipótese que se apresenta neste trabalho é que o Pronaf, como uma política de crédito, não é suficiente para promover mudanças nas relações de gênero e para o empoderamento feminino.

Este estudo teve como objetivo geral analisar os efeitos do acesso ao crédito Pronaf por mulheres agricultoras de Nova Venécia e de Rio Bananal, Espírito Santo, para sua autonomia econômica, a partir das relações de gênero, e a influência da ação dos mediadores para o empoderamento da mulher rural por meio dos programas de crédito.

Especificamente, objetivou-se:

- Levantar a proporção de acesso ao crédito Pronaf por mulheres no território nacional e no Estado do Espírito Santo no período de 2013 a 2016.
- Conhecer o perfil socioeconômico das mulheres beneficiárias do Pronaf nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, Norte do Estado do Espírito Santo.
- Conhecer os principais investimentos realizados pelas mulheres que acessaram o crédito Pronaf nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, seu efeito na diversidade da renda familiar, sua relação com a autonomia econômica das mulheres e os impactos para o seu empoderamento econômico, social e político.
- Analisar o processo de decisão sobre o investimento, via crédito Pronaf, enfocando as relações de gênero e a divisão de trabalho das famílias estudadas.
- Analisar a atuação dos mediadores, desde o processo de informação, elaboração do projeto Pronaf e seu encaminhamento para implantação e acompanhamento, identificando suas percepções quanto ao objetivo de autonomia econômica feminina proposto pelo programa, bem como os fatores que possibilitam ou limitam o processo de empoderamento.

O tema e o universo escolhidos estão relacionados ao fato de que a pesquisadora é Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural no Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), no Estado do Espírito Santo, atuando como mediadora de políticas públicas. A experiência com o público feminino e a observação das relações de gênero no meio rural, bem como da atuação extensionista, provocou-lhe uma inquietação diante das desigualdades observadas. Além disso, houve interesse dos órgãos oficiais no tema de pesquisa.

A escolha das regiões Centro e Norte do Estado como campo empírico se deveu ao fato de que, durante o período proposto, tais regiões concentraram o maior número de projetos financiados pelo Pronaf, incluindo o Pronaf Mulher. A escolha dos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal está relacionada ao fato de que, durante o período estudado, ocuparam, respectivamente, o segundo e o terceiro lugar no ranking estadual de acesso ao Pronaf Mulher (o município de São Mateus ocupou o primeiro lugar no ranking) e haver um histórico de acesso a políticas públicas por mulheres rurais nestes municípios, com forte atuação de agentes mediadores oficiais e de outras entidades civis. Além disso, a escolha dos municípios também esteve relacionada a facilitar a logística da pesquisa.

Para sustentar este estudo, adotou-se o recorte teórico e analítico proposto por Joan Scott (1995) que reconhece gênero como categoria de análise e busca compreender as atividades, as organizações e representações sociais de acordo com o contexto histórico. A autora interpreta gênero como uma construção social do que é ser masculino e do que é ser feminino a partir da diferenciação sexual (biológica), sobre a qual se sustentam as relações sociais.

Nesse sentido, optou-se pelo estudo das relações de gênero construídas socialmente e que influenciam a elaboração das políticas públicas e o comportamento dos atores envolvidos, como o perfil das mulheres e as condições de seu acesso ao crédito, as relações com a família e com os mediadores e as demais relações sociais. Nessa perspectiva, buscou-se interpretar as representações dos atores sociais e suas ações, enfatizando o aspecto relacional.

Portanto, a perspectiva de gênero como categoria analítica (Scott, 1995) adotada neste estudo amplia a dimensão da análise, não enfatizando apenas o aspecto operacional da implementação da política de crédito Proanf, mas o aspecto relacional como já explicitado. A análise na perspectiva de gênero permite uma visão crítica das relações de gênero, identificando os elementos e fatores que alicerçam a divisão sexual do trabalho e as desigualdades sustentadas por ela.

A tese foi, portanto, organizada em apresentação introdutória, revisão literária, metodologia, resultados e discussão e considerações finais. O primeiro capítulo se refere a essa apresentação que se encerra. O segundo capítulo se refere à revisão literária e ao arcabouço teórico sobre o qual se sustenta esse estudo, que aborda os conceitos de gênero, feminismo, empoderamento, agricultura familiar, desenvolvimento rural e mediação; apresenta, historicamente, a luta pelo

reconhecimento da mulher rural como cidadã de direito, bem como as políticas públicas relacionadas no Brasil e no Estado do Espírito Santo, enfocando, especialmente, o Pronaf como política de crédito; apresenta, também, a história da Extensão Rural como mediadora do Pronaf e sua relação com as questões de gênero. O terceiro capítulo apresenta os caminhos metodológicos percorridos para se alcançar os resultados obtidos.

O quarto capítulo apresenta os resultados e os discute a partir do recorte teórico apresentado. Nele, são apresentados os contextos do acesso ao Pronaf por mulheres no Brasil e no Estado do Espírito Santo; apresenta-se um perfil geral das mulheres tomadoras de crédito Pronaf nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, a partir dos dados secundários; a pesquisa de campo com a análise em profundidade abordando o perfil das mulheres, suas experiências com o Pronaf, o processo decisório e as relações sociais estabelecidas; apresentam-se os mediadores da política e a conduta operacional e de mediação; avaliam-se os impactos do acesso ao Pronaf sobre o processo de empoderamento das mulheres e os limites e possibilidades do Pronaf a partir dos resultados. Finalmente, o quinto capítulo apresenta as conclusões e as considerações extraídas da discussão dos resultados.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Referencial teórico: a construção de gênero como categoria analítica

Os estudos das relações de gênero nos diversos contextos socioeconômicos e políticos, ao considerarem as condições culturais em que os homens e as mulheres se inserem, implicam em assumir um conceito de gênero e adotá-lo como categoria analítica. Para isso ser possível, admitiram-se não somente as diferenças de papéis existentes entre homens e mulheres, socialmente construídas, mas, também, considerando sua condição de agente nas relações sociais (Scott, 1995; 1999).

Os aportes teóricos para entender a abordagem de gênero como categoria analítica (Scott, 1995; 1999) contribuíram para fundamentar o processo de incorporação de gênero na agenda de políticas públicas como estratégia de desenvolvimento (Sen, 2000; Malhotra et al., 2002), compreender os efeitos das políticas de crédito nas relações de gênero no meio rural (Hernández, 2009; Siliprandi e Cintrão, 2015; Costa e Jalil, 2015) e no empoderamento das mulheres (Bandeira, 2005; Deere e León, 2002; Mosedale, 2005; Romano, 2002).

Diversas correntes teóricas apresentaram o conceito de gênero, desde o determinismo biológico até as correntes mais recentes que consideram gênero uma construção social e como categoria relacional. As diferentes abordagens estão relacionadas ao momento histórico e à participação das correntes feministas que contribuíram para as mudanças de paradigmas nas questões relativas a gênero.

Compreender a problemática da construção do gênero requer o conhecimento da história do feminismo, buscando explicitar como as teorias feministas convergiram ou divergiram no que tange à construção do gênero.

2.1.1 Do silêncio das mulheres às correntes feministas

A desigualdade entre os gêneros é reportada desde a antiguidade. Aristóteles, na Grécia, considerava que as mulheres eram seres inferiores em relação aos homens livres e, portanto, incapazes (Siliprandi, 2009), pois sofriam de uma certa deficiência natural que lhes resultava em carência de qualidades (Beauvoir, 2016). Aristóteles considerava que a mulher, na família, tem o papel subalterno, que é o de gerar filhos. Para ele, a mulher foi feita para executar as ordens do marido, pois enquanto o homem foi feito para mandar, a mulher serve para executar o que o outro prescreve. “A sua faculdade do querer é fraca, sendo um ser dotado apenas da vontade do senhor” (Girón, 2008).

No entanto, naquela época também já se iniciavam os debates sobre desigualdades entre os “sexos”, sendo que os sofistas criticavam a postura de Aristóteles, considerando que não havia distinções entre homens e mulheres e que as leis deveriam ser para todos, indistintamente (Siliprandi, 2009).

No século V, Santo Agostinho reafirmava a postura da igreja de subjugar a mulher em relação ao homem. Ele afirmava que a mulher era um ser fraco e sujeito à tentação. O pai era mais digno do que a mãe, porém cabia à mãe a educação dos filhos, que mais tarde dominariam outras mulheres. Santo Agostinho ainda defendia que a herança deveria ser apenas para os filhos varões sob pena de perda dos bens se as filhas obtivessem o mesmo direito. Para o filósofo, o acesso aos bens da família por herança só deveria ser passado às filhas em caso de morte do pai que não teve filhos homens (Girón, 2008).

Segundo Siliprandi (2009) e De Miguel (2005), a defesa da igualdade como princípio democrático, herdada da democracia grega, e que se perpetuou como ideal político, não incluiu a todos da humanidade. Porém, o questionamento a respeito da exclusão de grupos, como mulheres e escravos também acompanhou as ideias que surgiram *a posteriori*.

Siliprandi (2009) e De Miguel (2005) afirmam que, na Idade Média e no período renascentista, mulheres escreviam memórias que retratavam sua indignação

com o preconceito vigente e a forma degradante como eram tratadas. Seja por reflexões individuais ou manifestações coletivas, de alguma forma, as mulheres, em todas as épocas, apresentaram seu descontentamento com a posição inferior que ocupavam na sociedade, mas isso foi ignorado pelos historiadores. Somente a partir do século XVII, com o advento do Racionalismo – que passou a desmitificar as crenças e superstições e do Iluminismo – com as ideias de igualdade para os seres humanos, é que as mulheres puderam reivindicar seus direitos e apresentar suas ideias, questionando a ordem social vigente (Siliprandi, 2009).

Teóricos desse período já tratavam de questões da igualdade dos indivíduos, independentemente do sexo. Siliprandi (2009) cita Poullain De La Barre que usava a lógica cartesiana de “não aceitar ideias que não pudessem ser demonstradas” (p. 42) para explicar que a diferença entre os sexos não justificava o preconceito e a hierarquia entre homens e mulheres, relacionando esse fator a uma questão social que determinava comportamentos e atitudes.

De acordo com Cobo (2018) a ideia central do filósofo era que a desigualdade entre homens e mulheres era um produto da própria desigualdade social e política que postulavam a inferioridade feminina a partir das diferenças sexuais.

De La Barre considerava que a família e, posteriormente, o Estado criaram e perpetuaram a dependência das mulheres ao distribuir as tarefas baseadas na condição sexual do indivíduo (Siliprandi, 2009). Siliprandi (2009) destacou que o filósofo não considerou essa divisão sexual do trabalho como algo natural, mas como algo forçado pelos homens que ainda excluíram as mulheres do espaço público e político.

Segundo Siliprandi (2009), De La Barre defendia que o intelecto não era determinado pelo sexo e não era influenciado pelos órgãos reprodutivos. O que ocorria era o preconceito, alheio à racionalidade. A igualdade entre homens e mulheres deveria, então, ser construída de forma racional, voluntária e permanente, assegurando o direito das mulheres de ter acesso à educação e ao espaço público e político.

No entanto, o debate sobre igualdade entre mulheres e homens foi política e ideologicamente derrotado, sendo dominado pelas teses de pensadores da Revolução Francesa que defendiam que a natureza das mulheres era diferente da dos homens, atribuindo uma incapacidade intelectual às mulheres e restringindo seu espaço ao mundo doméstico (Cobo, 2005; Siliprandi, 2009)

Durante a Revolução Francesa, a obra de Rousseau, intitulada “Do Contrato Social”, resultou na elaboração da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, de 1789. Olympe de Gauges, feminista contemporânea, apresentou sua retórica na “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, de 1791, na qual argumentava que todos os direitos dos homens também pertenciam às mulheres (Scott, 2005). Também em resposta à Constituição Francesa de 1791, a qual não incluía as mulheres como cidadãs, Mary Wollstonecraft publicou “*Reivindicação dos direitos da mulher*” em 1792, denunciando a proibição do acesso das mulheres aos seus direitos básicos, como a educação, e a restrição do seu espaço aos limites domésticos, tornando-as dependentes dos homens, sejam eles maridos, pais ou irmãos (Wollstonecraft, 2016).

No Brasil, uma das primeiras feministas foi Nísia Floresta que, no início do século XIX, com o país ainda sob o sistema colonial escravagista, publicou “*Direitos das mulheres e injustiça dos homens*” como uma tradução livre da obra de Wollstonecraft. Assim como na Europa, as primeiras lutas feministas no Brasil exigiram igualdade de direitos para mulheres e homens, especialmente o direito sobre a educação e pela inclusão na vida pública (Moraes, 2016).

Segundo Scott (2005, p. 15), a igualdade é um princípio e uma prática que não se refere à “ausência ou eliminação da diferença, mas, sim, o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração”. A autora completa que a igualdade no contexto social significa estar no mesmo nível em termos de poder, dignidade, realização; ter os mesmos direitos ou privilégios. Mas que, no entanto, essas qualidades de poder, dignidade, bem como os direitos, variam no tempo e no espaço, pois os indivíduos que seriam beneficiários desses direitos e qualidades não teriam uma inclusão universal em todas as épocas e regiões.

Enquanto na Revolução Francesa a igualdade se tornou um princípio geral, tendo todos os indivíduos o direito de participação política, a cidadania foi concedida somente para os homens brancos e com posses, sob o pretexto de que pessoas pobres, escravos e mulheres não teriam pensamento autônomo – necessário aos cidadãos, segundo o pensamento da época – sendo, portanto, inaptos a exercer a cidadania. Para as mulheres, a cidadania foi negada também pelo motivo de que as atividades domésticas e os cuidados com as crianças eram impeditivos para a livre participação social e política (Scott, 2005), indicando que a divisão dos papéis de acordo com o sexo também sustentava a desigualdades de gênero.

Segundo Scott (2005), a ideia que imperava na sociedade pós-Revolução Francesa era de que os homens poderiam ser considerados indivíduos que transcendiam o sexo, enquanto as mulheres jamais poderiam alcançar o *status* de indivíduo por não terem semelhança com os homens. Assim, como jamais poderiam deixar de ser mulheres, jamais poderiam ser consideradas iguais aos homens e, portanto, não poderiam ser cidadãos. A autora demonstra que, a partir desse argumento, pode-se refletir que a ideia de igualdade era pertencente aos considerados indivíduos e não a todos. Ou seja, o grupo de pessoas com características específicas de mulheres, não poderia ser incluído no processo de igualdade.

Segundo Cobo (2018), o fim da Revolução Francesa iniciou um período de silêncio das feministas, que só foi rompido em meados do século XIX quando as intervenções feministas possibilitaram a discussão sobre o direito ao voto para as mulheres no movimento sufragista iniciado nos Estados Unidos.

A militância sufragista das mulheres deu um caráter político ao movimento feminista. Embora a reivindicação central tenha sido o direito ao voto, ideologias socialistas orientaram outras reivindicações como o direito à educação, à propriedade, ao acesso às profissões, à participação pública. Criticava o matrimônio como uma “morte civil” às mulheres que passavam a depender econômica e politicamente de seus maridos (Cobo, 2018, p.34). No entanto, não houve uma discussão crítica sobre a desigualdade de gênero, reforçando os estereótipos e papéis relacionados ao sexo biológico, segundo Scott (2005).

Com a Revolução Industrial e avanço do capitalismo, o movimento feminista não se conteve apenas como sufragista, mas houve mobilização, também, nos movimentos anarquistas e socialistas que não priorizavam o direito de voto da mulher. Parte do movimento socialista reconhecia a proletarização da mulher como um fator de desequilíbrio e dissolução das famílias, da redução da qualidade de vida e de aumento de doenças e da mortalidade infantil. A desigualdade na remuneração das mulheres em relação aos homens gerava competição no mercado de trabalho (Siliprandi, 2009).

Girón (2008) afirma que, em Hegel, é apresentada a transição do pai de família a proprietário e a função da mulher no casamento, sendo o pai representado pelo poder e exterior, e a mãe, a passividade e a subjetividade. Em outras palavras, para Hegel, o papel da mulher na família é passivo e doméstico, enquanto ao homem

cabe o papel de conservar e aumentar o patrimônio da família, além de participar do Estado e da política.

Engels publicou em 1884 a obra “As origens da família, da propriedade privada e do Estado”, sustentando um importante debate no campo do marxismo que discutia sobre a origem da opressão. Engels criticou o determinismo biológico que colocava os homens em posição de superioridade em relação às mulheres. Responsabilizava o patriarcado pela construção social do poder masculino que dominava, especialmente, as mulheres. Para Engels, a socialização do trabalho doméstico e a entrada das mulheres no mundo produtivo deveriam ser o foco das lutas sociais pela igualdade (Siliprandi, 2009, Delphy, 2015).

O determinismo biológico a que Engels se refere constitui-se em um conjunto de teorias que busca explicar que comportamentos e variações das habilidades, capacidade cognitiva e a própria sexualidade derivam da constituição biológica do indivíduo (Citeli, 2001). Essas teorias, ainda debatidas em dias atuais, têm sido refutadas por cientistas como Gould (1991) que se preocupou não somente em apontar a “percepção incorreta” da forma como se desenvolveu a ciência em torno dessas teorias, mas também as consequências sociais e políticas que esses erros implicaram pela legitimação dos preconceitos. Em sua obra intitulada “A falsa medida do homem”, Gould afirma que a sociedade muda em decorrência da evolução cultural e não pela evolução biológica. Afirma também que a evolução cultural é mutável rapidamente, pois não está vinculada à evolução genética.

Embora os socialistas reconhecessem a sujeição das mulheres em relação aos homens, que essa desigualdade não se justificava pelas diferenças biológicas e que ia de encontro aos ideais socialistas, para parte deles a luta feminista segregava o movimento, não contribuindo para a unificação, tendo importância secundária nas reivindicações. Não reconheciam propriamente o movimento feminista na luta política e social para a derrubada do capitalismo e consideravam que, com a revolução, a igualdade seria conquistada e a opressão das mulheres eliminada, não sendo necessário um movimento feminista por si (Siliprandi, 2009).

Dentro do próprio movimento, algumas feministas se destacaram. De Miguel (2005), Scott (1999) e Siliprandi (2009) citam Clara Zetkin, socialista alemã, que propunha a organização das mulheres numa perspectiva de classe, pois os interesses se divergiam. Enquanto as mulheres burguesas lutavam pelo direito de propriedade em seu nome, as mulheres proletárias militavam pelos mesmos direitos que os

homens. Embora Zetkin defendesse as propostas socialistas de participação das mulheres no mundo da produção, ela admitia a especificidade da luta feminista pela autonomia das mulheres.

De Miguel (2005) e Siliprandi (2009) também citam Alexandra Kollantai, feminista bolchevique, que propôs que as mulheres deveriam romper com o estado de servidão aos homens em busca de igualdade. Kollantai defendia a individualidade feminina e a tomada de consciência sobre a opressão, para possibilitar a ruptura da submissão histórica e da ingenuidade que impediam a transformação da mulher. Amorós e De Miguel (2005) apontam ainda que Kollantai considerava que a mudança não deveria ser apenas das mulheres, mas também dos homens, reconhecendo as suas mulheres como companheiras e construindo um relacionamento baseado no respeito mútuo e companheirismo. Defendia que a sexualidade deveria ser debatida, reconhecendo a individualidade das mulheres e que este assunto deveria fazer parte das pautas dos revolucionários.

Embora o movimento sufragista apresentasse divergências em relação ao socialista, segundo Amorós e De Miguel (2005, p.65), ambos os movimentos contribuíram para a construção de uma “identidade feminista comum”. Passou-se a se preocupar com a construção de uma teoria que desconstruísse a ideologia da biologização que era usada para justificar a inferioridade das mulheres. As teóricas feministas tiveram que enfrentar desde as teorias científicas sobre evolução das espécies (darwinista) até a contestação de ideias da psicanálise freudiana, além das tradições religiosas e das instituições do próprio Estado que persistiam na ideia de inferioridade das mulheres em relação aos homens e na divisão dos espaços doméstico e público como sendo naturais para as mulheres e homens, respectivamente (Siliprandi, 2009).

Cobo (2018) considera que houve um período de silêncio na luta feminista a partir da Primeira Guerra Mundial, o qual foi quebrado com a publicação de “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, em 1949. Beauvoir retomou a ideia de igualdade advinda do Iluminismo e que foi fundamental para a retomada da luta feminista no final dos anos 1960, com a discussão sobre os fatores que originaram e que perpetuavam o padrão de dominação masculina sobre as mulheres (Siliprandi, 2009).

Nessa obra, Beauvoir (2016) pensa a categoria gênero a partir da condição da mulher. A autora foi influenciada pelas ideias existencialistas de Sartre, que

defendia que a liberdade de cada indivíduo é essencial e que suas ações devem ser baseadas nas suas escolhas, as quais afetariam o próprio mundo, sua própria existência. Sartre defendia a negação dos valores impostos pelas tradições e pela igreja, responsabilizando o indivíduo por suas escolhas e seus valores (Beauvoir, 2016).

Para Beauvoir, apesar da liberdade que os seres humanos teriam para fazer suas escolhas, havia um constrangimento criado pela situação do meio em que viviam, que poderia favorecer ou impedir o exercício da liberdade para transformar o próprio mundo. Beauvoir, então, compreendeu que a opressão masculina sempre impedia o exercício dessa liberdade pelas mulheres, por reduzir sua função social à função biológica da reprodução da espécie, restringindo-lhes o seu espaço e tolhendo-lhes a possibilidade de escolha do próprio projeto de vida. O homem poderia se realizar a partir de suas escolhas, mas as mulheres tinham como única escolha a reprodução, a maternidade, a partir da sua condição biológica (Pardina, 2005).

Assim, o feminismo existencialista de Beauvoir constrói uma crítica ao “eterno feminino”, no qual afirma que o gênero da mulher é algo que foi imposto a ela e resume sua ideia na frase “não se nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 2016, v.2, p. 11). Para Beauvoir, não são os fatores biológicos, econômicos ou psicológicos que definem a apresentação da mulher na sociedade, mas o conjunto de normas sociais que moldam a mulher no que a autora define como “o outro”, intermediário entre o homem e o castrado, que qualifica o feminino.

Beauvoir manteve a dicotomia feminino e masculino, sendo o primeiro termo relativo às normas que a sociedade impõe sobre o comportamento da mulher – o “ser” mulher – e o segundo relativo às normas sociais de conduta dos homens – o “ser” homem. Para a autora, a emancipação feminina seria possível por meio da consciência da opressão, do acesso à educação e cidadania, para que as mulheres pudessem se libertar dos padrões impostos pela sociedade e tivessem o poder de escolher e construir sua própria existência.

Siliprandi (2009) considera que a descrição apresentada por Beauvoir em “O Segundo Sexo” sobre a construção social das diferenças sexuais deu subsídio para a conceituação do termo “gênero”, apropriado tempos depois pela teoria feminista.

No final dos anos 1960, o feminismo volta a se articular com acentuado caráter político (Cobo, 2018). O novo movimento buscou desenvolver teorias que explicassem

a origem da dominação masculina, as relações de poder nas famílias e a construção das subjetividades (Siliprandi, 2009).

Segundo Cobo (2018), o movimento feminista que se estabeleceu a partir dos anos 1970 foi denominado de feminismo radical e deu início a um processo de luta e conquista de direitos, baseando-se no princípio da igualdade. O feminismo radical é assim chamado não devido a posições extremistas, mas por buscar compreender a raiz da dominação masculina sobre as mulheres (Delphy, 2015).

As teóricas desse movimento buscaram mostrar o caráter político que existe nas relações intrafamiliares. Cobo (2018, p.35) cita Kate Millett como uma importante teórica da época que afirmou que “o pessoal é político”. Millett se referiu ao fato de que não seria somente o Estado, por meio das instituições políticas, nem a exploração econômica responsáveis pela subordinação das mulheres. Mas, também, a família patriarcal nas relações de poder e na divisão sexual do trabalho, que resultam em tarefas domésticas e reprodutivas executadas gratuitamente pelas mulheres. Costa e Sardenberg (2008) completam que, desse processo, se constata que os problemas cotidianos das mulheres, enquanto indivíduos, têm raízes sociais que atingem a todas e que, portanto, requerem soluções coletivas.

O feminismo radical apresentava como principal origem da desigualdade de gênero a teoria do patriarcado. Christine Delphy, importante feminista teórica da época, entende que o patriarcado consiste em um sistema de opressão das mulheres. Para ela, o patriarcado é uma categoria de análise, pois se trata de um sistema político, e gênero é o que determina a divisão hierárquica. Em uma relação de poder, gênero e patriarcado poderiam ser sinônimos (Oliva, 2005).

Segundo Oliva (2005), Delphy considera “gênero”, “patriarcado” e “opressão das mulheres” originados do mesmo fenômeno. Oliva (2005) afirma que a luta feminista dos anos 1970 não reivindicava apenas uma “melhoria” da situação das mulheres por meio de programas sociais, mas buscava romper com a opressão das mulheres com o fim do patriarcado.

Delphy (2015) analisa o patriarcado no contexto rural. Ela aponta que o patriarca se torna dono da produção e dos meios de produção. A força de trabalho da esposa pertence ao patriarca, assim como a dos filhos. As atividades domésticas e de cuidado com a família não são remuneradas e nem valorizadas por consistir em uma atividade inerente ao sexo, na visão patriarcal. A produção dos bens com valores de troca, ou seja, remunerados, ficam sob a gestão do patriarca, mesmo quando há a

participação da mulher no processo produtivo. A hierarquia estabelecida na família patriarcal, determina a divisão dos trabalhos, o acesso à renda e a subserviência das mulheres e filhos ao chefe da família.

A partir do final dos anos 1980, novas reflexões feministas surgem no que Cobo (2018) denomina feminismo pós-moderno ou decolonial. Nesse movimento, o debate sobre gênero se acentua em torno da ideia de que não deve existir a dualidade sexo-gênero, raça-pertencimento étnico cultural, proletário-burguesia; considera a interseccionalidade, reconhece as sexualidades dissidentes. O feminismo decolonial propõe uma luta comum contra o capitalismo.

Nesse período, surgem duas grandes teóricas do feminismo: Joan Scott e Judith Butler. Joan Scott (1995) em sua obra “Gênero: uma categoria útil de análise” se preocupou em conceituar o termo “gênero” a partir da historicidade. Para Scott, gênero é uma construção cultural e social sobre um corpo sexuado.

Judith Butler (2003) buscou identificar os problemas conceituais e teórico-metodológicos, propondo a liberação do corpo da prisão coercitiva do conceito binário homem-mulher, inclusive nas análises de gênero. Para a autora, há a necessidade de se romper com o paradigma da heterossexualidade, sob risco de restringir os estudos de gênero, negligenciando a existência de outros tipos de manifestações sexuais.

No século XXI, o feminismo incorpora a diversidade intelectual e política dentro do mundo globalizado, mantendo o debate em torno das ideias de igualdade e de liberdade e o reconhecimento de outros feminismos e suas origens culturais (Cobo, 2018). Segundo Cobo (2018, p. 35), todos esses feminismos apresentam em comum “a consciência de que o capitalismo é a fonte de opressão inesgotável para as mulheres”.

2.1.2 Gênero como categoria de análise

O debate acerca das “questões da mulher”, embora estivessem presentes nas construções teóricas do século XIX, é somente no final do século XX que o conceito de gênero surge como categoria analítica (Oliva, 2005; Scott, 1999). Segundo Scott (1999), o termo gênero resulta das tentativas, desde a década de 1970, das feministas legitimarem a teoria feminista e criticarem a inadequação do *corpus* teórico determinista para explicarem as desigualdades entre homens e mulheres.

No entanto, a utilização do termo como categoria de análise recebeu conotações diferentes entre os pesquisadores e pesquisadoras em diversas épocas. Em alguns livros e artigos sobre a “história das mulheres”, a utilização do termo gênero era como sinônimo de mulher, em substituição a este, com o intuito de obter “reconhecimento político deste campo de pesquisa” (Scott, 1995, p. 79). Conforme a autora, a utilização do termo “gênero” em substituição a “mulher” dava uma conotação mais séria e erudita aos trabalhos por representar um termo mais objetivo e neutro. No entanto, Scott (1995) pondera que o termo “gênero” se ajustava melhor à terminologia das ciências sociais, mas afastava da política, necessária ao feminismo.

Ao utilizar o termo “gênero” como substituição ao termo “mulher” desvincula a questão da desigualdade e das relações de poder, trazendo apenas a participação da mulher como sujeito histórico, comprometendo a legitimidade acadêmica nos estudos feministas (Scott, 1995). Outra forma do uso do termo “gênero” é para sugerir que quando se refere à mulher, se refere também ao homem, que o estudo de um implica no estudo do outro. Segundo Scott (1995) essa conotação tem o objetivo de enfatizar que o mundo das mulheres faz parte do mundo masculino, rejeitando a separação de ambos, sustentando a ideia de que o estudo isolado das mulheres ratifica e perpetua as diferenças.

Um terceiro uso para o termo gênero é apresentado por Scott para designar as relações sociais entre os sexos, rejeitando o determinismo biológico para a explicação da subordinação feminina ao homem. O termo “gênero” apareceu inicialmente entre as feministas americanas que enfatizavam e rejeitavam a construção social das diferenças entre homens e mulheres baseadas no sexo biológico.

Gayle Rubin, em 1975, sistematizou os conceitos usados nos movimentos feministas, utilizando o termo gênero para designar as construções sociais e simbólicas a partir do corpo sexuado. Ela elaborou o sistema sexo/gênero, no qual analisava que, em todas as culturas, o sexo biológico serve de base para as construções sociais e o gênero é a própria construção social (Scott, 1995).

O termo “gênero”, então, se refere à construção sociocultural da adequação de papéis para homens e mulheres a partir das diferenças sexuais. Ou seja, gênero é “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (Scott, 1995, p. 75).

Embora esse conceito aborde as relações sociais entre homens e mulheres, Scott (1995) afirma que não é suficiente para ser utilizado como categoria de análise

por não explicar como essas relações sociais são construídas, como funcionam e como podem mudar, não tendo poder analítico para questionar os paradigmas históricos.

Dessa forma, historiadoras feministas abordaram o termo “gênero” como categoria analítica de formas diferentes, que Scott (1995) propôs a organização dessas abordagens em três posições teóricas: a do patriarcado, a marxista, e a psicanalítica.

As teóricas do patriarcado buscaram explicar a origem deste, explicando a subordinação das mulheres a partir da “necessidade” masculina de dominar as mulheres. Nessa teoria, a continuidade geracional seria relacionada a um privilégio da paternidade, reduzindo ou invisibilizando o trabalho da maternidade. As questões reprodutivas e de sexualidade receberam a atenção das teóricas do patriarcado, como sendo os principais pontos de crença na superioridade masculina em relação às mulheres (Scott, 1999).

O conceito literal de patriarcado é “governo do pai” ou direito paterno (Paterman, 1988 apud Miguel, 2017). Miguel (2017) afirma que a ideia do “patriarcado clássico” surgiu no século XVII, com a obra “*Patriarcha*” de Robert Filmer, cujo propósito era justificar o poder absoluto do rei da Inglaterra, derivando a autoridade política da autoridade paterna e do direito de primogenitura. O argumento utilizado por Filmer era de ordem religiosa, apoiada na narrativa bíblica de que Deus concedeu a Terra para Adão e que seu legado seria herança do filho primogênito. Assim o monarca inglês seria “primogênito dos primogênitos de Adão”, sendo que, portanto, a forma de governar seria como um patriarca governa sua casa: “o pai de uma família governa sem outra lei que sua vontade, não as leis ou vontades de seus filhos ou serviçais” (Filmer, 1680, apud Miguel, 2017, p. 8). Embora a obra de Filmer coloque o poder do pai sobre os filhos, a desigualdade de gênero já era relatada, pois Filmer deixou claro que a origem do poder político está no direito conjugal de Adão sobre Eva e não na sua paternidade. Portanto, o direito político de Adão estaria garantido antes de ele se tornar um pai (Paterman, 1988 apud Miguel, 2017).

Essa teoria clássica do patriarcado serviu de base para a teoria moderna, em que o patriarcado é definido não pela soberania de um indivíduo exclusivamente, mas, sim, pela “igualdade entre os homens e sua soberania coletiva sobre as mulheres” (Miguel, 2017, p. 8). Para Delphy (2015), o patriarcado é uma organização social em

que os homens são os detentores do poder. E isso resulta na dominação masculina e na opressão de mulheres.

No entanto, segundo Fisher (2012), a dominação masculina no contexto do patriarcado extrapola o domínio doméstico, inclui a dominação dos chefes, a preponderância dos homens nas instituições, na política e na economia. A autora afirma que o termo patriarcado, utilizado por Marx Weber, é definido como uma situação em que a dominação econômica ou familiar é exercida por um só indivíduo, a partir de determinadas regras fixas, legitimadas por uma autoridade baseada em crenças e tradições. O patriarcado é uma ramificação do patrimônio que assegura a dominação masculina pela cultura hereditária, em que a obediência se efetua pela tradição, espontaneamente, sem relação com princípios jurídicos ou administrativos.

Na teoria de Weber, essa espontaneidade está relacionada à passividade dos membros da família. O poder do chefe da família é garantido pelos próprios membros da família que aceitam a dominação. Para Weber, a dominação patriarcal resulta da fidelidade transmitida pela educação e reproduzida nas relações extrafamiliares e pela igreja. “A associação familiar reproduz as relações tradicionais de dominação” (Weber, 1968 apud Girón, 2008). Em outras palavras, o poder delegado ao homem é uma construção social.

Na teoria do patriarcado há uma delimitação de esferas: a pública e a privada, de atuação dos homens e das mulheres, respectivamente, e a valorização dos papéis baseada nas diferenças sexuais, cabendo a mulher o polo dominado. Nesse contexto, as consequências do patriarcado são a divisão sexual do trabalho e o confinamento das mulheres no espaço privado, onde ocorre a dominação masculina e a subordinação feminina (Fisher, 2012).

Com o avanço do capitalismo, as mulheres passam a vivenciar direta ou indiretamente a exploração capitalista. As famílias, que antes eram unidades de produção e consumo, passam a ser unidades de consumo e de fornecimento de força de trabalho. As mulheres começam a atuar no mercado de trabalho e a participar do espaço público. No entanto, elas acumulam seu trabalho externo com o trabalho doméstico, evidenciando ainda mais a desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho (Fisher, 2012).

Scott (1995) tece críticas sobre a teoria do patriarcado por entender que esta não explica qual a relação da desigualdade de gênero com as outras desigualdades. Outra crítica tecida por Scott é que se o exercício da dominação masculina está

vinculado aos aspectos reprodutivos e de reificação sexual das mulheres, toda a análise parte do princípio das diferenças sexuais ou biológicas e tais diferenças têm um caráter físico e, portanto, universal e imutável. Por esse aspecto, negaria a historicidade do gênero.

As teóricas marxistas têm uma abordagem histórica baseada na teoria marxista. Elas buscam uma explicação “material” para gênero. Se baseiam na interação do patriarcado e do capitalismo. Marx e Engels explicam as desigualdades a partir divisão social do trabalho e não discutem propriamente a opressão da mulher. Kollontai e Zetkin, já mencionadas nesta tese, constroem a ideia de opressão das mulheres com base nos postulados de classe de Marx e Engels, sobre a qual as feministas marxistas apresentam suas críticas (Hernández, 2009).

Para Marx, a condição da mulher é uma questão social que varia com as modificações dos modos de produção. Para Engels, a origem da opressão das mulheres está na aparição da propriedade privada e na organização da sociedade de classes (Hernández, 2009), quando o homem necessitou ter a certeza da paternidade para manter a propriedade na família e passou a ser detentor dos meios de produção, incluindo a força de trabalho da família (Delphy, 2015).

Para Marx e Engels, as relações sociais estão fundadas na família, assim, a divisão social do trabalho gera a divisão sexual das funções masculinas e femininas. Na representação da família, Engels aponta o patriarca como o burguês e a mulher como proletária, fazendo analogia com a estrutura de classe. Sendo assim “a emancipação da mulher e sua igualdade de condição com o homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela continuar excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho privado doméstico” (Hernández, 2009, p. 46).

Delphy (2015) resume que, a partir do materialismo marxista, para a sobrevivência das famílias, há a necessidade de se criar bens materiais que correspondem ao processo produtivo, como também a criação de seres humanos, relativo ao processo reprodutivo. Segundo a autora, a explicação das feministas marxistas é que a origem da opressão das mulheres está na sua participação específica na produção, pois entendem que os afazeres domésticos e os de cuidados com a família são tarefas produtivas e não reprodutivas. Assim, na análise das feministas radicais, baseada nos princípios marxistas, há a exploração econômica das mulheres nas famílias por ignorarem sua participação econômica, considerando que as mulheres teriam, então, uma relação de produção “comparável à servidão”, já que

tais tarefas domésticas e criação dos filhos caberiam exclusivamente às mulheres e sem o direito à remuneração (Delphy, 2015, p. 101).

Nessa relação de produção, o produto do trabalho das mulheres não teria valor por ser excluído do processo de troca. Os benefícios recebidos pelas mulheres não teriam relação com o trabalho executado, mas considerados como uma doação efetuada pelo marido, cuja única obrigação seria de prover as necessidades da mulher. Essa “obrigação” seria de interesse do marido, como uma forma de manter a força de trabalho da mulher sob seu domínio (Delphy, 2015).

O fato de não produzir mercadorias excluiria as mulheres do “sobreproduto” ou mais-valia (Bentson, 1970 apud Delphy, 2015). Além disso, as mulheres estariam limitadas a produzirem “valores de uso” e não “valores de troca” (Larguia, 1970 apud Delphy, 2015; Paulilo, 2016) o que predeterminaria a não remuneração. Nesse sentido, Delphy (2015) apresenta uma crítica ao feminismo marxista, pois em sua análise, as relações de produção em uma família não é explicada pela natureza dos trabalhos efetuados pelas mulheres, mas ao contrário, são as próprias relações de produção que resultam na exclusão das mulheres do campo de valor. Ou seja, são as mulheres que são excluídas do mercado e não a sua produção.

Segundo Scott (1999), as relações de opressão já faziam parte da divisão social do trabalho e foi devido ao desenvolvimento do capitalismo que houve a separação das esferas pública (política e econômica) e privada (reprodutiva) para homens e mulheres, respectivamente. Além disso, as normas sociais não estão relacionadas apenas à divisão do trabalho, mas também à representação do masculino e feminino e a hierarquização nas relações de poder derivadas dessa representação. Ou seja, são as construções sociais que ditam normas e valores a partir da condição sexual, que resultam nas relações de produção e de reprodução.

Scott (1999) cita a economista Heidi Hartmann que considera que o patriarcado e o capitalismo são sistemas separados, mas que estão em interação. No entanto, o desenvolvimento das ideias de Hartmann levam à centralização econômica das relações quando o patriarcado se desenvolve em função das relações de produção.

Scott (1999), em consonância com Delphy (2015), afirma que não são os sistemas econômicos que determinam as relações de gênero, pois a subordinação das mulheres em relação aos homens é anterior ao desenvolvimento do capitalismo e não se modifica em sistemas socialistas.

Kabeer (1998) critica também a teoria feminista marxista sob o ponto de vista de que a ênfase excessiva sobre as estruturas de produção não leva em consideração a capacidade de escolha e consciência dos atores sociais. A opressão da mulher ocorre tanto no âmbito político, quanto privado e o homem se beneficia dessa opressão. A mulher ocupa, atualmente, ambos os espaços, sendo oprimida tanto no espaço político-econômico, quanto no espaço privado, acumulando dupla ou tripla jornada de trabalho e ainda tendo sua função econômica invisibilizada.

Para Scott (1999), a teoria marxista já se encontra articulada, remetendo as relações entre os sexos às relações de produção, limitando a análise das desigualdades para questões histórica e econômica da sociedade, sendo uma desvantagem. Como vantagem, Scott (1999) considera que a teoria marxista evita divergências agudas de posição.

Finalmente, a terceira abordagem teórica apresentada por Scott (1999) se refere à psicanalítica. Essa abordagem pode ser dividida em duas outras teorias a partir da origem de suas escolas de psicanálise: a francesa (pós-estruturalista) e a anglo-americana (teoria de relação do objeto). Ambas visam explicar a produção e reprodução da identidade de gênero.

Segundo Scott (1999), ambas as teorias se preocupam em explicar como a identidade de gênero é formada. No entanto, enquanto a primeira se baseia na experiência concreta para a formação da identidade do sujeito; a segunda centra-se na linguagem de ordem simbólica na comunicação, na interpretação e na representação de gênero.

Scott (1999) considera que a teoria da relação do objeto limita o conceito de gênero às experiências domésticas familiares e não o relaciona a outros sistemas sociais e econômicos. Essa teoria se mostra frágil quando se analisa indivíduos que viveram experiências diversas de estrutura e organização familiar em termos de divisão sexual do trabalho. Scott aponta a necessidade de atenção aos sistemas de significados implicados na experiência vivida. Para a autora “sem significado não há experiência; sem processo de significação, não há significado” (p. 82).

Já para a teoria pós-estruturalista, a linguagem é a chave de acesso à ordem simbólica. Nessa teoria, a relação da mulher com o falo é diferente do homem. O falo demonstra o poder e a lei. Há um conflito na oposição entre o ser feminino e o ser masculino em uma tendência à bissexualidade que acaba por reprimir e tornar instável a identificação de gênero. É o simbolismo em torno do falo e das relações que a ele

são atribuídas que constitui a identificação do sujeito. Assim, o masculino e o feminino são constructos subjetivos (Scott, 1999).

Scott (1999) critica a exclusividade que essa teoria dá ao indivíduo, bem como a tendência em reificar o antagonismo produzido entre homens e mulheres. A autora considera que há a necessidade de pensar a construção da subjetividade dentro dos contextos sociais e históricos, conceber a realidade social em termos de gênero.

Para Butler (2003), os sujeitos não agem sempre da mesma forma, sendo mutáveis a partir do contexto em que vivem. Sendo assim, não se pode pensar em gênero de forma fixa, mas dentro de um espectro de múltiplas vivências.

Retomando o termo gênero como categoria de análise, aplicado nesta tese, adotou-se o conceito preconizado por Scott (1999, p. 86) de que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Ou seja, o gênero, “além de permear a construção do que é feminino e do que é masculino, estabelece uma relação de poder entre os sexos” (Tavares e Parente, 2015, p. 249).

Scott (1999) entende que o gênero apresenta a inter-relação entre quatro elementos: os símbolos, os conceitos normativos, as instituições e organização social e a identidade subjetiva. Culturalmente, a sociedade desenvolve símbolos que evocam representações simbólicas e que influenciam no comportamento dos atores sociais. Scott (1999, p. 86) apresenta como exemplo Maria e Eva como símbolos de conduta feminina, sendo que a primeira representa a santidade, a pureza, o exemplo de conduta, enquanto a segunda representa a luxúria, a mentira, a corrupção. Assim, a partir da interpretação dos significados desses símbolos são construídos os conceitos normativos que são expressos nas doutrinas, sejam elas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, que determinam a oposição categórica do significado de homens e mulheres, do masculino e do feminino. Esses conceitos normativos se fixam nessas doutrinas que passam por gerações como se fossem um consenso social não conflituoso, ou seja, sem ser contestado.

Com relação às instituições e à organização social, Scott (1999) pondera que não se deve analisar gênero somente a partir da família como uma organização social, a partir de um sistema de parentesco, mas extrapolar para o mercado de trabalho, a educação, o sistema político. Scott (1999) sugere, então, que a forma como são construídas as identidades de gênero deve ser estudada relacionando-a às representações sociais em diversos contextos.

2.2 Gênero no contexto rural

A partir desta construção social das relações de gênero, as divisões dos papéis sociais se naturalizam por meio da construção de valores, comportamentos e símbolos que impõem uma condição desigual e desprivilegiada da mulher em relação ao homem (Bourdieu, 2002; Hernández, 2009) e que são transmitidas de geração em geração.

No contexto rural existe uma normalização na distribuição das tarefas, cabendo às mulheres as atividades domésticas e reprodutivas e aos homens as atividades financeiras e produtivas. Ocorre uma exclusão da mulher no conhecimento das tecnologias e da sua participação nas decisões, as quais são atribuídas ao marido, além da desvalorização do seu trabalho, o qual é considerado como uma “ajuda” sem direito à remuneração (Paulilo, 2016; Siliprandi, 2015).

Scott et al. (2010) consideram que o termo gênero não explicita, necessariamente, desigualdades inerentes entre homens e mulheres, mas normas que os modelam, fazendo parte do mecanismo da ordem social e que variam de acordo com as construções dessas identidades na multiplicidade de contextos rurais.

De acordo com Belotti (1987), culturalmente, as mulheres são criadas para serem inferiores aos homens, restando para elas o desempenho de papéis que os homens desprezam ou julgam inconvenientes. Isto se observa claramente na divisão dos trabalhos nas famílias rurais, onde é reservado aos homens a condução das atividades principais geradoras de renda e às mulheres a “ajuda” ao marido, o cuidado da família e da casa e das pequenas criações e cultivos. Além das questões de gênero, ainda se incluem as relacionadas à geração, reproduzindo nas filhas a ideia de que as mulheres devem ser poupadas dos trabalhos considerados “pesados”, reservando-os para os filhos homens, quando, na verdade, as filhas são afastadas da atividade agrícola principal e a elas é negada a sucessão (Carneiro, 2001; Paulilo, 2016; Silva e Schneider, 2010).

Saffioti (2013) afirma que, em sociedades pré-capitalistas, o trabalho era dividido entre os familiares, e o mundo econômico não era estranho à mulher. Ela participava dos processos de trabalho e de troca e substituía os maridos na gestão da família quando este se ausentava nas guerras. Para a autora, a noção de trabalho individual surgiu com o capitalismo, que se deu em condições adversas à mulher que já era responsável, historicamente, pela casa e pelos filhos. Essa condição fez com

que o lar fosse considerado pela sociedade como seu espaço por excelência, sendo permitido seu afastamento dele somente em casos de necessidade financeira.

Segundo Polanyi (1980 apud Paulilo, 2016), o capitalismo transformou a ordem social pelo princípio da permuta ou troca com padrão de mercado. Dessa forma, todo o esforço físico ou mental que mereceu ser classificado como trabalho produtivo e ter direito à remuneração foi aquele que resultava em valores monetários, ou seja, as atividades econômicas. Assim, a separação do trabalho produtivo e reprodutivo, para Paulilo (2016) é de difícil separação no regime de produção campezina, pois, o que se produz, se consome ou se vende, como os alimentos transformados, por exemplo.

As famílias rurais, bem como suas formas de vida no campo e suas relações sociais, eram retratadas pela literatura brasileira, durante as décadas de 1940 e 1950, de forma a reafirmar a primazia patriarcal da época, valorizando a supremacia masculina e a subserviência feminina nas famílias rurais (Scott et al., 2010)

Essa forma de organização patriarcal das famílias rurais permaneceu valorizada e preservada por muito tempo. Scott et al. (2010) afirmaram que a partir da década de 1970 iniciaram-se estudos antropológicos e etnográficos sobre as relações de gênero no espaço rural. No entanto, esses autores consideraram que muitos destes trabalhos sobre a organização social do campesinato em torno da agricultura familiar seguiam a linha Chayanoviana e se mostravam altamente sensíveis e resistentes às intrusões que ameaçavam a produção familiar.

A teoria Chayanoviana defendia que a organização do campesinato moldava a estrutura social no campo. Nela não existiria patrão e proletário, mas relações intrafamiliares que compunham a organização da máquina produtiva, chamada de “unidade de produção camponesa”, onde o volume de trabalho estava diretamente relacionado à necessidade de consumo da própria família e não ao número de trabalhadores explorados. Dessa forma, a divisão social do trabalho predita pelo capitalismo no campo estaria relacionada à divisão sexual e geracional do trabalho no espaço rural (Abramovay, 1998).

Para os estudiosos seguidores das teorias de Chayanov, a família era tratada como o centro da organização social camponesa sob a lógica da produção familiar, dando importância ao papel de cada membro do grupo doméstico, reafirmando a divisão sexual do trabalho no meio rural (Scott et al., 2010).

Segundo Bourdieu (2002), é a família que realiza o protagonismo na reprodução da dominação e da visão masculinas, que impõe a ideia precoce da divisão sexual do trabalho. Para Saffioti (2004), há homens que utilizam da ideia-valor do patriarcado para impor ordem em suas casas. Mas, a atitude de dominação exercida pelos homens é reforçada pela atitude de submissão consensual das mulheres, mesmo não conscientes da opressão. A autora considera que esta conformidade aparente ou não apresentadas pelas mulheres são materializadas pela dificuldade de se tornarem independentes.

Scott et al. (2010) apontam que estudos feministas têm mostrado que o trabalho da mulher rural vai além da dupla jornada, sendo uma jornada contínua do amanhecer ao entardecer e ainda resultando na confusão entre as atividades domésticas e produtivas. Mas esses autores concordam que outros estudos têm também demonstrado o empoderamento gradativo daquelas mulheres ligadas à participação pública em movimentos sociais. No entanto, o empoderamento da mulher, seja por maior participação na vida pública, seja por sua emancipação econômica, tem acirrado conflitos na esfera doméstica (Scott et al., 2010).

A maior participação das mulheres no espaço público político favorece o questionamento das normas e das leis que sustentam a dominação masculina e contribui para a construção de novos referenciais que extrapolam as representações de mãe e esposa, colocando em xeque os padrões culturais vigentes. Tais mudanças geram fissuras e contradições no “código hegemônico masculino” que rege a sociedade (Fisher, 2012, p.66). De acordo com Saffioti e Almeida (1995), os homens são socializados para o exercício do poder, tendo dificuldades de convivência com a partilha ou redução do poder sobre as mulheres.

Delphy (2015) afirma que as atribuições das mulheres nas propriedades rurais variam de região para região, mas tendem a ser relacionadas aos cuidados dos animais, até mesmo a ordenha de vacas, sendo um trabalho exigente e com horários desagradáveis que, quando mecanizado, passa para execução dos homens. No entanto, muitas vezes, a única fonte de dinheiro líquido que permite o consumo de produtos externos à propriedade, provém da venda de produções que a autora considera como “tipicamente femininas”, como leite, ovos, aves.

Independentemente das atribuições das mulheres, o seu trabalho é importante para a reprodução social e econômica da propriedade rural. Segundo Delphy (2015), nos casos em que o homem sozinho não consegue contratar um

empregado, ele se casa. Ou seja, o trabalho gratuito desempenhado pela mulher é aceito socialmente. O trabalho da mulher é incorporado à produção do casal, não merecendo um salário, pois o trabalho da mulher pertence ao marido (Agarwal, 1997; Barbosa E Lerrer, 2016; Delphy, 2015).

Embora o trabalho produtivo gratuito na unidade familiar possa ser exercido tanto por homens ou mulheres, o trabalho reprodutivo gratuito é efetuado exclusivamente por elas, na qualidade de mulheres do chefe de família. Assim, Delphy (2015) discute que o *status* de filho é temporário, enquanto que o *status* de mulher (esposa ou filha) é permanente. O filho passa a ser proprietário quando adulto, a mulher permanece nas mesmas condições.

Nesse contexto das relações de gênero no espaço rural, houve a emergência da categoria Agricultura Familiar pelos movimentos sociais na década de 1990, no Brasil, bem como manifestações feministas rurais que resultaram em mudanças no contexto político, as quais são discutidas nos itens a seguir.

2.2.1 A agricultura familiar e as relações de gênero

A agricultura familiar como categoria social e política só foi reconhecida recentemente na história brasileira. Desde a colonização do Brasil, grupos sociais que se relacionaram em função da referência ao patrimônio familiar resistiram através dos tempos, mesmo quando o Estado incentivou a intensificação da produção e privilegiou os grandes proprietários de terra. Essas famílias agricultoras construíram um modo de vida e uma forma de trabalhar que se alicerçou a partir dos laços familiares e de vizinhança (Wanderley, 2014) e que, apesar da pressão capitalista pela homogeneização de padrões e comportamentos, manteve sua heterogeneidade e especificidades (Rodriguez, 2017).

O conceito de agricultura familiar foi construído por diversos autores (Abramovay, 1998; Lamarche, 1993; Salvodi e Cunha, 2010; Veiga, 1996; Wanderley, 2001) considerando a propriedade rural, a família que nela reside e as relações de trabalho nela exercidas. Veiga (1996) e Abramovay (1998) afirmam que a produção familiar na agricultura se apresenta como um setor diferenciado no capitalismo contemporâneo devido ao fato de que o trabalho e a gestão na unidade produtiva se estruturam fortemente em torno de vínculos de parentesco, com importante participação de mão de obra não contratada. Wanderley (2001) considera que

agricultura familiar corresponde a uma forma de organização da produção em que propriedade e trabalho estão estreitamente ligados à família, a qual é a proprietária dos meios de produção e também quem realiza o trabalho na propriedade.

Essa centralidade na família também é defendida por Lamarche (1993) que entende que a agricultura familiar é formada por uma diversidade de situações onde se opera a lógica familiar, pois “ corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (p. 15), na qual ocorre não somente a transmissão do patrimônio, mas também da cultura e valores utilizados nas estratégias de reprodução da exploração. Da mesma forma, Salvodi e Cunha (2010) entendem que a agricultura familiar não pode ser entendida somente em relação ao trabalho familiar, mas o que a distingue das demais formas sociais de produção é o papel da família na estratégia da organização da reprodução social, seja ela coletiva ou individual, e que remete diretamente à herança do patrimônio material e cultural.

Para as instituições, como a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o conceito do termo agricultura familiar se norteia pela gestão da propriedade e da execução do trabalho baseado na mão de obra familiar que se dedica a agropecuária, extrativismo, pesca e ou aquicultura como principal fonte geradora de renda (Brasil, 2016a; FAO, 2014).

O conceito de agricultura familiar deixa claro, então, que a execução dos trabalhos e a gestão da propriedade são realizados pela família, como uma unidade. No entanto, em sua forma de organização, a divisão dos trabalhos está diretamente relacionada às relações de gênero e de geração. Não se trata de uma unidade homogênea, mas de uma organização em que seus componentes apresentam suas individualidades e onde ocorrem conflitos a partir dessas relações (Siliprandi e Cintrão, 2015).

Heredia e Cintrão (2006) afirmam que, na agricultura familiar, a divisão sexual do trabalho define que as mulheres devem desempenhar os trabalhos domésticos, cuidados da família e cuidados do “quintal”. Este último se refere, especialmente, à produção de subsistência da família, como a produção de hortas, pequeno roçado para consumo, cuidados de pequenos animais e, também, a transformação de alimentos. Essas atividades, por não serem remuneradas, não são consideradas como trabalho, independentemente do esforço despendido por elas.

Mesmo quando o trabalho nos “quintais” resulta em produtos que ajudam a conformar a renda da unidade familiar, seja via consumo direto ou pela venda, ou quando a mulher dedica parte do dia na atividade principal de comando do marido, ainda assim, a produção da mulher é considerada uma mera “ajuda”. Dessa forma, o trabalho da mulher rural em regime de economia familiar é considerado como uma extensão das atividades domésticas e, portanto, não é considerado como trabalho, até mesmo pelas estatísticas oficiais (Heredia e Cintrão, 2006).

Siliprandi e Cintrão (2015) apontam, portanto, duas dimensões da desvalorização do trabalho da mulher na agricultura familiar, as quais estão inter-relacionadas: a dimensão concreta ou material, de não acesso à renda proveniente de seu trabalho; e a dimensão simbólica, de não reconhecimento de sua contribuição econômica para a composição da renda familiar. Para as autoras, essa desvalorização apresenta como consequências na vida das mulheres a dificuldade ou mesmo o impedimento ao exercício de sua autonomia pessoal e ao pleno exercício de sua cidadania, como desfrutar seus direitos econômicos, sociais e políticos previstos em lei.

Conforme interpretação de Fisher (2012), a análise da condição da mulher no meio rural remete à ideia de que os espaços se configuram a partir do *locus* sexuado, sendo a dualidade privado-público/reprodutivo-produtivo relacionada intimamente e diretamente aos sexos feminino/masculino, respectivamente. Mas, a autora afirma que existe uma peculiaridade na condição da mulher rural em relação a esses espaços público e privado, de produção de bens e reprodução de indivíduos sociais. Para a autora, embora esses espaços estejam separados ideologicamente, na prática, as mulheres sempre estiveram inseridas no âmbito da produção.

Apesar da divisão sexual do trabalho, as mulheres rurais estão envolvidas nas duas pontas da cadeia produtiva e alimentar. Ou seja, elas não somente cultivam o alimento, como também o processam. Na visão de Fischer (2012), a produção de alimentos configuraria o espaço público-produtivo e o preparo dos alimentos está relacionado ao espaço privado-reprodutivo. Assim, o dualismo público-privado; produtivo-reprodutivo não é suficiente para explicar a condição de subordinação das mulheres no campo, pois “o caminho percorrido pela mulher rural do privado ao público – e vice-versa – não constitui a imagem de uma forma que se bifurca para continuar o trajeto” (Fisher, 2012, p. 44).

Para Paulilo (2016), o trabalho doméstico e o roçado (no sentido de pequenos cultivos para subsistência) estão interligados, sendo difícil separá-los. A proximidade do roçado com a casa faz com que a mulher intercale as atividades de produção e cuidados do lar em um processo contínuo e ininterrupto. Já os maridos, estes não contribuem com o trabalho doméstico, ficando responsáveis unicamente pela atividade principal da unidade produtiva.

Ainda na divisão do trabalho, segundo Paulilo (2016), quando as crianças crescem o suficiente para iniciar os trabalhos na unidade familiar, as mães levam os filhos para o roçado e, enquanto trabalham, os filhos vão “aprendendo a ser agricultores” enquanto estão brincando e trabalhando. Os filhos ajudam tanto no roçado quanto no trabalho doméstico, sendo que, geralmente, os meninos ajudam no campo e as meninas em casa. Em famílias compostas somente por filhas, estas vão para o roçado, e, no contrário, os meninos também participam de parte dos afazeres domésticos.

Paulilo (2016) chama a atenção para a ideia de “trabalho leve” e “trabalho pesado” usada como justificativa para divisão sexual do trabalho, sendo que o primeiro seria atribuído às mulheres, fisicamente “mais frágeis”, e, o segundo, aos homens, fisicamente “mais fortes”. Nessa atribuição, os trabalhos relacionados à produção agropecuária (geradora de renda) que exigem força física seriam destinados aos homens. Outros trabalhos na lavoura, considerados como leves, estariam a cargo das mulheres.

Segundo Paulilo (2016), na venda da força de trabalho no espaço rural, o trabalho é qualificado em função de quem realiza. O trabalho “leve” se refere às atividades que se prestam à mão de obra feminina e infantil e está diretamente relacionada à remuneração da atividade. Mesmo que ambos os trabalhos (leves e pesados) demandem o mesmo número de horas ou que “o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, paciência e rapidez requerida pelo outro”. Portanto, o valor do trabalho está relacionado ao sexo de quem recebe (Paulilo, 2016, p. 108).

Paulilo (2016) observou o “trabalho leve” nas propriedades canavieiras no nordeste do Brasil na década de 1980. Naquele regime de exploração, os trabalhadores obtinham o “direito” de cultivar uma pequena parcela de terra em troca da venda da força de trabalho para o proprietário – o “patrão”. Com a ocupação do trabalho masculino na lavoura de cana, os cuidados do cultivo para alimentação da

família ficavam a cargo das mulheres e crianças, independentemente de serem leves ou pesados.

O trabalho “pesado” e o trabalho “leve” são, portanto, de acordo com Paulilo (2016), categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e, também, os contextos de exploração. Mas, é invariável a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Além disso, como o homem fica incumbido da realização do trabalho “pesado”, ele se exime da ocupação em outras atividades, como a doméstica. Já a mulher, seja trabalhando no roçado da propriedade, ou “trabalhando fora”, como ela faz o trabalho “leve”, continua a se ocupar dos trabalhos domésticos e dos cuidados com os filhos, denotando a dupla ou até tripla jornada de trabalho. Assim, Paulilo (2016) conclui que o trabalho é considerado “leve” não pelas suas características, mas pela posição ocupada na hierarquia familiar de quem o realiza.

Fisher (2012) afirma que, embora os âmbitos produtivo e reprodutivo sejam simbólica e ideologicamente separados, eles coexistem na realidade específica de cada sujeito, necessitando serem explicados de diferentes formas, pois variam a partir dos valores determinados por interesses sociais reproduzidos na sociedade.

Essas fronteiras das esferas pública e privada só existem no nível abstrato, pois as mulheres participam do espaço produtivo desde a infância. Assim, Fisher (2012) afirma que, para as mulheres, o espaço produtivo corresponde ao espaço público. Em contrapartida, para o homem, representa o espaço público-político.

De acordo com Pacheco (2009), as mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas produtivos sustentáveis, desempenhando um importante papel ao administrar os fluxos de biomassa, ao conservar a biodiversidade animal e vegetal e ao assegurar, por meio de sua atividade produtiva, as bases para a segurança alimentar da família e dos consumidores, mas que permaneceu invisível aos olhos do Estado e da sociedade até o final do século XX.

Esta condição de invisibilidade para a economia formal dos espaços de domínio das mulheres (hortas, cultivos medicinais, criação de pequenos animais) citado por Heredia e Cintrão (2006), Pacheco (2009) e Siliprandi (2009) cumprem, na verdade, funções de valor inestimável (Guelber Sales, 2012). Essas funções são importantes para a segurança alimentar, para a complementação de renda da família e como estratégias de conservação da biodiversidade (Pacheco, 2009).

Em sua tese, Siliprandi (2009) afirmou que as mulheres rurais contribuem significativamente com o sustento das famílias como provedoras de alimentos, água

e combustível. Esta autora afirma que quando há mudanças no acesso a esses meios de sobrevivência, em muitos casos, as mulheres são as primeiras a reagir contra a privação ou a escassez desses recursos.

Em seus estudos, Figueiredo (2010) observou que diante do espaço produtivo as mulheres desenvolvem estratégias de processamento da produção que contribuem decisivamente no aumento do aproveitamento de produtos, gerando benefícios socioeconômicos, entre os quais se destacam a redução da perda de produtos excedentes; a ampliação da diversidade de produtos consumidos e comercializados; a ocupação da força de trabalho dos membros da família, em especial mulheres e jovens, e a agregação de valor aos produtos derivados da unidade produtiva familiar.

O mesmo foi apontado por Fisher (2012) que afirma que nos períodos de seca no nordeste brasileiro, quando ocorre a migração dos homens para outras lavouras ou grandes centros em busca de sustento para as famílias, muitas vezes, eles não mais retornam, ficando a mulher encarregada de assegurar a sobrevivência da família. A mulher passa a ser responsável pela produção comercial, mantendo ainda a produção de alimentos para subsistência e as atividades domésticas. Segundo a autora, somente nesse momento, quando a família se torna monoparental, é que o trabalho feminino é reconhecido pelas estatísticas oficiais.

A possibilidade de as mulheres poderem obter, por si mesmas, rendas oriundas de seu trabalho, tende a melhorar o seu poder de barganha dentro das famílias, permitindo avanços quanto à sua autonomia (Siliprandi, 2009). No entanto, como observado por esta autora, nas relações familiares, ainda predomina a soberania masculina, o poder decisório ainda é do homem e, muitas vezes, quando o empreendimento da mulher começa a ter resultados positivos, o comando das atividades volta para as mãos dos homens.

De acordo com Santos (2001, p.230-231):

[...] a gestão da unidade produtiva precisa ser considerada como o exercício prático da democracia. Se todos os membros da família têm um papel e uma função no processo produtivo, têm direito a tomar parte nas decisões e nos resultados. Para isso, é preciso valorizar o trabalho das mulheres e dos jovens na agricultura em regime de economia familiar, construindo relações sociais de gênero, geração e etnia igualitárias e solidárias no cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras.

A desvalorização do trabalho produtivo da mulher rural está relacionada ao não reconhecimento do valor do trabalho agregado e a não remuneração das atividades que ela realiza. Dessa forma, naturaliza-se a ideia de que a renda por ela produzida no roçado – o qual está, geralmente, sob a administração de um homem (pai, irmão, filho, marido) deve ficar com o “provedor”, que tende a gerir o recurso como se ele o tivesse obtido sozinho (Fisher, 2012).

Portanto, Fisher (2012) e Deere (2002) analisam que a principal consequência da invisibilidade do trabalho da mulher rural diz respeito ao exercício da cidadania. A restrição do seu espaço de participação e a ideia de que as tarefas produtivas se confundem com as domésticas configuram sua caracterização como trabalhadora pela sociedade. Direitos como sindicalização, de posse de terra, de aposentadoria, de participação nos programas de desenvolvimento rural foram comprometidos e negados às mulheres rurais por muitos anos por não serem reconhecidas como trabalhadoras, mas dependentes do homem. Essa visão ainda permanece em algumas instituições e na visão de diversos atores sociais, comprometendo a participação das mulheres como sujeitos de direito, como cidadãs, bem como o acesso aos seus direitos.

Dessa forma, Fischer (2012) afirma que o acesso das mulheres ao trabalho formal, ou às oportunidades de geração de renda nas organizações de mulheres rurais funciona como um passaporte para chegar a outros direitos. As mulheres deixam o trabalho não remunerado e a relação patriarcal e passam a conviver com outras formas de relações sociais.

Figueiredo (2010) afirma que as mulheres são as mais penalizadas no contexto de produção caracterizado por escassez de oportunidade de trabalho. Assim, para este autor, o desenvolvimento local estará incompleto se não for considerada a perspectiva da emancipação das mulheres agricultoras, com vistas a relações sociais mais equitativas.

Diversos autores concordam que, invariavelmente, a condição de subalternidade da mulher diante da dominação masculina nas relações rurais perpassa por sua condição de impotência diante da dependência financeira e econômica (Saffioti e Almeida, 1995; Saffioti, 2013; Scott et al., 2010; Siliprandi, 2015). A emancipação das mulheres depende, portanto, da reivindicação de sua cidadania, ou seja, dos direitos das mulheres previstos em lei e dos benefícios concedidos pelas políticas públicas.

A partir das lutas dos movimentos sociais que se fortaleceram no período pós-ditadura, especialmente na segunda metade da década de 1990, surgiram movimentos de mulheres e movimentos feministas no campo. A participação gradativa das mulheres nos movimentos sociais proporcionou não somente o seu reconhecimento como cidadãs trabalhadoras e sujeitos de direitos, como também possibilitaram conquistas relacionadas ao acesso às políticas públicas e, também, ao desenvolvimento de políticas exclusivas para as elas (Siliprandi e Cintrão, 2015).

2.2.2 A construção da cidadania da mulher rural

Segundo Marshall (1967), cidadania é produto da história e das relações sociais. Nesse sentido, a cidadania se constituiu na relação entre sociedade e Estado, de modo que o elemento civil congrega os direitos necessários à liberdade individual, o direito à propriedade, o direito à justiça, os direitos políticos, o direito a um mínimo bem-estar econômico, à segurança, à herança social e de levar uma vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecessem na sociedade.

Porém, esses direitos foram, por muito tempo, exclusividade de uma classe masculina, de uma sociedade machista. Na visão de Marshall (1967), a sociedade aceita a compatibilidade entre igualdade de participação na sociedade, ou igualdade de cidadania, e as desigualdades embutidas na estrutura de classes sociais.

Para Bourdieu (2002, p.9), as diferenças de sexo e gênero são produto de “um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social”. As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração estão instituídas entre os gêneros. E, na visão deste autor, o papel do Estado veio ratificar e reforçar as prescrições e as proscricções do patriarcado privado com as de um patriarcado público, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica, reproduzindo a divisão arquetípica entre o masculino e o feminino, ficando as mulheres com a parte ligada ao Estado Social, não só como responsáveis por ele, mas como destinatárias privilegiadas de seus cuidados e de seus serviços.

Historicamente, a mulher foi associada à maternidade e ao trabalho do lar, colocando-se à margem das discussões políticas e da construção dos direitos e da cidadania. No Brasil, apenas em 1962, com o Estatuto da Mulher Casada, as mulheres obtiveram capacidade civil plena e alguns direitos foram reconhecidos, como o direito

à propriedade. Porém, o Estatuto ainda manteve a liderança masculina na família, reconhecendo a mulher com um papel secundário, como uma colaboradora no lar (Siqueira, 2008).

O mesmo ocorreu no meio rural, onde ainda é possível observar o não reconhecimento da mulher na produção de trabalho e renda. Quando da vinculação de sua imagem ao trabalho remunerado no campo, a mulher era vista como dona de casa, agregada, raramente como assalariada. Com a criação da lei da Agricultura Familiar em 2006, em que se conceituou “agricultura familiar”, a mulher passou a ser vista também como agricultora, embora sem reconhecimento ou com valorização secundária de seu trabalho na propriedade rural (Cruz, 2013).

Mas, de acordo com Saffioti (2013), as mulheres, em todas as épocas e lugares, contribuíram para a subsistência de sua família para criar a riqueza social. A tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem ser vistas isoladamente. Para essa autora, a luta pelos direitos da mulher não pode ser vista como criação de novos direitos, pois esses direitos já existem ao reconhecer a mulher como cidadã.

Saffioti (2013) e Strathern (2006) apresentam o trabalho feminino, na perspectiva capitalista, considerados sob a forma de alienação por estar na base da conversão de valor. O produto resultado de transações comerciais, considerados como dádivas por Strathern (2006), mesmo que originalmente produzido pela mulher, servem para elevar o nome do marido. Para essa autora, qualquer crédito que advenha para a mulher é secundário. E, para Carvalho (2009, p. 10) “se os direitos civis garantem a vida em sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva”. Ele afirma que os direitos sociais contribuem para reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo, se baseando na ideia central da justiça social.

Brumer (2002) e Butto (2011) apontam que somente a partir da Constituição Federal (CF) de 1988 a mulher rural passou a ter direitos previdenciários como as trabalhadoras urbanas. No entanto, vários entraves ocorreram para a consolidação desses direitos, como vetos presidenciais à regulamentação, dentre outros. O trabalho da mulher não foi considerado como um trabalho regular por muito tempo. Mas, segundo as autoras, um dos valores simbólicos importantes que contribuiu para o acesso das mulheres à previdência social como beneficiárias diretas foi a própria

percepção de que elas participam das conquistas da família, assim como os maridos. Essa percepção social aumenta a consciência sobre seus direitos.

A partir dos vários movimentos sociais, nos quais tem havido a participação crescente das mulheres rurais, políticas públicas, programas e projetos de incentivo ao acesso e de garantia dos direitos foram implementados nos últimos anos. São políticas que garantem os direitos e o acesso à documentação, à terra, ao crédito, à organização produtiva, à produção, transformação e comercialização, aos serviços de assistência técnica e extensão rural, à participação na gestão, ao resgate cultural e dos conhecimentos tradicionais. A inclusão das mulheres como beneficiárias diretas das políticas públicas ocorreu a partir do reconhecimento social e político do seu protagonismo na agricultura familiar e da necessidade de sua autonomia econômica (Butto, 2011).

Conforme Santos (2015), a Constituição Federal busca igualar os direitos dos cidadãos, mas a morosidade no desenvolvimento de instrumentos legais de operacionalização desses direitos retardou a inclusão das mulheres como cidadãs de fato. Um dos entraves para o exercício da “cidadania plena” das mulheres rurais foi o acesso à documentação básica. A tradição da apresentação do homem como representante da família fez com que as mulheres permanecessem alheias aos seus direitos como cidadãs. Isso influenciou na dificuldade de acesso das mulheres às políticas públicas, como as políticas de crédito.

A partir da demanda dos movimentos feministas no campo, em 2003 foi instituído o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural, que facilitou a emissão de documentos básicos, como CPF, Carteira de Identidade e Carteira de Trabalho às mulheres rurais de todo o país (Butto, 2011).

Outro documento importante que comprova a profissão de agricultora familiar às mulheres rurais e que influencia no acesso aos direitos previdenciários é o “bloco de notas do produtor”, que consiste em notas fiscais referentes às transações comerciais e de transporte da produção rural, sobre as quais incide a contribuição previdenciária. Tradicionalmente, o documento é emitido em nome do titular da propriedade da terra, geralmente o homem. Por ser um documento de regularização dos Estados da Federação, a inclusão do nome do cônjuge é variável (Siliprandi e Cintrão, 2011).

No estado do Espírito Santo, somente no ano de 2013, por meio do Decreto nº 3353-R que o governo do Estado passou a considerar a inclusão do nome da

mulher no “bloco do produtor rural”. A divulgação do decreto no portal do governo do Estado declarava que o objetivo da iniciativa era “promover a independência, a qualidade de vida e a inclusão social das mulheres do Espírito Santo” e que, com esse decreto, “a mulher produtora/trabalhadora rural que divide o trabalho com o companheiro poderá ter seu nome incluso no bloco de notas”. A divulgação do decreto afirma, então que, a partir de sua publicação, a mulher rural poderá “comercializar, expandir sua produção agrícola, melhorar seus empreendimentos e renda e, ainda, emitir o documento fiscal” (Espírito Santo, 2013). Em outras palavras, o próprio Estado reconhece que, antes, a mulher não podia exercer a liberdade de produzir e de comercializar, ou que, ainda, mesmo que ela trabalhasse e comercializasse, o Estado não a reconhecia como agricultora, de fato.

Com relação ao direito à propriedade para os cônjuges, este foi garantido pela Constituição Federal. No entanto, na legislação da Reforma Agrária, até 2003, não havia referência à posse conjunta, ficando a titularidade com o companheiro. Em casos de separação e divórcio, a propriedade ficava sob a responsabilidade do homem. A mulher, muitas vezes, voltava para o acampamento, aguardando uma oportunidade de assentamento. Somente a partir de 2003, a política de reforma agrária inseriu o conteúdo de gênero em seu programa, implementando iniciativas de ampliação dos direitos econômicos e políticos das mulheres rurais (Cintrão e Siliprandi, 2011).

Brumer (2002) afirma que, apesar da participação crescente das mulheres nos movimentos sociais, apesar das conquistas de direitos e da própria percepção desses direitos, as mulheres ainda permanecem acríticas ou inativas quanto à contestação das relações de gênero desiguais presentes no cotidiano das famílias rurais.

Embora as políticas públicas tenham buscado uma releitura da agricultura familiar a partir da incorporação da temática de gênero, de igualdade social, do enfoque de bem-estar e de soberania alimentar (Guelber Sales, 2012), ainda persiste uma invisibilidade sobre as questões das mulheres na agricultura familiar em geral (Guelber Sales et al., 2010). Sua participação não é valorizada e as suas reivindicações específicas acabam ocupando um espaço marginal, ou mesmo não sendo contempladas nas pautas políticas das organizações locais e regionais.

2.3 Políticas públicas e as questões de gênero

O cerceamento de liberdades, como a falta de acesso à renda, a falta de autonomia política e econômica das mulheres, bem como as consequências das relações desiguais entre os sexos, são elementos que dificultam o desenvolvimento, segundo Sen (2000). Por esse ângulo, a dificuldade de acesso às políticas públicas e invisibilidade da capacidade produtiva das mulheres também comprometem o desenvolvimento.

Tavares e Parente (2015) consideram que o Estado, por intermédio de políticas públicas, pode contribuir para superar a condição de marginalização das mulheres por meio da promoção da sua autonomia, rompendo com o padrão de dependência econômica em relação ao homem. No entanto, as autoras afirmam que essa autonomia pode ser incentivada desde que as políticas públicas se apresentem alinhadas com a perspectiva de gênero, no intuito de promover a equidade entre homens e mulheres.

Não se pretende, nesta tese, aprofundar a teoria das políticas públicas. Mas, considerou-se importante tecer algumas considerações a respeito, como forma de compreender a lógica do processo de elaboração e de ação das políticas públicas que servirá de base para discussão das políticas para as mulheres e as políticas de crédito.

Bandeira e Almeida (2013, p. 36) conceituam política pública como sendo “uma das formas de interação entre o Estado e a sociedade civil por meio da transformação de diretrizes e princípios norteadores em ações e procedimentos que (re)constroem a realidade da nação”.

De acordo com Muller e Surel (2002), uma política pública constitui um quadro normativo que orienta as ações com vistas a alcançar um objetivo, constituir uma ordem local. Para tanto, há a necessidade de se combinar dois elementos básicos: a força pública (grupos de interesse) e elementos de competência (*expertise*). Inicialmente, a política pública é formada por um conjunto de medidas concretas que viabilizam a execução da política, como por exemplo, a disponibilização de recursos financeiros, intelectuais e reguladores.

Rua (2014) afirma que as políticas públicas ocorrem em um ambiente tenso, marcado por relações de poder e conflitos entre os atores do Estado e da sociedade. A autora apresenta o processo de elaboração, execução e avaliação de políticas

públicas em um ciclo de etapas que podem acontecer sequencialmente ou simultaneamente.

A primeira fase do ciclo de elaboração das políticas públicas está relacionada à formação da agenda política, quando uma situação qualquer é reconhecida como um problema político (Rua, 2014). Aqui reside a importância do debate feminista desde a década de 1970 para que fosse reconhecido pelo Estado o problema da desigualdade de gênero e a necessidade de introduzir o tema na agenda política (Bandeira e Almeida, 2013).

A segunda fase apresentada por Rua (2014) se refere à formação de alternativas e tomada de decisão. As propostas de ação são apresentadas pelos atores políticos, baseadas em informações e conhecimento prévio sobre o assunto. Essas propostas expressam interesses diversos que devem ser combinados para se chegar a uma solução comum e aceitável para o maior número das partes envolvidas para que seja tomada a decisão. Nessa fase também se destaca a importância dos estudos feministas que sustentam as proposições, além da luta na arena política contra os interesses predominantemente defendidos pelos homens (Bandeira e Almeida, 2013).

De acordo com Rua (2014), quando a política é pouco conflituosa, permite agregar diversos aspectos nas normativas. Mas, quando ocorre o contrário, as questões são complexas e requerem grande profundidade de conhecimento, ou quando geram muitos conflitos de interesse, a decisão tende a cobrir um pequeno número de aspectos. Isso explica a morosidade na inserção dos interesses feministas na agenda política no Brasil, tendo caráter incremental no decorrer dos últimos 40 anos e pouca mudança nas relações sociais (Cintrão e Siliprandi, 2011).

A fase de implementação consiste no estabelecimento das rotinas executivas das diversas organizações envolvidas no processo, de forma que as decisões tomadas inicialmente passam de intenções para intervenção na realidade. Durante a fase de implementação, deve-se fazer o monitoramento das ações para facilitar o alcance dos objetivos da política (Rua, 2014). Nessa fase de implementação, uma atenção especial deve ser dada para a função dos mediadores que participam do processo (Neves, 2008). Esse assunto será tratado no item 2.7 desta tese.

Finalmente, Rua (2014) apresenta a fase de avaliação da política pública, que consta de um conjunto de procedimentos para julgar por meio de critérios de valores os resultados de uma política pública. O propósito é subsidiar as decisões dos

gestores para a tomada de decisões quanto a ajustes necessários para obtenção dos resultados esperados. Essa fase é muito importante para o desenvolvimento e adaptação dos instrumentos de ação pública (Hernández, 2009).

Conforme citado por Kabeer (1998) há a necessidade de se realizar uma análise das relações sociais de instituições pertinentes as questões de família, mercado, Estado e comunidade, para compreender como se originam e se reproduzem as desigualdades de gênero, para possibilitar a planificação de políticas e programas que abordem questões relacionadas a gênero.

Historicamente, a arena política foi ocupada por homens brancos, heteronormativos, com alto grau instrucional e inseridos na sociedade. As mulheres não estavam presentes na política, não participavam na tomada de decisão, nem mesmo quando eram as destinatárias dos programas. Assim, a elaboração de políticas públicas não atendia diretamente aos interesses da mulher, reforçando as desigualdades de gênero por meio das instituições (Bandeira e Almeida, 2013).

Tinker (1982) citada por Kabeer (1998), afirma que, na história global, as planificações tendem a cometer erros relacionados a questões de gênero. Esses erros podem ser por omissão, quando não consideram o papel das mulheres na sociedade; por reforço, quando os programas reforçam a divisão sexual do trabalho, mantendo a mulher na esfera doméstica; ou, por adição, quando impõem padrões e valores ocidentais em culturas com valores próprios.

No contexto brasileiro, a incorporação das questões de gênero nas políticas públicas ainda é muito recente e está relacionada ao intenso processo de mudança que vem ocorrendo na sociedade, por meio dos movimentos sociais, especialmente os movimentos feministas e de mulheres (Bandeira e Almeida, 2013).

Conforme Tavares e Parente (2015), iniciou-se o debate ainda com as demandas oriundas dos movimentos sociais pós-ditadura militar, no processo de redemocratização do país nos anos 1980, e sofreu influência também das pressões dos organismos internacionais que passaram a orientar a inclusão das questões de gênero na agenda política, como as Conferências Mundiais das Mulheres que ocorreram no México em 1975; em Nairóbi no ano de 1985; e em Beijing, em 1995 e em 2000, dentre outros (Bandeira e Almeida, 2013; Farah, 2004).

A Constituição Federal de 1988, no Capítulo I – “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, garante que os homens e as mulheres são iguais em direitos e obrigações, garantindo o mesmo tratamento perante a lei. Além disso, o Brasil é

signatário da maior parte dos Tratados e Convenções Internacionais dos Direitos Humanos das Mulheres, sendo uma referência para a orientação de formulações de políticas públicas com perspectivas de gênero (Bandeira e Almeida, 2013).

No entanto, as políticas do final do século XX destinadas às mulheres eram centralizadas na sua responsabilidade na reprodução social, atendendo à demanda por creches, saúde, dentre outros. Mas, tais políticas eram voltadas para a manutenção da família e não necessariamente para o desenvolvimento da autonomia das mulheres (Tavares e Parente, 2015).

De acordo com Bandeira e Almeida (2013), de modo geral, as políticas públicas no contexto brasileiro são dirigidas às mulheres, não contemplando necessariamente à perspectiva de gênero, pois há uma linguagem masculina exclusivista que permeia as estruturas jurídico institucionais do país. As autoras reconhecem que há uma situação de poder com referencial masculino introjetado no planejamento das ações públicas, até mesmo dos governos comprometidos com a redução das desigualdades de gênero.

É necessário fazer a distinção entre o que são “políticas públicas para mulheres” e “políticas públicas de gênero”, pois a ação política não é neutra no que diz respeito às questões de gênero e provoca impactos diferentes para homens e para mulheres. As “políticas públicas para mulheres” centralizam-se no feminino e sua reprodução social, não priorizando, necessariamente, as relações desiguais entre os sexos. Ao contrário, reafirmam a visão androcêntrica ao enfatizar a responsabilidade feminina pela reprodução social e garantir a manutenção e permanência da família. Mesmo que busquem o empoderamento e autonomia feminina por meio de sua emancipação financeira, essas políticas tendem a restringir as alternativas em atividades historicamente consideradas “femininas”, como artesanato, processamento de alimentos e pequenas criações (Bandeira e Almeida, 2013).

As “políticas públicas de gênero” consideram a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, nas relações individual e coletiva, além da natureza dos conflitos e negociações produzidos nas relações interpessoais, envolvem a construção do sujeito feminino e buscam a igualdade entre os sujeitos. Essas políticas consideram as diferenças no processo de socialização e de relações de poder. (Bandeira e Almeida, 2013). As políticas de gênero teriam um caráter de igualdade de oportunidades para as mulheres em relação aos homens, garantindo o acesso às mesmas condições destinadas ao sexo masculino.

Bandeira e Almeida (2013) afirmam que embora as políticas para as mulheres tenham menor abrangência, sejam mais restritas e pontuais, sem instaurar a possibilidade de ruptura com as relações desiguais de gênero, em longo prazo, elas devem se converter em políticas de gênero, sendo uma estratégia para promover a igualdade de gênero.

A formulação de políticas de gênero depende da avaliação e da consolidação de uma perspectiva relacional e crítica sobre as políticas públicas. Tais políticas partem da premissa de que as instituições são partícipes da construção política e social de gênero, tendo, portanto, responsabilidade no combate às desigualdades entre homens e mulheres. As políticas de gênero devem respeitar as mulheres como sujeitos autônomos e agentes, participantes do processo de desenvolvimento, para além dos papéis sexuais naturalizados culturalmente (Bandeira e Almeida, 2013).

Outro fator importante apontado por Bandeira e Almeida (2013, p.39) é que as mulheres “não são sujeitos homogêneos na ideologia individualista moderna, mas cidadãs situadas historicamente, membros da comunidade e portadoras de direitos”, devendo ser levadas em consideração no processo de elaboração e de implementação de políticas públicas.

Para que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar apresentem uma perspectiva de gênero, elas devem, portanto, apresentar propostas relacionadas à igualdade de gênero no espaço rural, garantindo o empoderamento das mulheres, reconhecendo seu papel como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente (Pacheco, 2009; Siliprandi, 2009). Da mesma forma, as políticas públicas devem valorizar a organização feminina, assegurando-lhes o apoio organizativo, o controle sobre recursos produtivos (como terra e crédito) e a capacitação técnica (Pacheco, 2009).

A reprodução social e econômica da agricultura familiar teve forte apoio das políticas públicas destinadas ao meio rural, em especial as políticas de crédito. No entanto, essas políticas não foram construídas levando em conta a diversidade cultural e produtiva, as formas de operação das unidades familiares e suas formas de reprodução (Siliprandi, 2009).

Historicamente, as políticas públicas para a agricultura familiar foram destinadas à família ou à unidade de produção familiar, porém reproduzindo a lógica de exclusão ao tomar como unidade de referência de planejamento e de ação o homem como chefe de família. Como consequência, as políticas agrícolas e agrárias

não visualizavam o trabalho produtivo das mulheres, secundarizando-o e descaracterizando-o como mera “ajuda” aos homens (Costa e Jalil, 2015; Pacheco, 2009; Siliprandi, 2009). É essa forma de olhar a organização do trabalho que serviu de referência, no passado, para as políticas de desenvolvimento rural, incluindo os serviços de assistência técnica e extensão rural (Costa e Jalil, 2015).

Segundo Siliprandi (2009, p. 123), recentemente “[...] passaram a existir pressões por parte de entidades externas às famílias (Estado, organizações não governamentais, movimentos de mulheres rurais) para que as mulheres estivessem presentes em maior número nos espaços onde as propostas de apoio à transição eram discutidas [...]”. Desta forma, há uma tendência ao reconhecimento social do trabalho desenvolvido por elas.

Figueiredo (2010) observou, em seus estudos, que essas pressões resultaram em atividades formativas com vistas a fortalecer a participação feminina dos espaços coletivos, como oficinas sobre relações de gênero, intercâmbio entre agricultoras, seminários de formação sobre políticas públicas e demais ações de promoção da mulher, além de estimular a participação feminina em atividades de natureza econômica. Para este autor, a combinação das vertentes de natureza política, voltada para estimular a participação das mulheres rurais; e a econômica, com intuito de geração de trabalho e renda, contribuíram para a inserção definitiva das mulheres nos diversos espaços sociais.

Apesar das políticas públicas voltadas para as mulheres agricultoras no Brasil terem sido influenciadas diretamente pelos organismos internacionais, a partir dos contextos políticos de cada época, Lozano (2017) considera que tais políticas foram e são, antes de tudo, o resultado das lutas das mulheres nos movimentos sociais rurais do país ao longo dos anos.

Essas lutas ocorreram graças aos esforços das organizações das mulheres rurais com o objetivo de ganharem visibilidade e espaço na agenda política perante ao Estado, mas não somente. As mulheres rurais buscaram, a partir de suas organizações, ganhar reconhecimento como cidadãos de direito e sujeitos de mudança perante à sociedade, dentro dos próprios movimentos camponeses (Siliprandi e Cintrão, 2015).

A partir desses movimentos, um conjunto de políticas públicas foram implantadas com intenção de reconhecer as mulheres rurais como cidadãos, independentemente do seu estado civil ou posição na família, bem como foram

realizadas adequações nas estruturas de atendimento público, tanto com a criação de órgãos especializados nos diversos temas relacionados às mulheres, quanto à orientação na mediação de políticas de gênero (Siliprandi e Cintrão, 2015).

No entanto, segundo Siliprandi e Cintrão (2015), houve dificuldades na operacionalização de políticas de gênero devido à falta de transversalidade no processo de elaboração das políticas, havendo barreiras legais e jurídicas que engessam a estrutura estatal dificultando o processo. O processo de mediação também foi dificultado pela forma como os funcionários e os gestores públicos percebem o lugar social das mulheres agricultoras familiares.

No início da década de 2000, mulheres rurais buscaram a ocupação do espaço público reivindicando o direito de serem beneficiárias de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, como forma de reconhecimento de sua condição de produtoras rurais, demandando políticas diferenciadas que atendessem às suas necessidades específicas (Siliprandi e Cintrão).

Dentre os movimentos feministas no campo se destacam as Marchas das Margaridas¹, que tiveram cinco edições, sendo a primeira no ano 2000, e representaram uma adesão ao movimento internacional feminista Marcha Mundial de Mulheres. Ao longo de suas edições, apresentou um amadurecimento político, com reivindicações importantes, que variaram desde o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras na agricultura, o direito ao acesso à terra nas políticas de reforma agrária; direitos previdenciários; acesso à documentação básica; acesso ao crédito, à ATER e à formação profissional, geração de renda e comercialização; o combate à violência doméstica; políticas de segurança alimentar e nutricional; até reivindicações que extrapolam as questões de gênero, avançando na proposição de um modelo de desenvolvimento que integra elementos trazidos pelo feminismo com as questões estratégicas dos movimentos ambientalistas (Siliprandi e Cintrão, 2015).

O primeiro ponto da pauta da Marcha das Margaridas em 2000 e em 2003 foi a questão da dificuldade de acesso à documentação básica para as mulheres rurais, já comentado neste estudo. Essa reivindicação foi respondida pelo Estado em 2004, a partir da criação Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural. Desde então, milhões de trabalhadoras puderam fazer sua documentação

¹ A Marcha das Margaridas recebeu este nome em homenagem à líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 e é organizada por um conjunto de organizações coordenadas pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (Lozano, 2017; Siliprandi e Cintrão, 2015).

básica, segundo exposto por Siliprandi e Cintrão (2015). Mas, as autoras ainda ponderam que o problema ainda permanece em pauta e chamam a atenção para o fato de não terem sido superados os fatores que levam as mulheres a não terem documentos, sendo um desafio a ampliação do atendimento.

Para corresponder às demandas das mulheres rurais houve a necessidade de criação de estruturas permanentes que atendessem as instituições criadas com esse propósito. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com *status* de Ministério, a qual foi responsável pela realização de três Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM), que ocorreram em 2004, 2007 e 2011. Tais conferências representaram um espaço de diálogo entre governo e movimentos sociais, que resultaram na elaboração dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres I, II e III (Siliprandi e Cintrão, 2015).

Tais planos contemplaram demandas específicas das mulheres, incluindo as mulheres rurais e a proposta da transversalidade das questões de gênero na elaboração de políticas públicas, de forma que o tema transitasse entre as ações dos Ministérios. No entanto, nem sempre a transversalidade de gênero é adotada na construção das diversas políticas, tendo o enfoque de empoderamento como uma meta a ser alcançada, mas não expressamente explicitada. Dessa forma, há a necessidade de ações integradas para possibilitar a redução das desigualdades de gênero existentes nas políticas públicas (Lozano, 2017).

Uma das reivindicações das Marchas das Margaridas foi a criação de uma política de crédito específica para as mulheres, resultando na criação da linha de crédito Pronaf Mulher no ano safra 2003/2004 (Lozano, 2017). Também se destacam as reivindicações pela participação nos espaços de comercialização e o acesso à ATER, resultando na criação de cotas de 40% de participação nas organizações sociais para acesso ao Programa Aquisição de Alimentos (PAA) para compras institucionais; além da realização de chamadas públicas para atendimento em assistência técnica às mulheres, dentro da proposta de universalização de ATER prevista na operacionalização da Lei de ATER de 2010 (Siliprandi e Cintrão, 2015).

Pacheco (2009) afirma que apesar das políticas públicas de acesso ao crédito e de comercialização estimularem a participação da mulher, ainda prevalece a hegemonia masculina nesses espaços. A política de crédito para a valorização e o fortalecimento dos sistemas agrícolas tradicionais de forma integrada, ainda é inadequada, pois não se baseia no sistema de produção com seus vários

componentes, o que tanto põe em risco a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade como reforça as desigualdades de gênero.

Hernández (2009) também considera que mesmo que o Pronaf Mulher tenha sido proposto como instrumento para reduzir a desigualdade de gênero no meio rural, por promover a autonomia econômica e social de mulheres, o programa trouxe consigo características de “política para mulheres” nos primeiros anos de implementação, como a dependência da situação de inadimplência do marido em outras linhas de crédito acessadas por ele.

Embora, atualmente, o acesso das mulheres ao Pronaf não esteja diretamente ligado à necessidade de adimplência do companheiro, nos casos em que o homem já tenha acessado o Pronaf no seu limite de endividamento, a mulher reduz seu limite de crédito, devido ao comprometimento da capacidade de endividamento da família. Além disso, enquanto o homem pode acessar as linhas de crédito indefinidamente, desde que esteja dentro do seu limite de crédito, a mulher somente pode acessar o Pronaf Mulher duas vezes seguidas e desde que tenha quitado pelo menos três parcelas do primeiro contrato (BACEN, 2018).

Hernández (2009, p.60) ainda aponta que na maior parte das vezes os projetos não são elaborados de acordo com os interesses da mulher, mas buscam atender à uma “visão produtivista da agricultura familiar”, com o intuito de facilitar a aprovação pelos agentes bancários a partir das normativas dos bancos. Isso compromete a participação da mulher como agente do processo.

Hernández (2009) conclui, portanto, que as políticas de crédito podem atender às demandas, mas não transformam as relações de gênero no espaço rural, pois não foram elaboradas políticas que atinjam as relações de poder, prevalecendo ações focalizadas na mulher e seu papel reprodutivo. Dessa forma, a elaboração de políticas públicas que favoreçam a autonomia e o empoderamento das mulheres rurais como forma de contribuir para o desenvolvimento rural, tornam-se um grande desafio, já que tendem a ser “carregadas de tecnicismo e esvaziadas do seu caráter transformador” (Bandeira e Almeida, 2013, p. 42).

Bandeira e Almeida (2013) afirmam que há a necessidade de tornar transversal o debate de gênero nas políticas públicas como forma de garantir uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais, especialmente em nível de mediação.

O intuito é aumentar a eficácia das ações, assegurando o que Bandeira e Almeida (2013) chamam de “governabilidade democrática e inclusiva”. As autoras definem que governabilidade se assenta na sustentação das propostas, na capacidade de atendimento das demandas da sociedade civil, com a devida aplicação dos recursos nessas ações. No contexto de igualdade de gênero, a governabilidade seria assegurada a partir de três dimensões articuladas: a vontade e decisão política em garantir a incorporação da transversalidade de gênero; a incorporação na prática pelos executores, monitores e avaliadores das políticas públicas nas instâncias federal, estadual e municipal; e a disseminação de novos valores culturais e políticos, junto à população, visando a romper com as relações desiguais de gênero e a construção de uma cidadania inclusiva.

Contudo, as autoras acreditam que o principal entrave para a abordagem transversal do tema gênero nas políticas públicas está relacionado ao fato de os formuladores das políticas e programas considerarem a condição de gênero como um “acessório opcional” das ações individuais e não como uma questão estruturante no campo das relações sociais (Bandeira e Almeida, 2013).

Apesar dos entraves e dificuldades de se inserir o debate das questões de gênero nas formulações de políticas e programas de forma transversal, o reconhecimento da importância do investimento em políticas de gênero para o desenvolvimento tem sido destacado por pesquisadores como Amartya Sen (2000) e Malhotra et al. (2002).

Para Sen (2000), o desenvolvimento consiste na expansão das liberdades reais que as pessoas podem usufruir, sendo essa liberdade o principal meio de se alcançá-lo. O autor interpreta que para usufruir das liberdades há a necessidade de se empoderar o indivíduo. Assim, no contexto de gênero, Sen (2000) e Malhotra et al. (2002) afirmam que o empoderamento das mulheres, por meio da independência econômica e emancipação social, contribui positivamente para o fortalecimento da posição de agente das mulheres, modificando os princípios organizadores que governam as divisões intrafamiliares e na sociedade, sendo uma ferramenta indispensável para promover o desenvolvimento.

2.4 Estratégias de desenvolvimento rural a partir dos debates de gênero

O conceito de Desenvolvimento Rural foi reformulado nos últimos setenta anos de acordo com o contexto econômico e político de cada época, sendo implementado normativamente, de forma heterogênea e não cronologicamente definida entre os países e regiões (Ellis e Biggs, 2001). Há uma evolução contínua e rápida do significado do termo, que influencia na adoção de ideias, políticas e práticas (Chambers, 2010).

Ellis e Biggs (2001) afirmam que qualquer tentativa de retratar as ideias de desenvolvimento rural no decorrer do tempo seria uma simplificação excessiva, mas a complexidade do tema pode ser minimizada por meio de uma abordagem comparativa (Ploeg, 2011) entre as descrições dos processos de desenvolvimento construídas a partir dos diferentes espaços e tempos, buscando-se avaliar as semelhanças e divergências e identificar a essência comum do desenvolvimento rural nesses contextos.

Apesar da compreensão sobre conjuntos de ideias de desenvolvimento rural ser muito desigual, nas diversas situações, o conceito dominante tem sido aquele atribuído por economistas e usado na economia. Por conta disso, o termo desenvolvimento tem sido igualado a desenvolvimento econômico e, por muitas vezes, confundido com crescimento econômico (Ellis e Biggs, 2001, Chambers, 2010, Freitas et al., 2012).

Foi com base na ideia de crescimento econômico que se iniciaram as proposições de desenvolvimento voltadas para o processo de “modernização” tecnológica para o aumento da renda econômica nos anos 1950. Teóricos da época, como Rostow (1953, apud Hernández, 2009), pressupunham que o desenvolvimento era um processo composto por fases ascendentes, atrelada à ideia de progresso, sendo que parte da sociedade sairia do “atraso” para a “modernidade racional”. Essa ideia se consolidou a partir dos anos 1950 e ainda influencia os modelos de desenvolvimento no Brasil e no mundo (Hernández, 2009).

No entanto, essa noção de progresso não pode ser aplicada de forma generalizada para todos os povos e sociedades. Segundo Almeida (1997), a análise social evidencia a coexistência de conflitos entre civilizações diferentes, especialmente onde as relações de dominação são predominantes, sendo muitas vezes a fonte de opressão e miséria. Da mesma forma, Almeida (1997) afirma que a

noção de crescimento também é insuficiente para explicar as transformações estruturais que ocorrem nos sistemas socioeconômicos, enquanto que a noção de desenvolvimento busca evidenciar as dimensões econômica, social e cultural da transformação estrutural da sociedade. Nesta segunda noção, a dimensão econômica interage reciprocamente com os aspectos socioculturais.

A partir da década de 1960, então, as teorias desenvolvimentistas, tanto de origem liberais ou marxistas, propuseram modelos universais, a partir da ideia do paradigma do humanismo ocidental, em que o desenvolvimento socioeconômico seria alcançado a partir dos avanços técnico-científicos, o qual geraria crescimento e progresso das virtudes humanas, das liberdades dos poderes dos homens. Essa noção de desenvolvimento foi pensada e aplicada de maneira uniformizante, independentemente das especificidades dos povos e culturas (Almeida, 1997).

Com relação ao Desenvolvimento Rural, as ideias relacionadas ao desenvolvimento como crescimento econômico são, normalmente, associadas às noções do que é rural, como um espaço de produção agropecuária, ressaltando a dimensão agrícola da vida no campo. Assim, esse entendimento influenciou a elaboração de políticas públicas para o meio rural com ações que atendessem prioritariamente às necessidades da atividade agropecuária e as mudanças técnico-produtivas em prol do progresso tecnológico na agricultura (Freitas et al., 2012; Graziano da Silva, 1999).

A partir dessas ideias, Ploeg et al. (2000) e Kageyama (2004) afirmam que as definições de desenvolvimento rural se sustentaram no paradigma da modernização da agricultura desde a década de 1950. Esse paradigma dominou a teoria, as práticas e, especialmente, as políticas para o meio rural, como sendo a principal ferramenta para se alcançar o desenvolvimento econômico das comunidades rurais, por meio da elevação da renda.

No Brasil, as ideias de modernização tecnológica, como base para o crescimento econômico, se fortaleceram nas décadas de 1960-1970, sustentadas pelas elites agrárias, acadêmicos, economistas e militares que ocuparam o governo naquele período. O argumento utilizado era de que a agricultura precisava acompanhar a modernização tecnológica para cumprir sua função no processo de desenvolvimento do país. Para dar suporte a essas transformações, políticas públicas como as de crédito rural subsidiado – como forma de impulsionar a inovação e modernização da agricultura; o seguro agrícola e a garantia de preços; de

financiamento de pesquisas agropecuárias; de assistência técnica e extensão rural, de expansão da fronteira agrícola e de desenvolvimento de infraestruturas para atender à crescente produção foram institucionalizadas no Brasil durante esse período (Grisa e Schneider, 2015).

No entanto, tais políticas beneficiaram grupos específicos da agricultura nacional: médios e grandes agricultores capitalizados, produtores de *commodities* (café, soja, trigo, cana-de-açúcar, algodão, laranja), concentrados na região sul e sudeste do Brasil (Grisa e Schneider, 2015; Martini, 1991). Era um “modelo extremamente seletivo e gerador de múltiplas desigualdades sociais” (Freitas et al., 2012, p. 1578).

Segundo Ellis e Biggs (2001), a ideia de que a agricultura em grande escala, mecanizada e intensiva é mais eficiente que o da “pequena propriedade” (até então assim chamada) dominou o pensamento de economistas do agronegócio até o final dos anos 1970. Mas os autores reconhecem que as mesmas ideias continuam a “ressurgir” nos discursos de desenvolvimento rural.

A partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, a crise econômica (crise do petróleo e o aumento da dívida externa) contribuiu para agravar ainda mais a pobreza e a desigualdade social, especialmente na América Latina. O Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) impuseram mudanças estruturais neoliberais, com redução da ação do Estado sobre a economia de mercado, repercutindo negativamente sobre a população rural mais empobrecida (Ellis e Biggs, 2001; Hernández, 2009). Esse processo de liberalização econômica se estabeleceu no Brasil mais fortemente no final da década de 1980, impondo novas estratégias de ação governamental, com a minimização da intervenção do Estado, desregulamentação das atividades econômicas e liberalização dos mercados (Grisa e Schneider, 2015).

Com a postura neoliberal desse período, a redução da ação do Estado aliada à liberalização dos mercados, a globalização e políticas macroeconômicas que provocaram quedas na renda do setor agrícola e desequilíbrio na balança comercial, comprometeram a reprodução social e econômica da agricultura familiar, já tão afetada pelas consequências do processo de modernização da agricultura, iniciada nas décadas anteriores (Mattei, 2014; Grisa e Schneider, 2015).

Baseado nessas transformações, críticas à Revolução Verde, o reconhecimento da necessidade do processo participativo – que possibilita os

moradores rurais a assumirem o controle de suas próprias prioridades de mudança – e a importância da agricultura de base familiar para o desenvolvimento rural tornaram-se um novo paradigma nos anos 1980-1990 (Ellis e Biggs, 2001).

O desenvolvimento passou a ser reconhecido como um processo e não um fim, por agências e organizações internacionais. Reconheceu-se, também, a participação de atores diversos no processo de desenvolvimento. Iniciaram-se os debates sobre o desenvolvimento humano, a necessidade da redução da pobreza e o debate sobre gênero no processo de desenvolvimento (Ellis e Biggs, 2001; Ploeg, 2011).

Mudanças paradigmáticas nos estudos rurais passaram a destacar a importância e permanência da agricultura familiar. No Brasil, intensificaram-se os conflitos e reivindicações por políticas para a agricultura familiar, especialmente a partir de 1990. O marco dessas manifestações foi o Grito da Terra Brasil, que resultou no atendimento a algumas reivindicações dos trabalhadores, trabalhadoras rurais e seus representantes sindicais, e outros movimentos sociais, como a criação do Pronaf (Grisa e Schneider, 2015).

É importante destacar que também o Pronaf teve como principal ação o financiamento da agricultura de base familiar, com foco no processo de modernização deste setor, ou seja, o crédito financiando a produção para gerar mais renda e, conseqüentemente, maior bem-estar da população rural e desenvolvimento econômico (Freitas et al., 2012).

No final da década de 1990, as políticas para a agricultura familiar no Brasil passaram a direcionar seu foco para as ações sociais e assistenciais. O próprio Pronaf passou a atender à diversidade socioeconômica da agricultura familiar com a criação de grupos e linhas direcionados também para o público mais vulnerável e descapitalizado. Programas de transferência de renda, de garantia de safra em casos de intempéries, programa de habitação rural, dentre outras, também foram implementados, a partir dos anos 2000. Tais políticas contribuíram significativamente para a redução da pobreza e da desigualdade no meio rural (Grisa e Schneider, 2015). Os autores ressaltam que as políticas sociais e assistenciais voltadas para a agricultura familiar alcançaram as regiões e os povos mais vulneráveis e tiveram repercussão sobre o desenvolvimento rural com um viés diferente da inclusão produtiva ou pelo mercado de trabalho, indicando que o desenvolvimento rural não depende exclusivamente de políticas agrícolas ou agrárias para acontecer.

A partir dos anos 2000, intensificaram-se os debates acerca da sustentabilidade econômica, social e ambiental. O tema agroecologia se destacou nas políticas para a agricultura familiar. A descentralização e a participação crítica como prática para propostas na elaboração de políticas públicas foram incentivadas (Ellis e Biggs, 2001).

No Brasil, em especial, houve a saída do governo liberal para a entrada de um governo situado mais à esquerda do espectro político. Embora não tenha havido uma ruptura radical com o modelo anterior, alterações importantes ocorreram nas relações do Estado com a sociedade civil. Atores antes marginalizados passaram a participar das arenas políticas. Ideias de estudiosos, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada passaram a compor a agenda política. A segurança alimentar e a agroecologia ganharam destaque nas políticas para a agricultura familiar, bem como as questões de gênero, geração e etnias (Grisa e Schneider, 2015).

A participação da sociedade civil também foi importante para a formulação de políticas públicas nas últimas décadas. Os movimentos sociais passaram de propositivos para parceiros na formulação e na execução das políticas, que Grisa e Schneider (2015) denominaram cogestão e que contribuíram para o empoderamento das organizações sociais.

Ploeg (2011, p. 118) afirma que à medida que se mudam as gerações, mudam também os “mecanismos e práticas favoritas de cada geração”, mas mantendo-se o rótulo do desenvolvimento rural voltado para a economia de mercado. Para o autor, o desenvolvimento rural sempre esteve relacionado a um conjunto de respostas decorrentes do que ele chama de “falhas de mercado” (p. 122). Ou seja, se refere a tudo aquilo que se organiza para cobrir tais falhas – como as desigualdades sociais – normalmente por meio da criação de novos mercados, a partir do próprio processo de desenvolvimento rural, especialmente em países ocidentais.

No entanto, as transformações da sociedade diante das falhas de mercado que ocorreram no processo de modernização, levaram ao surgimento de novo paradigma, em que o desenvolvimento rural está envolvido com a produção de bens públicos, a sinergia com o ecossistema local, a valorização das economias locais, dentre outros, que produzam o bem-estar da população rural (Ploeg et al., 2000).

O desenvolvimento rural é um processo multinível, pois ocorre desde o nível familiar, regional, territorial, até o nível global, a partir da relação da agricultura com a sociedade. É também multiatores, pois envolve vários atores nas relações locais,

regionais e globais, recrutados especialmente pelas instituições envolvidas com o processo de desenvolvimento. E ainda é multifacetado, pois se desenvolveram novas práticas agrícolas e não agrícolas de produção e de comercialização, assumindo novos papéis e estabelecendo novas relações sociais no campo (Kageyama, 2004; Ploeg et al., 2000). Maluf (2015) considera ainda que o processo de desenvolvimento também é multidimensional e intersetorial. Multidimensional por envolver as dimensões econômica, social e ambiental; e intersetorial por envolver não somente o setor agropecuário, mas, também, a inter-relação com os diversos setores produtivos, como o industrial e de serviços.

A dimensão social incluída no debate do desenvolvimento, a partir da década de 1990 – que no Brasil se consolidou a partir dos anos 2000, foi influenciada pela ideia de promoção da justiça social e da liberdade apresentada por Amartya Sen em seu livro “Desenvolvimento como liberdade” (2000), que considerou as capacidades humanas como objeto de políticas públicas desde então. Para Sen, o desenvolvimento consiste em eliminar as privações de liberdade que limitam as escolhas das pessoas, dando-lhes oportunidades de exercer sua condição de agente. A perspectiva de liberdade se refere aos processos que proporcionam a liberdade de escolha, de ação e de decisão a partir das condições reais das pessoas.

Sen (2000) afirma que desenvolvimento não se restringe ao crescimento econômico ou modernização social, mas poderia ser conceituado como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (p.17). O crescimento econômico ou o aumento de renda pode contribuir para a expansão das liberdades, mas estas dependem de disposições sociais, como o acesso à educação e saúde, e de direitos civis, como a participação em debates públicos.

A privação da liberdade pode estar na pobreza, na dificuldade de se alimentar, de se vestir, de ter uma moradia digna. Pode estar na privação do acesso a serviços públicos, como saúde e educação. Ou ainda na privação dos direitos civis e políticos, impedindo a liberdade de participar da vida política, econômica e social da comunidade. Portanto, para Sen (2000) a liberdade deve ser o foco do processo de desenvolvimento.

Assim, as ações públicas, devem conferir oportunidades sociais e individuais de participação econômica e política, como forma de favorecer iniciativas que possam romper as dificuldades e privações pessoais (Sen, 2000). A ênfase das políticas públicas – especificamente a partir de 2003, no Brasil - passa a ser, então, a ampliação

da capacidade (*capability* ou oportunidades vitais) de as pessoas exercitarem o poder de livre escolha a partir das oportunidades que lhes são apresentadas (Sen, 2000), tendo em vista a “autorrealização, a autonomia e a felicidade” (Freitas et al., 2012, p. 1580). Sen (2000) considera que as capacidades podem ser aumentadas pelas políticas públicas, mas a direção que a política pública toma pode ser influenciada pelo uso das capacidades participativas do povo. E essa ampliação das capacidades, envolve os “agentes” sociais.

A partir da expansão das liberdades das pessoas, o seu potencial de “agente” tende a aumentar. Essa “condição de agente” se refere à capacidade de uma pessoa agir e promover mudança, a partir de seus próprios valores e objetivos. O indivíduo, em sua “condição de agente” torna-se membro público e participante de ações econômicas, sociais e políticas, influenciando no planejamento de políticas públicas, contribuindo para sintonizar as decisões governamentais de modo a atender os interesses do público-alvo. As pessoas não somente devem ter acesso às oportunidades, mas também devem ter o direito de participar da construção destas (Sen, 2000). Nessa concepção de Sen (2000), as mulheres não devem ser vistas como meras beneficiárias ou receptoras passivas de benefícios, mas como agentes ativas de mudança.

Sen (2000) considera alguns tipos de liberdade instrumental que podem contribuir para a capacidade geral da pessoa viver mais livremente e de complementar umas às outras, reforçando sua importância conjunta. São elas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Exemplificando as liberdades instrumentais, Sen (2000) explica que as liberdades políticas (incluindo os direitos civis) estariam, por exemplo, nas oportunidades de escolher seu representante político, de fiscalizar e criticar o governo, direito ao voto, liberdade de expressão política, dentre outras. As facilidades econômicas seriam a oportunidade de utilizar recursos com propósito de consumo, produção ou troca, devendo-se considerar as ações distributivas tão importantes quanto as agregativas. Aqui, o autor cita a disponibilidade de financiamentos e o acesso a ele como sendo uma influência crucial sobre a facilidade econômica. Para ele, a privação do crédito pode afetar gravemente as capacidades econômicas de quem dele depende.

As oportunidades sociais são as relacionadas as liberdades substantivas, como o acesso à saúde e educação. As garantias de transparência estão relacionadas às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar nas relações sociais, como a não ocorrência de corrupção, irresponsabilidades financeiras e de transações ilícitas. Com relação à segurança protetora, Sen (2000) afirma que se refere à seguridade social, como benefícios aos desempregados e transferências de renda.

Sen considera que essas liberdades instrumentais se complementam, devendo ocorrer simultaneamente, mutuamente. Há a necessidade de desenvolver e sustentar uma pluralidade de instituições e serviços públicos e privados para se garantir as liberdades instrumentais. As pessoas devem ser ativamente envolvidas “na conformação do seu próprio destino e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento” (Sen, 2000, p. 71).

O discurso de empoderamento como estratégia de desenvolvimento passou a influenciar na elaboração de políticas públicas e nas ações de organizações e instituições, a partir de então com vistas a ampliar as capacidades dos indivíduos (Freitas et al., 2013). Esse discurso esteve intimamente relacionado ao desenvolvimento da autonomia econômica dos sujeitos.

De acordo com Hernández (2009), a partir dos anos 2000, as políticas de crédito e de microcrédito têm sido utilizadas como estratégias de desenvolvimento ao promover acesso a recursos financeiros, na expectativa de emancipação financeira para as populações em situação de vulnerabilidade.

O acesso ao crédito se mostra como uma oportunidade para a autonomia econômica dos indivíduos. Para as mulheres, o acesso ao crédito pode representar uma estratégia para romper com as relações desiguais de gênero, conferindo-lhe autonomia financeira (Hernández, 2009). Essa autonomia financeira, por contribuir positivamente para fortalecer a voz ativa e a condição de agente das mulheres, contribui para o empoderamento da mulher (Hernández, 2009; Sen, 2000).

Para que os indivíduos tenham liberdade de escolhas e o poder de decidirem sobre suas escolhas, há a necessidade de que haja oportunidades e igualdade de acesso a elas. Sen (2000) considera que a desigualdade é um entrave para o desenvolvimento. E, para o autor, a desigualdade não estaria relacionada exclusivamente à desigualdade de renda, mas à falta de liberdade e nas privações das capacidades, as quais comprometem a qualidade de vida dos indivíduos e sua capacidade de ser e fazer.

Conforme apontado por Therborn (2001), historicamente, os discursos de desigualdade tenderam a se referir às diferenças entre determinadas categorias de pessoas, especialmente entre raças, castas e classes. A ideia de desigualdade entre gênero, gerações e outros aspectos da humanidade, somente receberam interesse recentemente.

Sen (2000) e Ellis e Biggs (2001) afirmaram que a observação da importância da mulher para o desenvolvimento veio a partir da discussão sobre a pobreza. O papel da mulher na manutenção da família, no cuidado dos filhos, no cuidado com a alimentação e, também, na produção de alimentos, no controle da natalidade, dentre outros aspectos, começou a ser debatido no final dos anos 1970, ganhando maior destaque a partir de 1980, como sendo fundamental para a redução da pobreza no processo de desenvolvimento. Essa ideia influenciou na elaboração de políticas para o bem-estar social, que buscavam atender às necessidades básicas das mulheres que eram reconhecidas apenas como grupos vulneráveis na condição de pobreza.

Somente nos anos 1990, a desigualdade de gênero se tornou tema de debate para o desenvolvimento. Segundo Ellis e Biggs (2001), ampliou-se o debate de gênero como uma preocupação para o processo de desenvolvimento rural, enfatizando as desigualdades de oportunidades existentes entre mulheres e homens e a necessidade de se considerar os impactos das políticas para o meio rural nas relações entre homens e mulheres. A preocupação com a desigualdade e não apenas com a pobreza é uma forma de se preocupar com as estruturas sociais, é dar oportunidade de mobilização dos desfavorecidos e de construção de novas formas de organização e transformação social (Therborn, 2001).

Resumidamente, este item descreveu que a ideia de desenvolvimento rural na dimensão econômica dominou por décadas e influenciou (e ainda influencia) nas políticas agrícolas, especialmente as de crédito rural, como forma de “financiar” esse “desenvolvimento econômico”, por meio do investimento em tecnologia para o aumento da produtividade e produção para o aumento da renda e, conseqüentemente, bem-estar da população rural (Grisa e Schneider, 2015).

A ideia de que são as pessoas e suas relações que promovem o processo de desenvolvimento e que, portanto, as mulheres fazem parte dele, somente veio à tona a partir da década de 1980, enquanto o debate sobre as desigualdades de gênero foi inserido no discurso de desenvolvimento nos anos 1990 (Ellis e Biggs, 2001), com

inclusão das questões de gênero na agenda política brasileira somente nos anos 2000 (Grisa e Schneider, 2015).

O estado do Espírito Santo seguiu a mesma trajetória nas políticas de desenvolvimento. Segundo Scarin (2010), em 1966 foi elaborado um Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo que propôs a criação de mecanismos de indução do desenvolvimento por meio do estabelecimento de complexos industriais e agropecuários, através de incentivos fiscais e investimento em infraestruturas.

A ideia de desenvolvimento atrelada à de crescimento econômico permaneceu nas articulações políticas no estado até o final da década de 1990. Scarin (2010) afirma que houve a manutenção do discurso centrado no urbano-industrial, na crise e na erradicação de cafezais (principal atividade agrícola do Estado) improdutivos, com vistas a modernização agrícola.

A partir de 2003, o novo contexto político favoreceu o desenvolvimento de novas articulações políticas no Espírito Santo. Naquele ano foi elaborado o primeiro Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (PEDEAG) 2003-2006, com ampliações das propostas para 2007-2010, e que propôs uma nova forma de pensar a agricultura capixaba, baseada nas ideias do agronegócio, cadeias produtivas e globalização, justificando o discurso de reestruturação das atividades econômicas, atribuindo à agricultura empresarial a responsabilidade pela geração de divisas (Scarin, 2010).

No estado do Espírito Santo, o discurso de desenvolvimento com foco nas pessoas é algo recente. No Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo lançado em 2006, com projeções para 2025, a ideia de desenvolvimento traz o discurso da democratização das oportunidades individuais e coletivas (Espírito Santo, 2006). Porém, a principal estratégia apresentada é o incentivo ao comércio exterior e o atendimento à demanda de mão de obra qualificada para atendimento aos setores industriais e de serviços (Scarin, 2010).

O documento apresenta como “os quatro grandes pilares da sustentação do desenvolvimento” como sendo: a erradicação da pobreza, com ampliação da inclusão social para redução das desigualdades; o desenvolvimento do capital humano; a diversificação econômica com agregação de valor à produção e adensamento das cadeias produtivas; e a transparência e ética na política. No entanto, o debate sobre gênero não aparece, trazendo apenas propostas de atendimento às necessidades

práticas das mulheres, como ampliação da rede de creches para facilitar a inserção das mulheres no mercado de trabalho; atendimento dos serviços primários de saúde à família e à mulher (Espírito Santo, 2006), demonstrando uma tendência à manutenção da ideia de bem-estar social empregada nas estratégias de desenvolvimento da década de 1970.

Em outro documento lançado em 2013, denominado Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Espírito Santo (PROEDES), a ênfase é dada ao desenvolvimento econômico sustentado pelo investimento em infraestrutura de tecnologia, com propósito de ampliar a eficiência e a competitividade capixaba nos ramos de negócios e na diversificação de atividades de maior intensidade tecnológica (Espírito Santo, 2013).

Com relação do Desenvolvimento Rural, em 2015, o Governo do Estado do Espírito Santo lançou a terceira edição do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (PEDEAG). Conforme descrito no documento, sua construção foi realizada de forma participativa, envolvendo diversos atores sociais. O foco do planejamento foi o aumento da produtividade e da qualidade da produção no agronegócio, por meio da inovação tecnológica, observando a sustentabilidade econômica, social e ambiental da propriedade rural, apontados como determinantes para o desenvolvimento regional.

Não se pretende, nesta tese, analisar as incongruências conceituais do documento, mas apontar as inconformidades com as ideias de gênero e desenvolvimento. O documento apresenta temas transversais para o debate de desenvolvimento rural como sendo: “inovação tecnológica e empresarial; inovação entre organizações e na cadeia; inovação no ambiente de negócios; sustentabilidade econômica e empreendedorismo; sustentabilidade e responsabilidade ambiental; e sustentabilidade e responsabilidade social” (Espírito Santo, 2015, p. 25). O documento não trata das questões das desigualdades de gênero no espaço rural e sequer apresenta propostas de ações direcionadas às mulheres rurais como estratégia para o desenvolvimento rural.

Na visão de Scarin (2010), o estado do Espírito Santo não se desvinculou da “doutrina” do desenvolvimento na perspectiva de um único sistema de conhecimento economicista e reducionista. Dentro do Planejamento Estratégico no Estado do Espírito Santo, como ações macroeconômicas, o tema gênero não compõe a agenda política, denotando negligência por parte dos formuladores de políticas públicas.

2.4.1 Gênero e desenvolvimento na agenda política

As questões de gênero não eram consideradas nas estratégias de desenvolvimento econômico até os anos 1970. De acordo com Pereira (2015), as organizações responsáveis pelas políticas de desenvolvimento tinham uma visão muito limitada das questões de gênero, considerando apenas os papéis reprodutivos e alguma parcela produtiva ligados às mulheres. Os estudos relacionados ao tema no meio rural, naquele período, estavam mais voltados para avaliar os programas de apoio à mulher rural no seu papel reprodutivo e produtivo ligado à esfera doméstica. Pereira (2015) cita como exemplo a atuação das economistas domésticas envolvidas com os trabalhos de ATER (discutido no item 2.7.3) no âmbito relacionado à luta contra a pobreza da mulher rural.

Os estudos realizados por Boserup (1970 apud Kabeer, 2006) relacionaram a pobreza e a condição da mulher e evidenciaram, especialmente, a participação econômica das mulheres na produção agrícola, e a importância desse papel no processo de desenvolvimento. Na tese sustentada por Boserup, as mulheres são atores econômicos, mas nas políticas públicas estão sujeitas aos programas de bem-estar social que reforçam a divisão sexual do trabalho (Kabeer, 2006; Pereira, 2015).

Dentro da perspectiva de modernização vigente naquela década, as mulheres das sociedades periféricas formavam, portanto, parte do setor atrasado e, assim, permaneciam à margem do processo de desenvolvimento. Reconhecia-se, assim, que a posição de subordinação da mulher era um obstáculo para o desenvolvimento (Pereira, 2015). Tais estudos influenciaram os planos de desenvolvimento propostos pelas diversas conferências sobre a mulher, realizadas pelas Nações Unidas naquela década de 1970 (Kabeer, 2006).

A partir das ideias propostas por Boserup (1970) foram desenvolvidos enfoques teóricos que Pereira (2015) relacionou como: Mulheres e Desenvolvimento (MED); Gênero e Desenvolvimento (GED); Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento (MMD) e Planejamento de Gênero (PG), que têm sido discutidos nas academias, agências internacionais e organizações não governamentais e têm orientado o planejamento de políticas públicas com perspectiva de gênero.

O enfoque principal de MED é a criação de programas específicos para incrementar a participação da mulher no desenvolvimento, mas partindo do pressuposto de que as mulheres são receptoras passivas no processo de

desenvolvimento, necessitando de “ajuda”. Definem os problemas das mulheres em termos das necessidades básicas das famílias. Nesse enfoque não há o questionamento dos papéis de gênero. Apenas incrementam que a mulher é um recurso humano não bem utilizado, podendo ser orientada a sua contribuição econômica ao desenvolvimento (Pereira, 2015).

Portanto, ao não se questionar as relações de gênero, os programas resultantes da teoria de MED priorizaram a produção das mulheres no âmbito doméstico, orientada para atividades tipicamente femininas, como transformação de alimentos e artesanato. Esses programas resultaram na ampliação da carga de trabalho das mulheres, sem, contudo, representarem aumento de renda ou de autonomia econômica. Na verdade, os programas reforçaram a divisão sexual do trabalho, estimulando o trabalho gratuito das mulheres na esfera doméstica, reafirmando seu papel reprodutivo, não contribuindo para mudanças nas relações de poder entre homens e mulheres (Pereira, 2015).

Nesse contexto, a partir da Terceira Conferência Mundial da Mulher, realizada em 1985, feministas questionaram as estratégias de desenvolvimento, reivindicando que os problemas que ocorrem com as mulheres sejam encarados como responsabilidade das relações desiguais de gênero, que submetem as mulheres a papéis de subordinação e marginalização na sociedade. Propõe-se um enfoque voltado para a realidade de um sistema desigual que impede o desenvolvimento da autonomia das mulheres e não para adaptar a vida delas ao modelo de desenvolvimento econômico vigente. A partir daí, surge o enfoque que foi denominado de Gênero e Desenvolvimento (GED) (Pereira, 2015).

A principal diferença na perspectiva de GED em relação a MED está na postura do primeiro em não interpretar a situação da mulher de forma isolada, mas decorrente de relações desiguais em que a mulher se submete ao homem; questionar as estruturas e instituições sociais, culturais, políticas e econômicas que reforçam a condição de subordinação da mulher em relação ao homem e considera que é possível a mudança nas relações sociais (Hernández, 2009).

Pereira (2015) considera que o enfoque em GED é de conflito, pois afirma que os programas de ajuda à mulher propostos pelo enfoque de MED não teriam eficácia, ou estes seriam muito limitados, se não se atentasse para a resolução dos problemas de igualdade e de subordinação.

O enfoque do paradigma de MMD é dado para a relação das mulheres com a natureza. De acordo com Pereira (2015), essa discussão se iniciou ainda na década de 1970, mas voltou a ser destaque na década de 1980. A tese defendida pelos teóricos da época é de que a própria desigualdade fez com que as mulheres ficassem mais próximas da natureza e de sua conservação do que o homem, uma vez que as primeiras exploram a natureza para sua subsistência e se preocupam com a saúde da família, enquanto os homens mantêm uma relação de exploração capitalista. Assim, considerando que a sustentabilidade ambiental deve ser objeto fundamental do desenvolvimento, a relevância do papel da mulher nesse processo deve ser enfatizada. Esse paradigma, conforme apresentado por Pereira (2015), é a base da corrente do Ecofeminismo no debate agroecológico, que traz reflexões sobre gênero, meio ambiente e desenvolvimento.

Na interpretação de Pereira (2015), nos três enfoques apresentados, as questões de gênero aparecem subordinadas aos objetivos do desenvolvimento. Já no enfoque de Planejamento de Gênero, essas questões adquirem a dimensão do objetivo, ou seja, o planejamento de desenvolvimento rural se volta para a consecução dos objetivos de gênero. O objetivo principal nesse enfoque, portanto, é corrigir as assimetrias de gênero, proporcionando igualdade e equidade entre mulheres e homens, sendo: igualdade nos papéis de gênero, tanto na divisão do trabalho, quanto na capacidade decisória sobre os recursos domésticos; igualdade de gênero no âmbito produtivo (mercado de trabalho); igualdade política nos diversos níveis de participação. Para o autor, “a diferença entre PG e GED está no fato de que, no paradigma GED, o gênero aparece como estratégia para o desenvolvimento e, no PG, é um objetivo em si mesmo” (Pereira, 2015, p. 34).

A partir da Quarta Conferência Mundial da Mulher em Beijing no ano de 1995, foi adotada a ideia de “transversalidade de gênero” (*gender mainstreaming*), que trata da incorporação da perspectiva de gênero no processo de formulação, implementação e avaliação de projetos e políticas públicas, como forma de integração de forma igualitária de mulheres e homens no sistema socioeconômico e político (Hernández, 2009; Pereira, 2015)

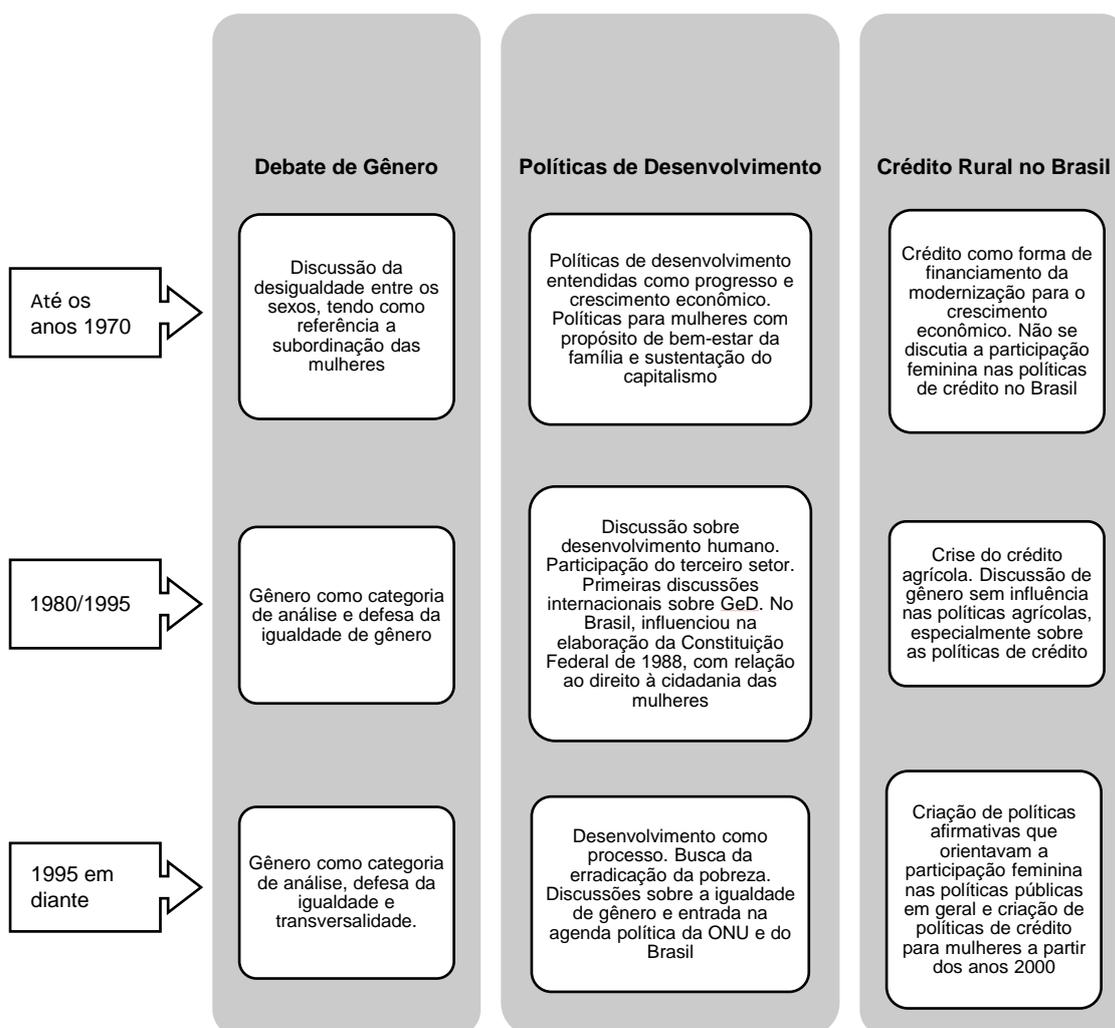
É essa a ideia que vem orientando as propostas dos organismos internacionais e instituições governamentais, como ONGs internacionais de gênero e o próprio Banco Mundial, que sugerem que os investimentos em políticas públicas considerem as estratégias de gênero, financiando projetos que promovam o

desenvolvimento da mulher e reduzam as desigualdades de gênero (Hernández, 2009; Pereira, 2015).

Assim, Pereira (2015) conclui que de uma abordagem assistencial para a mulher evoluiu-se para uma atuação de gênero inserida no paradigma Gênero e Desenvolvimento. Essa evolução também foi observada nas ideias de desenvolvimento, que também apresentaram reflexos nas políticas públicas, como a de crédito rural, como demonstrado na Figura 1.

A Figura 1 apresenta, de forma sintética e cronológica, a relação entre as ideias de desenvolvimento que nortearam as políticas públicas no Brasil, especialmente as políticas de crédito rural como estratégia de desenvolvimento e a contribuição das ideias feministas na construção dos debates de Gênero e Desenvolvimento que resultaram nas políticas atuais. Observa-se que, embora não se possa determinar a cronologia exata, houve uma interseção de ideias na contemporaneidade.

Até o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, os movimentos feministas se preocuparam mais com o debate da igualdade, com foco na mulher. Iniciou-se a discussão do desenvolvimento de teorias para sustentar o debate feminista. Paralelamente, a ideia do papel desempenhado pela mulher na sociedade capitalista se reforçava como reprodutivo para manter o “fornecimento” de mão de obra sadia e educada para o mercado de trabalho (Kabeer, 2006). As políticas para as mulheres eram centradas no atendimento às suas necessidades básicas como forma de redução da pobreza (Pereira, 2015). A política desenvolvimentista era voltada para o crescimento econômico por meio da modernização financiada pelo fornecimento de crédito de forma seletiva, ampliando a desigualdade social (Mattei, 2014).



Fonte: elaborado pela autora a partir das ideias de Ellis e Biggs (2001); Mattei (2014); Pereira (2015) e Sen (2000).

Figura 1 – Evolução das ideias de desenvolvimento em relação aos debates de gênero e à trajetória das políticas de crédito no Brasil.

Nos anos 1980/1990, o enfoque de desenvolvimento se voltou para o social, como desenvolvimento humano. O debate de gênero se iniciava, mas sem força política suficiente para mudanças nas instituições no Brasil (Siliprandi, 2015). A crise econômica do período comprometeu as políticas de crédito subsidiado. E, finalmente, a partir da metade dos anos 1990, houve maior envolvimento social nas reivindicações por políticas públicas que atendessem às populações historicamente excluídas do processo (Grisa e Schneider, 2015).

O desenvolvimento foi entendido como um processo e passou-se a debater o papel das relações de gênero, inclusive no desenvolvimento rural. Assim,

acompanhando a tendência, políticas de crédito foram orientadas para as populações marginalizadas, houve o reconhecimento da agricultura familiar, bem como foram criadas políticas de ações afirmativas para estimular a participação de mulheres como beneficiárias, além da criação de políticas de crédito exclusivamente para elas, como forma de contribuir para seu empoderamento (Hernández, 2009).

O foco das ações de desenvolvimento rural no Brasil, na visão dos estudiosos atuais, deve ser o combate à pobreza e às múltiplas vulnerabilidades das populações rurais. Para Schneider (2010), os estudos sobre desenvolvimento rural na perspectiva de processo de mudança social devem manter uma interface crítica e construtiva em relação aos seus interlocutores, que o autor cita especialmente como sendo o Estado e as políticas públicas para o meio rural, analisando os papéis dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento. Entre os estudos que Schneider propõe está justamente a necessidade de se conhecer a ação das forças externas, como as políticas públicas, sobre as relações intrafamiliares de poder, de trabalho e de gênero e quais os recursos e estratégias utilizados pelos atores sociais para o desenvolvimento.

Dessa forma, conhecer o debate de gênero e desenvolvimento, com enfoque no empoderamento de mulheres, a partir de políticas públicas, torna-se importante para compreender a inclusão das questões de gênero na elaboração das políticas de crédito e de extensão rural.

2.5 O empoderamento como estratégia de desenvolvimento

O termo empoderamento, ou *empowerment*, apresenta diversos conceitos dependendo do contexto em que é analisado. Inicialmente, em meados do século passado, o termo foi utilizado nas intervenções de desenvolvimento (Mosedale, 2005; Sardenberg, 2006).

Sardenberg (2006) afirma que o termo empoderamento vem sendo usado indiscriminadamente e adquirindo novos significados, nos últimos anos. Sua utilização tem-se tornado comum no discurso acadêmico, nas discussões políticas em órgãos governamentais e nos movimentos sociais, na maioria das vezes sob o enfoque de “Gênero e Desenvolvimento”.

O termo empoderamento teve origem nos Estados Unidos durante os movimentos dos direitos civis, inicialmente liderados por feministas no campo do

desenvolvimento e dos movimentos sociais de mulheres na década de 1970. Ampliando o seu uso para os estudos de comunidades, o termo também passou a compor as ideias de cooperação para o desenvolvimento, de agências internacionais como o Banco Mundial (Cruz, 2018).

O termo empoderamento também fez parte das “Metas do Milênio” estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano 2000, influenciadas pelas ideias de Sen (2000), com 191 nações signatárias, dentre elas o Brasil. Essas metas ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), e dentre elas está o objetivo de número 3 que corresponde a “promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”, como forma de gerar mudanças nas relações de poder entre os gêneros. Em 2015, os ODM foram transferidos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contemplando as dimensões econômica, social e ambiental, com metas mais amplas e inclusivas, e o propósito de erradicar a pobreza até o ano de 2030 (Cruz, 2018).

Sardenberg (2006) aponta que existem divergências de conceituação especialmente entre as perspectivas das agências e dos movimentos feministas, tanto sobre questões teórico-metodológicas, quanto de ordem política. De acordo com a autora, as agências governamentais visualizam o empoderamento feminino como um instrumento de desenvolvimento, com foco em autonomia financeira para a redução da pobreza, como democracia ou acesso a direitos. Enquanto que, para o movimento feminista, o empoderamento é o processo da conquista da autonomia, um meio de libertação da opressão patriarcal (Sardenberg, 2006).

O termo empoderamento é entendido como uma aquisição de poder, de fortalecimento de um indivíduo ou de um grupo, antes desprovido de poder. E esse poder está relacionado à sua capacidade de tomada de decisão para transformação da própria vida. Empoderar-se significa que as pessoas adquiriram o controle sobre as próprias vidas, desenvolveram a capacidade de fazer suas próprias escolhas e definir suas próprias prioridades, seus próprios interesses (León, 1997).

No entanto, quando se refere ao empoderamento de uma pessoa ou de um grupo, deve-se considerar que essa pessoa ou grupo é desprovido de poder em relação a outrem, ou em relação a si mesmo, quando comparado a outro momento anterior (Mosedale, 2005).

Mosedale (2005) apresenta quatro pontos para se discutir e entender o empoderamento. O primeiro é que para uma pessoa se empoderar, ela deve ter sido

primeiramente “desempoderada” (*disempowered*, p. 17). E, historicamente, as mulheres são impotentes em relação ao homens, muitas vezes. Em segundo lugar, empoderamento não pode ser concedido por um terceiro, ou seja, ninguém empodera ninguém. Desta forma, as mulheres para se empoderarem elas devem, antes, reivindicá-lo.

Na análise de Mosedale (2005), as agências de desenvolvimento não podem, portanto, empoderar as mulheres. Os mediadores podem atuar como facilitadores do empoderamento, na medida em que se criam condições favoráveis para o desenvolvimento da autonomia, mas não podem fazê-lo acontecer. Da mesma forma, se agentes criam e facilitam as condições para o empoderamento, porém, é necessário que, antes, as pessoas tomem consciência e empoderem-se por si mesmas (Mosedale, 2005; Sen, 1997).

Em terceiro lugar, as definições de empoderamento geralmente incluem a ideia de pessoas desenvolvendo autonomia, tomando decisões sobre questões que são importantes em suas vidas e sendo capaz de externá-las. As etapas de reflexão, análise e ação estão envolvidas neste processo e podem acontecer individualmente ou coletivamente, nos espaços públicos de discussão e nos movimentos sociais (Mosedale, 2005; Sen, 1997).

Mosedale (2005) e Sen (1997) concordam que, embora as lutas das mulheres pelo empoderamento tendam a se evidenciar por meio de esforços coletivos, o processo de empoderamento e de atitude se concentram em nível individual. E, finalmente, os autores concluem que o empoderamento é um processo contínuo e não um produto acabado, com uma meta final a se cumprir. O indivíduo não alcança o poder absoluto. As pessoas desenvolvem poder, ou não poder, em relação a outras, ou de forma mais importante, em relação a si próprias, quando comparadas à situação em que se encontravam anteriormente.

Foucault (1984) apresenta alguns princípios das relações de poder. O autor entende que o poder está em todos os lugares e não pertencente a apenas um grupo ou pessoa; o poder é imanente às relações, seja entre sujeitos, seja entre grupos; as relações de poder não se expressam na oposição binária entre dominador e dominado, mas em correlação entre forças múltiplas, pois onde há poder, há resistência. Nesta concepção, o poder está presente em todas as formas de relações, pois sem poder, não há relações sociais. Além disso, conclui que a resistência ao poder é uma forma de poder. Ele defende, portanto, que a estrutura de poder desigual

entre homens e mulheres, onde o homem tende a dominar a mulher, não é imutável. Pelo contrário, pode ocorrer a resistência das mulheres que, mediante a conscientização e a condição para fazê-lo, passam a exercer também o poder.

Romano (2002) apresenta duas grandes concepções sobre poder. A primeira seria relacionada à vertente do pluralismo norte-americano da ciência política. Essa concepção entende o poder como a capacidade de controle sobre algo ou alguém. A ideia é “poder sobre”, como uma substância finita, transferível, tomável, onde para um ter poder, outro (outros) perde (perdem), ou um jogo de soma zero.

A outra concepção apresentada por Romano (2002) tem origem na visão foucaultiana que não considera o poder como uma substância finita e que pode ser transferível. Na visão de Foucault “o poder é relacional; constituído numa rede de relações sociais entre pessoas que têm algum grau de liberdade; e somente existe quando se usa” (Romano, 2002, p. 245).

Ou seja, a partir da visão foucaultiana, o poder não se restringe apenas no “poder sobre” recursos (físicos, financeiros, humanos) e ideias, crenças, valores e atitudes. Mas, acrescenta o “poder para” realizar algo; o “poder com” para envolver o todo, para reunir interesses comuns, como mulheres questionando as relações de gênero; e o “poder dentro”, construindo o auto respeito e a autoestima e a aceitação dos outros como iguais. Esses últimos tipos de poder não são finitos e se desenvolvem a partir do seu exercício. Esses poderes quando adquiridos não eliminam ou reduzem o poder do outro, mas implicam em mudanças nas relações (Romano, 2002).

Nessa mesma linha de raciocínio, Mosedale (2005) propõe três dimensões de poder, referindo-os como “poder dentro”, “poder de” e “poder com”. O “poder dentro” se refere ao desenvolvimento da autoestima e autoconfiança. A baixa autoestima e o sentimento de exclusão e de inutilidade são reconhecidos como uma consequência da opressão sofrida pelas mulheres. Por isso, as políticas públicas têm buscado mudanças dessas condições.

O “poder de” é um poder que aumenta os limites do que é possível para uma pessoa sem necessariamente afetar os limites de outrem. Mosedale (2005) cita como exemplo a ação de aprender a ler, como uma forma de se empoderar. Ter o poder de buscar o conhecimento por meio da leitura, por exemplo, não limita as possibilidades de outrem.

A terceira dimensão de poder se refere a ação coletiva, é o “poder com”. Essa dimensão reconhece que mais pode ser alcançado por um grupo que age em conjunto

do que por indivíduos sozinhos (Mosedale, 2005). Muitas políticas públicas para a agricultura familiar apresentam como objetivo ou como pré-requisito a organização das mulheres rurais, proporcionando oportunidades de diálogo entre elas, refletindo e problematizando sua situação, reconhecendo os pontos fortes e pontos fracos, contribuindo para pensarem em estratégias para alcançar mudanças positivas (Mosedale, 2005; Siliprandi e Cintrão, 2015).

Para Kabeer (2012), as diversas discussões sobre empoderamento das mulheres contribuíram para chamar a atenção para as relações de poder desiguais que bloquearam a capacidade das mulheres de participar e de ajudar a influenciar os processos de desenvolvimento. Desta forma, este entendimento direcionou a discussão em torno de que mudanças propostas devem servir para promover o empoderamento, tanto em nível individual, quanto coletivo.

Primeiramente, passou-se a priorizar a subjetividade e a consciência das mulheres (“o poder dentro”) como um aspecto crítico dos processos de mudança, partindo-se do princípio apresentado por Mosedale (2005) de que o empoderamento tem que ser demandado pelo próprio indivíduo. Em segundo lugar, as políticas públicas enfatizaram a importância da necessidade de se garantir as condições e recursos (materiais, humanos e sociais) para possibilitar as mulheres de exercerem maior controle sobre suas vidas e de participarem socialmente de espaços mais amplos, como o espaço político e econômico (“o poder de”).

Em terceiro lugar, evidenciou-se a necessidade da participação coletiva das mulheres, com o intuito de se adquirir uma compreensão compartilhada da natureza das injustiças que enfrentaram, e agir coletivamente para enfrentá-las coletivamente, como um poder coletivo (“o poder com”). E, finalmente, passou-se a reconhecer que as mulheres não constituem um grupo homogêneo, sendo que as desigualdades de gênero estão diretamente relacionadas com outras desigualdades, como a socioeconômica, incluindo-se as diferenças de classe, geração, etnia, raça, que exacerbam as injustiças a elas associadas (Kabeer, 2012). Nesse contexto, encontram-se as agricultoras familiares, subjugadas às relações desiguais de gênero estabelecidas socialmente.

O empoderamento não é um processo linear, não tem um início nem um fim delimitados e não acontece de maneira igual entre as mulheres (León, 2001), justamente devido à diversidade cultural, econômica, social e política existente entre elas (Kabeer, 2012). Assim, o processo de empoderamento ocorre de maneira

diferente para cada indivíduo ou grupo de indivíduos, conforme o contexto em que vive, sua história de vida e a posição de subordinação que ocupa, seja ela em nível pessoal, familiar, comunitário, regional ou global (León, 2001).

Embora Cruz (2018) reconheça a importância da dimensão individual do empoderamento, ela afirma que não se pode ignorar a distribuição do poder nas relações sociais.

O empoderamento é um processo individual e político, cujas dimensões pessoais/internas e corporais não podem desvincular-se de suas conotações políticas, de impugnação das relações de poder vividas não somente nas relações familiares, nas quais os sujeitos vivem cotidianamente e, por sua vez, são parte da ordem social. Neste sentido, o empoderamento deve ser priorizado como transformação de estruturas de subordinação, ou seja, como um processo de emancipação (Cruz, 2018, p. 104).

Segundo Nelson (2015), a emancipação está relacionada à totalidade dos aspectos de cada indivíduo a partir das práticas cotidianas, reproduzindo sua cultura em um processo contínuo de relações sociais. A emancipação é entendida, então, como um produto do processo de empoderamento. E, dentro desse processo, a transformação da realidade não é gerada individualmente, mas construída coletivamente através da vivência participativa (Nelson, 2015).

O empoderamento predispõe a mudanças relacionais que podem ser mais ou menos conflituosas. Romano (2002) considera que o processo de empoderamento é relacional, pois sempre haverá o envolvimento de vínculos com outros atores, não se tratando de um processo individual. Há de se pensar no tecido de relações de poder em que o sujeito está inserido. Além disso, o processo é conflituoso porque envolve situações de dominação que podem ser explícitas ou implícitas.

O processo de empoderamento resulta em uma mudança nas relações de poder. Portanto, no processo de mediação para o empoderamento, lida com a resolução de conflitos. Romano (2002) e Sen (2000) afirmam que não se pode permanecer neutro nesse processo. Os atores envolvidos (incluindo os mediadores) devem estar preparados para as situações de conflito que podem ocorrer e ter o propósito de modificar as relações de poder que mantêm a situação de dominação existente.

Assim, considerando a existência de relações desiguais de gênero, o empoderamento das mulheres rurais pode ser entendido como um processo de superação da desigualdade de gênero. Na visão de Prá e Pagot (2018), os movimentos feministas conseguiram difundir as ideias de empoderamento das mulheres e impulsionar políticas públicas e ações internacionais com esse propósito nas últimas três décadas. Portanto, o empoderamento passou a fazer parte da agenda política das mulheres, tanto na articulação política em suas organizações e em redes, quanto em suas realizações pessoais.

Nas décadas de 1980 e de 1990, na América Latina, a noção de empoderamento dentro do discurso de GED, para a formulação de políticas públicas, usou a estratégia econômica relacionada a trabalho e renda como veículos para se alcançar a autonomia financeira e empoderamento das mulheres (Marinho e Gonçalves, 2016).

Conforme explicitado por Marinho e Gonçalves (2016), a vinculação entre o conceito de empoderamento e as estratégias de geração de renda foram ratificadas pela ONU, a partir do enfoque de empoderamento das mulheres, como um dos objetivos do milênio, bem como pelas publicações do Banco Mundial na última década. De acordo com as autoras, essa ideia fomentou os projetos governamentais e não governamentais de inclusão das mulheres nos processos produtivos, como é o caso das políticas de microcrédito.

Sen (2000) pondera que a dimensão econômica é importante no processo de empoderamento, devendo ser uma estratégia política, mas não a única. Isso posto, pois “a privação da liberdade econômica pode gerar a privação da liberdade social, assim como a privação da liberdade social pode, da mesma forma, gerar a privação da liberdade econômica” (Sen, 2000, p.23).

Segundo Sen (2000), o respeito e o bem-estar das mulheres são diretamente influenciados por variáveis como o potencial das mulheres de ter autonomia financeira por meio da obtenção de renda independente, ter direitos de propriedade, ter acesso à educação e “participar como pessoas instruídas nas decisões dentro e fora da família” (p. 222). Isso contribui positivamente para fortalecer a voz ativa e a condição de agente das mulheres por meio da independência e ganho de poder.

Ter renda própria produz impacto sobre a melhora da posição social da mulher dentro da família e também na sociedade, pois torna visível e, portanto, reconhecida

a sua contribuição para a prosperidade da família. Além disso, a mulher passa a ter mais voz ativa por depender menos dos outros (Sen, 2000).

No entanto, Marinho e Gonçalves (2016) chamam a atenção para a mera instrumentalização das políticas públicas, reservando o aspecto operacional na execução, sem buscar modificar os papéis produtivos das mulheres ou refletir sobre as relações desiguais de gênero. Esses fatores podem comprometer a efetividade da política pública em seu propósito de empoderamento das mulheres.

Cruz (2018) considera os mecanismos e instrumentos para avaliar e monitorar os processos de empoderamento e seus resultados ainda são incipientes, pois o conceito de emancipação atribuído às mulheres, utilizado institucionalmente, ainda mantém natureza retórica e despolitizada. O debate acerca do empoderamento ainda se expressa em nível individual e não no coletivo. Assim, para viabilizar a avaliação de impactos de políticas públicas, torna-se necessário construir dimensões do empoderamento, como forma de operacionalizar o conceito e viabilizar uma aproximação da realidade dos beneficiários da política (Zorzi, 2008).

Segundo Malhotra et al. (2002), o papel do gênero no desenvolvimento não pode ser compreendido somente nos contextos econômicos, mas, também, no sociocultural e político no qual o desenvolvimento ocorre. Para a autora o conceito de empoderamento só teria significado dentro desses contextos.

Malhotra et al. (2002) sintetiza e relaciona as dimensões de empoderamento de mulheres mais comumente usadas por diversos autores do tema, sendo elas: econômica, sociocultural, política/legal, familiar/interpessoal e psicológica.

Em nível individual, a dimensão econômica envolve a análise da contribuição relativa da renda das mulheres nas finanças da família e seu acesso e controle sobre os recursos familiares. Em nível local, refere-se ao acesso das mulheres ao emprego, posse de bens e terras, acesso ao crédito, acesso às instituições bancárias e comerciais e mercados.

A dimensão sociocultural envolve, em nível individual, a liberdade de mobilidade; a consciência de gênero e as desigualdades submetidas, bem como as mudanças na ordem patriarcal estabelecida; o acesso à educação pessoal e das filhas. Em nível local, observa-se a visibilidade das mulheres na comunidade, seu acesso aos espaços sociais, como grupos comunitários, redes sociais (Malhotra et al., 2002).

A dimensão política/legal se refere ao conhecimento dos próprios direitos, bem como a mobilização para exercê-los; ao conhecimento das políticas públicas e como acessá-las; ao exercício da cidadania (acesso à documentação, direito ao voto, participação nos espaços políticos) (Malhotra et al., 2002).

A dimensão de ordem familiar/interpessoal e psicológica envolve a capacidade de ter o poder de decisão sobre o próprio corpo, de não se submeter à violência doméstica. Envolve a autoestima, a auto realização e o senso de inclusão (Malhotra et al., 2002).

Uma vez que o propósito do Pronaf para as mulheres é aumentar sua autonomia por meio de financiamento de um empreendimento econômico que lhe confira a possibilidade de gestão e de obtenção de renda, ampliando sua participação no âmbito familiar e comunitário, conferindo-lhe autoestima e bem-estar, Hernández (2009) e Zorzi (2008) propuseram a avaliação do impacto dessa política de crédito sobre o empoderamento das mulheres a partir das dimensões econômica e pessoal, social e política, corroborando as ideias de Malhotra et al. (2002); Romano (2002) e Sen (2000).

A avaliação na dimensão econômica e pessoal tem o propósito de verificar se houve ou não o aumento da participação da mulher nas atividades econômicas da família e nos processos decisórios de alocação dos recursos (Zorzi, 2008). Hernández (2009) completa que a partir do desenvolvimento da autonomia financeira da mulher, tende a ocorrer, também, a melhoria na qualidade de vida da família. Por consequência, ocorre o reconhecimento e a valorização de seu trabalho diante da família e da comunidade e o aumento de sua autoestima. Mas, para que isso seja alcançado, há a necessidade não somente do crédito, mas pressupõe o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos gerenciais, técnicos e de mercado (Stromquist, 1997 apud Hernández, 2009).

A dimensão política do empoderamento implica na tomada de consciência de sua condição nas relações de poder e da capacidade de mudar e questionar as desigualdades enfrentadas em todas as instâncias. Implica, também, no seu envolvimento em grupos e organizações sociais, na sua participação política (Hernández, 2009). Compreende suas relações sociais intrafamiliares e extrafamiliares, assim como o contato com mediadores e instituições (Zorzi, 2008).

O empoderamento na dimensão social está relacionado, conforme Hernández (2009), à construção da autoestima individual, à expansão das capacidades

individuais para construção da capacidade coletiva. Ou seja, por meio do desenvolvimento do capital social, como a construção de redes de relacionamento no plano local, e da interação com diferentes atores, tanto das instituições estatais e de mercado, ampliando o seu acesso às oportunidades e sua liberdade de escolha. Hernández (2009) afirma que esse poder pode ser uma estratégia de fortalecimento individual nas relações de gênero intrafamiliares, como também na própria comunidade em que vive.

A partir dessa análise proposta por Zorzi (2008), torna-se possível verificar se a política de crédito e a forma como ela é operacionalizada de fato contribui para a mudança nas relações sociais das beneficiárias. A construção da condição de agente dessas mudanças na busca pelo próprio bem-estar e também das pessoas em seu entorno, é um indicativo de processo de obtenção de poder, de desenvolver a capacidade de assumir o controle sobre a própria vida.

Dessa forma, a avaliação do impacto das políticas de crédito no empoderamento das mulheres rurais parte da análise das mudanças ocorridas na vida das mulheres rurais a partir das dimensões apresentadas. O item a seguir apresenta o contexto em que a política de crédito Pronaf foi pensada e sua evolução para a perspectiva de gênero.

2.6 O Pronaf como forma de autonomia econômica para a mulher rural

2.6.1 Um breve histórico sobre o Pronaf

O acesso ao crédito pela agricultura familiar nem sempre foi possível. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi instituído no Brasil, em 1965, com o propósito de fomentar a expansão do desenvolvimento agrícola do país, apresentando um viés seletivo, setorial e produtivista (Castro e Pereira, 2017).

Castro e Pereira (2017) afirmam que o histórico do crédito no Brasil pode ser dividido em três fases, as quais acompanharam o contexto político de desenvolvimento rural no país: estruturação (1965-1986), com a disponibilização de crédito subsidiado em abundância, com o propósito de apoiar a modernização conservadora da agricultura; desestruturação (1987-1999), crise econômica marcada pela escassez de crédito e elevação das taxas de juros (o que ampliou a seletividade no acesso ao crédito); e reestruturação (2000-atual), com aumento na oferta de

recursos, ampliação do público com a inserção da agricultura familiar, redução das taxas de juros, ampliação das linhas de crédito.

Durante o período que compreendeu os anos de 1965 a 1980, estabeleceu-se a chamada “Revolução Verde”, na qual houve grande investimento do Estado no processo de “Modernização Agrícola”, subsidiando a adoção de pacotes tecnológicos que englobavam a mecanização agrícola e insumos, em sua maior parte importados. O subsídio se deu por meio de concessões de empréstimos com juros baixos (e anistias) sobre créditos orientados pela Extensão Rural difusionista da época. A pesquisa agropecuária também estava orientada para o atendimento da modernização agrícola. A seleção dos beneficiários estava voltada para a sua capacidade de investimento, conhecimento técnico e disponibilidade de áreas cultiváveis adequadas à mecanização (Mattei e Fossá, 2017).

Pastore (1973) relata em sua obra intitulada “Agricultura e Desenvolvimento” que a estratégia fomentista daquele período estava voltada para a “rapidez” com que os retornos eram alcançados. Dessa forma, justificava-se o investimento prioritário em agricultores com maior conhecimento técnico, maiores condições de crédito e de envolvimento com a estrutura de comercialização, em detrimento dos agricultores menos tecnificados, menos capitalizados, pois os primeiros teriam mais rápida resposta aos estímulos propostos. Segundo o autor, “via de regra, esses agricultores coincidem com os médios e grandes proprietários” (p. 22).

Esta conduta excluiu os pequenos agricultores do processo, marginalizando-os e expulsando-os de suas terras, restando-lhes as áreas menos mecanizáveis ou a migração para os centros urbanos. O êxodo rural neste período chegou a cerca de 30 milhões de agricultores que deixaram suas terras em busca de oportunidade de trabalho urbano. A agricultura familiar, naquele momento, cumpria sua função predita pelo sistema capitalista de fornecer mão de obra para a indústria em desenvolvimento, enquanto que a agricultura em grande escala executada pelos latifundiários tinha a função de abastecer os complexos agroindustriais com os produtos agropecuários. Devido à concessão de privilégios aos grandes produtores, a modernização da agricultura brasileira foi marcada principalmente pela exclusão social, sendo então denominada como “Modernização Conservadora” (Martini, 1991; Mattei e Fossá, 2017).

Os anos 1980 e 1990 foram marcados por crises econômicas que resultaram na redução dos subsídios à agricultura, bem como aumento dos juros para o crédito

rural. A redução das barreiras à importação desacelerou o crescimento industrial e evidenciou a baixa competitividade da agricultura brasileira no Mercosul (Schneider et al., 2004). Segundo Martine (1991), pela primeira vez, desde o início da industrialização da agricultura, os pequenos estabelecimentos voltaram a crescer e ter sua importância reconhecida.

Naquele cenário da década de 1990, surgiram os primeiros movimentos sociais do campo com o objetivo de estabelecer efetivamente a reforma agrária e de criar linhas de crédito rural, a fim de resolver os problemas da grande massa de trabalhadores rurais oprimida pelos latifundiários e pelo sistema concentrador de renda e socialmente excludente. O “Grito da Terra Brasil” foi uma importante manifestação social que reuniu representantes dos trabalhadores, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) em Brasília, em 1994, reivindicando políticas públicas que atendessem à realidade do campesinato (Schneider et al., 2004).

Em 1995, a partir das demandas do movimento do Grito da Terra Brasil, foi, então, criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que se institucionalizou em 1996, por meio do Decreto Presidencial de nº 1.946 de 28 de julho de 1996 (Brasil, 1996). Inicialmente, o Pronaf tinha o objetivo de financiar projetos de custeio. A partir de 1997 foram criadas as linhas de crédito para investimento, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa (Mattei e Fossá, 2017; Schneider et al., 2004).

O Pronaf, então, emergiu como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar. A partir desse programa, outras políticas e programas importantes foram desenhados, como o Programa de Garantia de Preços à Agricultura Familiar (PGPAF); Garantia Safra; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a revisão da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a própria Lei de ATER, visando integrar as ações governamentais para este segmento social (Gazolla e Schneider, 2013).

O Pronaf representou o reconhecimento do Estado brasileiro à agricultura familiar, pois, ultrapassava o tratamento histórico dado aos agricultores como sendo de subsistência e de baixa renda, reconhecendo-os como agricultores familiares que passaram a dispor de uma política nacional exclusiva (Grisa et al., 2014).

Nos 22 anos de existência do Pronaf, o crédito para a agricultura familiar se tornou uma alternativa concreta para investimento e custeio para esse setor, sendo expandidas as suas modalidades e ampliada a capilaridade, o que levou a um aumento considerável dos contratos, dos volumes de recursos utilizados e das categorias de agricultores familiares beneficiadas (Mattei e Fossá, 2017).

De acordo com o Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2017), as normas atuais estabelecidas definem como beneficiários do Pronaf os agricultores que atendam simultaneamente os seguintes critérios de enquadramento, conforme a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006:

- a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas;
- b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;
- c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais², contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor;
- d) obtenham, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;
- f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP³, de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% (cem por cento) do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais; [...]

² O módulo fiscal de que trata essa lei está relacionado a unidade de medida fixada pelo INCRA, expressa em hectares, com o propósito de cálculo de imposto sobre a propriedade rural, conforme explicitado na Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. O cálculo do módulo fiscal leva em consideração o tipo de exploração predominante no município; a renda média obtida no tipo de exploração predominante; outras explorações que também sejam expressivas na composição da renda média ou da área utilizada e o conceito de propriedade familiar (Brasil, 1979). A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade, variando de 5 a 110 hectares de acordo com o INCRA (2013).

³ A comprovação da condição de agricultor familiar se dá com base na emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) fornecida pelas entidades cadastradas na SEAD, como os órgãos oficiais de ATER, INCRA, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, dentre outros (BACEN, 2017). Esse documento é exigido para concessão do crédito Pronaf. Segundo o Banco Central do Brasil - BACEN (2017), a DAP deve ser elaborada para a unidade familiar de produção, ou seja, representa a condição de agricultor familiar dos membros da família que compõem o estabelecimento rural e que explorem as mesmas áreas de terra. Mas, a DAP pode ser diferenciada para atender às características específicas dos beneficiários, como é o caso do Pronaf Jovem, sendo emitida a DAP Jovem. No caso do Pronaf Mulher ou do acesso das mulheres às demais linhas do Pronaf, não há a necessidade de emissão de uma DAP específica, podendo ser a mulher titular ou não da DAP (BACEN, 2017).

Ainda sobre os critérios de enquadramento, conforme as normas atuais do BACEN (2017), os beneficiários são divididos em quatro grupos apresentados no Quadro 1, especificados na DAP, com fins de operacionalização, orientando os limites e condições de acesso às linhas de crédito do Pronaf.

O acesso ao programa para fins de investimento depende da apresentação de um projeto de viabilidade técnica e econômica ou uma proposta simplificada de crédito, a critério da instituição financeira, que deve ser elaborado por um profissional habilitado e cadastrado na SEAD (BACEN, 2017; Brasil, 2016b).

Esse profissional habilitado pode ser de um órgão oficial de ATER ou de uma consultoria privada. A consultoria deve auxiliar o/a proponente beneficiário/a no processo decisório, nas soluções das questões burocráticas, orientar a aplicação do investimento, esclarecer as regras de acesso ao programa, repassar informações sobre juros, prazos de pagamento, além da obrigatoriedade de prestar assistência técnica a partir da cobrança de taxa específica para esse fim (Brasil, 2016b).

A partir de 2004 houve também uma ampliação das linhas de crédito na oferecidas pelo Pronaf, que hoje são: Pronaf Agroindústria; Pronaf Industrialização da Agroindústria Familiar; Pronaf Mais Alimentos; Pronaf Floresta; Pronaf Semiárido; Pronaf Mulher Investimento; Pronaf Mulher Grupo “B”; Pronaf Jovem; Pronaf Cotas-Partes; Pronaf Produtivo Orientado de Investimento; Pronaf Microcrédito Rural “Grupo B”; Pronaf Agroecologia; Pronaf PGPAF (Programa Garantia de Preço à Agricultura Familiar); Pronaf Eco; Pronaf PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário); Pronaf Custeio da Reforma Agrária; Pronaf Microcrédito da Reforma Agrária e Pronaf Investimento para a Reforma Agrária (BACEN, 2017; Brasil, 2017a). O Apêndice A1 apresenta as principais linhas de investimento individual disponíveis e praticadas no Estado do Espírito Santo, bem como os beneficiários, juros e valores praticados na política atual.

Anualmente, o governo federal lançava o Plano-Safra – conjunto de ações voltadas para a agricultura familiar que vai desde o crédito até a reforma agrária e ATER –, atualizando as alterações relacionadas ao crédito, como a inserção de novas linhas de crédito, volume de recursos disponibilizado e alterações de juros. Atualmente, o Plano-Safra passou a ser plurianual, tendo sua última edição 2017/2020 (Brasil, 2017a).

Gazolla e Schneider (2013) afirmam que o Pronaf fortaleceu a inserção produtiva histórica da agricultura familiar e estimulou a produção própria de alimentos

e a diversificação rural, o que contribuiu para a segurança alimentar das famílias rurais. Esses autores ainda apontam outro tipo de fortalecimento da agricultura familiar, a partir do Pronaf, que é a reprodução social e a manutenção dos agricultores nos espaços rurais.

Quadro 1 – Critérios de enquadramento de beneficiários do Pronaf

Grupo de enquadramento	Critérios para enquadramento
Grupo "A"	Agricultores/agricultoras familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que não contrataram operação de investimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Proceara) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento no âmbito do Pronaf.
Grupo "A/C"	Agricultores/agricultoras familiares que já acessaram a primeira contratação do Grupo "A" (Pronaf Reforma Agrária).
Grupo "B"	Agricultores/agricultoras que possuam renda bruta familiar anual não superior a R\$ 20.000,00 e que não contratem trabalhador permanente.
Grupo "Variável"	Demais agricultores/agricultoras familiares enquadrados de acordo com os critérios da Lei nº 11.326/06, que não se enquadrem nos grupos anteriores.

Fonte: BACEN (2017)

Para esses autores, o Pronaf trouxe efeitos positivos ao desenvolvimento rural brasileiro, pois contribuiu para melhorar as condições produtivas. Contribuiu também para aumentar a oferta de alimentos, gerar ocupação e empregos, ampliar e gerar renda. A consequência desses benefícios trazidos pelo Pronaf foi o reflexo positivo nos indicadores econômicos e produtivos rurais e melhoria das condições de vida dos agricultores familiares (Gazolla e Schneider, 2013; Mattei e Fossá, 2017).

Mesmo com toda a expansão do Pronaf e de sua capilarização, o Pronaf, ainda, assim, não foi igualmente acessado pelos agricultores e agricultoras familiares de forma homogênea no país. Segundo Grisa et al. (2014), de 2002 a 2012, houve um incremento de 662% no volume de recursos. No entanto, de acordo com o Censo Agropecuário 2006, somente 18% das famílias agricultoras acessaram o programa, seja por não precisarem do recurso, por medo de se endividarem ou pelo excesso de burocracia.

No Plano Safra 2001/2002, a criação de uma portaria instituiu cotas de 30% do crédito do Pronaf para as mulheres, mas que, de acordo com Melo (2003), a medida não surtiu os efeitos esperados, tendo atingido somente 7% dos contratos até 2003, sendo um dos fatores que motivaram a criação de uma linha de crédito específica para as mulheres – o Pronaf Mulher (Filipak et al., 2012).

Grisa et al. (2014) realizaram uma análise do acesso ao Pronaf de 1995 a 2012 e observaram que, inicialmente, os contratos se concentravam nas regiões sul, sudeste e centro-oeste com um viés produtivista e não de redução das desigualdades sociais rurais. Com a ampliação das linhas de Pronaf e o incentivo à participação de categorias antes excluídas (mulheres, jovens, comunidades tradicionais, dentre outros), os projetos se estenderam para todas as regiões do país.

Contudo, até 2012 não era possível uma análise ampla sobre a participação da mulher neste tipo de política pública por meio de dados secundários, pois as especificidades não eram contempladas nos relatórios do BACEN. Grisa et al. (2014) apresentaram as estatísticas gerais quanto à modalidade de custeio e investimento, atividade pecuária e agrícola, mas levantaram o questionamento de “quem seriam” os agricultores familiares que acessaram o Pronaf e como se deu o atendimento da diversidade das categorias, abarcando elementos de gênero, geração e segmentos sociais ou etnias.

Algumas críticas têm sido tecidas acerca do Pronaf. Elas se referem ao fato de que tem-se investido nos mesmos tipos de culturas, privilegiando o custeio de atividades do tipo *commodities* (como milho e soja), aumentando a vulnerabilidade e dependência das famílias aos insumos externos (Gazolla e Schneider, 2013; Grisa et al., 2014); e concentrando-se nas regiões sul e sudeste, onde encontram-se os agricultores mais capitalizados (Aquino et al., 2018; Grisa et al., 2014). No entanto, Grisa et al. (2014), afirmam que alguns pontos deste “mais do mesmo” ou do “mais para os mesmos” devem ser revistos de forma mais minuciosa.

Segundo Aquino et al. (2018), a forma como o Estado tem conduzido a política de crédito tem contribuído para manter ou até mesmo aumentar as desigualdades produtivas no campo, seja de forma consciente ou não. Os autores consideram que o reconhecimento dessa situação se torna estratégico para que seja possível uma avaliação mais crítica da política de crédito, possibilitando o ajuste do foco dessas políticas públicas e sustentar um projeto de desenvolvimento sustentável para além

do foco inicial de modernização econômica e priorizar a ampliação das capacidades das pessoas.

Essa desigualdade, citada por Aquino et al. (2018) e Grisa et al. (2014), foi documentada por Silva et al. (2016) de forma orientada para a participação de mulheres no Pronaf, concentrando-se na análise do acesso das mulheres no período de 2013 a 2015, a partir dos dados do BACEN. Os autores observaram que a distribuição do Pronaf ocorreu de forma a privilegiar beneficiários do sexo masculino, tanto em número de contratos (72% do total no período), como em volume de recursos (84% do total no período). Os contratos de Pronaf executados pelas mulheres tendem a apresentar valores inferiores aos dos homens. Há também desigualdade na distribuição dos recursos entre as regiões, sendo as mulheres das regiões sul e sudeste com maior acesso ao volume de recursos, enquanto as mulheres da região nordeste concentram o maior número de contratos, porém no microcrédito.

A partir do reconhecimento de que as mulheres, mesmo após 22 anos do Pronaf, ainda não alcançaram sequer a cota de 30% de participação nas políticas de crédito para a agricultura familiar (Silva et al. 2016), bem como perceber que esse acesso se deu de forma heterogênea nas diversas regiões do país, é necessário para compreender como a política de crédito tem contribuído para a ampliação das capacidades das mulheres rurais. Esse conhecimento pode contribuir para ajustar as normas e orientações dessas políticas com vistas a alcançar sua efetividade nos diversos contextos brasileiros.

2.6.2 O acesso ao Pronaf para produção e geração de renda como forma de empoderamento da mulher rural

A partir das reivindicações dos diversos movimento das mulheres rurais, o Programa de Ações Afirmativas do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em março de 2001, reconheceu a baixa participação de mulheres no acesso às políticas de reforma agrária e de crédito rural. Assim, em maio de 2001, foi instituída a Portaria nº 121 que estabeleceu a cota de 30% de participação feminina no Pronaf (Fernandes, 2013; Butto, 2005).

Tal portaria apresentou o reconhecimento de que a falta de oportunidades para as mulheres com relação ao acesso ao crédito, à propriedade da terra, à educação e aos serviços de ATER contribui para a permanência da pobreza no

campo. A redação do texto informa que no contexto brasileiro da época, apenas 12% dos títulos da terra eram concedidos para as mulheres rurais; que o acesso ao crédito não ultrapassava a 10% do total concedido e que as mulheres rurais tinham acesso a apenas 29,4% da renda obtida pelos homens, exercendo as mesmas atividades agropecuárias que eles (Fernandes, 2013).

Assim, a Portaria nº 121/01, em seus Art. 1º e 2º, determinou que no mínimo 30% dos recursos relativos às linhas de crédito do Pronaf, e as demais ações do Pronaf, bem como os recursos do Banco da Terra deveriam ser destinados, preferencialmente, para as mulheres agricultoras. E no Art. 3º recomendou que, para o exercício de 2002, fosse encaminhada ao Conselho Monetário Nacional, uma proposta de criação de uma linha de crédito destinada às mulheres rurais, respeitando suas especificidades. Ainda, recomendou que a medida fosse divulgada entre os mediadores e agências de crédito (Fernandes, 2013).

No entanto, segundo Butto (2005), essa portaria não apresentou qualquer estratégia para garantir a efetivação da participação das mulheres, não havendo maior impacto, pois não foi acompanhada de orientações específicas para o enfrentamento dos problemas de acesso das mulheres ao Pronaf. Assim, essa medida não surtiu os efeitos esperados, mantendo a participação feminina inferior a 10% nos estudos realizados por Melo (3003).

Somente a partir de 2003, com as mudanças políticas do governo Lula, foram implementadas novas medidas para ampliar a participação de mulheres no acesso ao crédito Pronaf (Butto, 2005; Fernandes, 2013).

O Pronaf Mulher foi criado no Plano Safra 2003/2004. Inicialmente, o Pronaf Mulher não tratava propriamente de uma linha de crédito para mulheres, mas de um sobreteto de 50% ao montante de recursos destinados ao Pronaf investimento para as famílias agricultoras com equadramento de renda vigente na época. Este sobreteto deveria ser empregado em atividades complementares à atividade principal financiada pelo Pronaf investimento, de domínio masculino, na maior parte das vezes (Butto, 2005).

No entanto, o programa ainda apresentava importantes limitações à participação das mulheres e ao alcance do propósito de desenvolvimento da autonomia feminina. Primeiramente, a falta de documentação pessoal básica e de título de propriedade de terra inviabilizaram ou limitaram o acesso ao crédito. O fato de estar atrelada ao crédito do marido, como um sobreteto a este, também foi um fator

limitador, pois o endividamento do marido é, muitas vezes, desconhecido pelas mulheres, e, geralmente, já alcança o limite de endividamento da unidade familiar, impossibilitando o sobreteto para as mulheres (Butto, 2005).

Além disso, naquele período, a DAP, como instrumento de operacionalização do crédito Pronaf, não exigia o registro do cônjuge como segundo titular e a titularidade era, normalmente, direcionada ao homem como “chefe” representante da unidade de produção familiar, sendo o acesso à DAP uma importante barreira ao acesso ao crédito pelas mulheres. Além das questões burocráticas, as mulheres tinham (e ainda têm) pouco domínio dos espaços de gestão e comercialização da produção, apresentando dificuldades de exercer a autonomia sobre a gestão dos recursos produtivos e da renda. Todos esses fatores Butto (2005) considera que resultaram da permanência das desigualdades de gênero nos contextos rurais.

Dessa forma, no Plano Safra 2004/2005, instituiu-se a obrigatoriedade da inserção do cônjuge como segundo titular da DAP, estimulando a inclusão das mulheres no programa. Também no ano de 2004 foi instituído o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural para atender à necessidade de documentação básica para as mulheres rurais, como CPF, Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e Previdência Social, dentre outros. A execução do programa se deu por meio da realização de mutirões dos Sindicatos, Movimentos Sociais, Secretaria de Segurança Pública, Ministério do Trabalho, dentre outros parceiros, para a emissão dos documentos, o que contribuiu para ampliar a cidadania das mulheres rurais e favorecer seu acesso às políticas públicas (Butto, 2005).

No Plano Safra 2004/2005, o Pronaf Mulher passou a compor uma operação a mais por família, independentemente do crédito que tivesse sido contratado pelo marido, podendo ser financiadas atividades agrícolas e não agrícolas, tais como criação de pequenos animais, processamento de alimentos, horticultura, artesanato, dentre outras atividades (Butto, 2005).

A partir daí, ampliou-se a participação das mulheres no acesso ao crédito. No entanto, Filipak et al. (2012) observaram que a participação de mulheres no Pronaf não havia alcançado metade da cota estipulada. O motivo apontado pelas autoras, a partir dos dados empíricos, foi que as mulheres agricultoras pesquisadas, os representantes dos órgãos governamentais, os representantes do STR e das agências bancárias alegaram desconhecimento da cota de participação adotada pelo governo. Segundo Melo (2003), pouca importância é dada à problemática de gênero

na implementação das políticas públicas, negligenciando as normas e orientações de questões relacionadas a gênero.

Conforme já mencionado, em seus estudos, Silva et al. (2016) observaram, com base no acesso ao Pronaf, entre os anos de 2013 a 2015, que as mulheres acessaram 28,14% do total de contratos do Pronaf, significando apenas 15,8% do total de recursos contratados. Nos contratos de custeio, o volume de recursos acessado pelas mulheres foi de 11,6% do total destinado a essa modalidade, enquanto 19,3% dos recursos destinados à modalidade de investimentos foram para projetos de beneficiárias mulheres.

Silva et al. (2016) afirmam que, embora o resultado do número de contratos acessados pelas mulheres se aproxime da meta estipulada de 30%, em volume de recursos, a proporção foi significativamente inferior. Partindo dessa observação, os autores concluíram que o número de contratos de titularidade feminina tem aumentado, mas se encontra aquém do desejável. Em termos de participação no volume de recursos, esse aumento tem sido mais tímido.

Outro fator importante observado por Silva et al. (2016) foi que a média dos valores contratados pelas mulheres é cerca de 50% inferior ao valor contratado pelos homens. Segundo os autores, indicam menor valorização das atividades femininas ou secundarização de suas atividades em relação às atividades comandadas pelos homens (Pacheco, 2009; Siliprandi, 2009; Silva et al., 2016).

Silva et al. (2016) analisaram o acesso das mulheres nas diversas linhas de crédito no período citado. Segundo os autores, com exceção do Pronaf Mulher (linha específica para as mulheres) e do Pronaf Microcrédito (Pronaf B), em todas as demais linhas de crédito, a participação feminina foi inferior à cota de 30%. Os autores observaram que o acesso ao Microcrédito se deu principalmente na região nordeste (90% do total de contratos de Pronaf B no Brasil). E do total de mulheres que acessaram o Pronaf B, 50,7% eram dessa região. Para os autores, a desigualdade social regional existente no Brasil explicaria a maior concentração de contratos de microcréditos na região nordeste, por apresentar uma população rural predominantemente pobre, baseado em indicadores de escassez de renda (Caldas e Sampaio, 2015), que se enquadrariam como beneficiários do microcrédito.

Já no caso do Pronaf Mais Alimentos, linha de crédito que concentra o maior número de contratos com maior volume de recursos, obteve apenas 11,6% de participação de mulheres, que acessaram apenas 11,2% dos recursos no período

analisado. Essa proporção se repete na região sul, onde teve a menor participação de mulheres e onde o recurso foi empregado especialmente em atividades vinculadas à lógica do agronegócio, seguindo a linha capitalista que privilegia os homens quanto ao acesso aos recursos e tecnologias disponíveis (Silva et al., 2016).

Os autores observaram que, até mesmo nas linhas de crédito como Agroindústria – cuja atividade, historicamente, tem empregado mulheres (Zanetti e Menasche, 2007) – e Agroecologia – cuja ideologia prevê a igualdade entre gêneros como parte da sustentabilidade social (Siliprandi, 2015) – apresentaram baixa participação feminina, não ultrapassando 20% dos contratos de investimento em Agroindústria e 8% em projetos de Agroecologia.

Após 22 anos de experiências com o Pronaf e 14 anos de implementação do Pronaf Mulher, os estudos do impacto desta política pública com enfoque de gênero se concentrou, especialmente, na região sul e nordeste do Brasil, com diversas dissertações e teses relacionadas ao Pronaf Mulher, evidenciando os limites e potencialidades do programa. Outros estudos relacionados às diversas linhas de Pronaf foram realizados em todo território nacional, porém sem priorizar discussões de gênero.

Melo (2003) observou que, apesar da desigual participação da mulher no Pronaf em relação aos homens, a experiência de negociação bancária era inédita para as mulheres, causando-lhes grande satisfação ao se reconhecerem com agricultoras. No entanto, o processo de decisão foi, em geral, controlado pelo homem, o qual “concedia” a oportunidade à mulher de ser a beneficiária do programa, corroborando as ideias de Beauvoir (2016) de que as ações e comportamentos femininos são antes concedidos pelos homens. E, mesmo assim, a maior parte das mulheres acessou a linha de microcrédito para financiamento de baixo valor e para atividades secundárias como criação de pequenos animais, horticultura e artesanato, reservando para os homens os “negócios que dão dinheiro”.

Esse mesmo comportamento foi observado por Filipak et al. (2012) ao estudar o Pronaf Mulher em assentamentos rurais de São Paulo e do Paraná, onde a decisão do investimento geralmente é feita pelos homens, considerados “chefes da família”.

De acordo com Hernández (2009), os programas de crédito com foco nas mulheres rurais buscariam a sua condição de agente de transformação, não permanecendo como agente passivo de mudanças. Desta forma, se o Pronaf busca

a igualdade de gêneros, a autora questiona as condições em que se desenvolvem a autonomia econômica das mulheres, sendo um espaço de conflito de poderes.

Fernandes (2013) analisou os entraves para a implementação do Pronaf Mulher em duas regiões rurais de Santa Catarina e constatou que as famílias menos capitalizadas e as mulheres de mais baixa escolaridade obtinham menos acesso ao crédito. Concluiu que as políticas públicas tendem a ser seletivas, não conseguindo incluir os menos favorecidos economicamente e esbarram em mecanismos institucionais tradicionalmente clientelistas e guiados pela lógica do lucro e do favorecimento à reprodução dos mais capitalizados, corroborando a análise de Gazolla e Schneider (2013).

Fernandes (2013) observou ainda que as mulheres envolvidas com movimentos sociais apresentavam maior inserção nas políticas de crédito. Este fator também foi reportado por Scott et al. (2010) que afirmaram que ocorre um empoderamento gradativo daquelas mulheres ligadas à participação pública em movimentos sociais, as quais buscam conhecer e exercer os seus direitos. Figueiredo (2010) também afirmou que o estímulo à participação feminina em organizações coletivas contribui para sua inclusão socioeconômica.

Zorzi (2008), em uma pesquisa realizada em Ijuí-RS com agricultoras familiares que acessaram o Pronaf Mulher, observou que a decisão ou não de acessar o programa dependeu do aval dos maridos, evidenciando o limite de sua autonomia de decisão. Zorzi (2008) afirma que os projetos foram construídos pensando-se na lógica de divisão sexual do trabalho, tendo em vista a continuidade das atividades complementares que as agricultoras já desenvolviam anteriormente, o que também impõe limites ao processo de mudanças nas relações de gênero nas unidades produtivas familiares.

No entanto, a autora também observou que as agricultoras tendem a uma postura muito mais de cooperação do que de conflito, preservando as relações conjugais e mantendo a “ordem das coisas”, permanecendo no condicionamento sociocultural em que estão inseridas. O mesmo foi reportado por Sen (2000). Scott et al. (2010) afirmaram que o empoderamento das mulheres por meio de sua autonomia financeira e maior participação no espaço público tende a gerar conflitos intrafamiliares.

Portanto, esse comportamento de manter a “ordem das coisas” e apaziguar os conflitos familiares foi descrito por Saffioti e Almeida (1995) como sendo resultado

da orientação das mulheres desde a infância para serem cuidadoras, exercitarem a paciência e a tolerância. Isto interfere sobremaneira em seus imperativos morais, orientados, via de regra, para a responsabilidade e a obrigação de atenuar sofrimentos, amenizar disputas, tornar mais leve o fardo cotidiano dos agentes sociais com quem mantêm relações de conexão. Mesmo assim, o Pronaf mulher apresentou como principal ponto positivo a elevação da autoestima das mulheres entrevistadas e deu-lhes a oportunidade de participar da renda da família (Zorzi, 2008).

Hernández (2009) estudou a influência do Pronaf Mulher no empoderamento das mulheres rurais e o papel dos agentes de mediação nesse processo no município de Rodeio Bonito no Rio Grande do Sul e afirmou haver potencialidades e limites na efetivação do Pronaf Mulher. A autora identificou que o programa não apresentou impacto na transformação social e mudanças nas relações de gênero naquela região. Houve, na verdade, uma reconfiguração na divisão sexual do trabalho e no processo de produção, sem haver, necessariamente, uma mudança na forma de gestão das atividades e de utilização dos recursos. Ou seja, o Pronaf Mulher contribuiu para a complementação da renda familiar, mas não emancipou ou empoderou as mulheres rurais do universo estudado. A autora atribuiu a forma de operacionalização do programa como um dos fatores que dificultam o processo de empoderamento feminino.

A análise de Hernández (2009) sobre o Pronaf Mulher aponta que o programa apresenta fragilidades decorrentes, em parte, da falta clareza nos critérios normativos que não somente determinam as atividades a serem financiadas, mas também limitam e fragilizam a participação das mulheres, reforçando as relações desiguais de gênero, raça e classe social, e definindo o papel, a identidade, as perspectivas e as relações de poder.

Os agentes de crédito das instituições financeiras podem representar um entrave no processo de formalização do Pronaf para as mulheres. Na maioria das vezes, o projeto apresentado pela mulher é negado, visto que ultrapassa a capacidade de endividamento da família, quando já houve concessão de empréstimo para o homem. Na ótica capitalista e androcêntrica, os agentes de crédito tendem a subestimar a capacidade técnica e de gestão das mulheres, diminuindo a importância de seus projetos (Hernández, 2009).

Hernández (2009), Filipak et al. (2012) e Fernandes (2013) concluíram que o excesso de burocracia exigido pelas normas técnicas e pelo banco, a baixa qualidade

dos projetos e a falta de preparo dos técnicos para a prestação de assistência técnica, que atenda às demandas das mulheres são os principais fatores que dificultam o acesso das mulheres às políticas de crédito.

Hernández (2009) aponta a possibilidade de políticas de crédito se tornarem oportunidades de conhecimento e ampliação de atuação das mulheres na sua vida pessoal e pública, por contribuir para o aumento de sua autonomia e mudanças na dinâmica familiar, aumentando sua participação, conscientização, acesso e controle aos recursos. Mas, afirma, também, que o empoderamento das mulheres somente seria possível se houvesse condições necessárias para a implementação das políticas públicas e a colaboração efetiva dos agentes mediadores.

Spanevello et al. (2016) analisaram o acesso ao crédito Pronaf Mulheres no Rio Grande do Sul. Os resultados da pesquisa dessas autoras retrataram que a decisão do acesso ao crédito Pronaf pelas mulheres é tomada pelos homens, bem como a gestão do empreendimento permanece com os homens. Poucas mulheres implementaram uma atividade geradora de renda para si ou para uma atividade já sob sua gestão. As autoras observaram que o acesso das mulheres ao Pronaf para seu próprio interesse ocorre quando a atividade não é agrícola, como agroindústrias artesanais, em que a mulher detém o domínio do processo e cuja atividade não concorre com a produção principal, sob o comando do marido. Em todos os casos em que as mulheres são gestoras do empreendimento a renda é destinada para adquirir bens de consumo para o conforto da família.

As autoras reconheceram o papel dos mediadores na efetividade do processo, pois a deficiência no número de mediadores para a elaboração das propostas de crédito reduz o acesso das mulheres ao programa; bem como a sua atuação com tendência a seguir a tradição das atividades agropecuárias e a baixa qualidade nos projetos de crédito, que contrariam, muitas vezes, os interesses da mulher; e a negligência diante das relações desiguais de gênero, não cumprindo seu papel na mediação social.

Santos (2017) analisou o acesso de mulheres trabalhadoras rurais ao Pronaf na Baixada Ocidental Maranhense, com o intuito de avaliar a efetividade da política pública no processo de desenvolvimento de autonomia financeira das mulheres, identificando as rupturas e permanências nas relações sociais. Assim a autora concluiu que o acesso ao crédito Proanf possui importante papel econômico e amplia

a visibilidade do trabalho das mulheres, reconhecendo seu espaço como chefe de família.

Entretanto, a autora aponta como fatores limitadores da política pública: a deficiência na assistência técnica, tanto em quantidade, quanto em qualidade para atendimento à demanda de projetos técnicos; a tendência em orientar as mulheres para atividades consideradas tipicamente femininas e de “menor esforço físico”, como artesanato, negligenciando seu potencial produtivo para atividades produtivas tradicionalmente comandadas pelos homens, ou não incentivando atividades importantes, como a horticultura, por não serem consideradas privilegiadas pelas linhas de crédito; e ainda a dificuldade em se romper com a cultura patriarcal que delimita o espaço reprodutivo como de responsabilidade das mulheres e o produtivo dos homens, que se reflete na conduta dos mediadores e na das próprias mulheres.

Santos (2017) conclui que o processo emancipatório das mulheres rurais não ocorre facilmente porque é difícil romper com as estruturas tradicionais rurais ancoradas nas heranças do patriarcado e sugere que seja repensada a atuação dos mediadores nesse processo, abrindo espaço para uma atuação mais dialogada com as mulheres para compreender suas demandas e necessidades.

Embora o Pronaf Mulher tenha recebido importantes incrementos na sua operacionalização, as normas atuais para acesso ao programa ainda apresentam limitações para a liberdade de escolha das mulheres. Como apresentado no Apêndice A1, o Pronaf Mulher se apresenta, atualmente, como uma versão do Pronaf Investimento Mais Alimentos e do Pronaf Microcrédito Grupo “B”, tendo como única vantagem para a escolha dessas linhas de crédito pelas mulheres o fato de serem prioritários aos demais. No entanto, conforme O Manual de Crédito Rural (MCR) do BACEN (2014), a instituição financeira deve priorizar a demanda de mulheres, independentemente da linha de crédito acessada, desde que a proposta apresente o valor máximo de R\$ 30.000,00.

O Pronaf Mulher, conforme as normas do MCR de 2014, ainda apresenta como limitação operacional o fato de que a mesma unidade familiar pode manter “em ser” até dois financiamentos do Pronaf Mulher. Para a contratação de um novo financiamento existe a condicionante de que deve ser quitado ou ter pago pelo menos três parcelas do financiamento anterior, além de apresentar um laudo de assistência técnica que confirme a regularidade do empreendimento financiado, bem

como a capacidade de pagamento. Essas condicionantes não são exigidas para o acesso ao Pronaf Mais Alimentos (BACEN, 2014a).

Sendo assim, não há uma justificativa operacional para participação das mulheres exclusivamente no Pronaf Mulher. A valorização desse programa é importante a partir da ideia de incentivo e inclusão das mulheres, ampliando a sua visibilidade e servindo de base para estruturação de novas políticas públicas.

Conforme Fernandes (2013), para o governo, o Pronaf Mulher foi criado com o intuito de contribuir para a autonomia econômica das mulheres e dar visibilidade às suas atividades. Mas, a autora considera que os resultados continuam distantes do ideal almejado, pois o crédito oferecido às mulheres está longe de se efetivar como instrumento de empoderamento econômico. “Pensar autonomia econômica para as mulheres é pensar em política de crédito diferente do modelo predominante. Implica pensar metodologias que contemplem as especificidades de gênero e as condições regionais (socioculturais) e que possam ter normas flexíveis e menos burocratizadas” (Fernandes, 2013, p. 172).

Portanto, a participação das mulheres no Pronaf não deve se limitar ao acesso ao crédito e, dentro desse, somente ao Pronaf Mulher, mas fortalecer sua participação em todas as possibilidades oferecidas pelas políticas públicas para a agricultura familiar (Fernandes, 2013).

Para Costa e Jalil (2015), a efetivação da participação das mulheres rurais nas políticas públicas e no processo de desenvolvimento rural, depende, em parte, de uma assistência técnica e extensão rural que reconheça seu trabalho, que valorize seu papel social e político na agricultura familiar, atuando efetivamente no processo de mediação de conflitos na implementação das políticas, com o intuito de reduzir as relações desiguais de gênero nas famílias e na sociedade como um todo (Costa e Jalil, 2015).

2.7 Mediação de políticas públicas e Extensão Rural

A implementação de políticas públicas para o processo de desenvolvimento rural depende da atuação dos agentes que a promovem. Tais agentes constituem-se em mediadores sociais que, por meio da mediação, estabelecem relações com os agricultores e agricultoras que são por eles mediados (Deponti e Almeida, 2008).

Conforme já apresentado, para o acesso ao crédito Pronaf para investimentos, há a necessidade de se apresentar um projeto de viabilidade técnica para a atividade em inversão. Assim o (a) potencial beneficiário (a) do Pronaf, procura uma instituição para emissão da DAP que o (a) qualifica como agricultor (a) familiar, bem como um agente habilitado para elaboração do projeto técnico que será apresentado a um agente bancário para análise e aprovação (Hernández, 2015). Nessa trajetória, há a participação de diversos agentes sociais (mediadores) que facilitam o acesso à política de crédito, articulação entre as instituições interventoras e os grupos-alvo dos projetos de intervenção (Meneses e Gomes, 2014).

O processo de mediação se dá a partir da atuação de um agente de mediação, com poder institucionalizado por uma organização (Deponti e Almeida, 2008) que, segundo Neves (2008, p. 31), atua em relação a dois “seres sociais”, que são as instituições (políticas públicas e programas) e os potenciais beneficiários das políticas públicas, onde o mediador é o terceiro em sua posição-função.

Entende-se, portanto, por mediador social, para efeito de análise nesta tese, o agente social profissional com competências específicas para mediar algo, representando as intervenções públicas (Neves, 2008), como é o caso dos mediadores, responsáveis por facilitar o acesso ao crédito Pronaf (extensionistas rurais, agentes bancários, consultores e demais atores sociais, como os representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais etc.) (Hernández, 2015).

A implementação das políticas públicas prevê em seus programas um *modus operandi* dos agentes governamentais responsáveis por sua realização. As normativas conduzem a operacionalização da política, mas não prevê todas as especificidades encontradas no campo. Assim, a mediação implica a inserção de uma perspectiva analítica, que identifique e desconstrua as tensões e conflitos para possibilitar a mudança pretendida (Neves, 2008).

Os conflitos são jogos sociais de força que podem resultar em situações imprevisíveis, advindas da dinâmica do exercício de intercomunicação entre agentes sociais com pontos de vistas diferentes (Neves, 2010). A mediação pressupõe uma ruptura com o modo de pensar, tanto dos mediadores, quanto dos mediados (Deponti e Almeida, 2008),

Especificamente, em relação ao Pronaf, parte-se do princípio de que tal política de crédito, no contexto de relações de gênero, tem um impacto diferencial, que depende das condições normativas de acesso ao crédito, do perfil das

beneficiárias, do contexto em que elas estão inseridas e de sua relação com os mediadores dessa política, como os extensionistas rurais, consultores, agentes bancários e lideranças sindicais. Esse impacto diferencial está relacionado à proposta de desenvolvimento rural atrelada ao empoderamento das mulheres rurais, por meio de sua emancipação econômica, a partir da renda gerada através do seu acesso ao Pronaf (Hernández, 2015). No entanto, segundo Hernández (2015), para que haja de fato o empoderamento das mulheres, é necessária a mudança no *habitus*⁴ (Bourdieu, 1983) na própria dinâmica familiar, podendo haver conflitos nas relações durante esse processo. Segundo o pensamento da autora, o empoderamento das mulheres se manifesta na conscientização, participação nos processos decisórios, no acesso e controle dos recursos da família. O *habitus*, portanto, é também adaptação, ajustando-se ao mundo e aos contextos (Bourdieu, 1983).

No entanto, o efetivo empoderamento das mulheres, dependerá das condições necessárias, como as oportunidades existentes, bem como da extensão de abrangência dessas oportunidades e, ainda, da rapidez que as pessoas apreendem e interiorizam as transformações (Sen, 2000). Dentre as condições necessárias, encontra-se a existência de agentes de mediação cumprindo sua função de mediadores (Hernández, 2015).

O papel dos mediadores nos programas de promoção do empoderamento das mulheres é considerado fundamental por León (1997). A autora se refere aos mediadores como agentes de mudança, os quais são, geralmente, externos e especialistas. Para León, a forma de atuação dos mediadores gera impactos, sejam eles positivos ou negativos, sobre as pessoas envolvidas. Ela relaciona as atitudes necessárias para se trabalhar com mulheres no desenvolvimento de sua autoconfiança, de sua autoestima e do seu sentimento de capacidade de atuar na esfera pública. Entre essas atitudes incluem-se: o respeito por cada indivíduo do grupo, a humildade da reciprocidade de aprendizado; o compromisso com o processo de empoderamento. Como habilidades, León (1997) relaciona: de capacitação, de escutar ativamente e de questionar sem direcionar. O papel do agente de mudança é de catalizador do processo.

⁴ O *habitus*, segundo Bourdieu (1983) corresponde a um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação, como um produto da experimentação na história de vida do indivíduo e do grupo em que se relaciona, que é posto em prática. Ou seja, em uma abordagem relacional, “o *habitus* é uma subjetividade socializada” (Bourdieu, 1992, p. 101).

A mediação pode ser compreendida como um conjunto de ideias, valores e modos de comportamento, que são transmitidos mutuamente em um processo de construção de novas identidades sociais (Neves, 2010). No processo de mediação, transitam lógicas de conhecimentos diferentes, em que o mediador não somente divulga as inovações, mas também negocia a construção de consensos diante do conflito entre diferentes visões de mundo e de práticas sociais (Meneses e Gomes, 2014).

Assim, Hernández (2009) afirma que o desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres não depende apenas do seu acesso ao crédito, mas das condições que possibilitam a sua aplicação e gestão. A autora considera importante o papel dos agentes externos envolvidos no processo de acesso e aplicação do crédito, tanto na divulgação, capacitação e na própria intervenção. No entanto, a autora pondera que a atuação dos agentes externos pode contribuir ou não para o processo de empoderamento, dependendo da visão deles de mundo.

Aqui se aplica a abordagem relacional de gênero para ampliar a dimensão da análise da pesquisa, haja vista que a perspectiva de gênero como uma construção social e simbólica permite uma visão crítica e explicativa das relações de gênero, bem como identificar elementos que permitam a compreensão da implicação dessa construção nas relações sociais. Dessa forma, o significado da aplicação do crédito como uma transformação nas relações sociais, depende da percepção que os mediadores constroem para legitimar o direito das mulheres para o acesso às políticas públicas, para a sua participação social e para sua emancipação econômica (Hernández, 2009)

A mediação resulta em releituras e rearranjos na construção de novas percepções de mundo. Assim, para uma mesma política pública, varia-se o modo como tais são concebidas e aplicadas, sendo o resultado dependente dos empenhos dos mediadores e mediados e da mobilização dos mediados no processo de transformação do projeto em realidade (Neves, 2010).

Os mediadores que atuam na imediata prestação de serviços criam expectativas de transferência de recursos institucionais. Nesse processo, há o envolvimento dos mediadores com os mediados, são estabelecidas relações personalizadas, podendo haver ou não empatia e compreensão dos problemas pessoais e receptividade às proposições dos mediados. Os mediadores, por atuarem na linha de base, tendem a ser mais abertos à reordenação de regras e modos de

operacionalização do programa (Neves, 2010), moldando os objetivos da lógica institucional, a partir das demandas, dos interesses e das relações de poder, de acordo com o contexto local (Hernández, 2009).

Hernández (2009) afirma que os programas e projetos são redesenhados nos diferentes momentos de sua operação pelos agentes mediadores. Tais agentes reinterpretam os programas de desenvolvimento a partir de sua realidade e de suas representações. Portanto, a percepção dos mediadores com relação ao acesso das mulheres às políticas de crédito para a emancipação econômica e empoderamento delas é importante para “delimitar objetivos, interesses, mecanismos de ação e perspectivas sobre possíveis mudanças” (Hernández, 2009, p. 90).

O propósito do processo de mediação, além da desconstrução de conflitos originados das relações de poder, no contexto da implementação das políticas públicas, é também a produção de novas crenças e condutas, as quais podem favorecer os enfrentamentos. Assim, os mediadores são constantemente confrontados com situações sociais para as quais não foram preparados a enfrentar durante o processo de capacitação nas instituições que representam (Meneses e Gomes, 2014).

Para possibilitar uma ação estruturada de desenvolvimento social, é preciso um investimento político, por meio da criação e articulação de atores sociais específicos e capacitados para o exercício de mediação e que possam atuar em um “universo de significação que se contrapõem” (Neves, 2008, p. 7)

Portanto, a capacidade de intervir nessa dinâmica social exige formação especial e competência para possibilitar a execução e a efetividade dos processos de mediação que se fizerem necessários, para possibilitar negociações com resistências, ressignificações de ideias e atitudes diante de situações não previstas ou, até mesmo, indesejadas pelos formuladores das políticas públicas (Neves, 2014).

A partir da concepção do Pronaf, as instituições de referência para a elaboração dos projetos e para a realização de assistência técnica e extensão rural são os órgãos oficiais de ATER e as empresas contratadas por meio de chamamentos públicos (Brasil, 2017a). Dessa forma, é importante conhecer o contexto em que a política de ATER foi criada no Brasil e a forma como foi construída a ideia de Extensão Rural que influenciou e influencia a visão de mundo dos extensionistas rurais e no seu papel de mediação nas políticas de crédito.

2.7.1 Breve histórico da Extensão Rural e o seu papel nas Políticas de Crédito

O serviço de Extensão Rural começou a se desenvolver na América Latina, de forma institucionalizada, a partir da década de 1940, sob forte influência norte americana (Oliveira, 1999). Em muitos países, a Extensão Rural teve apoio dos Estados Unidos, tanto na orientação técnica, quanto em recursos financeiros e materiais, como ocorreu no Brasil. O objetivo do apoio americano era alavancar a agricultura nos países latino americanos por meio do consumo dos insumos e tecnologias produzidos nos Estados Unidos (Olinger, 1996).

Oliveira (1999) afirma que as Fundações Rockefeller tinham interesse na implantação de indústrias à montante, como máquinas, pesticidas e fertilizantes, quanto à jusante, como processamento de grãos e carnes, além de instalar uma máquina creditícia para o financiamento aos produtores rurais, à pesquisa e à Extensão Rural. Está aí a relação Extensão Rural e Crédito Rural estabelecida no Brasil.

Data de 1948, a execução de um convênio entre o Governo do estado de Minas Gerais com a American International Association (AIA), uma instituição filantrópica das Fundações Rockefeller, nos Estados Unidos. Deste convênio, surgiu a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG). A partir daí, surgiu efetivamente o Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, com a criação de outras unidades de ACAR nos demais estados (Diniz e Hespanhol, 2014; Olinger, 1996).

As ACARs eram entidades civis, sem fins lucrativos, cuja atividade fim era a prestação de serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito rural junto aos agentes financeiros (Peixoto, 2008). A ACAR tinha como base o crédito acompanhado de assistência técnica, denominado de crédito orientado – e também como crédito educativo –, que foi considerado pelo poder público da época como o melhor caminho para o desenvolvimento da agricultura. Havia uma convicção que a associação crédito rural com assistência técnica era um poderoso instrumento em prol da modernização da agricultura no país (Oliveira, 1984).

Nesse sentido, a Extensão Rural passou a exercer a função de assistência técnica e financeira com o intuito de difundir as inovações tecnológicas produzidas em centros de pesquisa, sendo a principal interlocutora entre os pesquisadores e os produtores rurais. Diniz e Hespanhol (2014) afirmam que por mais de cinco décadas,

a Extensão Rural esteve em consonância com o paradigma desenvolvimentista, assegurando a reprodução das relações capitalistas no campo, por meio da modernização tecnológica das atividades agropecuárias e da introdução de ideias produtivistas.

De acordo com Oliveira (1984), desde a sua implantação no país, a Extensão Rural preconizou a aplicação de crédito. O sistema financeiro público começou a abrir linha de crédito especial para os projetos de extensão da ACAR, como o Crédito Rural Supervisionado (CRS), inicialmente voltado para projetos agropecuários e de economia doméstica, considerado de repercussão econômica e social. Posteriormente, o CRS foi substituído pelo Crédito Rural Orientado, destinado exclusivamente para projetos de cunho econômico. Os projetos de cunho social, por não apresentarem rendimentos monetários como resultado, foram entendidos como uma forma de endividamento do produtor e, portanto, excluídos do processo (Olinger, 1996).

Em 1956 foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) que passou a congrega todas as ACARs dos estados. Sua finalidade foi coordenar a Extensão Rural no Brasil, com base na filosofia e princípios de Extensão Rural vigentes no modelo americano. Era ainda responsável por captar e distribuir recursos financeiros de origem do governo federal, internacional e outras fontes, além de estimular a assinatura de convênios com os estados que não dispunham dos serviços de Crédito e Extensão Rural (Olinger, 1996).

Em 1970 foi criado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), que possuía 21 ACARs filiadas e atingia cerca de 1400 municípios brasileiros (Olinger, 1996; Peixoto, 2008). E a Extensão Rural embarcou no discurso modernizante como uma ideologia pela promoção de mudanças tecnológicas, condizente com o projeto político desenvolvimentista da época (Peixoto, 2008).

Em 1974, por articulações políticas, foi extinta a ABCAR, sendo esta substituída pela criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), estatizando os serviços de ATER. Juntamente com a ABCAR, foram extintas as ACARs, cujos patrimônios físico, técnico e administrativo foram absorvidos pelas recém-criadas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) dos estados da federação (Diniz e Hespanhol, 2014; Olinger, 1996). A EMBRATER tinha como função principal o fomento e integração do SIBRATER,

especialmente por meio da capacitação de extensionistas rurais e repasse de recursos para apoio ao setor rural (Peixoto, 2008).

Na visão de Oliveira (1988), a estatização da ATER foi encarada pelo setor privado como uma concorrência para este segmento, pois durante o período da “Revolução Verde”, ele reconhece que a EMBRATER deu maior ênfase aos médios e grandes produtores, em termos de público alvo. O setor privado questionou especialmente a concorrência na elaboração de projetos de crédito. Assim, naquele período, a EMBRATER promoveu e estimulou a participação da iniciativa privada neste tipo de serviço ao produtor rural. Segundo o autor, em 1982 havia mais de 1000 empresas credenciadas para atendimento em ATER.

No entanto, desde a década de 1980 que Oliveira (1988) já relatava a “insatisfação” dos extensionistas rurais, tanto na verbalização de queixas a respeito da sobrecarga de trabalho, quanto em seu descrédito com políticas inovadoras. O mesmo foi relatado por Olinger (1996) que afirmou que desde a estatização do serviço de Extensão Rural, por meio da criação da EMBRATER, o excesso de burocracia exigida pelos agentes locais limitava sua possibilidade de ação no campo. Assim, os extensionistas passaram a dividir seu tempo entre serviços burocráticos e o atendimento ao crédito rural, sendo este último utilizado como critério de avaliação por desempenho do servidor.

Na visão de Olinger (1996), os pequenos agricultores sempre tiveram dificuldade em acessar o crédito rural, devido à burocracia exigida pelo sistema financeiro; ao atraso no repasse de recurso, sendo liberado após o prazo das atividades agrícolas; e à falta de orientação no emprego do crédito que ocasionava o endividamento dos produtores. O autor atribui este último fator à atuação extensionista que não analisava a real necessidade do produtor, especialmente na aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

Outra consideração do autor está relacionada ao crédito de custeio, pois houve uma tendência ao acesso a este tipo de modalidade de forma permanente, o que indica uma ineficiência no processo produtivo, levando a uma necessidade de renovação do empréstimo anualmente e, conseqüentemente, um endividamento constante do produtor rural (Olinger, 1996).

Nesse período, a modernização da agricultura logrou êxito no seu propósito, mas também resultou em um processo desigual e discriminatório, criando um abismo social entre os grandes produtores rurais beneficiados pelos programas

desenvolvimentistas e de concentração fundiária e os pequenos agricultores, mais empobrecidos e retirantes para os centros urbanos. Essa situação resultou em diversas críticas sobre a atuação da Extensão Rural, especialmente a partir das ideias de Paulo Freire, iniciando-se um movimento de “repensar a Extensão Rural” e seu paradigma difusionista (Diniz e Hespanhol, 2014).

Paralelamente às discussões acadêmicas acerca da atuação extensionista, no início dos anos 1990, sob a orientação neoliberal em que o estado caminhava, iniciou-se um processo de desmontagem do aparato da Extensão Rural oficial, findando o financiamento da ATER pública e extinguindo a EMBRATER, durante o governo Collor, enfraquecendo a Extensão Rural pública no país, atingindo, principalmente, os municípios mais pobres (Diniz e Hespanhol, 2014). A função de coordenação dos serviços de Extensão Rural passaria para a Embrapa, que não o fez, de acordo com Olinger (1996).

De acordo com Peixoto (2008), o ideário neoliberal da década de 1980 foi o grande responsável pela decadência do serviço público de ATER, pois estes serviços, assim como outros, foram considerados prescindíveis e, portanto, de responsabilidade privada.

Os movimentos sociais, que se intensificaram na década de 1990, passaram a reivindicar crédito subsidiado para a agricultura familiar e uma ATER pública, gratuita e de qualidade, pois os extensionistas rurais, de formação difusionista, ainda atuavam pela agricultura patronal (Peixoto, 2008). Dessa forma, foi criado o Pronaf e, no ano de 1999, foi criado o Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário que, em 2000, passou a ser denominado de Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e tornou-se responsável pela reestruturação dos serviços de ATER. Desde essa época, passou-se a discutir uma Política Nacional de ATER. No entanto, esta política somente foi concluída após o início do governo Lula, em 2004, e foi construída de forma democrática e participativa pela sociedade civil, por meio dos movimentos sociais, agricultores, dentre outros (Peixoto, 2008).

A PNATER foi instituída em 2010 e orientou uma mudança radical nos enfoques teóricos, filosóficos e metodológicos no trabalho da Extensão Rural. Houve uma proposta de ruptura com o método difusionista, considerado vertical e antidialógico, para a adoção de metodologias participativas que contribuíssem para o empoderamento dos atores sociais, para a igualdade de gênero e de geração, para o diálogo entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico e para a adoção da

agroecologia. Assim, buscava-se construir uma relação dialógica e horizontal entre extensionistas e agricultores (Diniz e Hespanhol, 2014).

O trabalho dos extensionistas rurais passou a ser de mediadores ou facilitadores do processo de mudança e desenvolvimento, que é um trabalho de longo prazo, baseado em negociações de conflitos e contradições em uma sociedade complexa com diferentes visões do mundo, na flexibilidade, na postura e de difícil assimilação e prática (Deponti, 2011).

As políticas públicas nem sempre são desenvolvidas levando em consideração todas essas peculiaridades, cabendo aos extensionistas rurais, como implementadores dos programas e projetos, lidar com a complexidade do processo de mediação social para o desenvolvimento (Deponti, 2011).

Apesar do longo processo de reconstrução da Extensão Rural como uma ação libertadora para a agricultura familiar, em 2013 foi instituída a Agência Nacional de ATER (ANATER), com o objetivo de promover e coordenar programas de ATER em integração com a EMBRAPA (Castro e Pereira, 2017; Diniz e Hespanhol, 2014).

Segundo Zarnott et al. (2017), na avaliação dos dez anos de PNATER, observou-se que o processo de universalização da ATER, proposto pela política, gerou uma terceirização do setor, num ambiente de pluralidade institucional. Considerou-se descoordenada a atuação dessa nova modalidade de ATER, resultando em realidades distintas em todo o país, tanto no quesito de cobertura territorial, quanto na configuração institucional e também nas orientações dos serviços de ATER. Houve também pressões de grupos de interesses para a introdução de médios produtores nos serviços públicos de ATER e dos centros de pesquisas para difusão de tecnologias, sendo alguns dos motivos que justificaram a criação da ANATER.

Para Diniz e Hespanhol (2014), parece haver um retorno ao difusionsimo, buscando-se uma incorporação de inovações tecnológicas e elevação da produtividade no campo, com o discurso de melhoria da vida dos agricultores familiares por este meio.

Diniz e Hespanhol (2014) analisam a criação da ANATER como uma involução no processo de reconstrução de uma nova Extensão Rural no Brasil, em decorrência do estímulo iminente à continuidade das práticas convencionais de difusão de pacotes tecnológicos para os agricultores, implicando em riscos para os avanços na ação extensionista e na transição agroecológica conquistados nos últimos

anos. Os autores constataram que a criação das ANATER representa os interesses de grupos hegemônicos para a manutenção do modelo difusionista, voltado para a subordinação ao capital, e reforça a dependência dos agricultores aos complexos agroindustriais, totalmente divergentes das diretrizes propostas pela PNATER.

Da mesma forma, Zarnott et al. (2017) criticam a ANATER como antagônica à PNATER. Os autores entendem que há dois olhares, ou duas perspectivas diferentes, sobre a atuação da Extensão Rural no Brasil. Concordando com Diniz e Hespanhol (2014), eles entendem que há um grupo interessado em um serviço de ATER nos moldes do período da modernização da agricultura, atendendo a interesses dos produtores de insumos do agronegócio, voltado para a difusão de tecnologias para produção em larga escala; e um grupo preocupado com as questões sociais e ambientais, em consonância com os princípios da PNATER. Para esses autores, essas duas perspectivas – PNATER e ANATER – evidenciam a disputa de interesses e o momento delicado que passam os serviços de Extensão Rural. Segundo eles, “dependendo do lado que predominar pode-se avançar para um futuro construtivo, dialógico ou retornar ao passado impositivo” (Zarnott et al., 2017, p. 118).

Sendo os extensionistas rurais, um dos principais responsáveis pela elaboração dos projetos de investimento e custeio, sua atuação como mediadores representa um elo entre os agricultores familiares e as instituições financeiras, constituindo um papel fundamental para a efetivação do processo (Hernández, 2009). Essa possibilidade apontada por Zarnott et al. (2017) pode trazer reflexos negativos para os propósitos de empoderamento das mulheres rurais a partir das políticas de crédito.

2.7.2 Extensão Rural como processo educativo

A Extensão Rural no Brasil apresentou grande contribuição para as novas configurações e ruralidades presentes no campo na atualidade. Tendo atravessado várias fases, desde a sua criação no Brasil, a Extensão Rural apresentou sua atuação estreitamente ligada ao crédito rural, à difusão de tecnologias e à atuação voltada para a divisão sexual do trabalho.

O conceito de Extensão Rural foi moldado com o tempo e de acordo com os contextos socioeconômicos e, especialmente, políticos, mas se baseou na ideia de processo educativo não formal para os indivíduos do campo (Peixoto, 2008).

Ao se basear na ideia de processo educativo, Oliveira (1988) considera como complexo o conceito de educação, sendo múltiplos: na visão freiriana, a educação é a prática da liberdade, não a transferência de saberes, culturas, tecnologias, não a adaptação do educando às transformações do meio; na literatura americana, a educação é tratada com pragmatismo, sendo considerada como desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes; já na literatura inglesa, esse desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes estão relacionadas ao treinamento, não à educação, que é o desenvolvimento de personalidade, vivência pessoal, não atrelado especificamente ao profissional. Dessa forma, Oliveira (1988) entende que, como a influência na Extensão Rural brasileira foi baseada na americana, predominou a corrente da “escola nova” que utilizava como *slogan* “aprender a fazer, fazendo”.

Peixoto (2008) propõe três dimensões para a conceituação de Extensão Rural: como processo, como instituição e como política. Como processo, a extensão estaria ligada ao seu termo literal como ato de estender, transmitir conhecimentos da fonte geradora para o receptor final. Mais amplamente, poderia ser entendida como um processo educativo de comunicação, tanto de conhecimentos técnicos, quanto de outros conhecimentos. Aqui, o autor diferencia a Extensão Rural da Assistência Técnica, pois esta última não teria um caráter educativo, visando atender a problemas pontuais, sem objetivar a capacitação do produtor rural. No entanto, o autor pondera que é possível desvincular a Assistência Técnica da Extensão Rural, mas não o contrário.

A Extensão Rural, como instituição, está atrelada à uma organização estatal ou privada, ou seja, é entendida como uma entidade ou organização prestadora de serviços em ATER. E, na dimensão política, o termo Extensão Rural pode se referir às políticas públicas elaboradas e implementadas pelos governos ao longo do tempo, com o intuito de atendimento em ATER para o público rural (Peixoto, 2008).

Paulo Freire (1983) teceu severas críticas ao uso do termo “extensão”, pois, segundo ele, o sentido etimológico da palavra está ligado à ideia de “estender algo a alguém”, de transmitir, doar, entregar, invadir, manipular. Esses termos envolvem ações que transformam os seres humanos em coisas, negando sua capacidade de interação e de transformação do mundo. Para este autor, à medida que, no termo extensão, está implícita a ação de levar, de transferir, de depositar algo em alguém, ressalta nele uma conotação indiscutivelmente mecanicista, que prega a educação tradicional, que em vez de libertar o homem, torna-o escravo, submetido a

manipulações, negando-lhe sua atuação como sujeito pensante e atuante na história. Para Freire (1983), o extensionista, antes de tudo, deve ser um educador, o qual também se educa em uma troca de conhecimentos. Deve ser um agente que, em suas relações homem-mundo, seja capaz de transformações reais e radicais.

Freire (1983) propõe a dialogicidade na Extensão Rural, não a difusão ou transferência de conhecimento de uma pessoa “detentora do saber” para outra pessoa “desprovida do saber”, pois ambas possuem saberes diferentes. Propõe ainda a substituição do termo extensão por comunicação, haja vista o processo dialógico que deveria existir em uma relação de igualdade entre os sujeitos, em busca da transformação do meio em que vivem.

Para Caporal (2003), a extensão rural é entendida, tradicionalmente, como uma intervenção intencionada, de natureza pública ou privada, em um determinado espaço rural, realizada por agentes externos ou por indivíduos do próprio meio, orientada à realização de mudanças no processo produtivo agrossilvipastoril, ou em outros processos socioculturais e econômicos inerentes ao modo de vida da população rural implicada.

No entanto, Caporal (2003, p. 6) considera esta conceituação insuficiente e propõe um conceito mais abrangente da Extensão Rural no contexto da PNATER, e em consonância com as ideias de Freire, como sendo:

[...] um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo.

Nesse contexto, há a presença do ser humano. Um extensionista não age sobre o problema agrícola diretamente, ou sobre o fenômeno, ou sobre o desafio, mas age com e para as pessoas. São elas que, apreendendo e aprendendo, mudam sua realidade. Sua ação se dá no domínio humano, não no natural (Freire, 1983).

Com a institucionalização da PNATER, conceituou-se formalmente a ATER, vinculando-a, também, ao processo educativo para o espaço rural. Conforme o

primeiro inciso do artigo 2º, referente ao Capítulo 1, que trata da PNATER, entende-se por ATER: “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (Brasil, 2010).

Considerando, portanto, a Extensão Rural como um processo educativo continuado que se baseia na dialogicidade e na participação para transformação do meio em que as pessoas vivem, há de se considerar a igualdade de condições na participação dos sujeitos. No entanto, a Extensão Rural, em todos os contextos políticos e socioeconômicos, se manteve com uma postura discriminatória com relação às desigualdades de gênero presentes no espaço rural.

2.7.3 A Extensão Rural e o enfoque em gênero

No início do século XX, as instituições de Extensão Rural incluíram os trabalhos com economia doméstica, voltados para a capacitação de mulheres rurais referentes ao preparo de alimentos e ao conhecimento de seu valor nutritivo, além de educação sanitária. As extensionistas domésticas (assim eram chamadas) eram treinadas em educação para alimentação e saúde. Conforme apontado por Olinger (1996), as ações desta área compuseram um dos mais importantes programas de Extensão Rural: o Programa Educação para a Alimentação e Saúde, que reconhecia a importância do papel da mulher na unidade familiar restritas às atividades domésticas e do entorno, como cuidados com as pequenas criações, hortas e pomares (Pacheco, 2009).

Conforme os relatos de Olinger (1996), as ações da ACAR apresentavam divisões de público, separando as mulheres e os jovens do grupo de agricultores. Este autor afirma que, inicialmente, os serviços da ACAR “eram conhecidos como uma ajuda técnica e financeira aos agricultores e donas de casa” (p. 49), evidenciando a invisibilidade do trabalho feminino como agricultora, sendo as mulheres consideradas meramente como “dona de casa”.

Fica evidente, no relato de Olinger (1996), a divisão sexual do trabalho, tanto na equipe técnica dos extensionistas, quanto na abordagem às famílias rurais, demonstrando a naturalização nas diferenças de gênero. Os assuntos relacionados ao secretariado e ao entendimento de assuntos domésticos cabiam exclusivamente

às mulheres, conforme o uso do artigo feminino antes das atribuições do cargo; enquanto nas propriedades rurais eram reforçadas as responsabilidades femininas com relação ao bem-estar das famílias:

Os Escritórios eram instalados nos municípios em acomodações modestas, com um agrônomo, **uma moça treinada em economia doméstica** (curso de 2º grau) e **uma auxiliar de escritório** e um veículo (jipe) [...] fazia demonstrações práticas e palestras visando aumentar a renda das famílias e **mostrar às donas de casa** como melhorar sua qualidade de vida” (p. 50-51, grifo nosso).

As economistas domésticas reforçavam, portanto, a ideia de que o papel da mulher na sociedade brasileira restringia-se ao privado (Pinheiro, 2016). Nota-se a evidente divisão sexual do trabalho como norma a ser seguida pela Extensão Rural. Segundo Bourdieu (2002), a divisão sexual do trabalho é a base das desigualdades nas relações de gênero na sociedade. Sua naturalização reforça as desigualdades e as perpetua.

No entanto, Olinger (1996) apresenta em sua obra relatos do trabalho feminino nos anos de 1960, como agricultora, dona de casa e mãe, que ia para o campo com enxada manual para o preparo do solo para o plantio, ou com foice para cortar forragem para o gado leiteiro. Ele afirmou que além dos afazeres domésticos, as mulheres rurais trabalhavam duro no campo e aparentavam idade bastante superior à realidade, devido à vida sofrida que levavam.

Mesmo assim, os treinamentos e capacitações das mulheres rurais eram voltados para os afazeres domésticos, ignorando a sua força de trabalho rural ou tornando-o invisível aos olhos institucionais. Um exemplo foi o projeto Melhoramento do Lar, destinado às “donas de casa”, que aprendiam a confeccionar colchões, prateleiras, cadeiras e outras comodidades para melhoria das habitações. Aprendiam sobre educação sanitária, sobre educação alimentar, a confeccionar peças do vestiário; sobre conservação de alimentos, pequenas criações e hortas; sempre em grupos de senhoras e moças (Olinger, 1996), excluindo as mulheres do acesso aos conhecimentos em tecnologias agropecuárias.

Esse era o modelo americano capitalista a ser seguido pela Extensão Rural brasileira: garantir o bem-estar das famílias e a geração de trabalhadores e consumidores. O modelo feminino a ser reforçado era o de “esposa recatada, boa mãe

e prendada para o trabalho doméstico”, negligenciando sua participação e potencialidade para o trabalho produtivo (Pinheiro, 2016, p. 28).

Essa prática extensionista, iniciado pela ACAR, foi consolidado pela ABCAR e permaneceu com a criação da EMBRATER, e tinha como modelo de equipe “um agrônomo, uma professora e um jipe”, conforme citado por Silva (2010) nos trabalhos de Pinheiro (2016). Essa ideia de equipe defendida pela Extensão Rural da época, se referia, na verdade, a uma hierarquização dos saberes do agrônomo (que, naquela época, era uma profissão para homens) em relação à economista doméstica (profissão que era desempenhada exclusivamente por mulheres). Como o objetivo da Extensão Rural era, então, superar o “atraso econômico”, pelo aumento da produtividade, a função do agrônomo na missão extensionista era elevada em relação à da economista doméstica (Pinheiro, 2016).

No projeto desenvolvimentista do Brasil, a partir da década de 1960, o estado passa a desempenhar o papel de dar suporte à família, atendendo aos interesses das classes dominantes na reprodução contínua do capital. (McIntosh, 1978 apud Pinheiro, 2016). Para o capital, a ideia de família era: o homem como provedor, a esposa e os dependentes, dando suporte às funções da mulher como executora do trabalho doméstico não remunerado, permitindo e reforçando sua função reprodutiva, garantindo o aumento do exército industrial de reserva, num esforço de criar um padrão determinado de relação familiar. Isso determinou as diretrizes da política de Extensão Rural no Brasil, em relação ao atendimento às mulheres rurais (Pinheiro, 2016). Assim, formou-se a base referencial da divisão do trabalho doméstico para a Extensão Rural no Brasil que perdurou por todo o período de modernização agrícola e manteve raízes para o comportamento extensionista atual.

Esse referencial de relações de gênero no contexto rural permaneceu naturalizado até mesmo na academia, no ensino de Extensão Rural. Segundo Callou et al. (2008), ao avaliar o estado da arte do ensino em Extensão Rural no Brasil, observaram que as ementas da disciplina de Extensão Rural ainda privilegiavam a difusão tecnológica como prática extensionista, persistindo “uma forte referência ao caráter tecnicista e individualista e não problematizador da disciplina” (p. 105). Os autores afirmam que, apesar de ter havido um esforço em romper velhos paradigmas, muitas dificuldades no campo do ensino da Extensão Rural ainda permanecem, como a inexistência da abordagem dos temas “Gênero, Geração e Etnias”.

De acordo com os estudos de Hernández (2009), os agentes mediadores da extensão rural nem sempre são sensibilizados pelas questões de gênero, atuando, na maioria das vezes, como perpetuadores das relações sociais desiguais, em especial as de gênero, devido à construção social em que estão inseridos seus valores e vivências.

Siliprandi (2002) afirma que tais mediadores possuem dificuldades em incorporar a temática de gênero em suas ações e reconhece que os profissionais de Extensão Rural fazem parte de uma sociedade machista, sendo um reflexo da mesma. Para uma mudança na conduta dos extensionistas, haveria a necessidade de se desconstruir os preconceitos, tornando horizontal as relações entre homens e mulheres extensionistas e, entre estes, os agricultores e agricultoras.

A nova PNATER veio contribuir para a ruptura do paradigma da Extensão Rural dentro da perspectiva difusionista e machista. A nova proposta traz conceitos, estratégias e metodologias aplicados a um processo de intervenção de caráter educativo e participante, que permitem o desenvolvimento de uma prática social onde os sujeitos do processo buscam a construção de conhecimentos sobre a sua realidade (Siqueira, 2008).

De acordo com a PNATER, a Extensão Rural deve adotar os princípios da agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo, objetivando alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável (Siqueira, 2008).

No entanto, a PNATER orienta a atuação da ATER pública (governamental ou contratada a partir de chamadas públicas) e não das consultorias particulares. E, além disso, Silva et al. (2017), analisando a representação de extensionistas rurais da região central do Espírito Santo, sobre as relações de gênero no meio rural e sobre os princípios e diretrizes da PNATE, relacionados à valorização de gênero, concluiu que os extensionistas rurais não se encontram preparados para trabalhar com essas questões.

O Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) estabelece diretrizes e metas para os serviços públicos de ATER no país. Dentre elas, está a formação continuada dos agentes de ATER para atuar com as mudanças propostas na PNATER, incluindo as atuações relativas a gênero.

Conforme Caporal e Ramos (2008), apesar das capacitações de formação de agentes de ATER para atuarem segundo os princípios da PNATER, realizadas na década passada, ainda existe uma certa inércia por parte das instituições e dos extensionistas, que permanecem na prática difusionista. Certamente, devido ao comportamento organizacional que resiste à mudança do papel difusionista da Extensão Rural, ainda arraigado nas universidades e nas instituições de ATER. Dessa forma, para os autores, a mudança nas estratégias de atuação extensionista nos moldes da PNATER deve partir desde a academia, que forma os futuros profissionais extensionistas, até as instituições de ATER, onde devem receber formação continuada.

Para Burg e Lovato (2007), para que o desenvolvimento sustentável ocorra há a necessidade de um conjunto de mudanças sociais e políticas, em busca da equidade, da solidariedade, da inclusão econômico-social, bem como das mudanças nas relações de gênero.

Siliprandi e Cintrão (2015) atribuem o comportamento dos agentes implementadores das políticas públicas a fatores naturalizados de visões androcêntricas e patriarcais que influenciam na interpretação e execução das leis e que refletem em suas atitudes. Estes fatores impedem ou dificultam que as mulheres sejam efetivamente atendidas no exercício de sua autonomia. Essas autoras afirmam que as mulheres dependem do rompimento de barreiras pessoais, familiares e institucionais para serem reconhecidas como sujeitos autônomos.

Não somente ocorre uma deficiência de formação sobre as questões de gênero da parte dos extensionistas rurais para atuarem com mulheres, como também há o agravante de essa ATER não chegar até as mulheres. De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), apenas 22% dos agricultores familiares brasileiros afirmaram ter acesso a algum tipo de assistência técnica. Nobre (2012) afirmou que apenas 11% dos estabelecimentos agropecuários que têm as mulheres como responsáveis receberam algum tipo de assistência. Dentre estes, em quase 54% dos casos, a assistência técnica tem como origem os governos federal, estadual ou municipal.

Já nas informações preliminares do Censo Agropecuário de 2017, apesar de não contemplar informações referentes à agricultura familiar, foi possível observar que apenas 12% das mulheres rurais recebem algum tipo de ATER no Brasil e 17,8% no estado do Espírito Santo. Dentre essas mulheres que recebem ATER, apenas 14,8%

tem origem na ATER pública em nível nacional, enquanto que no Espírito Santo, a ATER pública só está vinculada a 10% dos casos (IBGE, 2017).

Jalil et al. (2017) reconhecem que, com as novas exigências metodológicas e políticas propostas pela PNATER, houve, inicialmente, uma resistência por parte das instituições e técnicos, presos à forma de fazer ATER ainda centrada na família, representada por seu “chefe”, e voltada para a produção. Mas, a partir de 2003, houve também avanços na discussão intersetorial de gênero proposta pelos I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que, dentre outras diretrizes, propôs o acesso das mulheres rurais aos serviços de ATER, como forma de contribuir para a sua inclusão econômica.

Reconhece-se, portanto, uma sensibilização para o tema, resultando na criação de Chamadas Públicas de ATER para atendimento exclusivo para as mulheres rurais. A região nordeste foi a mais beneficiada por tais chamadas públicas. O Estado do Espírito Santo não foi contemplado.

Em algumas regiões onde foram executadas as Chamadas Públicas de ATER para as mulheres, foi incorporada a perspectiva feminista nas práticas metodológicas de campo, envolvendo questões políticas, econômicas, sociais, produtivas e culturais. No entanto, segundo Jalil et al. (2017), houve a necessidade de se superar os preconceitos e qualificar as organizações na formação feminista, reconhecendo a existência de um espaço patriarcal opressor e a necessidade de se desenvolver um trabalho emancipador para a mulher rural, despertando nelas e na sociedade seu papel como sujeito político. Assim, em consonância com a própria PNATER, Santos (2017) e Moraes et al. (2018) propuseram como forma de atuação extensionista para a redução das desigualdades de gênero no meio rural, a adoção de uma pedagogia feminista nessa nova visão da ATER.

A pedagogia feminista está relacionada à educação para a libertação, assim como proposto por Freire (1983), mas com enfoque em estratégias que ressaltem a consciência das mulheres para o diálogo sobre seus direitos e sobre seu lugar na sociedade. A educação, assim entendida, tem como um dos propósitos a problematização, o questionamento e a modificação das práticas e representações sociais impostas pela sociedade, as quais se caracterizam como patriarcais, capitalistas e fundamentalistas, e que invisibilizam, oprimem e reprimem as reações e atitudes das mulheres. Assim, a pedagogia feminista utiliza de estratégias, métodos e

ferramentas coletivas que apontem para a construção de relações sociais emancipatórias, visando a autonomia das mulheres. (Korol, 2007).

A partir da pedagogia feminista constrói-se, então, a ATER feminista, que diz respeito às ações extensionistas que aplicam metodologias e estratégias com o propósito de romper com a lógica difusionista, hierarquizada e androcêntrica, reconhecendo, potencializando e valorizando a troca de saberes, histórias e vozes das mulheres rurais, a partir de suas realidades, bem como romper com as desigualdades de gênero e contribuir para a emancipação das mulheres para o desenvolvimento de sua autonomia (Moraes et al., 2018).

Essa “nova forma de fazer” a ATER (Moraes et al., 2018, p.9) com um olhar feminista, exige o desenvolvimento de novos saberes pelos extensionistas, além da desconstrução dos paradigmas androcêntricos arraigados ao saber acadêmico e prático que permeiam a Extensão Rural brasileira. A abordagem para esses novos conhecimentos deve partir de questões como: a divisão sexual do trabalho, rompendo com os padrões estabelecidos que restringem o espaço privado às mulheres e estendem o espaço público aos homens; o direito da mulher de gerar, acessar e gerir a renda da propriedade, dentre outros. Deve refletir e questionar as políticas públicas a partir de um olhar feminista, contribuindo para sua reformulação, implementação e efetividade. Há, portanto, a necessidade da formação política e feminista dos agentes de ATER, como forma de influenciar a sua concepção de mundo e, conseqüentemente, em suas ações, contribuindo para promover a transformação social e reflexiva dos agentes promotores da mudança (Moraes et al., 2018).

Portanto, a partir do contexto da PNATER e das proposições das autoras feministas, a ATER se destaca como uma importante ferramenta de fortalecimento da atuação das mulheres no espaço rural. Mas, para tanto, é necessário que a formação dos agentes de extensão seja feita de uma forma crítica e que seja vivenciada na prática. Há a necessidade de se romper com a visão androcêntrica e dominante, naturalizada sobre a hierarquia de gêneros associada à divisão sexual do trabalho existente nas famílias rurais, especialmente. (Villwock et al., 2016)

Desta forma, Hernández (2009) afirma que os projetos de crédito dependem da lógica de operacionalização, podendo repercutir nas relações sociais dos grupos domésticos. O processo de desenvolvimento da autonomia das mulheres e seu empoderamento não depende apenas de acesso ao crédito, mas, também, das condições em que se inserem, incluindo a mediação extensionista.

3. METODOLOGIA

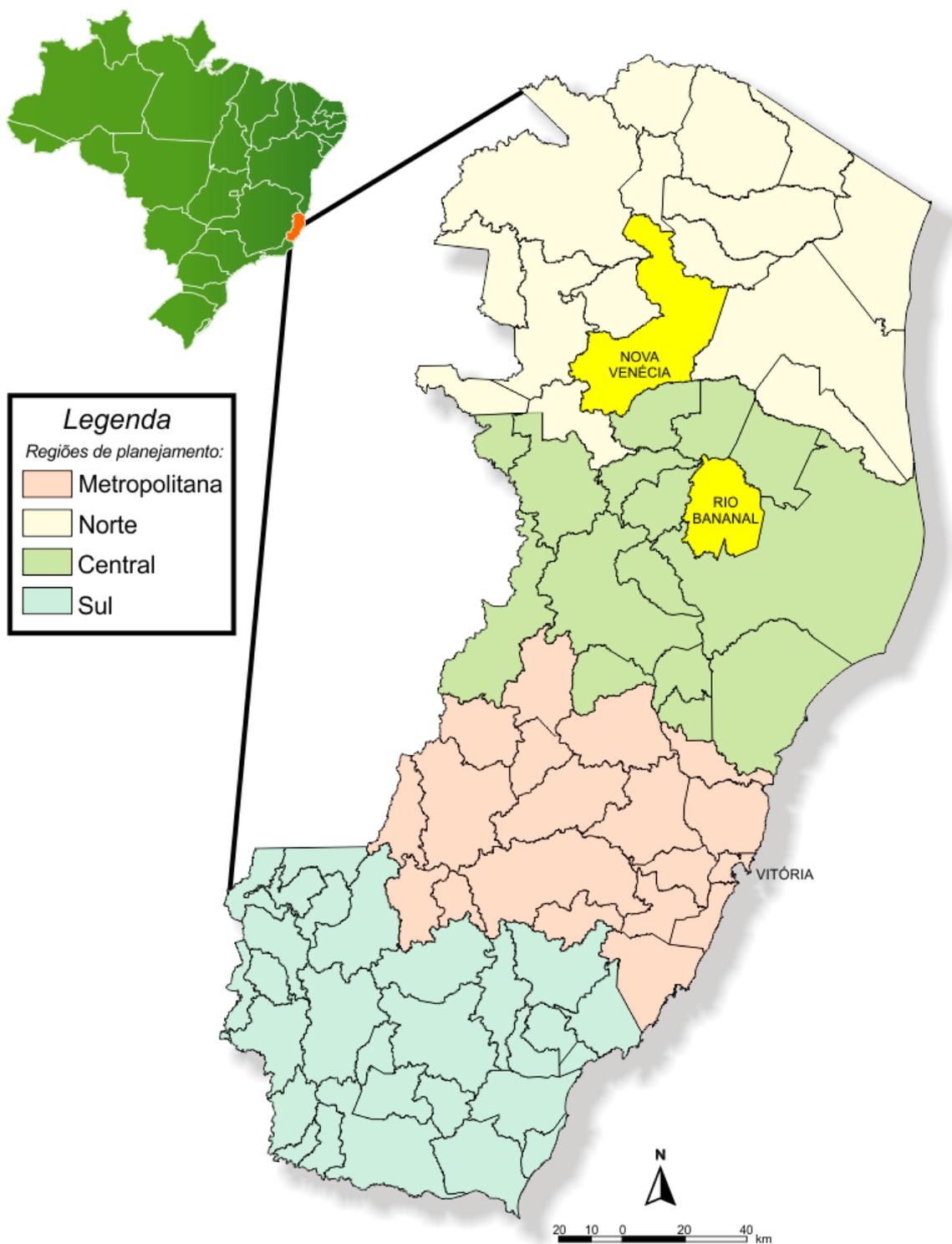
A pesquisa utilizou a abordagem relacional, considerando gênero como categoria analítica. A metodologia adotada para este estudo foi quali-quantitativa. Qualitativa, pois os métodos enfatizaram especificidades de fenômenos, permitindo captar dados subjetivos, não facilmente articulados, como atitudes, motivos e pressupostos (Haguette, 2010). Quantitativa porque foi realizado levantamento de dados secundários que, assim como os resultados obtidos na pesquisa qualitativa, foram distribuídos numericamente nas categorias criadas e realizada análise estatística descritiva, baseada em médias e proporções.

A pesquisa qualitativa considera os resultados que não são alcançáveis, através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação, podendo estar relacionada “a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos” e ainda analisar fenômenos culturais e questões subjetivas no funcionamento de organizações (Strauss e Corbin, 2008).

A pesquisa qualitativa permite a extração de informações que podem ser quantificáveis (como para a análise de conteúdo), mas se baseia na análise interpretativa dos dados obtidos. Dessa forma, a pesquisa desenvolvida nessa tese é do tipo qualitativa, predominantemente, pois se refere ao processo não matemático de interpretação, feito com o objetivo de descobrir relações dos dados obtidos e organizados com os conceitos e teorias apresentados (Strauss E Corbin, 2008).

A pesquisa empírica foi realizada nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, localizados nas regiões norte e central do estado do Espírito Santo, respectivamente (Figura 2).

DIVISÃO REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO



Arte: Rômulo Eustáquio da Silva (2019)
Fonte: Adaptado de IJSN (2011).

Figura 2 – Localização geográfica do município de Nova Venécia na região norte e de Rio Bananal, na região central do Estado do Espírito Santo.

As unidades de análise da pesquisa foram as mulheres rurais beneficiárias do Pronaf entre os anos de 2013 e 2016 e mediadores envolvidos no processo de acesso ao crédito, como os extensionistas rurais, consultores, agentes bancários e lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Cooperativas e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) dos municípios envolvidos.

3.1 Levantamento de dados secundários

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa documental sobre os dados de acesso de mulheres rurais ao programa de crédito Pronaf nos anos de 2013 a 2016, no Brasil e no Espírito Santo, para uma análise geral. O recorte temporal se deveu à disponibilidade dos dados com a categoria de gênero pelo BACEN, a partir do ano de 2013. O ano limite foi 2016 para que, em 2017, os projetos aprovados até 2016 já estivessem implantados, favorecendo a análise em profundidade. Foram, também, levantados dados secundários oficiais no Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e levantamentos locais nos municípios envolvidos na pesquisa.

O levantamento de dados secundários se deu por análise documental por meio de acesso à matriz de dados do BACEN, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Incaper e de dados obtidos junto às consultorias em projetos de crédito dos municípios envolvidos.

O BACEN quantifica em número de acesso a crédito por mulheres em todas as linhas de crédito, somente em nível nacional e estadual. Em nível de município, apenas as beneficiárias do Proanf Mulher são quantificadas e não as distingue nas demais linhas de crédito. Para levantar o número total de beneficiárias do Pronaf, no período proposto e nos municípios estudados, para efeito de determinação da população para cálculo de amostragem, bem como a identificação das beneficiárias para a análise em profundidade, foi encaminhado um ofício ao Delegado Federal da SEAD no Estado do Espírito Santo e, também, aos bancos responsáveis pela concessão do crédito nos municípios pesquisados, solicitando o quantitativo de beneficiárias e a relação de nomes, em todas as linhas de crédito na modalidade de investimento.

Devido à obrigatoriedade de sigilo das informações dos beneficiários do Pronaf exigido às agências de crédito, não foi possível levantar dados oficiais das

beneficiárias junto aos bancos dos municípios pesquisados, no BACEN ou na própria SEAD. Dessa forma, realizou-se um levantamento geral a partir da matriz de dados do BACEN sobre a situação da distribuição do crédito Pronaf, na perspectiva de gênero, em nível de Brasil, estado do Espírito Santo e aprofundando para a região norte do Estado e para os municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, nela inseridos. Mas, o levantamento de dados das beneficiárias do Pronaf nos municípios se deu junto aos consultores elaboradores dos projetos.

Foi realizado, portanto, um levantamento junto aos escritórios locais do Incaper, das consultorias atuantes nos municípios pesquisados. De posse da relação das 13 consultorias, foi realizada uma visita a cada uma delas para esclarecimento sobre os objetivos do projeto e solicitada uma relação de mulheres que acessaram o Pronaf durante o período proposto, bem como a linha de crédito acessada e atividade desenvolvida. As consultorias alegaram falta de tempo para o detalhamento, mas colaboraram com o fornecimento da relação de nomes de mulheres que acessaram o Pronaf. Cabe aqui salientar que a relação de nomes de beneficiárias fornecida pelas consultorias não configura um dado oficial e que há a possibilidade de haver beneficiárias que não foram relacionadas por terem procurado consultorias em municípios vizinhos.

Por uma questão de viabilidade de acesso aos dados de beneficiárias, foram, então, consideradas somente as beneficiárias atendidas pelas consultorias locais, em projetos de crédito elaborados e aprovados para a modalidade de investimento, nas diversas linhas do Pronaf. Assim, foi levantado um total de 103 mulheres beneficiárias do Pronaf, no período de 2013 a 2016, no município de Rio Bananal e 162 beneficiárias em Nova Venécia, para o mesmo período, totalizando uma população de 265 mulheres.

A partir da relação de beneficiárias, foi acessada a DAP de cada uma delas, via DAPWEB – sistema de elaboração e de acesso às DAP. O acesso ao sistema depende de cadastro e senha. O fato da pesquisadora ser extensionista rural de um órgão oficial de ATER e, portanto, cadastrada, favoreceu o acesso ao sistema e às informações individuais das beneficiárias. A DAP dispõe de informações socioeconômicas das agricultoras familiares, como idade, estado civil, escolaridade, renda, área da propriedade, condições de posse, dentre outras informações.

3.2 Pesquisa de campo

A partir do objetivo principal de identificar os impactos do Pronaf na situação das mulheres rurais tomadoras de crédito, especialmente quanto às questões das relações sociais de gênero e do empoderamento, buscou-se conhecer a condição e o contexto em que vivem as mulheres que acessaram o crédito Pronaf nos municípios de estudo, bem como os vínculos existentes entre elas e os agentes externos mediadores.

Dessa forma, como unidades de análise foram consideradas as mulheres beneficiárias do Pronaf e os mediadores da política pública: os consultores elaboradores dos projetos de crédito; os agentes bancários responsáveis pela análise dos projetos e liberação dos recursos; os extensionistas rurais responsáveis pela elaboração das DAP e pelas ações extensionistas; outros mediadores relacionados ao processo de divulgação do Pronaf e de ações com as mulheres rurais, como as lideranças os STR, os Núcleos Femininos das Cooperativas de Produtores e o MMC.

Para tanto, foram aplicados roteiros de entrevistas semiestruturadas (Apêndice B), que consiste em uma conversa entre duas pessoas, a partir de um roteiro de perguntas pré-estabelecidas, podendo combinar questões fechadas e abertas, com o objetivo de obter informações sobre o problema de pesquisa. A entrevista semiestruturada permite a liberdade para expressão do entrevistado e liberdade de condução da entrevista pelo pesquisador. Ou seja, o pesquisador tem a prerrogativa de desenvolver o assunto em qualquer direção que considere adequada, buscando explorar mais amplamente uma questão (Marconi e Lakatos, 2003)

A técnica de entrevistas semiestruturadas possibilita uma interação entre o entrevistador e o entrevistado, o que favorece a ocorrência de respostas espontâneas. Ocorre uma proximidade maior entre pesquisador e entrevistado, havendo uma troca afetiva entre ambos e permitindo ao pesquisador abordar assuntos complexos e delicados. Dessa forma, essa técnica permite uma investigação de aspectos afetivos e valorativos que determinam os significados das atitudes e comportamentos dos entrevistados (Boni e Quaresma 2005).

3.2.1 Mulheres Beneficiárias: amostragem e abordagem

Para a composição da amostra, foi utilizado o método probabilístico de amostragem estratificada proporcional. Ou seja, a partir do total de mulheres listadas (população), foi calculada uma amostra representativa, considerando 10% de erro e 90% de Intervalo de Confiança, por meio de um aplicativo para cálculo de amostras em pesquisa qualitativa (Santos, 2017). A partir desse resultado, a amostragem por município foi estratificada conforme a proporção de mulheres de cada município em relação à população total. As unidades de análise foram sorteadas, com reposição, conforme o valor obtido para amostra estratificada em cada município (Barbetta, 2002), cujo resultado numérico está especificado no Tabela 1. O sorteio foi feito com toda a amostragem com ordem de participação. Dessa forma, em casos de desistência ou recusa na participação, a unidade sorteada foi substituída pela unidade imediatamente posterior à última unidade ordenada.

Tabela 1 – Resultado do quantitativo populacional de mulheres beneficiárias do Pronaf nos municípios e Nova Venécia e Rio Bananal, ES, e do cálculo da amostragem

Local	Mulheres Beneficiárias		Unidades de Análise
	Quantitativo	Proporção (%)	
Nova Venécia	162	61	34
Rio Bananal	103	39	21
Total	265	100	55*

* Valor correspondente ao total da amostra sobre a população de 265 mulheres, considerando 10% de erro e 90% de Intervalo de Confiança.

No entanto, não se pretende fazer generalizações ou inferências para além do recorte geográfico da pesquisa, visto que a pesquisa qualitativa evidencia situações particulares e específicas ao contexto empírico a ser estudado. Assim, foram estudados o perfil das mulheres tomadoras de crédito Pronaf, bem como suas relações sociais; as experiências no processo de decisão, elaboração do projeto e aplicação dos recursos do Pronaf; as relações das mulheres com os extensionistas rurais e agentes bancários; a participação dessas mulheres no processo de divisão do trabalho, nas decisões das unidades familiares; sua contribuição na diversificação

da produção, geração de trabalho e renda nas unidades produtivas familiares e identificadas as estratégias de empoderamento e de organização utilizadas pelas mulheres agricultoras para o acesso às políticas públicas.

Por desconhecer geograficamente o campo empírico, a pesquisadora foi acompanhada por um extensionista rural local, considerado como guia, para o primeiro contato com as mulheres sorteadas para a participação na pesquisa. Buscou-se estabelecer uma relação de confiança e o *rapport*, desde o primeiro momento, por meio de uma conversa amistosa, explicando a finalidade da pesquisa, seu objeto, relevância e explicitando a necessidade da colaboração das entrevistadas, ressaltando a liberdade de expressão e o caráter confidencial das informações por eles prestadas (Marconi e Lakatos, 2003).

De posse do roteiro de deslocamento até às propriedades e do contato telefônico de cada mulher participante, uma segunda visita foi agendada em data e horário escolhidos pelas mulheres, conforme a sua disponibilidade e a possibilidade da realização da entrevista de forma individual e particular. Na visita de aplicação da entrevista não houve o acompanhamento do guia.

As entrevistas duraram, em média, 40 minutos. Não houve limitação do tempo para a entrevista, deixando as mulheres livres para se expressarem. As entrevistas foram gravadas em áudio sob autorização das mulheres, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C). Durante as visitas, buscou-se o entrosamento pesquisador-pesquisado. Os relatos permitiram analisar informações subjetivas, como os valores socialmente construídos, convergências e contradições em opiniões e atitudes (Minayo e Sánches, 1993)

3.2.2 Mediadores Sociais

Os mediadores no acesso ao crédito Pronaf formaram outro grupo de análise. Compuseram esse grupo os mediadores diretos e os indiretos. Foram considerados mediadores diretos aqueles responsáveis diretamente pela implementação do programa, desde a divulgação, emissão da DAP, elaboração das propostas de crédito e análise e liberação do crédito. São eles: os extensionistas rurais, os consultores e os agentes bancários.

Considerou-se como mediadores indiretos aqueles que contribuem para o acesso das mulheres ao crédito por meio da divulgação do programa ou por

desenvolver ações com vistas ao desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres, como as lideranças do STR, dos Núcleos Femininos das Cooperativas de Produtores e do MMC.

a) Extensionistas Rurais

Neste grupo, foram considerados como unidade de análise os agentes de ATER vinculados ao Incaper (órgão de ATER estadual nos municípios) e os técnicos das Secretarias Municipais de Agricultura (SMA).

No município de Nova Venécia há sete agentes de ATER vinculados ao Incaper e um técnico da SMA. Em Rio Bananal há dois agentes de ATER do Incaper e um técnico da SMA. No total, somaram-se onze unidades de análise, não sendo calculada amostragem para este grupo. Todas as unidades foram submetidas à aplicação de um roteiro de entrevistas semiestruturadas, abordando os conhecimentos sobre o Pronaf, o processo operacional do crédito, principais atividades financiadas pelas mulheres, percepções sobre as relações de gênero nas famílias rurais que determinaram o processo decisório sobre acesso e aplicação do crédito Pronaf, percepções do papel da mediação no processo de autonomia das mulheres por meio do crédito.

Devido ao fato de a Extensão Rural oficial ser responsável pela mediação das políticas públicas no espaço rural, optou-se por estender a entrevista com esse grupo abordando mais estreitamente a sua percepção sobre as relações de gênero e divisão sexual do trabalho no espaço rural, relacionando-as à sua conduta na ação extensionista e na mediação das políticas públicas, especialmente o Pronaf.

O primeiro contato com os agentes de ATER e com os técnicos foi para apresentação do projeto de tese e seus objetivos, buscando estabelecer relações de confiança e para agendamento da entrevista em dia e horário escolhido pelo entrevistado. As entrevistas foram realizadas no local de trabalho e gravadas em áudio, após a assinatura do TCLE.

b) Consultores

Foram estudados os mediadores responsáveis pela elaboração dos projetos do crédito. No município de Nova Venécia há sete consultorias e em Rio Bananal há seis, totalizando 13 consultores como unidades de análise.

Não houve cálculo de amostragem para essa categoria, sendo todos os 13 consultores submetidos à aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturada que abordou questões relativas ao conhecimento e às experiências sobre o crédito Pronaf;

a forma de contato com os beneficiários; a forma de elaboração/concessão de crédito; as representações de gênero e as percepções sobre as relações de gênero nas famílias rurais.

O primeiro contato com os consultores foi para apresentação do projeto de tese e seus objetivos, bem como para estabelecer uma relação de confiança e de confidencialidade, e para agendamento da entrevista em dia e horário escolhido pelo entrevistado. As entrevistas foram realizadas no local de trabalho (conforme escolhido por eles) e gravadas em áudio, após a assinatura do TCLE.

c) Agentes Bancários

Foram estudados os mediadores responsáveis pela concessão do crédito. As agências bancárias que operaram o crédito Pronaf na modalidade investimento nos municípios no período proposto foram: Banco do Brasil (BB), Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em ambos os municípios; e a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) em Nova Venécia. Como unidade de análise entre os agentes bancários, foram considerados os responsáveis pela carteira de crédito Pronaf de cada agência. Sabendo-se que o BANDES não possui agência física, o responsável pela carteira de crédito no estado constituiu a unidade de análise para esse banco. Sendo assim, totalizaram seis bancários.

Não houve cálculo de amostragem para essa categoria, sendo todos os seis agentes bancários submetidos à aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturada que abordou questões relativas ao conhecimento e experiências sobre o crédito Pronaf; a forma de contato com os beneficiários; a forma de elaboração/concessão de crédito; as percepções sobre as relações de gênero nas famílias rurais.

Assim como para os demais mediadores, o primeiro contato com os agentes bancários foi para apresentação do projeto de tese e seus objetivos, bem como para estabelecer uma relação de confiança e de confidencialidade, e para agendamento da entrevista em dia e horário escolhido pelo entrevistado. As entrevistas foram realizadas no local de trabalho (conforme escolhido por eles) e gravadas em áudio, após a assinatura do TCLE.

d) Mediadores indiretos

Foi identificado que nos municípios pesquisados outras organizações não governamentais atuam no processo de divulgação do Pronaf, bem como no processo

de empoderamento feminino, como os STR de Rio Bananal e de Nova Venécia, duas Cooperativas de Produtores Rurais de Nova Venécia e o MMC, também em Nova Venécia. Assim, objetivou-se analisar o papel desses mediadores no desenvolvimento da autonomia e empoderamento das mulheres nos municípios estudados, por meio do crédito rural.

Um representante de cada STR, um representante de cada Núcleo Feminino das Cooperativas e uma representante do MMC, totalizando cinco unidades de análise, foram entrevistados a partir de um roteiro semiestruturado, abordando conteúdos de ações voltadas para as questões de gênero executadas pela instituição; conhecimentos sobre o Pronaf e as estratégias de divulgação do programa para o público feminino; percepções sobre a participação social das mulheres rurais.

O primeiro contato com os representantes desses movimentos e entidades objetivou a apresentação do projeto de tese e seus propósitos, buscando-se estabelecer o *rapport*, sendo agendada a entrevista em dia, horário e local escolhido pelo entrevistado. As entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho, com exceção da representante do MMC que teve a entrevista realizada em sua residência. As entrevistas foram gravadas em áudio, após a assinatura do TCLE.

Para garantir a preservação da identidade das unidades de análise, estabeleceu-se uma codificação para cada pessoa participante. As mulheres receberam como código o nome de flores. Assim, ao apresentar o relato dessas mulheres, seu nome foi substituído por nome de flores, sendo revelados explicitamente apenas os dados que não comprometem o sigilo da identidade. Da mesma forma, procedeu-se com os demais entrevistados. Para os extensionistas rurais, o código utilizado foram as iniciais ER, seguido de numerais ordenados de 1 a 11, sorteados aleatoriamente entre os extensionistas. Para os consultores, seguiu-se o mesmo padrão com a inicial C seguida de numerais ordenados de 1 a 13, sorteados aleatoriamente entre os entrevistados consultores. Para os agentes bancários, utilizaram-se as iniciais AB seguidas de numerais ordenados de 1 a 6, sorteados aleatoriamente. E, finalmente, os outros mediadores não receberam codificação específica, sendo referenciados como representantes das entidades respectivas.

3.2.3 Diário de campo

O diário de campo serviu como uma importante ferramenta de coleta de dados e de registro de memória dos acontecimentos, permitindo registrar as observações, percepções e reflexões sobre o contexto físico e social do estudo, expressões não verbais dos entrevistados e informações não contidas nas gravações das entrevistas (Araújo et al., 2013).

Assim, foram registrados em um diário de campo, o ambiente da entrevista, as expressões não verbais emitidas durante as entrevistas, bem como os acontecimentos pré e pós entrevistas que foram considerados importantes para a análise do contexto.

3.3 Análise dos resultados

a) Dados quantitativos

Após os levantamentos, os dados foram sistematizados em planilhas, avaliados, detalhados e discutidos. A sistematização dos dados seguiu a sua organização e análise em planilha eletrônica. A análise dos dados quantitativos se deu por mensuração simples na estatística descritiva, considerando média e proporção. A discussão se baseou nos resultados da análise e foi realizada a triangulação entre as informações e os referenciais teóricos.

b) Dados qualitativos

As 90 entrevistas realizadas foram transcritas e posteriormente sistematizadas para análise do tipo interpretativa, utilizando-se o modelo de análise de conteúdo, conforme proposto por Godoy (1995). A escolha do método qualitativo interpretativo se deve ao fato de que a pesquisadora é parte integrante da realidade estudada, sendo sua visão acrescida da perspectiva dos participantes do contexto, permitindo a análise intercontextual (Godoy, 1995).

As transcrições foram submetidas às fases de pré-análise, exploração e análise do material e interpretação. Na fase de exploração e análise foram selecionados trechos da entrevista que foram considerados relevantes. Esses trechos foram codificados a partir da categorização sustentada empiricamente para o arcabouço teórico e analítico proposto.

O foco da análise e interpretação de uma pesquisa qualitativa é a exploração de um conjunto de opiniões e representações sociais sobre um determinado tema sob investigação. Considera-se que a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo apresentam pontos em comum, mas não somente. Apresentam, também, singularidades próprias relacionadas à história de vida de cada interlocutor, devendo-se, assim, considerar a diversidade de opiniões e crenças na análise qualitativa. Dessa forma, pode-se apresentar o que é homogêneo, bem como o diferencial no mesmo meio social (Gomes, 2009).

A técnica de análise de conteúdo (verbal e não verbal) consiste na reprodução, decodificação e descrição de forma objetiva, sistemática e quantitativa da manifestação apresentada nas respostas (Bardin, 1977). Tem por objetivo classificar e categorizar o conteúdo a ser analisado, reduzindo suas características a elementos-chave, permitindo sua comparação e relação com outros elementos (Carlomagno e Rocha, 2016).

Conforme proposto por Bardin (1977), a categorização das entrevistas foi feita por ocasião de sua elaboração e *a posteriori*, a partir dos resultados alcançados. Os resultados quantificáveis a partir dos dados qualitativos foram submetidos à análise estatística descritiva, como análise de frequência e proporção.

É importante destacar que, conforme apresentado por Günther (2006, p. 203), a contextualidade é o “fio condutor de qualquer análise em contraste com uma abstração nos resultados para que sejam facilmente generalizáveis”. Ou seja, os acontecimentos cotidianos são elementos para a interpretação dos dados, não devendo ser desvinculados do objeto de análise. Isso demanda uma reflexão contínua do pesquisador, devendo haver uma interação dinâmica entre este e o objeto de estudo. A interpretação busca, portanto, sentido nas falas e nas ações para se chegar a uma compreensão ou explicação para além do descrito e analisado, ancorando na fundamentação teórica (Gomes, 2009).

Assim, foram analisados os perfis das entrevistadas e dos entrevistados; o impacto do Pronaf nas relações sociais de gênero e no empoderamento das mulheres agricultoras como forma de inclusão econômico-produtiva e social; a atuação dos mediadores do acesso ao crédito, além da atuação da ATER e dos movimentos sociais nas questões de assistência técnica e relações de gênero; os pontos de convergências e divergências entre eles, possibilitando realizar uma apreciação acerca da existência ou mudança de paradigmas nas questões de gênero, por meio

da técnica de triangulação de dados. A triangulação significa olhar para o mesmo objeto de pesquisa, a partir de mais de uma fonte de dados (quantitativos e qualitativos) limitando os vieses pessoais e metodológicos, ampliando a generalização do estudo, sob o olhar de múltiplas perspectivas (Azevedo et al., 2013).

No caso das mulheres beneficiárias, as entrevistas contemplaram as dimensões do empoderamento: social, econômico e político, sob os quais definiram-se indicadores e fatores limitantes (Malhotra et al., 2002; Sen, 2000), distribuídos nas categorias expressas no Quadro 2. Além das dimensões do empoderamento, levantou-se o perfil (idade, escolaridade, número de filhos, renda, estado civil); percepções sobre o acesso ao crédito e perspectivas de futuro.

Com os mediadores, as entrevistas contemplaram o ponto de vista sobre o processo de mediação; as dificuldades operacionais percebidas; a forma de assistência prestada às beneficiárias; as representações de gênero; o conhecimento sobre as orientações de priorização de projetos para mulheres; as percepções sobre empoderamento das mulheres por meio das políticas de crédito.

Foram geradas planilhas eletrônicas, com categorizações codificadas, permitindo a análise comparativa e aplicação de fórmulas de média e proporções para cada categoria criada. Para a análise do impacto dos indicadores de empoderamento, apresentada na Figura 19 do item 4.5, considerou-se a condição que as mulheres e suas famílias apresentavam antes do acesso ao Pronaf e as mudanças ocorridas a partir de então, sendo identificadas no momento da entrevista.

O impacto do acesso ao Pronaf no empoderamento das mulheres rurais foi calculado a partir da adaptação do método utilizado por Demattê Filho et al. (2014) e Rodrigues et al. (2016) para análise de impactos ambientais. Os 27 indicadores foram organizados nas três dimensões de empoderamento: econômico, social e político (Quadro 2), os quais foram verificados pelo instrumental analítico (análise de conteúdo) dos dados obtidos nas entrevistas e categorizados.

Foram construídas matrizes de ponderação para cálculo dos *índices de impacto* (Demattê Filho et al., 2014; Rodrigues et al., 2016). Calculou-se um fator de ponderação atribuindo o mesmo peso para os indicadores de cada dimensão, cujo somatório resultou igual a 1,0.

De posse dos dados obtidos na análise de conteúdo, para cada indicador, estabeleceu-se uma escala de nível de ocorrência que variou de 1 a 3. Por exemplo, para o indicador de “participação na gestão da propriedade” a escala de ocorrência

estabelecida foi valorada como: 1 (não participa); 2 (participa na gestão compartilhada); e 3 (é responsável pela gestão). Em indicadores que não se aplicavam a todas as unidades de análise, a valoração 1 foi atribuída às unidades com essa característica.

Também para cada indicador, estabeleceu-se uma escala de coeficiente de mudança que variou de zero a 2, sendo que o valor zero foi atribuído às unidades de análise que não apresentaram mudanças; 1 para aquelas que mudaram parcialmente e 2 para aquelas que mudaram totalmente.

Assim, o índice de impacto de cada indicador se deu pelo somatório do produto do valor da escala de nível de ocorrência de cada unidade de análise pelo valor do coeficiente de mudança a ela atribuído; multiplicado pelo fator de ponderação daquele indicador:

$$I = k \sum (N \times C)$$

Onde:

I = índice de impacto

k = fator de ponderação

N = nível de ocorrência

C = coeficiente de mudança

A partir do cálculo do índice de impacto de cada indicador, calculou-se o índice médio entre os indicadores de cada dimensão, sendo este utilizado para comparar o impacto do Pronaf em relação ao índice máximo de cada dimensão e entre as dimensões de empoderamento.

É importante observar que, segundo Malhotra et al. (2002) e Mosedale (2005), não há empoderamento absoluto, sendo o resultado desta análise apenas uma proposta para verificação das dimensões mais vulneráveis, que necessitam de intervenções mais imediatas.

Quadro 2 – Categorias criadas a partir dos indicadores das dimensões do empoderamento

Dimensão	Indicadores	Categorias
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> • Participação na decisão de acesso ao crédito • Participação na gestão da propriedade • Participação na gestão da renda familiar • Autonomia sobre a renda individual • Aumento da renda individual • Melhoria do bem-estar pessoal e familiar • Posse da terra • Agência para mobilização de recursos • Diversificação da produção • Capacidade de negociar com agentes de mercado • Conhecimento técnico-gerencial 	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil socioeconômico: posse da terra, renda bruta familiar, atividades desenvolvidas, participação na atividade agropecuária; atividades e rendas não agrícolas; participação na gestão da renda familiar; acesso à renda familiar; gestão da propriedade participação no processo de comercialização; divisão sexual do trabalho • A experiência com o crédito Pronaf: processo decisório; nível de conhecimento sobre o Pronaf; acesso à informação; formas de gestão dos recursos do Pronaf; formas de gestão da renda oriunda da atividade financiada pelo Pronaf; envolvimento no processo de acesso ao crédito; contato com os consultores e agentes bancários; acesso à assistência técnica, dificuldades de acesso; melhoria na qualidade de vida; perspectivas para o futuro.
Social	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso à educação • Acesso à informação e conhecimento técnico • Participação em formações e capacitações • Acesso a assistência técnica • Mobilidade física • Aumento da autoestima • Desenvolvimento da capacidade de agência • Capacidade de expor ideias e de se motivar • Mudança nas relações de gênero na família • Consciência das relações de gênero 	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil sociocultural: idade, número de filhos, escolaridade, estado civil • Relações sociais e políticas: acesso à informação; contato com agentes externos; participação em organizações sociais; percepção sobre as relações de gênero nas organizações sociais; acesso à assistência técnica; percepções sobre a atuação da ATER; participação em cursos e eventos; consciência de gênero. • Mudanças após o Pronaf: preocupações, aumento de renda; mudança nas relações sociais e na família, desenvolvimento da autoestima; desenvolvimento da capacidade de agência.
Político	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em organizações sociais • Participação em cargos eletivos de diretoria • Participação em outras políticas públicas • Capacidade de estabelecer relacionamento com outros atores sociais e políticos • Capacidade de estabelecer redes de apoio • Capacidade de mobilização e organização social 	

Fonte: elaborado pela autora a partir das ideias de Malhotra et al. (2002) e Sen (2000).

A partir da análise das categorias e do cruzamento de dados com os resultados da análise dos mediadores, estabeleceram-se os limites e potencialidades ou possibilidades de empoderamento das mulheres por meio das políticas de crédito.

Os resultados e a discussão foram organizados de forma a compreender a situação sociocultural e econômica atual da mulher e de sua família e a sua relação com a família e os atores sociais; a sua experiência de acesso ao crédito, envolvendo as relações de gênero que determinaram o seu grau de envolvimento no processo, na gestão e com os mediadores; as transformações ocorridas na vida das mulheres após o acesso ao crédito. Em seguida, analisa-se a atuação da mediação; o processo de operacionalização do crédito; a influência das percepções de gênero no processo de aplicação do crédito; análise do processo de mediação da ATER oficial e dos demais mediadores sociais, como os sindicatos, cooperativas e MMC. Por fim, apresenta-se o resultado sistematizado do impacto dos indicadores nas três dimensões do empoderamento e, a partir dele, apresentam-se os limites e possibilidades do desenvolvimento da autonomia das mulheres através do acesso ao crédito Pronaf.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A participação das mulheres no acesso ao Pronaf: uma análise em nível de Brasil e do estado do Espírito Santo

O acesso ao Pronaf no Brasil se deu de forma ascendente, especialmente a partir de 2003, com a disponibilização crescente de recursos e com a ampliação das linhas de crédito. A análise do acesso ao crédito Pronaf, desde o ano de 1999 até o ano de 2012, pelo anuário estatístico do BACEN e de 2013 a 2016, pela Matriz de Dados da mesma fonte, permite observar que houve um acréscimo de 1.104 % em volume de recursos acessados nesse período, mesmo com a redução proporcional do número de operações, indicando um aumento dos valores individuais das operações de crédito (BACEN, 2018).

No entanto, até o ano de 2012, o BACEN somente disponibilizava os dados em variáveis como número de operações de crédito, valores, atividades e modalidade (custeio e investimento). A partir de 2013, passaram a incluir variáveis como linhas de crédito, tipo de pessoa, gênero, dentre outras. O Pronaf Mulher somente passou a ser categorizado na matriz de dados a partir de 2015.

Restringindo-se a análise ao intervalo 2013-2016, observa-se que a distribuição do Pronaf não foi homogênea entre as diversas regiões do Brasil. Enquanto a região nordeste apresentou a maior proporção de acessos em relação ao número de operações, a região sul foi privilegiada com o maior volume de recursos no período (Tabela 2). Apesar da região nordeste deter 48% dos contratos de Pronaf, em valores aplicados foram apenas 14,6% do total nacional. Em contraposição, a

região sul acessou 29,5% do total de contratos e aplicou 49,7% do total de recursos contratados no país.

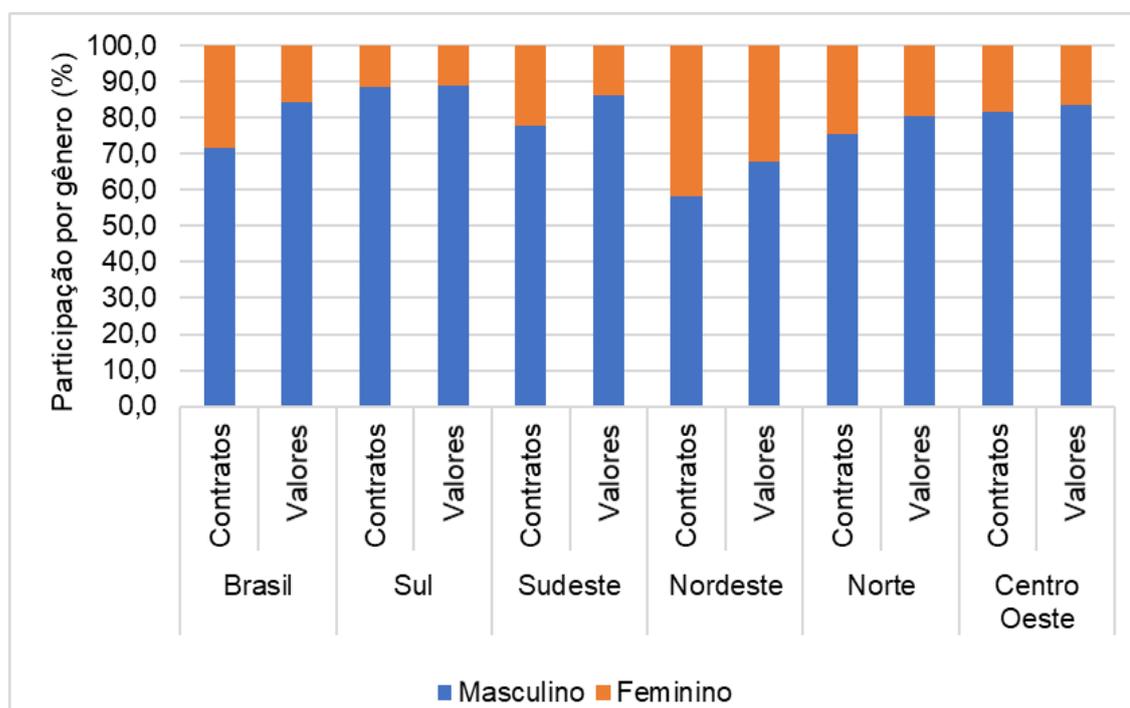
Na análise da evolução do acesso ao crédito no país no período de 1996 a 2012, Grisa et al. (2014) também observaram a concentração do número de contrato e de valores nas regiões sul e sudeste onde, segundo os autores, residem os agricultores mais capitalizados e preparados para o uso de tecnologia. Vários autores (Gazolla e Schneider, 2013; Grisa et al., 2014, Souza et al., 2015, Silva et al., 2016) afirmaram que o Pronaf tem sido acessado para investimentos e custeios em pacotes tecnológicos para os mesmos tipos de culturas, privilegiando atividades do tipo *commodities*, aumentando a vulnerabilidade e dependência das famílias aos insumos externos.

Tabela 2 – Distribuição de número e valores de projetos Pronaf nas regiões do Brasil, em relação ao gênero, acumulados dos anos de 2013 a 2016

Região	Contratos (nº) (mil)			Valores (R\$ 1.000,00)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Sul	1.857	245	2.102	37.660.402,00	4.737.827,00	42.398.229,00
Sudeste	816	235	1.051	15.078.269,00	2.383.674,00	17.461.943,00
Nordeste	1.992	1.424	3.416	8.461.211,00	3.999.351,00	12.460.562,00
Centro Oeste	181	40	221	5.350.389,00	1.056.509,00	6.406.898,00
Norte	250	81	331	5.251.055,00	1.262.284,00	6.513.339,00
Brasil	5.096	2.025	7.121	71.801.326,00	13.439.645,00	85.240.971,00

Fonte: BACEN (2018)

Contudo, a desigualdade social sobre a qual o Pronaf se consolida não se restringe às condições econômicas e culturais, mas também sobre a desigualdade de gênero. Observa-se a partir da Tabela 2 e da Figura 3 que as mulheres mantiveram baixa participação no Pronaf, tanto em número de contratos, quanto em volume de recursos, independentemente da região do país. Em nível nacional, no acumulado para os quatro anos, a participação de mulheres em número de contratos foi de 28,4%, valor próximo da meta de 30% prevista em 2001, porém com valores individuais muito inferiores aos contratos destinados aos homens, resultando em apenas 15,8% do total de recursos operados no período.



Fonte: BACEN (2018).

Figura 3 – Comparação da distribuição do número total de contratos e de valores contratados pelo Pronaf, por região, de acordo com o gênero, no período de 2013 a 2016.

Com exceção da região nordeste, todas as demais regiões não atingiram a cota de 30% de projetos destinados às mulheres. A desigualdade de acesso em termos de gênero foi mais acentuada na região sul, com a participação de apenas 11,6% de mulheres no total de contratos, seguida das regiões centro-oeste com 11,6%, sudeste com 22,4% e norte como 24,6%. Na região nordeste, 41,7% dos contratos foram destinados a beneficiários do sexo feminino. Em volume de recursos, a região sul também apresentou a menor proporção de mulheres, sendo destinado às beneficiárias apenas 11,2% do montante regional no período. A região sudeste empregou apenas 13,7% dos recursos para projetos para mulheres, centro-oeste e norte empregaram 16,5 e 18,3%, respectivamente. A região nordeste apresentou a menor discrepância na proporção, destinando 32,1% dos recursos para projetos de beneficiários do sexo feminino (Tabela 2 e Figura 3).

Silva et al. (2016) compararam esses resultados com as principais atividades financiadas, observando que os recursos são, geralmente, aplicados para atividades, em especial, do tipo *commodities*, que conforme Zorzi (2008); Fernandes (2013), estão inseridas no agronegócio hegemonicamente masculino e, também, diretamente relacionado com a preferência no processo de avaliação e concessão do crédito pelos agentes bancários, corroborando a ideia de “mais do mesmo” apresentada por Grisa et al. (2014).

Silva et al. (2016) consideraram que o maior número de projetos de titularidade feminina na região nordeste se deveu ao microcrédito, o que justificaria o montante inferior de recursos para este público nesta região quando comparada à região sul que, apesar de ter operado quase seis vezes menos projetos para beneficiárias do sexo feminino em relação ao nordeste, aportou cerca de 18% a mais de recursos para as mulheres do sul (Tabela 2 e Figura 3).

Especificamente, com relação ao Pronaf Mulher, a região nordeste também operou o maior número de contratos (60% do total nacional). No entanto, a região sudeste concentrou o maior volume de recursos no período estudado (35,7%), assim como observado por Silva et al. (2016) (Tabela 3, Figura 4).

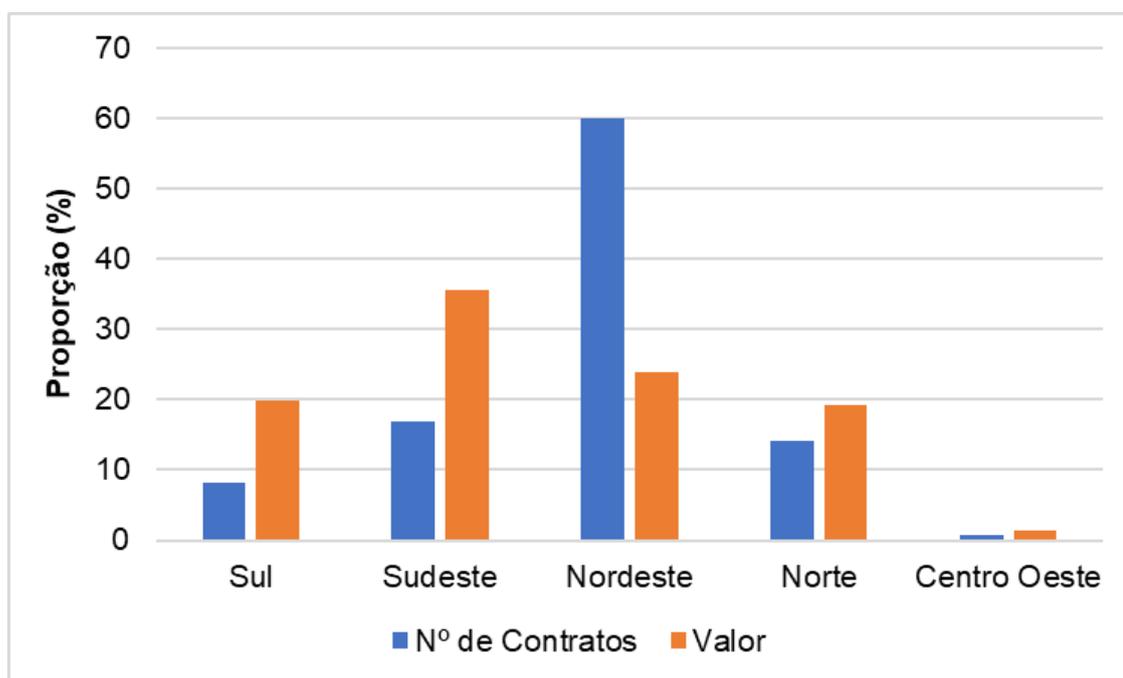
Tabela 3 – Distribuição dos contratos e valores do Pronaf Mulher, por região do Brasil, acumulado 2013 a 2016

Região	Nº Contratos	Valor total (R\$ 1.000,00)
Sul	470	15.272,00
Sudeste	971	27.393,00
Nordeste	3.461	18.373,00
Norte	813	14.724,00
Centro Oeste	47	1.063,00
Brasil	5.762	76.825,00

Fonte: BACEN (2018)

O Sudeste, portanto, representou a região que obteve o maior acesso aos recursos do Pronaf Mulher e também apresentou uma importante participação feminina nas demais linhas de crédito para investimento. Conforme a Tabela 4, Minas Gerais foi o estado que mais acessou o Pronaf, tanto em número de contratos quanto

em valores e foi, também, o estado com maior participação de mulheres, com 25% dos projetos destinados às mulheres. O estado do Espírito Santo destinou 14,8% do número de contratos e do montante de recursos para as mulheres. Esse estado se destacou pelo acesso ao Pronaf Mulher, tendo o maior número de contratos e volume de recursos (57% e 85%, respectivamente) para essa linha de crédito na região sudeste. (Tabela 5, Figura 5). O Estado do Rio de Janeiro não operou o Pronaf Mulher no período estudado.



Fonte: BACEN (2018)

Figura 4 – Distribuição proporcional de números e valores do Pronaf Mulher, por região no Brasil, entre 2015 e 2016.

Entretanto, ao se comparar com o público masculino, Minas Gerais destinou 25% dos contratos e apenas 13% dos recursos para o público feminino. Enquanto que o Espírito Santo destinou 14,8% dos contratos e 14,8% dos recursos para as agricultoras capixabas, em relação aos homens.

Tabela 4 – Distribuição dos contratos e dos recursos do Pronaf, de acordo com o gênero, entre os estados da região sudeste, acumulado de 2013 a 2016

Estado	Masculino		Feminino	
	Contratos (nº)	Valores (R\$ 1,000,00)	Contratos (nº)	Valores (R\$ 1.000,00)
Minas Gerais	573.991	8.895.391,00	191.134	1.330.524,00
São Paulo	104.725	3.046.799,00	21.018	526.788,00
Espírito Santo	116.731	2.727.600,00	20.242	473.468,00
Rio de Janeiro	20.579	408.478,00	2.749	52.893,00

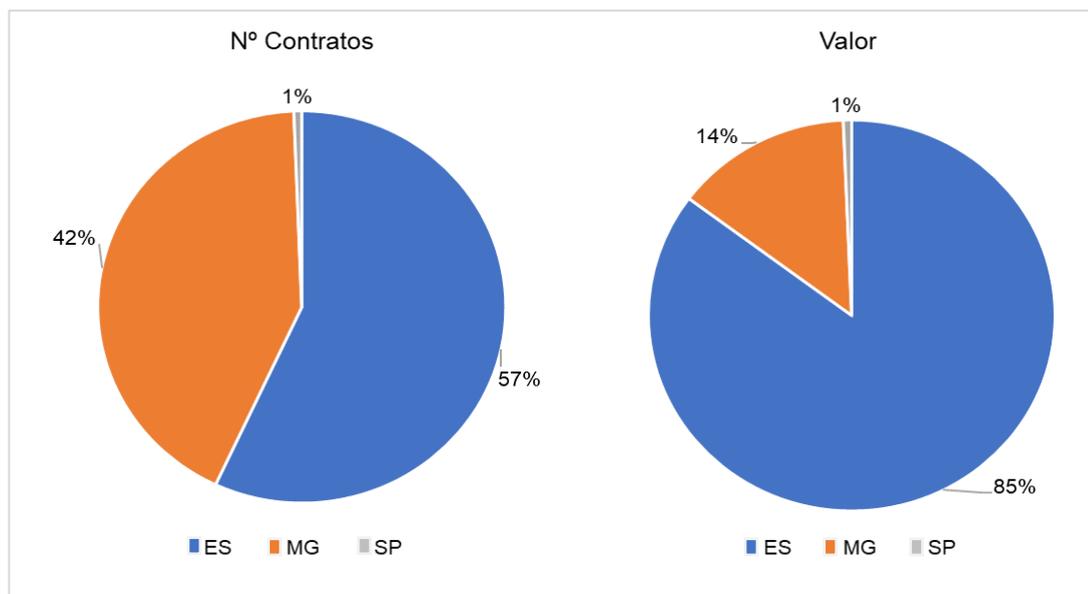
Fonte: BACEN (2018).

Quanto ao Pronaf Mulher, ao observar a proporção da população de mulheres rurais adultas em Minas Gerais, que é cinco vezes maior que a população de mesma categoria no Espírito Santo (IBGE, 2006), observa-se que, de fato, o Espírito Santo foi mais significativo na operacionalização do Pronaf Mulher (Tabela 5).

Tabela 5 – Distribuição dos contratos e dos recursos do Pronaf Mulher entre os estados da região sudeste, acumulado de 2013 a 2016

Estado	Nº de Contratos	Valor (R\$)
ES	553	23.341.831,67
MG	412	3.868.232,19
SP	6	182.519,33
Rio de Janeiro	0	0,00

Fonte: BACEN (2018).



Fonte: BACEN (2018).

Figura 5 – Proporção de acesso ao Pronaf Mulher entre os estados da região sudeste, em relação ao número de contratos e valores, acumulados entre 2013 a 2016.

O Estado do Espírito Santo é formado por 78 municípios distribuídos em uma área com pouco mais de 46 mil km² e possuindo uma população de 3.514.962 habitantes (IBGE, 2010). A maior parte da população está na área urbana, correspondendo a cerca de 83% da população, enquanto apenas 17% permanecem na área rural, de acordo como Censo Demográfico 2010.

Conforme os dados preliminares do Censo Agropecuário 2017, do IBGE, o estado do Espírito Santo possui 108.010 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017). Nesse censo ainda não foi discriminada a categoria de agricultores familiares. No Censo Agropecuário de 2006, 79,9% do total dos estabelecimentos pertenciam à categoria de agricultura familiar. Porém, essa categoria ocupava somente 34% do total das terras capixabas, sendo que os 20% dos demais estabelecimentos não familiares ocupavam 66% dos solos (IBGE, 2006).

O estado se destaca no cenário nacional pela produção de café, eucalipto, frutas, hortaliças, pimenta-do-reino, ovos, dentre outras culturas. A principal ocupação dos solos capixabas se dá pela cultura do café que prevalece em todas as regiões do estado, ocupando cerca de 85% da área cultivada (Duarte, 2010). Produzido principalmente pela agricultura familiar, o café teve importante função na ocupação

dos solos capixabas, cuja colonização se deu, principalmente, por italianos, alemães, poloneses e africanos (Bergamim, 2004).

O café é considerado uma cultura permanente que exige investimentos para seu plantio e beneficiamento (secadores ou terreiros), bem como o custeio de tratamentos culturais (Zuccolotto, 2004). É a principal atividade demandante do Pronaf no estado, sendo responsável por 42,6% dos contratos efetuados entre 2013 e 2016 (BACEN, 2018).

O Pronaf Mais Alimentos é a principal linha de crédito para investimento operada no estado, correspondendo a 96,1% dos contratos no período estudado. Nessa linha de crédito, as mulheres participaram com apenas 14,1% dos contratos. Mas, a participação de mulheres é ainda menor quando se considera o Pronaf Jovem, Agroecologia e Agroindústria (Figura 6).

O Pronaf Jovem teve a participação de apenas 7% de público feminino. A baixa participação das jovens mulheres pode ser explicada por, basicamente, quatro motivos, interligados entre si.

A hierarquia estabelecida na família elege o homem como prioritário no desenvolvimento e gestão de atividades geradoras de renda. Assim, os filhos homens têm o privilégio de investir na propriedade da família para geração de renda pessoal, enquanto às mulheres são reservadas as tarefas domésticas e do entorno, sendo excluídas do – ou retardado o – processo de sucessão, na expectativa de saída da mulher da propriedade por ocasião do casamento (Brumer e Anjos, 2008; Scott et al., 2010). Silva et al. (2016) e Castro (2015) ainda atribuem à tendência de os pais não confiarem na capacidade produtiva das filhas na gestão da propriedade, mesmo quando ela participa do processo produtivo.

Outra explicação é, também, baseada na divisão sexual do trabalho, em que as famílias patriarcais consideram que as mulheres não têm condições físicas de desempenhar atividades consideradas pesadas, como a produção agrícola, nem têm conhecimento tecnológico suficiente, não sendo permitido às filhas o investimento em atividades nessa área (Carneiro, 2001; Deere e León, 2002; Paulilo, 2016).

A terceira explicação é, também, vinculada às anteriores, pois as filhas jovens vislumbram o abandono do campo devido à sua própria exclusão da renda familiar, à penosidade das atividades agropecuárias e às poucas perspectivas de futuro laboral, optando pelo êxodo rural em busca de melhores oportunidades de trabalho e estudo no meio urbano (Carneiro, 2001; Brumer, 2004).

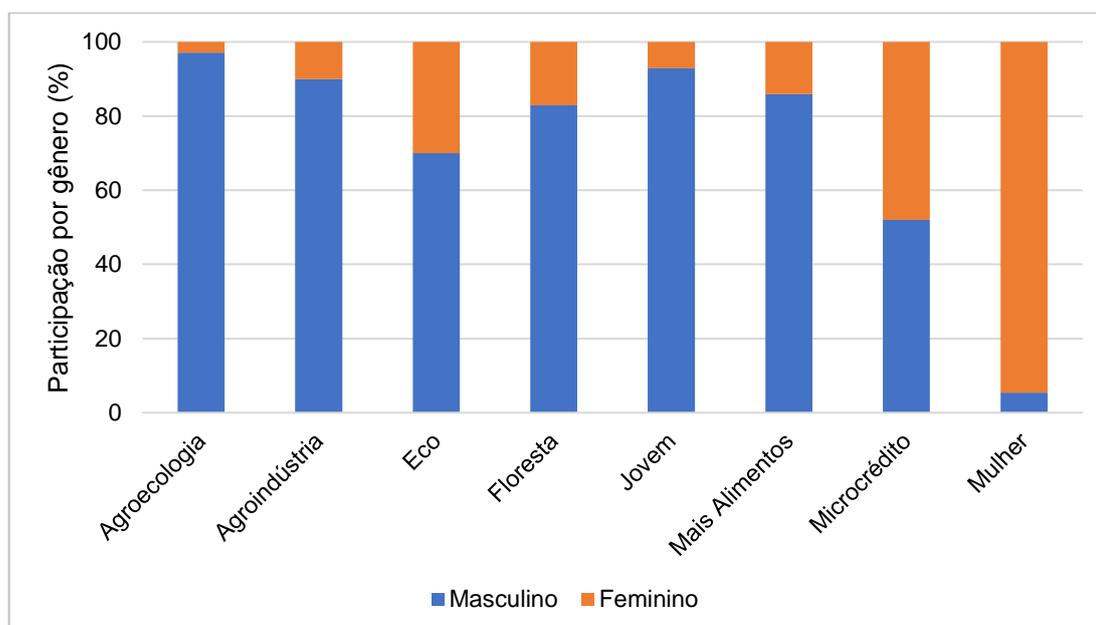
Ainda que se possa considerar a falta de interesse das mulheres pelo investimento em atividades agropecuárias, a auto exclusão é explicada pela naturalização da condição feminina (Herrera, 2012; Pizzinato et al., 2016), que desvia a atenção das jovens mulheres das atividades socialmente consideradas como masculinas.

E, finalmente, há a questão de que somente jovens com formação na área agropecuária, seja em nível profissionalizante, técnico ou superior (BACEN, 2017), poderiam acessar o Pronaf Jovem. Sendo assim, se as filhas tenderem a ser afastadas da atividade agropecuária e do conhecimento tecnológico, menor será a probabilidade de cumprir as exigências de capacitação para acessar essa linha de crédito, mantendo-se excluídas.

Durante o período estudado, 34 contratos de Agroecologia foram operados no estado e, apenas, um deles foi destinado a beneficiário do sexo feminino. Várias autoras (Pacheco, 2009; Guelber Sales, 2012; Siliprandi, 2015) debatem sobre a importância da participação feminina na transição agroecológica por sua preocupação com a saúde da família e com a conservação dos recursos naturais. No entanto, a desigualdade de gênero é também encontrada nas propriedades agroecológicas, onde as relações externas de negociação ainda cabem ao homem, muitas vezes (Siliprandi, 2015).

Assim como ocorre nas demais regiões do país (Silva et al., 2016), o mesmo pode ser observado no Pronaf Agroindústria Investimento que, dos 40 contratos operados no período, apenas quatro foram em nome de mulheres. A agroindústria é considerada uma área com importante atuação de mulheres, especialmente aquelas relacionadas à transformação e beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal para alimentação da família e comercialização (Wesz Junior et al., 2006).

Pacheco (2009) e Siliprandi (2015) afirmam que as atividades desenvolvidas pelas mulheres, quando geram renda secundária, permanecem muitas vezes sob a gestão feminina. No entanto, quando a atividade ganha importância econômica e social, até mesmo se tornando a renda principal da família, o homem tende a requerer a gestão para si, excluindo a mulher do processo de controle da produção e comercialização (Siliprandi, 2015), mantendo-a como mão de obra na produção (Silva et al., 2018). Esse fator pode explicar a maior participação masculina no acesso à linha de crédito Pronaf Agroindústria.



Fonte: BACEN (2018)

Figura 6 – Proporção de participação feminina nas diversas linhas de crédito Pronaf operadas no Espírito Santo, acumulado de 2013-2016.

Seguindo a mesma tendência dos demais estados do Brasil, a linha de Microcrédito apresentou a menor desigualdade de acesso entre homens e mulheres no estado do Espírito Santo. O acesso ao Microcrédito geralmente é feito pelo casal, como forma de ampliar o valor total acessado. E, conforme Fernandes (2013), as demandas das mulheres costumam se aproximar de microfinanças, o que justificaria o maior acesso desse público ao microcrédito. Assim, é de se esperar a distribuição mais igualitária dos contratos entre os beneficiários do sexo feminino e masculino.

É interessante observar que a Matriz de Dados do BACEN (2018) registra a participação masculina no Pronaf Mulher no estado do Espírito Santo, tendo sido contratados 30 projetos para beneficiários homens nessa linha de crédito, durante o período estudado. A explicação para esse resultado é a possibilidade de erro de registro dos beneficiários, haja vista que o Pronaf Mulher é destinado exclusivamente para o público feminino.

A distribuição do Pronaf entre as regiões administrativas do estado do Espírito Santo se dá especialmente nas regiões Norte e Central do estado. Essas regiões operaram, juntas, 52,7% dos contratos de Pronaf de todo o estado durante o período estudado. Essas regiões operaram 59,7% dos contratos de Pronaf Mais Alimentos e 91,1% dos contratos de Pronaf Mulher. No ranking estadual, destacam-se os

municípios de São Mateus, de Nova Venécia e de Rio Bananal, que operaram 11,2%, 10,5% e 9,9% dos contratos de Pronaf Mulher no estado durante o período, respectivamente.

4.1.1 O campo empírico: Nova Venécia e Rio Bananal

A região norte do Estado se caracteriza por clima quente e seco, apresentando diferentes formas de ocupação do solo, especialmente com café Conilon (*Coffea canephora*), frutas e pecuária de corte, sendo estas últimas concentradas principalmente em propriedades não familiares (Duarte, 2010).

Segundo Duarte (2010), as regiões centro e norte capixabas concentram o maior número de organizações de movimentos sociais, sindicais, Escolas Famílias Agrícolas e organizações não governamentais com uma atuação histórica de lutas. Este fator teria influenciado positivamente a atuação de muitos dos extensionistas rurais que praticam a abordagem interativa, com ações participativas norteadas pelos princípios agroecológicos e do desenvolvimento sustentável.

Os municípios escolhidos como campo empírico estão localizados nas regiões de planejamento central (Rio Bananal) e norte (Nova Venécia) do estado do Espírito Santo (Lei nº 9.768 de 2011). A população nessas regiões tem importante descendência de imigrantes italianos e alemães, que influenciaram a cultura local. Nova Venécia apresenta, também, descendência de indígenas, além de africanos e portugueses que chegaram ao território a partir do porto de São Mateus (Barbosa, 2016).

O município de Nova Venécia tem uma população de 46.031 pessoas, sendo 33% residindo no espaço rural, a qual constitui-se de 47% de mulheres, conforme o censo de 2010. Ocupa uma área de 1.442,153 km², coberta em sua maior parte por pastagens para gado de corte e de leite e lavouras permanentes, como café Conilon e pimenta-do-reino (*Piper nigrum*) e, também, com lavouras temporárias, especialmente de arroz (IBGE, 2018).

A agricultura familiar desse município desenvolve, também, atividades como agroindústria, produção de plantas ornamentais, produção agroecológica, frutas, criação de pequenos animais etc. O município apresenta como importante atividade a extração de rochas ornamentais (INCAPER, 2011a), mas o principal setor econômico é o de serviços. A agropecuária ocupa o terceiro lugar na geração de divisas para o

município, correspondendo a 11% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, de acordo com dados de 2015 do IBGE. Conforme o Censo Agropecuário 2006, o município de Nova Venécia possui 2.045 estabelecimentos agropecuários, sendo 1.472 pertencentes à agricultura familiar, correspondendo a 71,9% do total de estabelecimentos. Apenas 9% das unidades são de titularidade feminina, ocupando apenas 5,9% da área total ocupada pelos estabelecimentos (IBGE, 2018).

O município de Rio Bananal possui uma população de 17.530 pessoas que, diferentemente de Nova Venécia, tem a maior parte de sua população (61,3%) residindo no espaço rural, conforme o Censo de 2010. Essa população rural é formada por 46% de mulheres, em uma proporção que acompanha a da população total. Ocupa uma área de 642,229 km², onde se destacam as atividades de cafeicultura (café Conilon) e pipericultura (pimenta-do-reino), além da fruticultura, especialmente a cacauicultura (produção de cacau) (IBGE, 2018). A agricultura familiar de Rio Bananal ainda desenvolve outras atividades como produção de hortaliças, avicultura caipira, agroindústrias (queijarias, processamento de frutas), artesanato, fabricação de móveis, dentre outras, mostrando-se pluriativa (INCAPER, 2011b).

O principal setor econômico é o de serviços e a agropecuária corresponde a 16% do PIB municipal de acordo com dados de 2015 (IBGE, 2018). O município possui 1.471 estabelecimentos agropecuários que ocupam uma área de 43518ha, sendo 1.176 estabelecimentos pertencentes a agricultura familiar, correspondendo a 79,9% dos estabelecimentos, que ocupam 49,6% da área produtiva (IBGE, 2006), sendo apenas 7,1% pertencentes a titulares do sexo feminino, ocupando 6,4% da área total dos estabelecimentos (IBGE, 2018).

A menor proporção de mulheres proprietárias de terras pode ser explicada, especialmente, pela questão da permanência de valores e costumes arraigados em muitas comunidades rurais patriarcais em que as filhas são excluídas da herança das terras, mesmo com o direito legal à titularidade por herança (Brumer, 2004; Deere, 2004). Nos dados encontrados na pesquisa em profundidade, as mulheres com idade superior a 50 anos relataram essa tendência na geração de seus pais, especialmente aquelas famílias de origem italiana. Nas gerações atuais, observou-se uma mudança nessa cultura, provavelmente pelo fato de as mulheres passarem a requerer o seu direito à herança, como prevê a legislação brasileira (Carneiro, 2001).

Além disso, os homens adquirem terras por herança ou por aquisição monetária, quando o homem, neste último caso, sendo o interlocutor social, é privilegiado com a titularidade da terra (Brumer, 2004).

Conforme os dados do Incaper, em 2011 havia cerca de 35 entidades associativas no meio rural de Nova Venécia, além da atuação de duas cooperativas no município, sendo uma voltada para os produtores de café e outra para os produtores de leite. Nova Venécia possui um histórico de movimentos sociais, dentre os movimentos que representam a agricultura familiar, destacam-se o STR, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), além do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento Educacional Promocional do Estado do Espírito Santo (MEPES) com a Escola Família Agrícola (EFA). No município há 13 assentamentos de reforma agrária, sendo três de crédito fundiário, beneficiando 384 famílias (INCAPER, 2011a; INCRA, 2017).

A agricultura familiar de Rio Bananal também está inserida em um contexto de movimentos sociais rurais representados pelo STR, MPA e MEPES, com uma EFA. Não há assentamentos de reforma agrária no município, mas há assentamento de crédito fundiário. São onze organizações sociais formalmente constituídas, além de uma Cooperativa de Agricultores Familiares (CAF) (INCAPER, 2011b).

4.1.2 O Pronaf e as mulheres beneficiárias de Nova Venécia e de Rio Bananal

Os municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal operaram, respectivamente, 4.058 e 5.142 contratos de crédito Pronaf no período analisado, especialmente na modalidade de investimento (64,6% e 61,4% do total de contratos operados em cada município).

A matriz de dados do BACEN (2018) não discrimina a proporção por gênero em nível municipal. Mas, discrimina por linha de crédito e por atividade. Desse modo, sabe-se que foram realizadas 58 operações do Pronaf Mulher em Nova Venécia e 55 em Rio Bananal durante os anos de 2013 a 2016. A matriz de dados mostrou, também, que as principais atividades financiadas pelo Pronaf Mulher nesses municípios, durante o período estudado, foram a pimenta-do-reino e o café Conilon (Tabela 6).

A partir das informações disponíveis nas DAPs das 265 mulheres que acessaram o Pronaf nas suas diversas linhas de crédito, na modalidade investimento, no período de 2013 a 2016, e relacionadas pelos consultores dos municípios

estudados, foi possível levantar algumas informações. Mas, é importante esclarecer que a DAP é um documento auto declaratório, baseado em informações prestadas pelo informante agricultor ou agricultora familiar e validada pelo emissor do documento, nem sempre verificada a veracidade *in loco*.

A média de idade das mulheres pronafistas foi de 43,4 anos, mas com idades variando de 20 a 81 anos de idade. No entanto, conforme se observa na Figura 7, mais da metade dos projetos foram contratados por beneficiárias com idade superior a 41 anos de idade.

Tabela 6 – Número de operações por atividades principais financiadas pelo Pronaf Mulher nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, acumulado de 2013-2016

Município	Nº de operações			Total
	Café	Pimenta-do-Reino	Outras	
Nova Venécia	12	31	15	58
Rio Bananal	17	13	25	55
Total	29	44	40	113

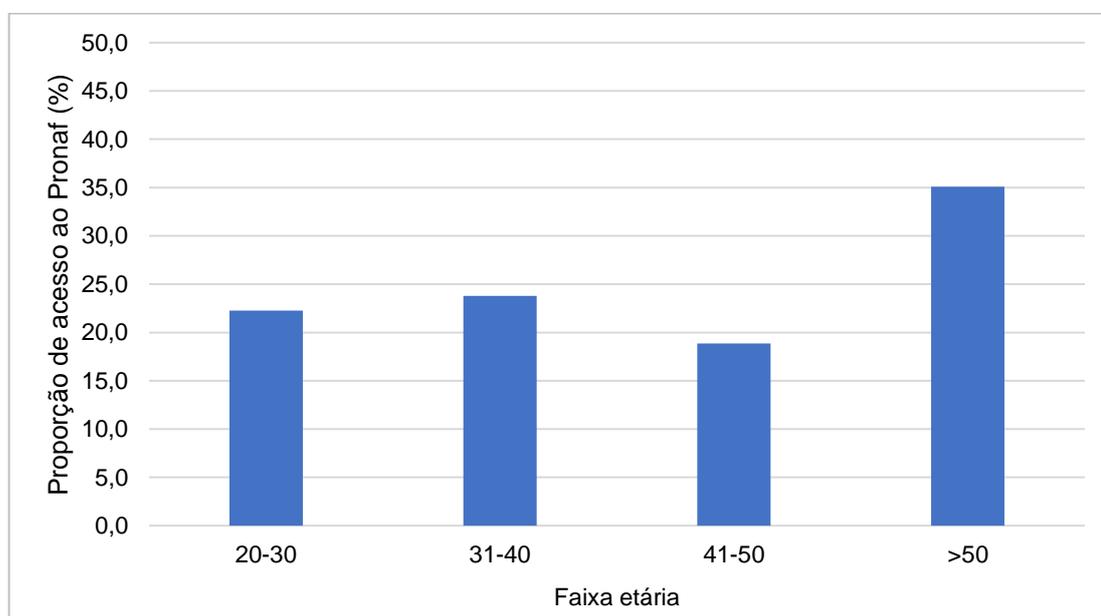
Fonte: BACEN (2018).

O grau de escolaridade variou de analfabetismo ao ensino superior completo. 31,7% apresentavam ensino médio completo por ocasião da emissão da DAP, seguida de 29,4% com ensino fundamental incompleto e 12,5% com ensino fundamental completo; 4,9% apresentavam ensino médio incompleto. Apenas uma mulher era analfabeta e 6,4% eram alfabetizadas; 6% apresentavam ensino superior incompleto e 8,7%, ensino superior completo.

Com relação ao estado civil, 60,7% eram casadas e 3,8% em união estável na ocasião da emissão da DAP. Ou seja, 64,5% possuem companheiro. As mulheres sem companheiro em relação ao total estudado representavam: 22,3% solteiras; 7,2% viúvas e 6% divorciadas (Figura 8).

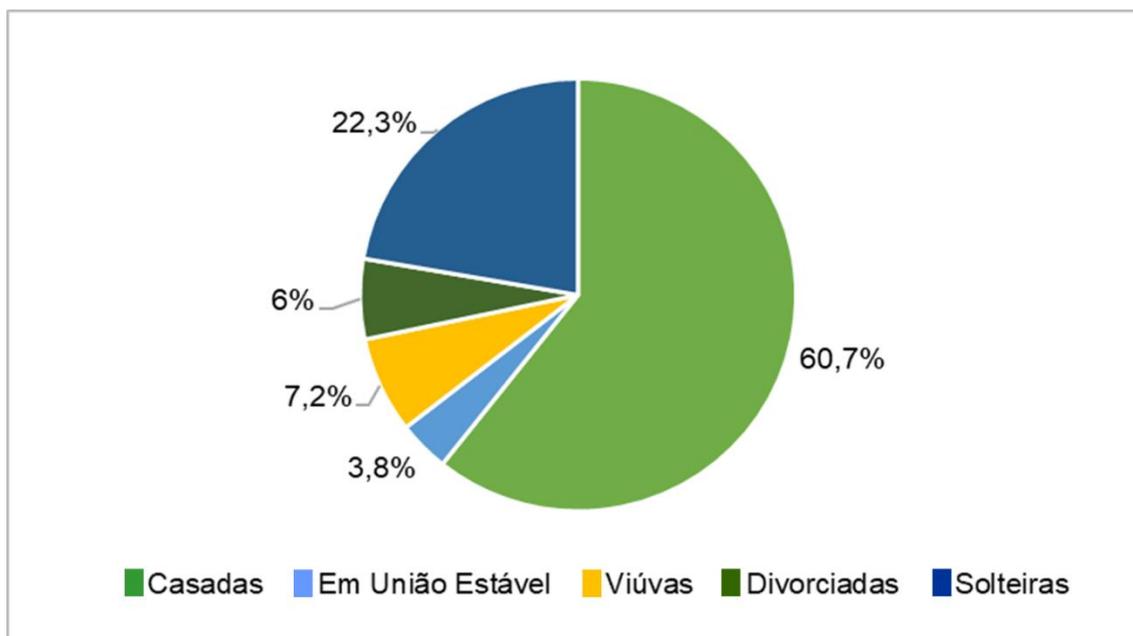
A DAP permite a inserção de até 2 titulares, quando emitida para casais. Dentre as 265 DAP analisadas, em 68,7% delas a primeira titular é mulher e, dentre as primeiras titulares, 48,4% possuem companheiro (casadas ou em união estável).

Ou seja, quase metade das DAP de titularidade feminina é composta por mulheres casadas ou em união estável, que têm o seu companheiro como segundo titular. A DAP caracteriza a família como pertencente à categoria de Agricultura Familiar. Assim, independentemente da ordem de titularidade, ambos titulares apresentam a mesma classificação e possuem os mesmos direitos. Mas, esse direito à titularidade na DAP somente foi adquirido em 2004, a partir dos movimentos feministas no campo. Simbolicamente, a titularidade na DAP eleva o grau de importância da mulher no reconhecimento de sua participação econômica na família (Izidoro et al., 2013; Silva e Ramos, 2013).



Fonte: Dados obtidos a partir das DAP

Figura 7– Proporção de acesso ao crédito Pronaf por mulheres de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, por faixa etária, acumulado 2013-2016.



Fonte: Dados obtidos a partir das DAP.

Figura 8– Distribuição das mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, de acordo com o estado civil na ocasião da emissão da DAP, acumulado 2013 a 2016.

Conforme reportado por Favareto e Carneiro (2017), os dados da SEAD indicam que as mulheres são titulares individuais em 20% das DAPs emitidas no território nacional. Enquanto que os homens são titulares em de 22% das DAPs, sendo os demais 56% de titularidade conjunta. Ou seja, apresentando o casal como titular.

Todavia, como será visto no item 4.4.2, as DAPs emitidas originalmente em nome do companheiro como primeiro titular foram, em muitas vezes, substituídas por outra de primeira titularidade feminina, por ocasião do acesso ao crédito pela mulher, por uma exigência bancária relacionada à operacionalização do crédito, o que explicaria a proporção de primeira titularidade feminina equivalente à masculina entre as mulheres com companheiro.

A titularidade da DAP não deve estar relacionada à titularidade da posse da terra, até porque é permitido acessar o Pronaf àqueles não proprietários de terra que explorem parcela de área agriculturável, como os comodatários, parceiros, meeiros, arrendatários. Portanto, a informação de condição de posse da terra expressa na DAP não está vinculada à situação de posse pela mulher, mas a situação de posse pela família. Assim, das DAPs analisadas, 61,5% das famílias possuem a propriedade da

terra; 34% possuem contrato de uso da terra (comodato, arrendamento, parceria); 3% são assentados de reforma agrária; 1,5% é assentada do crédito fundiário.

É interessante observar que, dentre as 59 solteiras, 21 têm propriedade sobre a terra, ou seja, 35,6% têm titularidade sobre a posse da terra. E a maior parte dessas mulheres solteiras proprietárias (57,1%) possui idade entre 21 e 30 anos de idade. Ou seja, são mulheres jovens e proprietárias. Aqui, pode-se levantar a questão se essa posse de terra estaria ou não relacionada à herança, sucessão antecipada ou aquisição das terras e mereceria um estudo aprofundado, haja vista que os dados do IBGE apontaram uma baixa participação de mulheres sobre a propriedade das terras nos municípios estudados. Segundo Carneiro (2001), as gerações mais jovens tendem a colocar em xeque a tradição de exclusão das mulheres da sucessão das terras e essa mudança social pode estar ocorrendo no espaço rural das regiões estudadas.

A área média das propriedades foi de 16,9 ha, variando de 1 a 70,8 ha. 76,6% das propriedades possuem até 1 módulo fiscal. De acordo com o INCRA (2013), o módulo fiscal para os municípios estudados é de 20 ha. Sendo assim, pode-se considerar que 76,6% das propriedades que apresentam beneficiária pronafista no período estudado são formadas por minifúndios⁵.

A renda bruta anual média das famílias foi de R\$ 102.639,85, variando de R\$ 7.285,09 a R\$ 419.243,71, para o ano de 2016, a partir da conversão dos valores das DAP pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) (FGV, 2018). Distribuindo-se as famílias por faixa de renda, observa-se que 28,7% delas possuem renda anual bruta de até R\$ 50.000,00; 34,3% possuem renda bruta anual entre R\$ 50.001,00 e R\$ 100.000,00 e 37% possuem renda bruta anual superior a R\$100.000,00. Apenas 10,5% das famílias possuem renda bruta anual acima de R\$ 200.001,00. Ou seja, 63% das famílias apresentam renda bruta anual de até R\$ 100.000,00.

Essa informação da renda é importante, pois, como será demonstrado no item 4.3.2, muitas mulheres acessaram o crédito Pronaf para ampliar o limite de crédito do marido que, para o Pronaf, é de R\$ 165.000,00. Sendo assim, se a maior parte das famílias tem renda bruta familiar inferior a R\$ 100.000,00, esse fator é um indício de endividamento das famílias de forma a comprometer a sua sustentabilidade financeira

⁵ O INCRA ainda classifica os imóveis rurais a partir da classificação instituída pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, em: minifúndios (até um módulo fiscal); pequenas propriedades (entre um e quatro módulos fiscais); médias propriedades (entre 4 e 15 módulos fiscais) e grandes propriedades (acima de 15 módulos fiscais).

e mantê-las refém do crédito. Pode-se dizer, portanto, que nesses casos, a má aplicabilidade do recurso Pronaf não contribui para a emancipação das famílias agricultoras, mas para a sua dependência do sistema de crédito.

Os resultados baseados em dados secundários mostram que as mulheres beneficiárias do Pronaf nos municípios estudados, durante o período proposto, em sua maior parte, é formada por adultas, com idade superior a 40 anos, casadas, e com baixo grau de instrução (não completaram o ensino médio), sendo que 31,7% do total da população analisada acumula essas três características.

Em famílias tradicionais no meio rural, há uma hierarquia relacionada ao poder de decisão e de gestão dos recursos humanos, produtivos e financeiros, sendo geralmente o homem, “chefe da família”, o detentor desse poder (Brumer, 2004; Pacheco, 2008). As mulheres, especialmente aquelas com mais idade, tendem a estar naturalizadas com a condição de subalternidade perante o companheiro. O baixo grau de instrução agrava a situação de desigualdade por contribuir para o sentimento de insegurança diante de situações complexas de negociação e gestão, além de apresentar uma tendência ao desconhecimento de tecnologias agropecuárias (Heredia e Cintrão, 2006). Essa afirmativa das autoras foi confirmada pelos dados empíricos, conforme o item 4.2.1.

Nessa situação, as relações de gênero intrafamiliares, o processo de decisão e de participação da mulher no acesso ao Pronaf, bem como seus impactos no empoderamento das mulheres, por meio de sua autonomia econômica, foram investigados a partir da análise em profundidade da amostra populacional.

4.2 Conhecendo as mulheres entrevistadas e suas famílias

Neste item considerou-se importante apresentar não somente as mulheres, mas dentro de uma abordagem relacional, apresentam-se, também suas famílias.

De acordo com o conceito de agricultura familiar proposto por Wanderley (2001), as mulheres participantes da pesquisa são componentes de unidades familiares, onde a mão de obra predominante é a familiar, os recursos são de propriedade das famílias ou contratados por elas e os vínculos se mantêm por laços de parentesco. Entretanto, não houve homogeneidade nos contextos, as diferentes formas de reprodução, relações e organizações familiares, denotam a diversidade que a própria agricultura familiar apresenta (Lamarche, 1993).

4.2.1 Perfil sociocultural das mulheres entrevistadas

As mulheres entrevistadas se declararam como brancas em sua maioria (60%), havendo também pardas (32,7%) e negras (7,3%), sendo que 81,8% apresentam ascendência italiana. Todas elas se declararam cristãs, de maioria católica (92,7%). A maioria das mulheres nasceu no meio rural (92,7%). Aquelas que nasceram na cidade, passaram a ter contato com o meio rural ainda na infância. No caso de Vitória Régia, que nasceu e foi criada na cidade, o contato com a agricultura ocorreu após o casamento.

De forma geral, as mulheres compõem unidades familiares tradicionais, do tipo nuclear, ou seja, composta por pai, mãe e filhos. Conforme explicitado no Quadro 3 e nas Figuras 9 e 10, a maior parte das mulheres que compuseram as unidades de análise da amostra possui companheiro, sendo casada ou em união estável, correspondendo a 65,5% dos casos. Dentre as mulheres sem companheiro, em relação ao total, 18,2% são solteiras, 9,1% são viúvas e 7,3% são divorciadas.

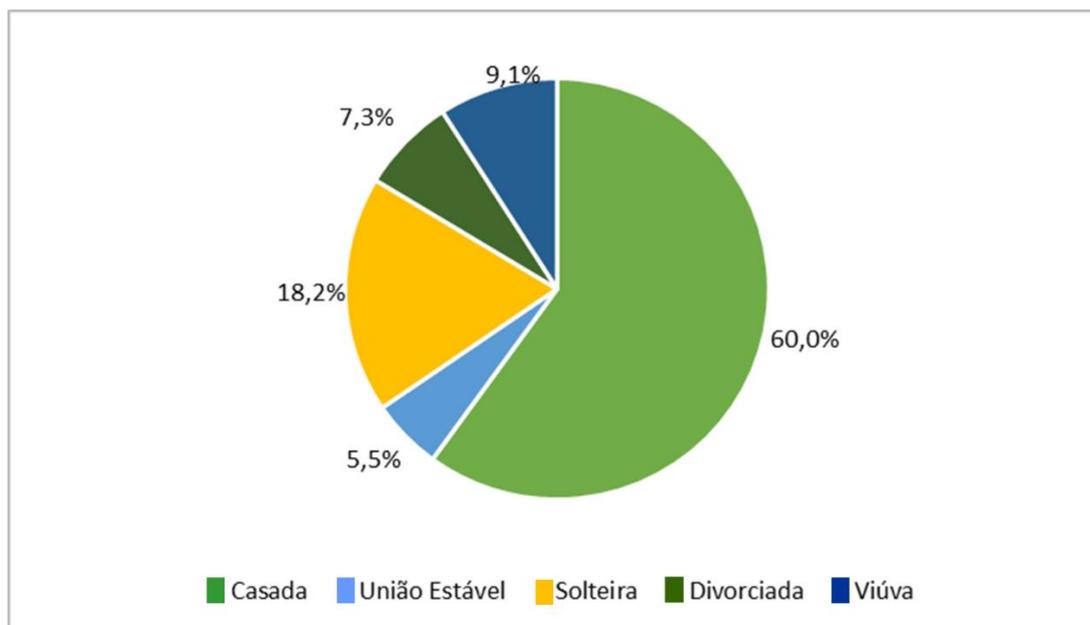
Das mulheres entrevistadas, 78,2% possuem filhos, mas apenas 52,7% vivem com eles na mesma unidade familiar. Em 9% dos casos, os filhos residem na mesma propriedade, mas em casas separadas, constituindo outros núcleos familiares, mas com convivência diária. 21,8% das mulheres vivem somente com seu companheiro na residência rural, sendo que uma delas convive também com a mãe. Oito (14,5% do total) das dez mulheres solteiras vivem com os pais na propriedade rural. Duas vivem na cidade durante a semana, retornando ao campo nos finais de semana e períodos de férias, quando participam, eventualmente, da rotina agropecuária. Sete mulheres (12,7%) vivem sozinhas, sendo que, destas, seis são viúvas ou se divorciaram e uma é solteira (esta última se refere a uma daquelas que vive na cidade).

Quadro 3 – Perfil das mulheres pronafistas entrevistadas, quanto à idade, estado civil, escolaridade, ocupação e número de filhos, nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, em 2017

Entrevistada (Código)	Idade	Estado Civil	Escolaridade*	Ocupação	Número de filhos
Acácia	63	União Estável	FI	Agricultora	2
Açucena	24	Solteira	SC	Agricultora, comerciária e faxineira	0
Alamanda	34	Casada	MC	Agricultora	1
Albícia	42	Casada	EC	Agricultora	2
Alpínia	21	Solteira	SI	Estudante e secretária	0
Amamélis	25	Casada	MC	Agricultora e diarista	1
Amarilis	24	Solteira	MC	Agricultora e cabeleireira	1
Anêmona	43	Casada	EC	Dona de casa	2
Angélica	45	Divorciada	FC	Agricultora e diarista	4
Anís	34	Casada	SC	Bancária	1
Antúrio	75	Viúva	FI	Dona de casa	6
Azaleia	38	Casada	EC	Agricultora e manicure	3
Begônia	53	Casada	FI	Agricultora, faxineira, artesã	3
Bromélia	25	Casada	MC	Agricultora	1
Calêndula	21	Solteira	MC	Agricultora e diarista	0
Caliandra	50	Casada	EC	Agricultora	1
Camélia	27	Casada	MC	Comerciária e artesã	0
Camomila	43	União Estável	MC	Agricultora e professora	2
Catleia	26	Solteira	MC	Agricultora e revendedora de utensílios domésticos	0
Clívia	60	União Estável	EI	Agricultora	3
Cravina	62	Casada	MC	Dona de casa	4
Crisântemo	56	Casada	MC	Agricultora, revendedora de cosméticos e de utensílios domésticos	4
Dália	30	Solteira	MC	Agricultora	0
Estrelícia	44	Viúva	MC	Agricultora	2
Flor-de-Lis	29	Solteira	SI	Secretária	1
Flor-de-maio	61	Viúva	EC	Agricultora	2
Gardênia	42	Casada	FI	Agricultora	3
Gérbera	46	Casada	FI	Agricultora	2
Girassol	52	Divorciada	MC	Agricultora	2
Glicínia	35	Casada	MC	Comerciante	2
Grevílea	37	Casada	FC	Empresária	2
Hibisco	31	Casada	MC	Agricultora	2
Hortência	53	Casada	EC	Agricultora, faxineira e biscoiteira	3
Ipomeia	29	Casada	SC	Funcionária Pública	1
Jaborandi	68	Viúva	EC	Dona de casa	7
Jasmim	40	Divorciada	MC	Agente de saúde	1
Lavanda	52	Casada	EI	Agricultora	2
Lírio	60	Casada	EC	Agricultora e diarista	5
Lobélia	46	Casada	MC	Agricultora	1
Madressilva	58	Casada	EC	Agricultora	2
Magnólia	46	Casada	MC	Agricultora	0
Malva	34	Casada	MC	Agricultora, faxineira e revendedora de cosméticos	2
Margarida	51	Casada	EC	Dona de casa	1
Miosótis	61	Viúva	SI	Empresária	3
Orquídea	49	Solteira	EC	Agricultora	0
Palma	33	Casada	MC	Agricultora	2
Papoula	55	Casada	FI	Dona de casa	4
Petúnia	34	Casada	FC	Agricultora	0
Primavera	23	Casada	SC	Agricultora	0
Salvia	28	Solteira	SC	Agricultora e secretária	0
Tulipa	28	Casada	MC	Agricultora e esteticista	1
Vedélia	23	Solteira	SC	Bancária	0
Violeta	35	Casada	MC	Agente de saúde	2
Vitória Régia	37	Casada	MI	Agricultora	3
Zínia	55	Divorciada	SI	Agricultora	1

Fonte: dados da pesquisa.

*EI: Elementar Incompleto; EC: Elementar Completo (antiga 4ª série); FI: Fundamental Incompleto; FC: Fundamental Completo (antiga 8ª série); MI: Médio Incompleto; MC: Médio Completo; SI: Superior Incompleto; SC: Superior Completo.



Fonte: dados da pesquisa.

Figura 9– Distribuição das mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, de acordo com o estado civil, em 2017.

Como a proposta de análise desta tese é desenvolvê-la com base em uma abordagem relacional, considerou-se importante a classificação das mulheres a partir da composição familiar, analisando a presença masculina nas relações intrafamiliares. Assim, a partir dos dados familiares levantados, as mulheres foram classificadas em três grupos, conforme a Figura 10.

O Grupo 1 é composto por mulheres com cônjuge (MCC), ou seja, as casadas e aquelas em união estável. Essas mulheres convivem cotidianamente com seus companheiros, sendo as relações familiares influenciadas pelas questões de gênero.

O Grupo 2 é composto por mulheres sem cônjuge (MSC), sendo as solteiras, viúvas e divorciadas, mas que se relacionam diretamente com uma figura masculina, seja ela o pai, os filhos ou os irmãos. Todas as mulheres solteiras da pesquisa se enquadram neste grupo, pois mantêm relacionamento com os pais, seja por residirem com eles ou por depender financeiramente deles. Especialmente, cita-se o caso de Alpinia, que vive na cidade com o irmão e, apesar de ter emprego, ainda é sustentada pelos pais. Assim como o caso de Vedélia que vive sozinha na cidade, mas que ainda

depende dos pais, produtores rurais. Ambas retornam à propriedade dos pais nos fins de semana e no período de férias, onde participam da rotina rural.

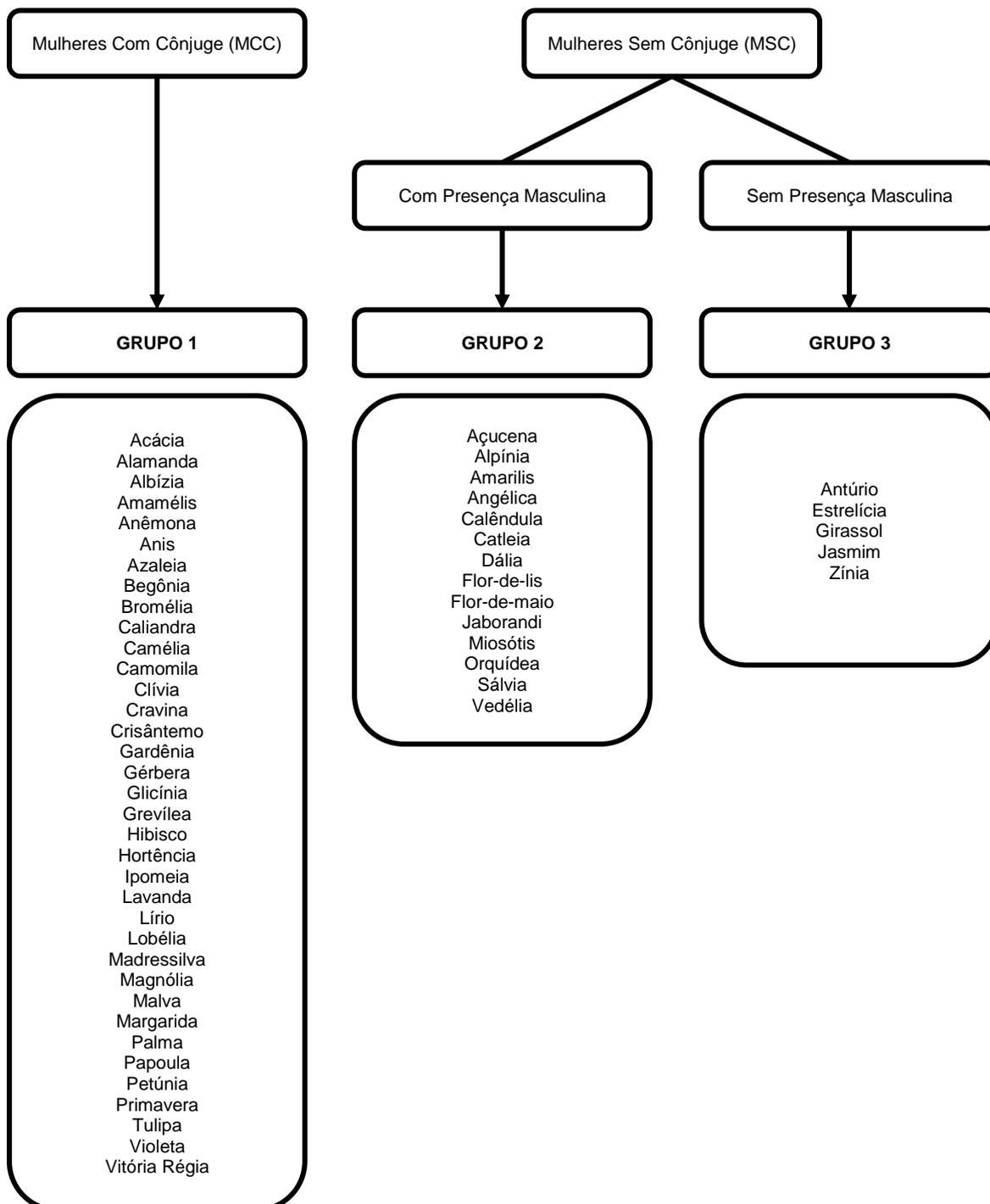
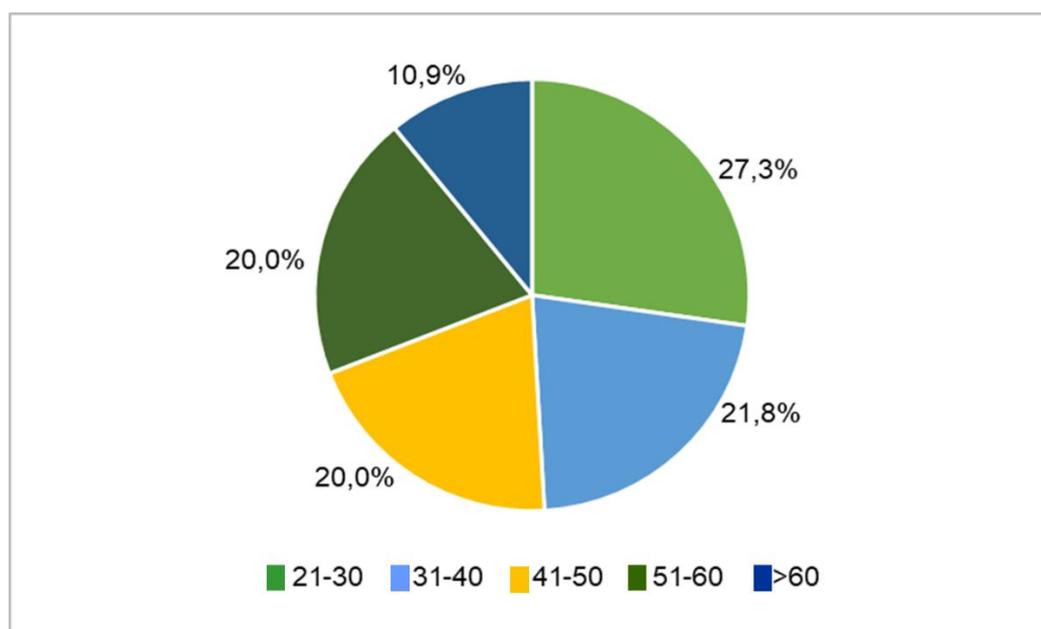


Figura 10 – Representação esquemática da divisão em grupos das mulheres entrevistadas, conforme a presença masculina nas relações intrafamiliares, em 2017.

O Grupo 3 é composto por MSC que não convivem com homens em idade adulta, ou seja, não sofrem influência direta da figura masculina. É o caso de Antúrio, Estrelícia e Zínia que possuem somente filhas; e Girassol que não convive com os filhos, residindo sozinha na propriedade. Jasmim convive apenas com o filho de 11 anos. No entanto, na ocasião de acesso ao Pronaf, Jasmim ainda era casada. O caso dela é discutido separadamente nas análises.

Essa classificação foi utilizada nas análises que exigiram um enfoque relacional, a partir do item 4.2.2.

Com relação à idade, mais da metade (50,1%) das mulheres entrevistadas possui idade superior a 40 anos. No entanto, 27,3% das entrevistadas são jovens, com idade entre 21 e 30 anos, cuja faixa etária é representada por 60% de mulheres solteiras (Quadro 3, Figura 11).

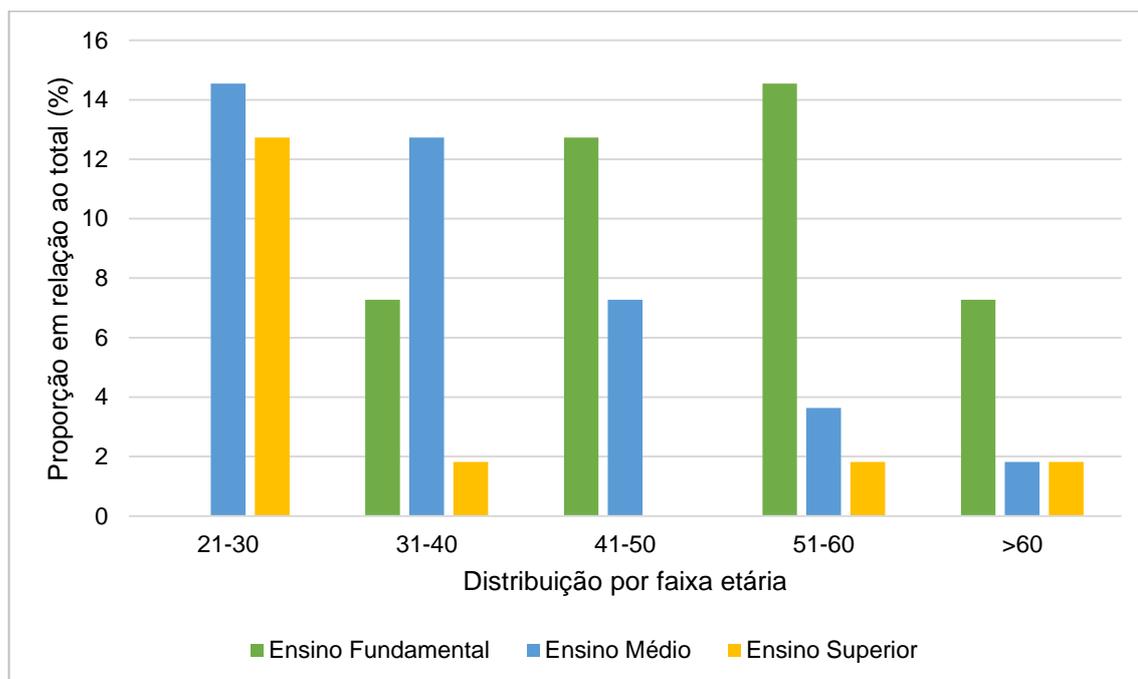


Fonte: dados da pesquisa.

Figura 11 – Distribuição das mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, de acordo com a faixa etária, em 2017.

O grau de escolaridade entre as mulheres entrevistadas variou da alfabetização ao ensino superior completo (Quadro 3). 60% das mulheres entrevistadas cursaram pelo menos uma série do ensino médio. As demais, não

ultrapassaram o ensino fundamental. Mas, há de se observar que os casos de menor grau de escolaridade se concentraram nas faixas etárias superiores (Figura 12). Os resultados mostram que 32,7% das mulheres entrevistadas são casadas e com baixo grau de instrução (não completaram o ensino médio).



Fonte: dados da pesquisa.

Figura 12 – Distribuição do grau de escolaridade por faixa etária das mulheres entrevistadas em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017.

As mulheres com idade superior a 40 anos relataram a dificuldade de acesso à escola durante a infância. No passado dessas mulheres, o campo oferecia apenas o ensino elementar, até a “quarta série primária”. Geralmente, a escola era distante do local em que residiam, exigindo grande esforço para estudar. A falta de incentivo e de recursos dos pais também foi um fator que impediu a continuação dos estudos para a maioria das mulheres com essa faixa etária. Outro motivo importante, observado na fala das mulheres, é que os pais as impediam de estudar para aproveitar sua mão de obra na lavoura desde a infância: “nem pude estudar por causa que tinha que trabalhar, trabalhar...” (Caliandra, 50 anos).

Naquela época, não tinha ônibus escolar igual tem hoje, né? Se você fosse estudar, você tinha que ficar em Linhares, né? Em Bananal não tinha quase muito estudo, né? Você tinha que sair pra fora. E naquela época era tudo difícil, né? Hoje, não. Hoje, por exemplo, o ônibus escolar vem aqui em cima onde você desceu o morro. Vem ali pegar as crianças, vem aí duas vezes por dia. E naquela época não tinha (Orquídea, 49 anos).

Aí eu fiquei, né, naquela rotina de escola: uma vez estudava, outra vez não estudava. Porque minha mãe mais meu pai também não tinha recurso, né? Quando tinha material pra vim pra escola a gente vinha, quando não tinha a gente ficava (Flor-de-maio, 61 anos).

Antigamente, a gente estudava a quarta série e repetia de novo a quarta série. Porque o pai da gente não deixava a gente estudar, meu pai não deixou eu estudar. [...] Mas, quando nós começamos a trabalhar – que com sete anos a gente já puxava uma enxadinha – aí, quando a gente começou a trabalhar mesmo, a pegar um saco inteiro de café na cacunda, ia um dia eu e outro dia ela (*a irmã*), na escola. Uma copiava o dever da outra. Só ia na escola as duas juntas quando tinha prova ou quando não tinha nada pra fazer na roça, o que era muito difícil não ter nada pra fazer. Tanto é que papai fazia peneira, fazia um monte de coisa, além de ter muito café e outras coisas mais (Papoula, 55 anos).

A rotina de trabalho das mulheres começou cedo na roça. A tarefa de ir acompanhando os pais na lavoura e iniciar os trabalhos de colheita, capina, cuidar dos animais começou na faixa de cinco a sete anos de idade para 40% das mulheres entrevistadas. A média de idade apresentada para iniciar os trabalhos no roçado foi de nove anos.

Conforme o relato das mulheres, os trabalhos considerados “mais leves” eram executados na faixa etária de cinco a dez anos de idade, intensificando a partir dos 11 anos. Desde os 14 anos de idade, as mulheres iniciaram os trabalhos que elas consideraram “mais pesados”, equiparando-se aos trabalhos executados pelos adultos.

Parte dessas mulheres (16,4%) não trabalhou nas lavouras durante a infância, mas iniciou, desde cedo, os trabalhos domésticos e do entorno. Realizavam todas as tarefas que os adultos realizavam, a partir dos sete anos de idade. Elas relataram que as filhas caçulas eram “poupadas” do trabalho na lavoura, por existirem os irmãos e irmãs mais velhos que assumiam o roçado. No entanto, aquelas que trabalharam nas lavouras não se desvinculavam do trabalho doméstico, como se iniciassem a dupla jornada de trabalho ainda na adolescência, especialmente as filhas mais velhas:

Minha mãe levantava todo dia cinco e meia, seis horas, coava o café e pegava os trem dela e ia pra roça. E os nenenzinho tudo nas minhas costas. Os pequenos tudo nas minhas costas. Tudo pequenininho, que minha mãe tinha filho assim. [...] Com sete anos de idade, minha mãe botava um banquinho e ia pra roça e deixava lá pra mim subir no banquinho pra fazer uma comidinha quando ela chegasse, que minha mãe trabalhava direto na roça. [...] Não estudei, porque meu pai não deixou eu estudar, pra trabalhar na roça. [...] Teve uma (*irmã*) até que largou a casa e foi pra Vitória, porque não aguentou mais trabalhar. Botou a mochila nas costas e falou: 'meu pai, tô te largando e vou embora, não aguento mais trabalhar na roça'. Aí, foi. (Lavanda, 52 anos)

A partir dos relatos apresentados e traçando um paralelo entre a rotina de trabalho e de estudos dessas mulheres durante a infância e adolescência, nota-se que a maior parte das mulheres teve que assumir responsabilidades e executar trabalhos nas lavouras, acumuladamente com os trabalhos domésticos, por vezes comprometendo o acesso à educação.

Para a maior parte dessas mulheres, o trabalho executado por elas nas lavouras durante a adolescência em nada diferia dos trabalhos executados pelos irmãos da mesma faixa etária. Enquanto que, os trabalhos domésticos executados pelas meninas raramente eram divididos com os irmãos. Assim, a ideia de “trabalho leve”, encontrada nas falas das mulheres, está relacionada às condições geracionais, sendo o trabalho das crianças comparativamente menos “pesados” que o trabalho dos adultos.

Conforme apresentado por Paulilo (2016), não houve, de fato, um “trabalho leve” que poupou as mulheres de maiores esforços quando comparado ao trabalho dos homens na mesma faixa etária, especialmente quando se analisa a questão da continuidade da jornada de trabalho doméstico. No entanto, o trabalho desempenhado por elas ainda é considerado “leve” ou, muitas vezes, desconsiderado como trabalho, e, sim, como mera ajuda (Pacheco, 2009; Siliprandi, 2015), como pode ser observado na fala dos mediadores, no item 4.4.4.

E o fato de a maior parte das mulheres com idade superior a 40 anos ter deixado de estudar para trabalhar, cuidar dos irmãos mais novos, da casa e do entorno, trouxe consequências indesejáveis para 35,7% das mulheres dessa faixa etária, como baixa autoestima e dificuldades de estabelecer relacionamentos em ambientes políticos e econômicos.

Anêmona, de 43 anos, teve medo de conceder a entrevista para esta pesquisa. Sentiu-se tão envergonhada da sua situação de escolaridade que chorou ao responder que estudou somente até a quarta série. De forma semelhante, Gérbera,

de 46 anos, se sente excluída da sociedade por não ter estudado, por não se sentir capaz de manter o diálogo com outras mulheres. Gérbera também deixa o processo de negociação por conta do marido, alegando que ele tem maior grau de instrução e sentindo-se menos preparada do que ele.

Tinha medo de você fazer alguma pergunta, talvez uma pergunta simples e eu não saber responder por falta de conhecimento. [...] Eu fico com vergonha. Que as vezes a gente tá conversando no meio de pessoas que por ter... essas pessoas ter estudo, elas tem mais desenvolvimento, de falar, sabe pronunciar as palavras direita e a gente fica assim meia até... não gosto nem de tirar uma foto, porque parece que as pessoas ficam comentando: 'oh, aquela pessoa assim'. Então, a gente fica mais afastada. Eu tenho vergonha, igual eu falei. Eu tenho vergonha de não saber as vezes de responder (Anêmona).

Ele (*o marido*) estudou mais, né? Ele tem o segundo grau completo. E eu tenho menos estudo. Ele sabe conversar melhor do que eu, entendeu? Então ele é mais aberto, tem mais facilidade de falar as coisas. [...] Muitas vezes, vamos supor, você tá num lugar ali com um... você tá numa mesa e aparece mais pessoas. Aí, tem aquelas mulheres, né, que tem estudo alto, né? Professora, médica, você não consegue conversar de igual pra igual. Você vai falar de roça com uma mulher dessa? O que uma mulher dessa vai entender? Entendeu? Vou falar: eu capino, eu panho café, eu desbroto. A mulher vai falar de aluno, vai falar de outras coisas, né? [...] Meu maior sonho, ter capacidade, ter estudado muito. Mas, na época eu não pude estudar. [...] Hoje eu sinto não ter mais aquela... chego tão cansada do serviço... O ônibus passa aqui, ó, na porta ali, ó. Mas, você olha assim... Ah, meu Deus! Tenho vontade? Tenho, de ir pra escola, mas o cansaço é demais, entendeu? Você pensar assim que tem que ficar lá, à noite, estudando lá, só que de manhã, você tem que sair 6 horas da manhã pro serviço de novo. Então é muito cansativo. (Gérbera)

Com a expansão da educação no campo, a oferta de transporte escolar e a criação das EFAs (com pedagogia da alternância), as mulheres mais jovens puderam acessar o ensino médio, técnico (duas possuem o curso de técnico agrícola e uma possui o curso técnico em administração) e, até mesmo, o ensino superior. Mas, não somente as mulheres mais jovens.

Crisântemo, aos 56 anos de idade, aposentada, com os filhos já crescidos e independentes, resolveu voltar aos estudos. Terminou em 2017 o ensino médio pelo projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e planeja ingressar no curso técnico em enfermagem. Os fatores que a motivaram foi o fato de se permitir reduzir o trabalho agrícola por poder contar com a renda da aposentadoria, não precisar mais se dedicar ao cuidado dos filhos e ter se separado do primeiro marido, opressor. “Meu sonho,

hoje, é me formar, dia 09 de julho, no terceiro ano e fazer o técnico em enfermagem. Esse é meu sonho, meu Deus! E vou realizar!" (Crisântemo).

Eu acho que isso (*o acesso à educação superior*) me ajudou assim, no sentido a me completar como cidadã, no sentido de vida social, de saber onde você busca as coisas, de aprender a questionar, de buscar, perguntar o porquê e... Assim, até me instruir melhor sobre as coisas (Ipomeia, 29 anos).

Observa-se, portanto, que a privação da liberdade substantiva de ter acesso à educação básica pode comprometer a capacidade de participação na vida política, econômica e social das mulheres (Sen, 2000). O acesso à educação resulta na aquisição de novos valores e no desenvolvimento de relações com outros indivíduos. Pensando-se em nível relacional, o acesso à educação e ao conhecimento é essencial para o empoderamento das mulheres na sociedade, contribuindo para a sua emancipação cultural e para o desenvolvimento das capacidades, gerando autoconfiança e autoestima (Deere e León, 2002; Sen, 2000).

Bourdieu (2002) considera o acesso à educação como um fator de mudança, que contribui para o desenvolvimento da independência financeira e transformação das estruturas familiares. Entretanto, o autor admite que, mesmo que as mudanças sejam visíveis, são ocultadas as permanências das posições relativas, prevalecendo a hegemonia masculina nas relações sociais e de trabalho, como pode ser observado no item 4.2.2.

4.2.2 Perfil socioeconômico: propriedade, renda e atividades desenvolvidas pelas famílias e pelas mulheres

A posse de terra é um fator importante para o processo de emancipação econômica das mulheres. A propriedade sobre a terra aumenta o poder de barganha das mulheres (Barbosa e Lerrer, 2016; Brumer e Anjos, 2008; Caneiro, 2001), haja vista que há a necessidade de sua participação direta nas negociações que envolvam investimentos na propriedade, especialmente quando esta se torna a garantia real para o acesso a crédito.

Nesse contexto, a propriedade sobre a terra foi investigada nas famílias das mulheres entrevistadas. Observou-se que 50,9% das mulheres são proprietárias de

terra (incluindo aquelas que estão em condomínio), seja como titular principal ou em conjunto com o marido. Quatro mulheres (7,3%) são assentadas pelo PNRA, porém, somente duas delas são titulares. As demais mulheres não têm posse da terra, explorando-as por meio de contrato do tipo comodato (27,3%), arrendamento (3,6%) ou meação (10,9%), conforme se observa no Quadro 4.

Seja na escritura da terra ou no contrato de exploração da terra, as mulheres são as primeiras titulares em 80% dos casos. Entende-se como titular aquele que possui o nome registrado na escritura ou no contrato de exploração. Cabe, portanto, ressaltar as peculiaridades da titularidade sobre a terra encontradas nesta pesquisa.

O Quadro 4 também apresenta a dimensão espacial das propriedades. A área média das propriedades estudadas foi de 15 ha. Conforme a classificação do Incra, 81,8% das propriedades são classificadas como minifúndio por apresentar área inferior a um módulo fiscal. No entanto, é importante ressaltar que a área apresentada no quadro se refere àquela relacionada à mulher, seja ela primeira ou segunda titular na escritura ou no contrato. Ou seja, para as mulheres que apresentam contrato de comodato, meação ou arrendamento, mesmo que dentro da propriedade da família, foi considerada a área contratada, constante na DAP.

Entre as mulheres do Grupo 1 (MCC), 52,8% são proprietárias e 41,7% possuem contrato de exploração da terra. Dentre esta última, a área apresentada coincide com aquela explorada pela unidade familiar. Somente nos casos de Bromélia, Ipomeia e Primavera, a relação área contratada e área explorada não coincidem.

Bromélia reside na propriedade dos sogros com o marido, tendo a própria residência. A área representada na DAP corresponde a área arrendada por ela. Além dessa propriedade, eles exploram a propriedade do sogro em regime de parceria, onde a produção final é dividida entre eles. Ela não soube informar a área total em parceria. O mesmo ocorre com Primavera que, quando solteira, fez um contrato de comodato com o pai para plantar pimenta-do-reino, sendo que a iniciativa partiu do pai, mas para a geração de renda para ela. Agora casada, além de sua área em comodato com o pai, o marido trabalha em parceria com a família dele. Primavera não soube informar a área explorada por eles. Já Ipomeia, quando solteira, fez o contrato de comodato com a mãe em parte da propriedade, para acessar o Pronaf. Atualmente, casada, não explora a propriedade, deixando-a sob a gestão do irmão.

Quadro 4 – Caracterização das unidades de análise quanto à condição de posse, área da propriedade e atividades desenvolvidas pelas famílias das beneficiárias do Pronaf em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, em 2017

Nome	Condição de posse	Área (ha)*	Atividades agropecuárias**	Outras atividades de subsistência	Atividades e ocupações não agrícolas
Acácia	Comodatária	7	Café, pimenta-do-reino, suínos	Horta, fruta, feijão, galinhas, suínos	
Açucena	Arrendatária	8	Café, pimenta-do-reino, bovinocultura de leite, bovinocultura de corte	Horta, galinhas	Comerciária e faxineira (ela)
Alamanda	Proprietária	16,9	Café, pimenta-do-reino	Horta	Secagem de café (marido)
Albízia	Meeira	7	Café	Horta	Manicure (filha)
Alpínia	Meeira	10,6	Café, pimenta-do-reino e bovinocultura de corte	Horta, frutas, galinhas	Secretária (ela)
Amamélis	Comodatária	3,2	Café	Horta, frutas, galinhas	Diarista (ela e o marido)
Amarilis	Comodatária	1	Café e pimenta-do-reino, bovinocultura de leite	Horta, frutas, aipim, galinhas, suínos	Cabeleireira (ela)
Anêmona	Proprietária	52,4	Café, pimenta-do-reino e cacau	Horta, galinhas, suínos	
Angélica	Assentada PNRA	4,7	Café e pimenta-do-reino	Horta, galinhas	Diarista (ela e os filhos)
Anis	Comodatária	6	Café		Bancária (ela); funcionário do setor de saúde (ele)
Antúrio***	Proprietária	15	Café	Horta, frutas	
Azaleia	Comodatária	9,9	Café, pimenta-do-reino e cacau	Hortas, frutas, aipim, galinhas	Manicure (ela); funcionário público (ele)
Begônia	Proprietária	10,1	Café, avicultura caipira	Aipim, feijão, frutas, galinhas, suínos	Artesã e faxineira (ela)
Bromélia	Arrendatária	59,9	Café, pimenta-do-reino e bovinocultura de corte	Horta	Oficina mecânica (marido)
Calêndula	Assentada PNRA	15,8	Café, pimenta-do-reino, avicultura caipira (ovos)	Frutas, galinhas	Diarista (ela e o irmão)
Caliandra	Proprietária	5,4	Café e pimenta-do-reino	Horta, frutas, galinhas	
Camélia	Meeira	20	Café, pimenta-do-reino e cacau	Horta, fruta, abóbora, galinhas, suínos	Artesã e comerciária (ela)
Camomila	Comodatária	43,6	Café, pimenta-do-reino e bovinocultura de corte		Professora (ela)
Catleia	Comodatária	6	Café e bovinocultura de leite	Horta, frutas, galinhas, suínos	Revendedora de utensílios domésticos (ela); Pedreiro (pai); Agroindústria artesanal (mãe)
Clívia	Assentada PNRA	14,6	Café e pimenta-do-reino	Horta, frutas, galinhas	
Cravina	Proprietária	36,2	Bovino cultura de corte	Horta, galinhas, suínos	Comerciante (marido)
Crisântemo	Proprietária	2	Café, pimenta-do-reino, cacau, coco	Banana, horta, galinhas, peixe	Revendedora de cosméticos e utensílios domésticos
Dália	Proprietária	7,3	Café e pimenta-do-reino	Horta, suínos	
Estrelícia	Proprietária	17,6	Café e pimenta-do-reino		
Flor-de-Lis	Comodatária	7	Café	Horta	Secretária (ela)
Flor-de-maio	Proprietária	6,7	Café e pimenta-do-reino	Horta, galinhas, suínos	
Gardênia	Proprietária	8,8	Café e pimenta-do-reino	Horta, frutas, galinhas	
Gérbera	Meeira	2,6	Café e pimenta-do-reino	Horta, frutas	Funcionário público (marido)
Girassol	Proprietária	46,3	Café, pimenta-do-reino e cacau		
Glicínia	Proprietária	16,2	Café, pimenta-do-reino e bovinocultura de corte	Horta, frutas, galinhas, suínos	Comerciante (ela e o marido)
Grevílea	Condômina	7,7	Café, aipim, horta e suínos	Frutas, galinhas	Empresária do ramo de alimentos (ela)

Quadro 2, cont.

Hibisco	Meeira	5,8	Café	Milho, feijão, horta	Entregador (marido)
Hortência	Proprietária	13,8	Café	Banana, aipim, horta	Biscoiteira e faxineira (ela)
Ipomeia***	Comodatária	2	Café		Funcionária Pública (ela e o marido)
Jaborandi	Proprietária	64,7	Bovinocultura de leite	Frutas, galinhas	
Jasmim***	Comodatária	15	Café		Agente de saúde
Lavanda	Proprietária	9,9	Café e pimenta-do-reino	Milho, feijão, amendoim, horta, frutas, aipim, galinhas, suínos	
Lírio	Proprietária	2	Café e pimenta-do-reino	Galinhas, suínos	Diarista (ela, o marido e os filhos)
Lobélia	Proprietária	10,7	Café e pimenta-do-reino	Horta, frutas, galinhas	
Madressilva	Proprietária	23,1	Café e pimenta-do-reino	Horta, frutas, galinhas	
Magnólia	Proprietária	17,6	Café e pimenta-do-reino	Feijão, aipim, horta, frutas, eucalipto, galinhas, suínos	
Malva	Assentada PNRA	9,3	Café	Horta, frutas, galinhas	Faxineira e revendedora de cosméticos (ela)
Margarida	Condômina	20,3	Café e pimenta-do-reino	Horta	Empacotador (marido)
Miosótis	Proprietária	21,7	Café e pimenta-do-reino		Empresária (ela)
Orquídea	Meeira	10	Café	Horta, galinhas, suínos	
Palma	Comodatária	8	Café e pimenta-do-reino	Aipim, peixe, galinha, suínos	Funcionário Público (marido)
Papoula	Proprietária	13,2	Pimenta-do-reino	Horta, peixe, galinhas	Caminhoneiro (filho)
Petúnia	Proprietária	13	Café e pimenta-do-reino	Horta, fruta, galinhas, suínos	
Primavera	Comodatária	5	Pimenta-do-reino e gado de corte	Horta, suínos	Compra e venda de gado e viveirista (marido)
Salvia	Proprietária	20	Café, eucalipto, palmito	Horta, galinhas, frutas, suínos, leite	Agroindústria empresarial (toda a família); Secretária (ela); serralha (pai)
Tulipa	Comodatária	8	Café e pimenta-do-reino	Horta, fruta, aipim	Esteticista e revendedora de cosméticos (ela)
Vedélia	Comodatária	10	Café, pimenta-do-reino, horticultura	Frutas, milho, galinhas, suínos	Bancária (ela); Agroindústria artesanal (mãe)
Violeta	Comodatária	7	Café e pimenta-do-reino	Horta, fruta	Agente de saúde (ela)
Vitória Régia	Proprietária	24,6	Café e pimenta-do-reino	Horta, frutas, galinhas	Comerciário (marido); revendedora de semijoias (filha)
Zínia	Proprietária	16,6	Café e pimenta-do-reino	Horta, fruta, leite	

* A área se refere àquela relacionada à mulher para obtenção do crédito.

** As atividades agropecuárias se referem àquelas desenvolvidas pela família residente na unidade produtiva onde reside a beneficiária, com propósito de comercialização. A atividade financiada pela mulher é analisada na Tabela 13.

*** Antúrio se desfez da propriedade. A atividade de cafeicultura era a que ela desenvolvia quando proprietária. Atualmente, produz alimentos para subsistência no quintal da casa, na cidade. Ipomeia acessou o Pronaf para exploração pela família. Ao se casar, deixou a condução e gestão das atividades com o irmão. Jasmim se divorciou, não exercendo mais a atividade agrícola. As três foram mantidas na amostra para analisar o processo de acesso ao Pronaf, bem como os efeitos desse acesso em suas vidas, propósito desta tese.

Entre as mulheres do Grupo 2, metade delas possui contrato. Todos os contratos identificados nesse grupo pertencem às mulheres solteiras. Assim, a área relatada condiz com a área do contrato em nome da mulher, estando inserida na área total da família, com exploração em conjunto. Com exceção de Alpínia, Flor-de-lis e Vedélia, todas trabalham na área do contrato, bem como na área da família.

No Grupo 3, todas as mulheres são proprietárias das terras, com exceção de Jasmim que, quando casada, possuía contrato de comodato com a sogra, cuja terra era explorada pelo marido, sem a participação dela. Agora, divorciada, o contrato de comodato ainda está em vigência, mas Jasmim já não tem relação com a área contratada.

Dentre as 28 mulheres que são proprietárias da terra, 64,3% adquiriram-na por herança (dos pais ou do marido falecidos) ou doação em vida pelos pais, sendo as únicas titulares na escritura no caso de herança, ou primeiras titulares no caso de doação em vida. Outras mulheres adquiriram a propriedade juntamente com os cônjuges (28,6%). Neste último caso, as mulheres tendem a ser segunda titular na escritura.

Apenas duas delas (Cravina e Glicínia) são primeiras titulares na escritura por escolha do próprio marido, conforme o relato das mesmas. No caso de Glicínia, embora parte da terra tenha sido adquirida por meio de doação em vida pelo sogro, o marido colocou a propriedade da terra para a esposa como primeira titular, bem como o comércio varejista. Eles são casados em comunhão total de bens e ela não soube explicar o motivo da preferência em colocá-la como titular dos negócios.

No caso de Cravina, conforme relatado por ela, o marido teve um filho em uma relação extraconjugal e, por isso, resolveu fazer a escritura da terra em nome exclusivamente da esposa para “retirar o direito” do filho à herança, no entendimento dele. No entanto, Cravina tem consciência de que tal atitude não elimina o direito do filho à herança e não considera uma vantagem ter a terra em seu nome.

Porque esse filho que nasceu pra lá não foi bem-vindo. Então, é... eu não tenho culpa nenhuma, né? Então, eu acho, ainda vem botar terra no meu nome pra que, se não tá me beneficiando em nada? Se nós não fôssemos casados... Porque, se acontecer alguma coisa amanhã, qualquer coisa que acontecer, ele é obrigado a dividir a parte dele pra esse menino, lá. Pra que botar no meu nome? Só pra trazer mais problema pra mim (Cravina).

Duas proprietárias (7,1%) adquiriram a terra por elas mesmas, por meio de compra. Crisântemo, ao se separar do primeiro marido, conseguiu comprar a parte da propriedade que cabia a ele na partilha de bens. Dália, filha de meeiros, poupou o dinheiro que obteve trabalhando como diarista e na participação como meeira e comprou a própria terra, aos 28 anos de idade.

Conforme exposto, das quatro assentadas de reforma agrária, apenas duas possuem a titularidade sobre a terra. Calêndula é filha de assentados, portanto, não tem titularidade sobre a terra e acessou o Pronaf na linha de crédito Pronaf Jovem.

Angélica, quando adolescente, já estava acampada com seus pais onde hoje é o assentamento. Se casou com um conhecido do acampamento e se tornaram assentados em 1987. Naquela época, o homem tinha prioridade na titularidade da terra, não havendo titularidade conjunta, conforme a legislação vigente. Somente a partir de 2003, a mulher passou a ter prioridade na titularidade da terra em assentamentos de reforma agrária (Cintrão e Siliprandi, 2011). Por causa disso, Angélica não conseguiu a divisão da propriedade quando se divorciou do marido agressor e opressor. Embora, segundo ela, o juiz responsável pelo processo do divórcio litigioso tenha determinado que metade da propriedade ficaria com ela, o INCRA não acatou a decisão judicial devido à burocracia do próprio órgão. Assim, para acessar o Pronaf, Angélica teve que se declarar casada para obter a DAP variável, bem como depender da assinatura do ex-marido para efetivar o contrato do crédito. Isso resultou em sérios problemas para a sua liberdade de aplicação do crédito, como será discutido no item 4.3.

Clívia e Malva também tiveram uma história de luta no acampamento para ter acesso à terra. Enquanto o companheiro de Clívia ficou acampado para ter o direito à terra, ela permanecia na cidade, trabalhando como comerciária para sustentar a família. O lote no assentamento ficou disponível em 2010, quando o INCRA colocou Clívia como titular da terra, graças à legislação da PNRA de 2003. Ela tem consciência desse direito adquirido.

É por obrigação! Porque o INCRA, hoje, não permite mais que a terra é no nome dos homens, porque acontecia de vender e deixar a família sem nada, passando o direito, né? E deixar a família vendo navio. Talvez a mulher que trabalha tanto lá no campo, né? Porque a mulher quando ela é guerreira, né, minha filha, a mulher é abençoada, né? Isso aí, minha filha, é mais uma conquista. (Clívia)

Malva entrou para o movimento dos trabalhadores sem-terra ainda muito jovem, aos 19 anos, ficando acampada com o filho ainda na primeira infância, enquanto o marido trabalhava na cidade para sustentar a família. Ficou acampada por cinco anos, enfrentando residência precária sob lona plástica, sem condições sanitárias adequadas (banheiro único para todos os acampados, também em lona plástica, sem louça sanitária), enfrentando temporais, enchentes, secas, assédio sexual. O marido visitava a família duas vezes por semana.

Aí, eu fui com o meu menino mais velho, ele tinha 1 aninho, pra lá. Nos meus primeiros 15 dias eu fiquei igual a uma varinha, porque como eu não tava acostumada com aquilo, né? [...] Porque é muita gente, eram 700 famílias que eram acampadas lá. Então, era uns quartinhos, e desses quartinhos, os dejetos saíam bichos, né, e tal, tal. E como a pessoa que não era acostumada com aquilo, né, então, nem ia ao banheiro. Já tenho problema no intestino, né? E já não ia. [...] Aí, eu falo assim, que a questão de alimento, assim, eu não sofri tanto, né? Porque eles.... a gente tinha como comprar, né? Mas, a questão psicológica (*choro*)...Porque eu fui criada assim, minha mãe sempre falava que a gente casa, a gente tem que viver (*choro*) junto com o marido e enfrentar todas as dificuldades, né? A gente quando decide ter uma vida com uma pessoa, a gente tem que começar a vida junto, né? Conquistar as coisas junto. E a vontade dele era grande, enorme, o sonho dele de ter um pedacinho de terra. Então já que ele quer, né? Então, vamos lá, né? Vamos à luta, né? [...] Só eu sei o que eu passei pra alcançar isso, né? De ter um pedaço de terra. Porque o sonho dele ainda se tornou o meu, porque a gente tava junto, ali. (Malva)

O direito à parcela de terra no assentamento saiu em 2005 para a família de Malva. Portanto, a titularidade do lote ficou em nome dela, atendendo à vigência da lei de 2003. Apesar disso, ao registrar o nome do sítio, o marido colocou o próprio sobrenome, ignorando o sobrenome da esposa, a despeito da contrariedade dela.

Porque, se eu lutei também, eu também tinha o direito de tá escolhendo, né, o nome. [...] Mas, o homem, ele sempre quer dominar, né? Que eu falo que quer mostrar que ele que é o dominante. Eu acho chato, porque eu também tinha o direito de escolher o nome, né? Que eu que sofri mais, no caso. Eu não quero dizer que eu sofri mais, porque, assim, aí eu... você tá percebendo que eu não quero fazer com que ele fique menos? Mas, eu acho que se a gente lutou junto, por exemplo, os direitos têm que ser iguais. Então, ele tinha que ter sentado comigo e conversado. (Malva)

Entre as 23 (41,8%) mulheres que exploram parcela de terra por regime de contrato de comodato, arrendamento ou de meação, apenas três não são primeiras titulares dos contratos, todas as demais o são. Nesse grupo também há peculiaridades. Observa-se que sete delas são solteiras, o que representaria 70% das mulheres com este estado civil. Ou seja, as mulheres solteiras lançam mão de contratos de comodato, meação ou arrendamento das terras da família para produzirem, quando não têm a possibilidade de adquirir as próprias terras. Os demais contratos também foram feitos em terras da família, seja para exploração da terra do pai (34,8% dos contratos) ou do sogro (21,7%) da entrevistada.

A estratégia de contratar as terras da família para produção em regime de parceria ou arrendamento parece ser uma alternativa para o processo de sucessão nas propriedades rurais. De forma sucinta, define-se arrendamento como a locação de uma terra para outra pessoa exercer sobre ela atividades de exploração, mediante retorno pecuniário pelo tempo de uso da terra. Parceria é um contrato entre proprietário/proprietária e agricultor/agricultora, em que a produção é dividida em proporções pré-estabelecidas, como ocorre nos contratos de meação. Comodato é a forma de cessão de uso da terra em forma de empréstimo, onde não há a obrigação de remuneração por nenhuma das partes, com prazo e condições de exploração prevista em contrato (Marion, 2010).

Por meio do contrato de parceria, os filhos podem explorar a terra dos pais, garantindo o seu acesso à produção e renda, sem necessariamente haver a partilha da propriedade. Entretanto, o controle dos meios de produção, na maior parte das vezes, permanece com os proprietários originais (os pais), podendo comprometer a autonomia dos filhos parceiros.

Conforme citado por Carneiro (2001), o regime de parceria possibilita a permanência da mulher na propriedade paterna, além de preservar o controle da terra pelo parente proprietário – no caso, o pai ou o irmão – reforçando os vínculos simbólicos entre terra e família. Para a autora, esse processo de parceria está muito mais vinculado à defesa desses valores simbólicos às ameaças externas (como mudança nos costumes e valores) do que à integridade do patrimônio familiar. Mantendo-se a posse com o patriarca, “a identidade atribuída pelo nome familiar é mantida dentro de um sistema de referência simbólico que associa o nome da família a uma dada localidade”, evitando transações da terra com “pessoas de fora” (Carneiro, 2001, p. 46).

Embora a estratégia do estabelecimento de contratos de parceria possa ser, realmente, uma alternativa para as filhas terem acesso à terra para produzir, essa estratégia deve ser observada com mais rigor nos casos estudados. Dentre as sete mulheres solteiras que contrataram as terras da família, quatro delas, ou seja 57,1% dos contratos das mulheres solteiras, foram feitos com o propósito de beneficiar outro membro da família que não poderia acessar o Pronaf por ter atingido o limite de endividamento, ou por não se enquadrar como agricultor familiar, como é o caso de famílias com áreas superiores a quatro módulos fiscais ou quando a renda principal familiar é oriunda de outras fontes não agrícolas. Isso também foi observado com Sálvia que, embora seja proprietária da terra, a decisão de doação em vida de 20 ha em nome dela foi tomada pelo pai, empresário, que encontrou nesta uma alternativa de viabilizar o acesso ao Pronaf, fracionando a titularidade da terra entre os filhos, em um módulo fiscal para cada um.

Esse fator também foi observado nos contratos de comodato, arrendamento e meação entre as mulheres com companheiro. Houve dois casos em que o marido é o proprietário da terra por herança e, por ser funcionário público, não pode acessar o Pronaf. Assim, a estratégia encontrada foi fazer um contrato de meação com as próprias esposas. Em outro caso, a mulher não é proprietária legal da terra, registrada em nome do companheiro, que a adquiriu quando a esposa não estava no país e não havia contrato de união estável na ocasião. Assim, optaram pelo contrato de comodato como alternativa à alteração da escritura (processo que demanda custos).

Do total de contratos, nove (34,4%) foram feitos em nome da mulher quando o pai, irmão ou marido não se enquadravam como agricultores familiares, ou já tinham atingido o limite de endividamento no Pronaf, tendo a parceria o propósito de acesso aos programas de crédito para a agricultura familiar.

No caso dos contratos de parceria entre os casais, pode-se afirmar que se trata de um acordo de cooperação nas relações conjugais (Agarwal, 1997). O fato de o marido exercer uma atividade remunerada formal e não agrícola, o descaracteriza como agricultor familiar, individualmente, mas não descaracteriza a família, desde que a renda bruta familiar rural seja igual ou superior à renda obtida com as ocupações não agrícolas (BACEN, 2014b). Nos casos estudados, não caberia somente a titularidade da DAP às mulheres, já que se trata de propriedade exclusiva dos maridos, por herança. Assim, repassar a titularidade do direito de exploração para a esposa por meio do contrato de parceria configurou uma estratégia de garantia de acesso à

política de crédito a que a família tem direito. Essa ação, além de contribuir para o acesso ao Pronaf, ressalta e valoriza a participação da mulher como responsável pelo empreendimento, favorecendo a visão de si própria como sujeito de direitos (Favareto e Carneiro, 2017, Mota et al., 2013).

Em casos de exploração da propriedade pelas jovens, seria suficiente a emissão de uma DAP acessória, como foi com a DAP Jovem emitida para Calêndula, filha de assentados de reforma agrária, não sendo necessário firmar contrato de parceria. No entanto, em três casos de contratos de parceria e de arrendamento com as filhas solteiras, outra situação foi identificada. O contrato foi firmado para que o pai ou o irmão, não agricultores familiares, pudessem acessar o programa de crédito através da filha ou irmã. Outro caso de parceria entre pai e filha ocorreu pelo fato de a filha não atender aos critérios para acessar o Pronaf Jovem (ter idade, mas não ter cursos de formação na área agropecuária), sendo a alternativa de contrato de parceria com a filha uma forma de ampliar o crédito para família, embora a filha não tenha se envolvido diretamente no processo produtivo, como será discutido no item 4.3.2.

A titularidade da terra foi reconhecida como própria (sentimento de pertencimento e merecimento) por 54,5% das mulheres, seja como única proprietária (36,3% declarou como “minha propriedade”) ou como propriedade conjunta (18,2% declarou como “nossa propriedade”). Incluem-se os casos de Hibisco e Violeta, que são parceiras dos pais, mas reconhecem o contrato como parceria vitalícia e futura herança, bem como os casos de Camomila, Lavanda e Papoula, cuja propriedade pertence legalmente aos maridos, mas entendem que o uso é da família.

Os fatos apresentados, especialmente aqueles relacionados às assentadas de reforma agrária, demonstram a importância da propriedade da terra para as mulheres, não somente por favorecer o acesso delas aos programas de crédito e para serem reconhecidas pela família, mas também como garantia de seus sustentos e rendas em casos de separação. O fato de ser proprietária da terra ou titular do contrato determina o seu envolvimento nos processos relacionados à negociação de crédito, comprovação de renda familiar, dentre outros.

A posse e a titularidade da terra resultam na titularidade direta nos demais documentos comprobatórios do trabalho e da renda familiar, como a DAP, a inscrição estadual da propriedade e o bloco de notas fiscais do produtor, importantes para o acesso às políticas públicas para a agricultura familiar e para o acesso à previdência social (Cintrão e Siliprandi, 2011). Assim, segundo Carneiro (2001) e Brumer e Anjos

(2008), a posse da terra resulta no reconhecimento da mulher pela sociedade e pelos membros familiares, contribuindo para o processo de negociação nas relações intrafamiliares.

No entanto, ter a propriedade da terra não foi suficiente para que oito (14,5%) das mulheres se sentissem proprietárias das mesmas ou tivessem consciência da importância desse fator nas relações econômicas da propriedade, pois atribuíram a posse exclusivamente ao marido, mesmo quando elas são as proprietárias legais sobre a terra recebida em herança, ou quando foi adquirida monetariamente pelo casal. Até mesmo Antúrio, que adquiriu a terra juntamente com o marido e que, depois de viúva, foi a única proprietária da terra, ainda a considerou como sendo de propriedade do seu falecido marido. Angélica, que mesmo com a decisão judicial pela partilha dos bens imóveis, considera a terra como propriedade do ex-marido.

Isso indica que ainda persiste a ideia socialmente construída de que o “chefe da família” detém o poder sobre os bens, mesmo que estes não o pertençam na forma da lei, como as terras herdadas pelas mulheres. Ou seja, a posse da terra em si não foi suficiente para a autonomia econômica dessas mulheres, haja vista que existem outros elementos nas relações sociais que interferem na sua capacidade de barganha, como as relações de trabalho e de geração de renda monetária direta (Barbosa e Lerrer, 2016).

Barbosa e Lerrer (2016) afirmam que a posse formal da terra possibilita às mulheres a defesa e busca de seus interesses, sendo uma condição necessária, porém não de forma isolada. Agarwal (1997) e Paulilo (2016) consideram que a geração da renda monetária tem interferência direta nas relações de barganha, pois a atividade produtiva da mulher somente é considerada pela família e pela sociedade quando apresenta “valor de troca”. Assim, mesmo que a mulher seja proprietária da terra, ou titular no contrato de parceria, se o trabalho desenvolvido por ela for considerado apenas como ajuda, o seu poder de barganha se torna reduzido.

Agarwal (1997), Barbosa e Lerrer (2016) e Carneiro (2001) ainda acrescentam as normas e percepções sociais sobre as contribuições e outros determinantes de merecimento. Conforme Carneiro (2001), a ideia socialmente estabelecida de que o homem ocupa o lugar mais alto na hierarquia familiar e de que a mulher lhe é subalterna, compromete o desenvolvimento do sentimento de poder e de merecimento por parte das mulheres, mesmo quando proprietárias legais dos meios de produção. Esse argumento corrobora o de Silva e Valente (2013). As autoras ponderam que,

mesmo que a mulher detenha a posse da terra, na presença da figura masculina, ainda é o homem que domina e, na ausência dele, a sociedade discrimina.

Essa relação da posse e das atividades monetárias desenvolvidas pelas famílias e pelas mulheres é apresentada nos Quadros 4 e 5. Com relação à ocupação das mulheres, observou-se que todas elas são responsáveis pelas atividades domésticas. As que residem na propriedade rural ainda são responsáveis pelas atividades do entorno, como cuidado das pequenas criações, da horta e do jardim.

Aquelas classificadas como “donas de casa” (Quadro 3) exercem as atividades domésticas e do entorno, não se envolvendo diretamente com as atividades agropecuárias principais, não gerando bens com “valores de troca”.

A identificação como “dona de casa” foi apresentada pelas próprias mulheres, denotando a naturalização da divisão sexual do trabalho. Mesmo sendo agricultoras de fato, tanto por fazerem parte da família agricultora, quanto por produzir alimentos para autoconsumo, as próprias mulheres se identificam como “donas de casa” por não se ocuparem com os afazeres das atividades agrícolas principais.

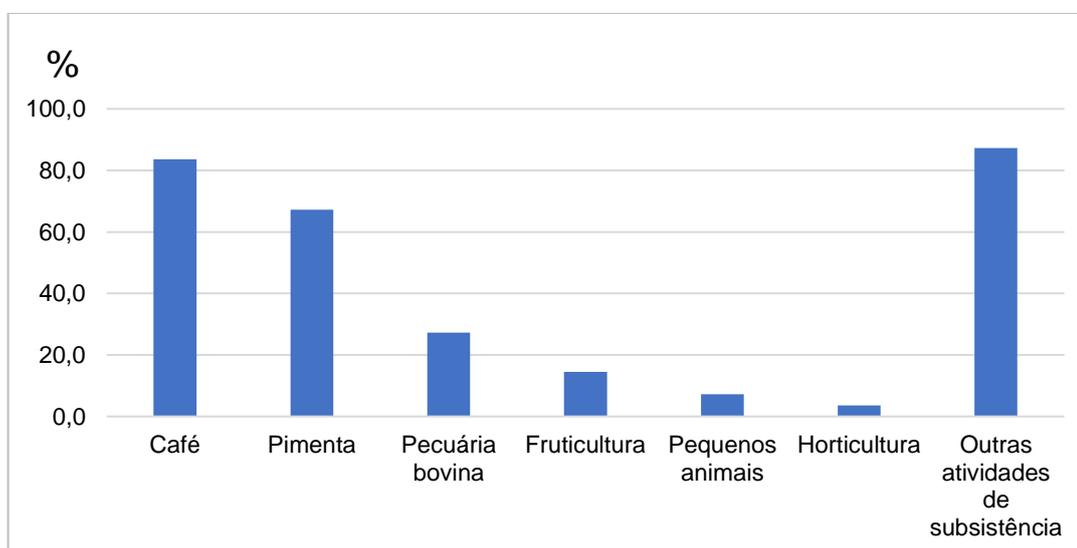
Aqui cabe ressaltar as particularidades dessas mulheres. Anêmona deixou de trabalhar na lavoura assim que seus dois filhos homens, em idade adulta, passaram a dividir as responsabilidades agropecuárias com o pai. Dessa forma, Anêmona entendeu ser desnecessário o esforço dela na lavoura, passando a se dedicar exclusivamente às atividades domésticas e do entorno. O mesmo aconteceu com Margarida e Papoula. Já Antúrio, Cravina e Jaborandi deixaram as atividades agropecuárias por conta da idade e de problemas de saúde. Antúrio vendeu a propriedade recentemente, não se envolvendo mais com as atividades da lavoura, devido à idade avançada. Cravina sofre de depressão e deixou as atividades agropecuárias sob responsabilidade do marido. Jaborandi, viúva, deixou a exploração da sua parte da propriedade por conta dos filhos, pois a idade já não lhe permite o envolvimento direto.

As mulheres classificadas como agricultoras são aquelas que exercem atividade integral ou parcial na lavoura principal. Também foram classificadas como agricultoras aquelas mulheres que administram diretamente a atividade agropecuária principal, mesmo que a mão de obra seja contratada. As demais, que exercem atividades não agrícolas, acumulam as atividades domésticas, assim como as

agricultoras. A pluriatividade⁶ foi um fator comum encontrado nas famílias das mulheres estudadas.

O Quadro 4 apresenta as atividades agropecuárias desenvolvidas pelas famílias. As atividades desenvolvidas nas áreas vinculadas aos contratos das mulheres solteiras estão interligadas com aquelas desenvolvidas na área total das famílias. Dessa forma, optou-se por considerar as atividades nas quais as mulheres participam direta ou indiretamente, conforme a realidade de cada uma.

Os resultados apresentados no Quadro 4 e na Figura 13 demonstram que a principal atividade com fins comerciais desenvolvida nas propriedades é a cafeicultura (café conilon), que está presente em 83,6% das propriedades estudadas, seguida da pipericultura, em 67,3% das propriedades. Outras atividades geradoras de renda direta, como a pecuária bovina (27,3%), fruticultura (14,4%), criação de pequenos animais (7,3%) e horticultura (3,7%) também foram levantadas. Foram identificadas atividades de subsistência desenvolvidas em 87,3% das propriedades, como horticultura, criação de pequenos animais, fruticultura, piscicultura, produção de feijão, dentre outros produtos para consumo da família (Figura 13).



Fonte: dados da pesquisa.

Figura 13 – Principais atividades desenvolvidas nas propriedades das beneficiárias do Pronaf em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017.

⁶ Entende-se a pluriatividade como sendo um fenômeno na organização familiar, em que um ou mais membros das famílias de agricultores que habitam o meio rural optam pelo exercício de atividades e ocupações não agrícolas, mantendo moradia no campo e, também, uma ligação produtiva com a agricultura (SCHNEIDER, 2010).

Esses resultados demonstram baixa diversificação nas atividades comerciais desenvolvidas pelas famílias, o que as expõe aos riscos das variações de mercado, bem como das intempéries. Essa tendência foi observada por Grisa e Schneider (2015), que apontaram a “especialização da agricultura” praticada pelos agricultores familiares, que tendem a desenvolver culturas do tipo *commodity*, como é o caso do café e da pimenta-do-reino, reduzindo a capacidade de negociação e autonomia das famílias. Conforme apresentado na Tabela 6, essas duas culturas também são as principais financiadas nos projetos de investimento do Pronaf, nos municípios estudados.

Conforme observado no relato das mulheres e ratificado pela Secretaria de Estado da Agricultura, nos anos de 2014 a 2016, o estado do Espírito Santo, em especial as regiões centro e norte, sofreu uma forte seca, impactando significativamente a produção agropecuária. Os dados oficiais de levantamentos realizados em 2016 demonstraram que a perda na produção agropecuária do estado foi superior a 30%, chegando a mais de 40% na cafeicultura Conilon (Espírito Santo, 2016).

A estratégia de reprodução encontrada pelas famílias agricultoras para as variações de mercado e de precipitações pluviométricas é a pluriatividade, que se apresenta como uma ruralidade observada em todas as regiões do país (Escher et al., 2014; Schneider, 2010), não sendo diferente nas regiões estudadas (Fernandes et al., 2018). Conforme apresentado no Quadro 4, 67,3% das famílias são pluriativas.

Parte das famílias desenvolve a pluriatividade para-agrícola⁷, como é o caso das agroindústrias artesanais de queijo desenvolvidas pela família de Vedélia e Cateleia, a agroindústria de bebidas desenvolvida pela família de Sálvia e a produção de vassouras artesanais desenvolvida por Begônia. Foi, também, observada a ocorrência da pluriatividade de base agrária, como nas famílias de Amamélis, Angélica, Calêndula e Lírio que vendem sua força de trabalho em propriedades da região. Assim como na família de Alamanda, que possui um secador de café e

⁷ Schneider (2010) classifica a pluriatividade conforme o tipo de atividade ou ocupação desenvolvida pelos membros das famílias como: para-agrícola, de base agrícola e intersetorial. A “pluriatividade para-agrícola” resulta do desenvolvimento de atividades relativas à transformação, beneficiamento e/ou processamento da produção agrícola obtida no estabelecimento ou fora dele, como forma de agregar valor à produção. A “pluriatividade de base agrária” está relacionada à terceirização dos processos produtivos na agricultura a partir da demanda por mão de obra, com contratação de serviços, máquinas etc., caracterizado, especialmente, pela venda de força de trabalho no meio rural, muitas vezes decorrente da sazonalidade dos processos de produção na agricultura. A “pluriatividade intersetorial” decorre do processo de inserção de membros da família agricultora em setores da economia como indústria, comércio e serviços, não necessariamente relacionados à produção primária da agricultura.

aproveita o tempo ocioso do equipamento para vender o tempo de uso da máquina para os vizinhos. No entanto, a pluriatividade intersetorial foi a mais observada nos casos analisados, como os agricultores e agricultoras empregados nos setores de serviço público, bancário, serviço de limpeza, serviço de estética, secretariado e no comércio.

Portanto, a maior parte das famílias lança mão da empregabilidade da mão de obra da família em ocupações não agropecuárias. No entanto, destaca-se que, das 37 famílias pluriativas, em 26 delas (70% das famílias pluriativas e 47,3% das mulheres estudadas), as atividades não agrícolas são desenvolvidas pela mulher, enquanto que em 20 delas (54% das famílias pluriativas e 36,4% do total de famílias) há homens envolvidos com essas ocupações.

No Grupo 1, 41,7% das mulheres com companheiro exercem alguma atividade ou ocupação não agrícola, especialmente intersetorial. Begônia, Camélia, Hortência e Malva ainda acumulam duas ocupações não agrícolas. No Grupo 2, 71,4% delas trabalham em atividade intersetorial ou vendem sua força de trabalho em ocupações de base agrária. No Grupo 3, apenas uma delas é agente de saúde, lembrando que ela está divorciada do marido, sendo esta a sua única fonte de renda, atualmente.

Observou-se que seis das mulheres que possuem ocupações não agrícolas, o fazem não somente para obtenção de renda pessoal, mas para garantir o sustento da família em épocas de escassez de produção e de privações financeiras, corroborando a ideia de Siliprandi (2015) e Guelber Sales (2012) de que são elas as que primeiro tomam a iniciativa para garantir a segurança alimentar dos filhos.

Em dois anos de seca, ele não tá trabalhando a dia. [...] Mas, assim: 'oh, eu vou trabalhar três dias pra fulano'. Ele não falava isso, entendeu? E aquilo me deixava ainda mais nervosa, mais assim preocupada. Que eu pensava, que a gente que é mãe... você é mãe? A gente pensa muito nos filhos. Aí, eu pensava assim, minha mãe nunca deixou faltar nada pra mim. Ela sempre trabalhou, sempre trabalhou, nunca deixou. E eu não posso deixar faltar nada pros meus filhos. E ela mostrou pra mim que a gente tem que buscar, né? Então, aí, eu com as minhas faxinas. E eu sempre assim, *marido*, oh, tá faltando, tem que fazer compra, como é que vai fazer? E ele não dá resposta, entendeu? (Malva, se queixando da inércia do marido diante da escassez de recursos financeiros na família para comprar alimentos).

O grau de envolvimento das mulheres nas atividades agropecuárias também foi analisado a partir das informações obtidas nas entrevistas e foi classificado como: participam das atividades agropecuárias (envolvem-se com a atividade diariamente, executando praticamente todos os tipos de serviços, ou administrando diretamente a atividade, sendo responsável pela condução desta); participam parcialmente das atividades agropecuárias (envolvem-se com a atividade agropecuária, porém não diariamente, ou, ainda, sazonalmente, quando sua mão de obra é requerida); não participam da atividade agropecuária (aqui se enquadram as que se consideraram “donas de casa” e as que possuem emprego formal intersetorial e que declararam não se envolver nas atividades agropecuárias).

Assim, foi possível observar que 52,7% das mulheres entrevistadas lidam diretamente com a atividade agropecuária, sendo uma rotina diária, durante o período de condução da lavoura e de safra. Observou-se que 43,6% do total de mulheres realizam todos os tipos de tarefas na propriedade, incluindo poda, desbrota, capina, colheita, dentre outras atividades no café e na pimenta-do-reino. No entanto, com exceção de Flor-de-maio, todas as mulheres relataram não aplicar “veneno” na lavoura, pois o produto tem “cheiro forte”, “passam mal” e a “bomba é pesada”. Flor-de-maio é viúva há 4 anos e, apesar de ser idosa e de ter dois filhos homens que residem na propriedade (em casas separadas), ela mesma executa todas as tarefas na lavoura que ocupa a sua parte na propriedade.

[...] Tudo: capina, desbrota, adubo, bato *roundup*. Molho, mexo com irrigação, ligo bomba, desligo, faço tudo. [...] É que eu sou assim. Não gosto de ficar muito esperando, entendeu? Se tem um serviço pra fazer, se eu peço assim: faz. Aí, hoje não faz, amanhã eu faço e eu vejo que não faz. Aí, como eu sou um pouco precipitada, ponho nas costas, me equivoquei e vou. Graças a Deus, até hoje não deu problema nenhum. (Flor-de-maio)

Dessas mulheres que atuam diretamente na atividade agropecuária, aquelas que também são diaristas vendem sua força de trabalho, executando as mesmas atividades em propriedades de outras pessoas que as contratam, acumulando a dupla jornada agropecuária e, ainda, as atividades domésticas, durante o período de safra e pós-safra (no caso da cultura do café). Esse é o caso de Amamélis, Angélica, Calêndula e Lírio.

Já Camomila, Estrelícia, Girassol e Orquídea são responsáveis pela administração das atividades agropecuárias. Camomila é responsável por toda a gestão de recursos humanos da propriedade. Ela também se envolve diretamente nas atividades consideradas braçais, além de orientar a mão de obra contratada. Estrelícia passou a ser responsável pela propriedade, após o falecimento do marido. Ela se envolve nas atividades de colheita de pimenta, especialmente. As demais atividades são conduzidas por meeiros e pela mão de obra contratada por ela, que é a única responsável pela gestão da propriedade. Orquídea é meeira da propriedade do pai, com o qual ela reside. Ela é responsável pela gestão da área em meação. E Girassol administra toda a propriedade, além de executar atividades na lavoura e no secador de café.

Nove mulheres (16,4%) trabalham na atividade principal, mas sem denotar uma rotina. É o caso de Bromélia que colhe pimenta-do-reino e faz o “amarrio” dos ramos da planta nas horas mais frescas do dia.

[...] Igual na pimenta, quando vai amarrar, eu levanto, eu vou lá mais cedo, porque de tarde é mais quente pro neném, né? Aí, tem vez que eu deixo com ela (*a sogra*), tem vez que eu levo. Que quando tá mais fresco, ele fica brincando, né? Assim. Depois eu volto, cuido, lavo, faço dupla jornada (*risos*) (Bromélia).

O caso de Bromélia é comum entre as mulheres que se dedicam parcialmente à atividade principal. Elas escolhem o horário que melhor lhes convém para o trabalho na lavoura, de forma que possam intercalar com trabalho doméstico, sem prejuízo de ambas as atividades. Esse *continuum* do trabalho doméstico e agrícola faz com que não haja uma distinção nas funções desempenhadas pelas mulheres (Pacheco, 2009), ao mesmo tempo que se torna reconhecido como o “papel de esposa”, ou “obrigação da esposa” (Carneiro, 2001) e, portanto, sem “valor de troca” (Barbosa e Lerrer, 2016; Paulilo, 2016).

Segundo Carneiro (2001), nos casos em que a mulher ocupa a posição de esposa na estrutura familiar, que integra as relações de parentesco e de produção, o trabalho agrícola se confunde com o doméstico, ao mesmo tempo que se aplica a ideia de subordinação da esposa ao marido. O trabalho das mulheres no contexto familiar está regido pelas normas do contrato conjugal, onde o papel social dispensado

ao homem é de produtor de bens e de sustento da família e o da mulher é do cuidado da família. Assim, qualquer trabalho desenvolvido pela mulher na organização familiar tradicional rural será entendido como parte de sua obrigação como esposa e não um trabalho a ser remunerado. Não sendo reconhecida como uma profissional pela família, ser uma agricultora faz parte do contrato matrimonial, implicando em sua participação nos trabalhos da lavoura (Barbosa e Lerrer, 2016).

A partir dessas informações, é possível afirmar que 85,5% das mulheres entrevistadas possuem mais de uma jornada de trabalho. Mesmo aquelas que se ocupam parcialmente da atividade agropecuária principal, sua jornada é completada com a produção de alimentos para subsistência, conforme afirmado por Butto (2011) e Faria (2011a). Segundo esta última autora, embora as jornadas de trabalho agropecuário executadas pelas mulheres sejam, em média, inferior às dos homens, em caso de famílias nucleares (como as mulheres do Grupo 1), não se pode desconsiderar as atividades de produção de alimentos para consumo e para o mercado que, geralmente, se misturam com os afazeres domésticos, dificultando o reconhecimento das jornadas de trabalho executadas pelas mulheres.

Nove (16,4%) das mulheres apresentam, ainda, tripla jornada de trabalho. Quando em época de safra, acumulam as atividades na lavoura da família, a venda da força de trabalho (no caso das diaristas) ou o seu trabalho intersetorial, e o cuidado dos afazeres domésticos e da família. Scott et al. (2010) afirmam que, em diversos contextos, o trabalho da mulher rural vai além da dupla jornada, sendo uma jornada contínua do amanhecer ao anoitecer e ainda resultando na confusão entre as atividades domésticas e produtivas.

A época de safra de café configura um período de aumento significativo nas atividades das mulheres entrevistadas. Mesmo as que se consideraram donas de casa – com exceção daquelas cujas propriedades exploram somente pecuária e daquelas que possuem emprego formal (bancárias, secretárias, comerciárias e empresárias) –, todas as demais se envolvem direta ou indiretamente com a colheita. Na região, é comum as mulheres se responsabilizarem pelo preparo de alimentos para a mão de obra contratada, denominada de “camaradas”. As mulheres, então, se responsabilizam pelo preparo do almoço e da “merenda” servidos pela manhã e à tarde, demandando grande parte do tempo de trabalho das mulheres: “comida, café, almoço, até janta eu dou pra quem tá ajudando ali” (Alamanda).

Contrariamente à dedicação das mulheres aos afazeres agrícolas, agropecuários e não agropecuários, 81,8% das mulheres afirmaram que as atividades domésticas são executadas por elas e pelas filhas, não havendo a colaboração dos maridos, pais ou irmãos e, eventualmente, pelos filhos homens, quando é o caso. Alguns dos homens, em seis casos (10,9%), auxiliam as mulheres de forma parcial, especialmente em sua ausência ou quando elas estão doentes. “Eu faço as tarefa, mas se caso eu ficar doente, que eu precisar, ele sempre me ajuda” (Amamélis). “Ele limpa quando tá sozinho, né?” (Caliandra).

As mulheres costumam afirmar que os homens ajudam em tarefas como: cozinhar, lavar a louça e varrer o terreiro ou a casa. Por outro lado, três mulheres (5,5%) afirmaram que os maridos dividem os afazeres domésticos, participando de todas as atividades. É o caso de Acácia, Ipomeia e Lavanda. “Ele faz tudo. Hoje, tudo que depender. Tudo! Ele limpa a casa, ele lava roupa. Tem o tanquinho, ele lava a roupa. Ele faz comida, ele limpa fogão, ele lava banheiro. Ajudou a criar meus filho, deu banho, cortava cabelo, tudo dos meus filhos. [...] Dividia e divide até hoje” (Lavanda).

Entretanto, conforme os resultados apresentados, pode-se dizer que, no campo, predomina a divisão sexual do trabalho, cabendo à mulher as atividades domésticas e reprodutivas e aos homens a atividade produtiva. Assim, embora a mulher exerça as mesmas atividades produtivas que o homem e ainda acumule as atividades domésticas, a visibilidade social da atividade comercial fica reservada ao homem e, portanto, mantendo a invisibilidade do trabalho feminino, conforme apontado por Pacheco (2009); Paulilo (2016) e Siliprandi (2015).

Igual nós aqui, nós vamos na roça. Panha de café, por exemplo, a gente passa bem apertado, porque é muito pesado lá na roça. Chega em casa, igual eu e a maioria das meninas daqui, chega em casa e vai limpar a casa todinha. Igual, se tiver alguma roupa pra lavar, teve noite de ir dormir duas horas da manhã, pra no outro dia seis horas da manhã já tá de pé pra tá indo pra roça. [...] Ah, eles fica tudo sentado aí. As, vasilhas eles lavam, tá? Essa questão assim. Aí eles deitam cedo. Claro, né? E eu fico aí rodando. Diz ele que eu fico igual a um zumbi andando pela casa afora. Eu falei assim: é fazendo serviço. Isso é na panha de café, né? Que aperta mais. E eles falam que o homem é que trabalha na roça, mas a mulher trabalha o dobro. Que ela chega da roça e ainda tem o serviço de casa pra fazer. (Malva)

Porque a gente ali tem que tá cuidando da roça. Um exemplo, como eu, eu tenho que tá lá na roça, mas eu tenho que saber que eu tenho meu filho pra mim cuidar. Às vezes tem que chegar, tem que ter a janta pronta, tem que tá pensando em outras mil coisas. O homem não. De sete às cinco horas ele tá trabalhando. Chegou em casa, a janta tá pronta. Janta, deita e a gente tá lá. Como chegou tarde da roça, já tem que deixar almoço pronto pro outro dia, já, pra ir pra roça de novo. Tem que lavar as vasilhas e deixar arrumado pra no outro dia você ter tempo de descansar um pouquinho na hora do almoço, pra depois pegar no serviço de novo, né? Por isso que eu acho que, às vezes, é muito importante o serviço dos dois. Porque o homem trabalha muito também, traz o alimento pra dentro de casa, às vezes, né? Mas, a mulher também. Se você for ver, se eu trabalhasse aqui por minha conta, eu faria também a mesma coisa que ele tá fazendo em questão do dinheiro, né? (Tulipa)

Observa-se, portanto, que o envolvimento laboral da mulher, embora variável entre as famílias estudadas, é intenso, tanto nas atividades agropecuárias, quanto não agropecuárias e domésticas. Entre as mulheres que executam as atividades agropecuárias em tempo integral, não há distinção entre “trabalho leve” e “trabalho pesado”. Mesmo entre aquelas que trabalham em tempo parcial na lavoura, executando atividades desprezadas ou delegadas pelo homem, o acúmulo das atividades de subsistência e domésticas “pesam” na disponibilidade de tempo e de responsabilidade das mulheres. Na realidade, parte das mulheres do Grupo 1 (30,1% do total e 47,2% do grupo) e do Grupo 2 (3,6% do total e 14,3% do grupo), o trabalho desempenhado por elas é considerado leve não por suas características e demandas de esforço, mas pela posição que elas ocupam na hierarquia familiar e que determina sua menor remuneração ou, até mesmo, a nulidade desta.

Isso se confirma especialmente entre as mulheres das regiões estudadas. Diferentemente do que foi apresentado por Brumer (2004), Paulilo (2016) e Spanevello et al. (2016), parte expressiva das mulheres entrevistadas (43,6%) não realizam somente atividades selecionadas, que exigem maior habilidade manual ou delicadeza e que leva a sociedade a considerá-las como “trabalho leve” e “trabalho de mulher” (Paulilo, 2016). Elas fazem exatamente o que os homens fazem, excetuando a aplicação de agrotóxicos. A análise de Agarwal (1997) e de Paulilo (2016), portanto, se aplica aos resultados alcançados de que a valorização do trabalho feminino não está relacionada à sua capacidade produtiva, mas à sua posição hierárquica nas relações de gênero.

Compreende-se, portanto, que há, de fato, uma “naturalização” da divisão sexual do trabalho (Bourdieu, 2002) vinculada às diferenças de gênero determinadas

socialmente através de valores, vivências, símbolos e representações (Bourdieu, 2002; Scott, 1999). Essas diferenças de gênero que alicerçam a divisão do trabalho nas famílias rurais são assim percebidas pelas mulheres e reafirmadas pela família (Hernández, 2009).

As mulheres acumulam as atividades, mas permanecem como responsáveis únicas do papel reprodutivo. Os homens, responsáveis pelo papel produtivo, se resguardam de assumir o seu papel na divisão dos trabalhos domésticos. Contudo, as próprias mulheres reconhecem o espaço doméstico como de domínio delas e prezam pela permanência de seu poder simbólico sobre esse espaço. Embora elas afirmem que a responsabilidade de sustentar a família, hoje, deve ser dividida, bem como os afazeres domésticos, 94,5% das mulheres afirmaram que as atividades domésticas pertencem a elas, considerando como atividade própria das mulheres, cabendo ao homem apenas a “ajuda”. Sob esse aspecto, transformações nas relações intrafamiliares de gênero, no tocante à divisão sexual do trabalho, podem ser comprometidas pela permanência desses valores e símbolos sociais.

Altóe e Silva (2017) afirmam que os valores diferentes atribuídos às mulheres e aos homens desde a infância não são naturais, mas sexuados, através da história, e que permaneceram e se enraizaram. E essa divisão sexual do trabalho reflete diretamente na valoração dos produtos deste trabalho, seja uma valoração simbólica ou monetária.

Os aspectos relacionados à renda familiar foram expostos na Tabela 7. É importante observar que parte das mulheres não soube responder sobre a renda familiar. Dessa forma, optou-se por identificar a produção agropecuária das famílias – isso foi mais fácil para as mulheres informarem – as quais foram convertidas para valores monetários, a partir dos dados do sistema de levantamento de preços pagos ao produtor, desenvolvido pelo Incaper (Sispreço), tendo como referência os preços médios praticados em outubro de 2017 (INCAPER, 2017).

Parte das mulheres não soube responder. Dessa forma, foi desconsiderada a unidade de análise não respondente para efeito de cálculo da média de rendimentos das famílias e da proporção da participação da mulher na obtenção de renda direta. No entanto, é importante analisar esse fenômeno, haja vista a exclusão das mulheres no processo de gestão econômica das propriedades.

Tabela 7 – Composição da renda bruta familiar e das mulheres entrevistadas em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, quanto à origem agropecuária e não agropecuária, em 2017

Entrevistada	Fontes da Renda Bruta Familiar Anual				Renda obtida pela mulher			
	Agropecuária Valor (R\$)	ONA* Valor (R\$)	RNA* Valor (R\$)	Total (R\$)	Agropecuária Valor (R\$)	ONA* Valor (R\$)	RNA* Valor (R\$)	% do Total
Acácia	38.866,05	-	24.362,00	63.228,05	-	-	12.181,00	19,3
Açucena	1.310.850,00	6.600,00	-	1.317.450,00	-	6.600,00	-	0,5
Alamanda	58.210,50	NI**	-	NI	-	-	-	0,0
Albícia	8.537,54	1.800,00	-	10.337,54	-	-	-	0,0
Alpínia	181.868,00	5.400,00	-	187.268,00	-	5.400,00	-	2,9
Amamélis	44.628,05	9.000,00	-	53.628,05	-	4.500,00	-	8,4
Amarilis	279.332,50	12.000,00	-	291.332,50	64.288,75	12.000,00	-	26,2
Anêmona	465.684,00	-	-	465.684,00	-	-	-	0,0
Angélica	212,80	10.800,00	-	11.012,80	212,80	10.800,00	-	100,0
Anis	50.449,10	91.000,00	-	141.449,10	50.449,10	45.500,00	-	67,8
Antúrio	-	-	24.362,00	24.362,00	-	-	24.362,00	100,0
Azaleia	41.952,87	25.300,00	-	67.252,87	-	8.400,00	-	12,5
Begônia	10.161,40	4.800,00	-	14.961,40	2.400,00	4.800,00	-	48,1
Bromélia	174.631,50	-	-	174.631,50	-	-	-	0,0
Calêndula	33.443,20	11.520,00	-	44.963,20	-	4.320,00	-	9,6
Caliandra	15.710,45	-	-	15.710,45	-	-	-	0,0
Camélia	NI	9.160,00	-	NI	-	9.160,00	-	NA***
Camomila	195.911,50	15.600,00	-	211.511,50	-	15.600,00	-	7,4
Catleia	34.926,30	12.600,00	-	47.526,30	11.642,00	1.800,00	-	28,3
Clívia	9.976,84	-	15.340,00	25.316,84	-	-	15.340,00	60,6
Cravina	24.000,00	18.000,00	24.362,00	66.362,00	-	-	12.181,00	18,4
Crisântemo	15.602,41	2.400,00	24.362,00	42.364,41	7.801,21	-	12.181,00	47,2
Dália	349.582,20	-	-	349.582,20	116.740,20	-	-	33,4
Estrelícia	186.610,59	-	43.143,00	229.753,59	186.610,59	-	43.143,00	100,0
Flor-de-Lis	NI	12.181,00	-	NI	-	12.181,00	-	NA
Flor-de-maio	27.953,61	-	24.362,00	52.315,61	27.953,61	-	24.362,00	100,0
Gardênia	54.184,96	-	12.181,00	66.365,96	-	-	12.181,00	18,4
Gérbera	22.971,19	28.600,00	-	51.571,19	-	-	-	0,0
Girassol	392.022,40	-	-	392.022,40	392.022,40	-	-	100,0
Glicínia	17.072,70	14.400,00	-	31.472,70	-	-	-	0,0
Grevílea	32.155,78	24.000,00	-	56.155,78	-	24.000,00	-	42,7
Hibisco	11.256,00	32.500,00	-	43.756,00	-	-	-	0,0
Hortênci	23.248,20	6.240,00	12.181,00	41.669,20	-	6.240,00	-	15,0
Ipomeia	-	84.500,00	-	84.500,00	-	58.500,00	-	69,2
Jaborandi	-	-	24.362,00	24.362,00	-	-	24.362,00	100,0
Jasmim	-	12.184,00	-	12.184,00	-	12.184,00	-	100,0
Lavanda	38.807,00	-	-	38.807,00	-	-	-	0,0
Lírio	-	7.200,00	12.181,00	19.381,00	-	3.600,00	12.181,00	81,4
Lobélia	26.162,80	-	-	26.162,80	-	-	-	0,0
Madressilva	NI	-	24.362,00	NI	-	-	12.181,00	NA
Magnólia	9.200,70	-	-	9.200,70	-	-	-	0,0
Malva	58.210,50	10.080,00	-	68.290,50	-	10.080,00	-	14,8
Margarida	31.401,20	1.600,00	-	33.001,20	-	-	-	0,0
Miosótis	254.122,00	15.600,00	35.100,00	304.822,00	127.161,00	15.600,00	35.100,00	58,3
Orquídea	NI	-	-	NI	23.284,20	-	-	NA
Palma	30.806,31	45.500,00	-	76.306,31	30.806,31	-	-	40,4
Papoula	-	NI	24.362,00	NI	-	-	12.181,00	NA
Petúnia	10.765,75	-	-	10.765,75	-	-	-	0,0
Primavera	NI	NI	-	NI	1.064,00	-	-	NA
Salvia	NI	12.181,00	-	NI	38.807,00	12.181,00	-	NA
Tulipa	44.127,00	19.200,00	-	63.327,00	-	7.200,00	-	11,4
Vedélia	422.710,00	79.120,00	-	501.830,00	-	31.120,00	-	6,2
Violeta	11.961,30	15.600,00	-	27.561,30	-	15.600,00	-	56,6
Vitória	16.586,80	32.400,00	-	48.986,80	-	-	-	0,0
Régia	-	-	-	-	-	-	-	-
Zínia	64.969,80	-	1.000,00	65.969,80	64.969,80	-	1.000,00	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

* ONA: Ocupações Não Agrícolas; RNA: Rendas Não Agrícolas.

** NI: Não Informado (a entrevistada não soube prestar a informação)

*** NA: Não se Aplica (por não ser possível calcular a Renda Bruta Total da família, não foi possível calcular a proporção da participação da renda obtida pela mulher).

O desconhecimento da produção e dos rendimentos familiares denota que as mulheres não se envolvem ou são excluídas do processo. A naturalização da condição do homem como “chefe da família” e responsável pela gestão dos recursos resulta na conformidade das mulheres que, muitas vezes, não se envolvem por acreditarem que essa função cabe ao homem: “não sei, porque é mais é eles que mexe, né?” (Madressilva, 58 anos, se referindo à gestão da propriedade pelo marido e filho mais velho).

Não sei. Talvez, assim, eu me acomodei um pouco, também. E ele não me deixava a par de nada, entendeu? Nunca deixava. Falava que aquilo era tipo assim, era coisa de homem resolver, de mulher não era. Só que na hora de assinar, né, precisava da gente. Só que quando a gente queria saber das coisas, nunca participava, nunca falava. (Jasmim, se referindo ao ex-marido que não compartilhava com ela a gestão da propriedade).

Conforme observado na Tabela 7, a média de Renda Bruta Familiar (RBF) anual é de R\$ 125.642,44 entre as famílias das mulheres respondentes, variando de R\$ 9.200,70 a R\$ 1.310.850,00. Este último valor é discrepante, tendo em vista que, para ter acesso ao Pronaf, a RBF anual não deve ultrapassar R\$ 360.000,00. No entanto, ressalta-se que este se refere ao caso de Açucena que arrendou parte da propriedade do pai para se enquadrar como agricultora familiar. Ela participa diretamente da produção, embora não tenha acesso à renda gerada, como será discutido posteriormente. Açucena reside com a família, portanto, foi considerada a renda da família e não somente a renda da ONA desenvolvida por ela. O mesmo ocorre com Orquídea, que não soube precisar a RBF, e Vedélia.

A renda agropecuária é a principal fonte de renda para 76,4% das famílias, com média de 85,4% na proporção da composição da renda familiar. Alguns fatores devem ser analisados quanto à proporção inversa na renda agropecuária observada em 17 famílias, haja vista que, para acessar o Pronaf, a renda principal deve ser a agropecuária.

Nos casos de Angélica, Clívia, Lírio e Papoula, na ocasião da entrevista ainda não havia produção ou a produção era insuficiente para compor a renda agropecuária. Angélica havia se separado do marido e sua renda era exclusivamente da venda de sua força de trabalho em propriedades da região. A atividade agrícola foi recentemente implantada com os recursos do Pronaf, não havendo produção

suficiente para conformar a renda agrícola. Clívia não obteve renda agropecuária suficiente, especialmente devido às consequências do período de estiagem, sendo o valor da pensão recebida superior ao da renda obtida com a produção. Lírio era meeira. Após receber a herança, investiu na propriedade. No ano referente à entrevista, sua renda era baseada na sua aposentadoria rural e na venda da força de trabalho da família. Papoula também era meeira. Quando o marido recebeu a herança da terra, investiram na propriedade, mas na ocasião da entrevista, não havia iniciado a produção. Assim, a renda da família se baseava na aposentadoria rural dela e do marido, além da ocupação de caminhoneiro do filho, que reside com ela.

Nos casos de Gérbera, Violeta e Vitória Régia, a renda com as ONAs suplantou a renda agrícola, devido às perdas consequentes das intempéries que ocorreram desde 2013. “Agora, com essa crise hídrica que começou, ah, que eu tive muita perda por causa da enchente... Antes, era por que tinha muita água, depois, porque não tinha água” (Vitória Régia). Conforme relatado por elas, a produção foi maior em anos anteriores a 2013. As consequências das intempéries afetaram a maior parte das famílias, mas não comprometeu a proporcionalidade da composição da renda familiar.

Antúrio e Jaborandi, devido à idade, deixaram a atividade agropecuária. Antúrio, como já foi relatado, vendeu a propriedade. Jaborandi acessou o Pronaf para beneficiar o filho, mas já não se envolve com as atividades agropecuárias. Jasmim se divorciou e vive apenas de seu salário como agente de saúde. Como a análise se baseou nos dados relacionados ao momento da entrevista, assim foi considerado.

Anis se tornou escriturária em um banco após ter acessado o Pronaf. Embora ainda obtenha renda da propriedade em parceria com o pai, a renda obtida com as ocupações não agrícolas dela e do marido são superiores à renda agropecuária, atualmente. O mesmo ocorreu com Ipomeia, que foi aprovada em um concurso público, após ter acessado o Pronaf, se casou e não se envolveu mais com a atividade agropecuária.

Cravina e Crisântemo se aposentaram como agricultoras familiares. A RNA contribui para a redução da proporção da renda agropecuária, mas não as desqualifica como potenciais beneficiárias, pois, conforme a norma do BACEN (2017), a renda obtida com aposentadoria rural não compõe a renda extra agropecuária, diferentemente de outros benefícios previdenciários.

Nos casos de Hibisco e Palma, a renda obtida com ONA é, de fato, superior à renda agropecuária. E no caso de Flor-de-Lis, a renda com a ONA é sua única fonte. Ela vive com os pais que trabalham na propriedade do irmão, para quem ela repassou os recursos do Pronaf. Embora ela se favoreça indiretamente da renda obtida com atividade desenvolvida pelo pai, ela não se envolve diretamente com a produção agropecuária.

Como já citado, 27,3% das mulheres possuem outras fontes de renda não agropecuárias, como benefícios previdenciários e aluguéis de imóveis. Dez (18,2%) mulheres são aposentadas, sendo que, destas, quatro recebem, também, a pensão por morte do marido. Clívia, Estrelícia e Gardênia não são aposentadas, mas recebem pensão por morte do marido (a primeira se refere à pensão pela morte do primeiro marido, estando hoje em segunda união). Estrelícia e Zínia ainda possuem renda advinda do aluguel de imóvel urbano e de aluguel de pasto, respectivamente. Na família de seis delas, o marido também recebe aposentadoria.

Observa-se que a renda oriunda das ocupações agrícolas e não agrícolas, bem como das rendas não agrícolas obtidas pelas mulheres compõem parcela significativa na renda familiar. Somam-se 39 mulheres (70,9%) que participam diretamente na conformação da renda monetária bruta familiar. Embora todas as mulheres participem direta ou indiretamente na geração de renda, pelo seu trabalho desenvolvido nas lavouras e na produção de subsistência, considerou-se como participação na renda monetária, aquelas mulheres que se envolvem na geração e na gestão da renda agropecuária e não agropecuária e que se consideraram responsáveis pela produção na área que lhe confere. Por esse espectro, 39 mulheres foram consideradas. No entanto, destas, somente 35 souberam responder sobre a RBF anual. Ou seja, quatro delas não souberam informar a renda obtida pelos demais membros da família com quem convivem. Sendo assim, é possível afirmar que, dentre as respondentes, a renda monetária gerada pelas mulheres corresponde, em média, a 47,3% da RBF anual, variando de 0,5% a 100%. Este último caso está relacionado às famílias monoparentais chefiadas por mulheres e as mulheres viúvas e divorciadas que vivem sós, componentes dos Grupos 2 e 3.

A renda gerada pelas mulheres tem grande importância na reprodução da família. Para Lírio, Papoula e Clívia, o benefício previdenciário recebido por elas serviu para sustentar a família durante a fase de início dos investimentos nas lavouras, quando não havia produção. A aposentadoria também foi importante para o sustento

da família no período de queda na produção devido à seca. “Menina, a gente não tem outro tipo de renda aqui, não. A gente cria galinha, horta, mas renda, dinheiro, não! [...] O dinheiro vem do aposento dele e do meu e o meu filho que trabalha com frete” (Papoula, aposentada).

Se eu não tivesse aposentadoria, igual a gente mexe muito com o Bandes, a gente tinha muita dívida né, pra pagar. E eu tô bancando essas dívidas com o meu salário, porque o café não dá pra pagar nossos empréstimos. (Flor-de-maio, aposentada, se referindo às dívidas com Pronaf adquiridas quando seu marido ainda era vivo)

Da mesma forma, a renda oriunda das ONAs desenvolvidas pelas mulheres é usada para o sustento da família (alimentos, vestuário, medicamentos, material escolar e alguns móveis e eletrodomésticos), como é o caso das mulheres com filhos do Grupo 1, ou para suas necessidades pessoais (vestuário, cosméticos), como as mulheres sem filhos ou sem companheiro. O trabalho remunerado representa uma segurança para o sustento da família – “coisas para dentro de casa” – acrescido da importância da autonomia na gestão do recurso próprio advindo de sua ocupação remunerada.

Praticamente, a gente tá vivendo disso, né? Porque é muito pouca a renda do café e da pimenta. Se for olhar, não tem como sobreviver, né? Então, eu trabalho pra mim ajudar ele. A gente vai levando assim. (Violeta, agente de saúde)

Porque a gente gosta de ter, né, um dinheirinho lá, só da gente. Pra não ter que ficar toda hora, nem que seja pra comprar uma calcinha, tem que ficar pedindo marido. Ninguém merece, eu não gosto, não. (Camélia, comerciária)

Assim, é possível observar que a maior parte das mulheres estudadas possui certa autonomia financeira ao obterem rendas oriundas de atividades agropecuárias e não agropecuárias, bem como rendas não agrícolas. No entanto, não necessariamente têm autonomia econômica, conforme conceituado por Faria (2011b) e Sen (2000). O acesso às políticas públicas, a realização de negociações, o acesso ao mercado, o exercício da cidadania ao buscar seus direitos e as realizações

peçoais são exemplos de autonomia econômica. Além disso, a autonomia para participar nos processos decisórios sobre a renda familiar e o poder de decidir sobre a própria vida estão, também, relacionados à autonomia econômica das mulheres (Soares, 2011).

Portanto, foi averiguado o nível de participação das mulheres na gestão da propriedade e na renda familiar. É importante destacar que as mulheres solteiras não compõem uma unidade familiar isoladamente, mas residem com os pais ou dependem financeiramente deles. Logo, entendendo que as relações intrafamiliares intervêm no comportamento e na posição que as mulheres ocupam na organização familiar, considerou-se a unidade familiar com a qual as mulheres solteiras residem ou dela dependem.

Outro fator ponderado para a análise da participação das mulheres na gestão da propriedade e da renda familiar foi a situação atual das mulheres, haja vista as mudanças encontradas na vida das mulheres desde seu acesso ao Pronaf, como ocorrência de casamento, divórcio, viuvez e venda da propriedade. Assim, para análise da participação na gestão da propriedade, foram excluídas as mulheres que não mais têm acesso à propriedade, como Antúrio, Ipomeia e Jasmim. A situação pregressa dessas mulheres foi apresentada individualmente. Mas, todas elas foram consideradas para análise na participação da gestão da renda familiar, atualmente.

Considerou-se como participação na gestão da propriedade o envolvimento no processo de tomada de decisão, como escolha das atividades a serem exploradas, alocação dos recursos humanos e dos insumos, as decisões relativas ao processo de comercialização (momento de vender e para quem vender) (Tabela 8). A participação na gestão da renda familiar foi relacionada aos processos decisórios para aplicação da renda familiar, seja na propriedade, seja para uso da família e uso pessoal (Tabela 9). A participação no processo de comercialização em si, como o contato com os agentes de mercado e a execução da venda dos produtos agropecuários foi analisada na Figura 14.

Considerando as 52 mulheres que mantêm vínculo com a propriedade rural, apenas 15,4% delas são responsáveis pela gestão desta e 30,8% afirmaram participar do processo de forma compartilhada. Ou seja, 46,2% das mulheres consideram que tem poder (total ou compartilhado) sobre as decisões relacionadas ao processo produtivo e à propriedade. É o caso de Amamélis, que considera ser ouvida nos processos decisórios: “tudo que a gente faz é ouvindo um ao outro”. Anis também se

considera autônoma na tomada de decisão sobre a propriedade, sem precisar da opinião do marido: “eu tenho autonomia para decidir as coisas que eu quero”.

Entretanto, 53,8% das mulheres que mantêm vínculo com a propriedade rural admitem que não participam das decisões relacionadas à produção e à propriedade, mantendo-se dentro do padrão tradicional de organização das famílias patriarcais (Carneiro, 2001), a responsabilidade da gestão da propriedade e do processo produtivo recai sobre membros do sexo masculino, como o marido, o pai, irmão ou filho.

No Grupo 1, das 35 mulheres que mantêm vínculo com a propriedade rural, 57,1% afirmaram que a gestão da propriedade é de responsabilidade do marido, do filho ou de ambos. Madressilva, Margarida e Papoula não se envolvem na gestão da propriedade, sendo que as decisões são tomadas entre o marido e o filho. Lírio deixou a gestão da propriedade por conta dos filhos, como forma de ajudá-los financeiramente, mas isso foi identificado como uma iniciativa própria. As demais mulheres, que compõem esse percentual, afirmam que o marido é o responsável pela gestão da propriedade, mantendo a posição hierárquica do “chefe da família”.

Parte dessas mulheres afirmou não se sentir ouvida ou atendida em suas opiniões e necessidades. Petúnia diz se sentir “humilhada” por “nunca” ser ouvida em suas opiniões: “o que ele decidir está decidido”. Ela se sente constrangida ao tentar participar do processo decisório e diz ter “vergonha ou medo” pois “ele é muito ignorante”.

Tabela 8 – Responsabilidade pela gestão na propriedade rural, de acordo com o número de respostas entre as mulheres entrevistadas, conforme classificação por grupos, em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017

Grupos*	Responsável pela gestão da propriedade (nº de respostas)								Total
	Mulher	Compartilhada	Marido	Marido e filho	Filho	Pai	Irmão	Não se aplica**	
1	3	12	16	3	1	0	0	1	36
2	2	4	0	0	1	5	2	0	14
3	3	0	0	0	0	0	0	2	5
Total	8	16	16	3	2	5	2	3	55

Fonte: dados da pesquisa.

* Grupo 1: Mulheres com companheiro; Grupo 2: Mulheres sem companheiro, com influência masculina na família; Grupo 3: Mulheres sem companheiro e sem influência masculina familiar.

** Não mantêm ligação com a propriedade rural atualmente: Antúrio, Ipomeia e Jasmim.

Tabela 9 – Responsabilidade sobre a gestão da renda familiar, em número e de respostas entre as mulheres entrevistadas, conforme classificação por grupos, em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017

Grupos	Responsável pela gestão da renda familiar							Total
	Mulher	Compartilhada	Marido	Marido e filho	Filho	Pai	Pai e Irmão	
1	1	18	15	2	0	0	0	36
2	4	3	0	0	0	6	1	14
3	5	0	0	0	0	0	0	5
Total	10	21	15	2	0	6	1	55

Fonte: dados da pesquisa

Malva se sente agredida psicologicamente pelo marido, por não poder tomar as decisões sobre a própria vida, ao viver sob constantes ameaças de separação em situações de conflito.

A gente sofre violência psicológica, né? Igual ela fala que ela sofre com o marido dela (*referindo-se à amiga vizinha*). Mas, ela quando quer fazer as coisas, ela vai, né? E eu já tenho medo. Porque igual, não é porque ele vai me agredir, não. Mas, é porque, como eu tenho dois filhos, aí eu tenho medo de se a gente se separar o que que eu vou fazer pra sustentar esses dois filhos, sendo que eu sei que eu sou capaz, que minha mãe me criou eu e minha irmã sozinha, né? Porque que eu não posso criar hoje, que as coisas estão bem melhor, né? (Malva)

O medo de disputa nas relações familiares faz com que parte dessas mulheres assumam o papel de “apaziguadora” nas relações, abrindo mão das próprias realizações e ideias, para evitar conflitos e ameaças. Conforme citado por Day et al. (2003), as mulheres tendem a reagir de formas diversas aos conflitos oriundos das relações de gênero. Algumas resistem, outras se submetem aos maridos como forma de manutenção da paz no lar. A autora afirma que a maior parte das mulheres não reage às relações abusivas por temer represálias dos maridos, devido à dependência emocional ou financeira, por se preocupar com os filhos e pela expectativa de mudanças nas relações e comportamento do companheiro. Tal situação compromete o desenvolvimento da autonomia e autoestima das mulheres.

Contrariamente à maioria das mulheres desse grupo, Palma é responsável por toda a gestão da propriedade, sem interferência do marido, policial militar. O marido reside na capital do estado durante a semana, estando presente somente nos fins de semana e férias. Palma afirma que a única função exercida pelo marido na propriedade é cuidar do quintal. Todas as demais decisões são tomadas por ela.

Ele gosta de limpar quintal, essas coisas, entendeu? Mas ele não entende muita coisa, não. Então eu que fico na frente de tudo. [...] É complicado, porque normalmente é o marido, né, que esquenta a cabeça com muita coisa. No caso, aqui sou eu, né? Igual as contas a vencer do Bandes, que o café não rendeu por causa da seca. Hoje eu tive que ir lá resolver a situação, renegociar. E ele não... Então, eu sou tipo homem da casa. Porque, durante a semana, ele não tá aqui, entendeu? Vem todo fim de semana. Mas, tipo, quem criou as meninas? Praticamente, fui eu, né? Sábado e domingo é muito fácil chegar. Eu sou acostumada assim. Eu acho que quando ele aposentar, eu acho que vai ser meio complicado (*risos*). (Palma)

Nota-se na fala de Palma que os valores e crenças induzidos pela sociedade é de que a responsabilidade pela família deve ser do homem. Assim, ela mesma se sente “diferente” do padrão social de conduta feminina, se sentindo como “o homem da casa”.

Situação semelhante ocorre com Camomila. O marido não se interessa pelo envolvimento nas atividades agropecuárias, cabendo a ela toda a gestão da propriedade, desde a contratação de mão de obra, até a alocação de atividades e insumos.

A gestão compartilhada nesse grupo ocorre em 34,3% dos casais, denotando que 1/3 das MCC coadministra a propriedade em comum sociedade com os companheiros. Todas as mulheres que afirmaram participar da gestão da propriedade são também agricultoras em tempo integral ou gestoras diretas da propriedade (Anis e Camomila), envolvidas diretamente na produção da atividade agrícola principal. Das 20 mulheres que não participam da gestão da propriedade, somente três (Azaleia, Hortência e Malva) se envolvem integralmente na atividade agrícola e sete participam em tempo parcial. Esses dados mostram uma tendência a um maior reconhecimento, por parte da família, daquelas mulheres que se envolvem diretamente na produção de bens com “valor de troca”, viabilizando a sua participação nos processos decisórios

Essa análise corrobora as ideias de Carneiro (2001), Pacheco (2009), Paulilo (2016), Siliprandi (2015), dentre outros autores, que afirmam que a participação das

mulheres nas atividades agrícolas e de produção de subsistência não é reconhecida pelas famílias e pela sociedade como trabalho, sendo considerado apenas como ajuda e, portanto, desvalorizado por não produzir renda monetária direta. Nos achados deste estudo, as MCCs que participam diretamente na produção agrícola, participam, também, no processo de gestão. Há, portanto, uma forma do reconhecimento da força de trabalho da mulher pelo marido. Além disso, elas também reclamam a participação nas decisões, por se reconhecerem importantes na geração da renda.

Somos iguais. Eu decido e ele decide junto comigo. Se eu falar assim: não dá, não dá certo, ele vai concordar comigo. Se ele fizer a mesma coisa e eu achar que não tá certo eu falo que não tá certo. [...] Eu acho assim, que a mulher tem que tá participando também. Eu participo. (Gérbera)

Sen (2000, p.226) afirma que a percepção da produtividade individual e da contribuição para a prosperidade da família é relativa, mas tem grande influência nas relações de poder intrafamiliares. Quando a mulher participa na renda monetária familiar, isso tende a melhorar a sua posição relativa na família. Ela passa a ter mais voz ativa e se torna mais independente, elevando seu *status* relativo.

Entretanto, sete mulheres do Grupo 1, embora afirmem que a gestão da renda seja compartilhada, elas não têm autonomia sobre a RBF, necessitando pedir autorização ao marido para utilização da renda para gastos pessoais. Catleia e Salvia, integrantes do Grupo 2, embora participem na alocação de recursos financeiros da família, possuem autonomia somente sobre a renda pessoal. Portanto, a visão sobre o processo de gestão e de participação é relativo para as mulheres. O fato de serem consultadas para os gastos familiares é suficiente para essas mulheres se sentirem participativas. Mas, a autonomia sobre a renda familiar nesses casos, de fato, não é completa.

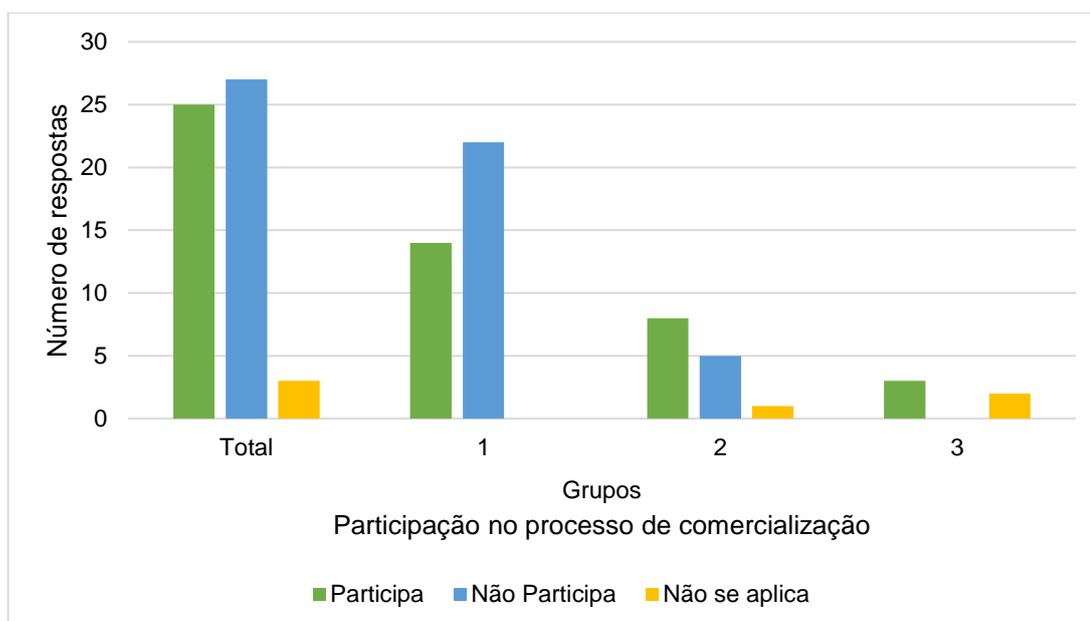
Conforme observado nos estudos de Brumer (2004); Carneiro (2001); Hernández (2009); Paulilo (2016); Spanevello et al. (2016) e Zorzi (2008), ainda há a centralidade do papel masculino no processo de tomada de decisão nas propriedades rurais. As mulheres alcançam alguma autonomia quando a atividade produtiva exercida por ela não é central na geração de renda da propriedade.

A autonomia só é completa quando a mulher toma a função de “chefe da família”, sendo responsável pelo sustento financeiro e pelo desenvolvimento cultural dos filhos, conforme apontado por Altoé e Silva (2017) e como nos casos de viuvez ou divórcio, reportados nesta tese, em que as mulheres não apresentam influência masculina, e, em casos isolados, como o de Palma que, apesar de ser casada, assumiu a “chefia da família” devido à ausência do marido na maior parte do tempo.

Quanto ao processo de comercialização da produção (Figura 14), 48,1% das mulheres entrevistadas, envolvidas com a propriedade, afirmaram participar do processo, sejam elas mesmas negociando, sejam elas acompanhando o marido, pai ou filho. 51,9% não se envolvem, deixando a cargo do marido, pai, filho ou irmão. Analisando pela categoria de Grupos, 60% das MCC, integrantes do grupo 1, não participam do processo de comercialização. No entanto, Primavera somente participa do processo de comercialização da produção de pimenta que lhe cabe na propriedade em comodato com o pai. Na comercialização dos produtos oriundos das atividades desenvolvidas pelo marido, ela não se envolve e não é comunicada.

Entre as mulheres do Grupo 2, a proporção se inverte, sendo que 61,5% das mulheres desse grupo participam do processo de comercialização. Açucena é quem negocia a produção leiteira, apesar de não participar do processo de gestão do restante da propriedade e não ter direito à renda gerada pela atividade. Cateia e Dália participam de todo o processo, desde a gestão dos recursos produtivos e da renda, como também da comercialização. Orquídea não somente comercializa a própria produção, como acompanha o pai na comercialização dos demais produtos da propriedade.

Entre as mulheres do Grupo 3 que mantêm a relação com a propriedade, todas as três são responsáveis pela gestão da propriedade e da renda, bem como pela comercialização.



Fone: dados da pesquisa.

Grupo 1: Mulheres com companheiro; Grupo 2: Mulheres sem companheiro, com influência masculina na família; Grupo 3: Mulheres sem companheiro e sem influência masculina familiar.

Figura 14 – Participação das mulheres entrevistadas em Nova Venécia e Rio Bananal, em 2017, no processo de comercialização dos produtos agropecuários da propriedade, em número de respostas, distribuído por grupo de classificação e no total da amostra.

Outro fator observado em relação à gestão da propriedade e da renda familiar, bem como do processo de comercialização, diz respeito aos casos das mulheres viúvas. No total da amostra analisada, sete mulheres se tornaram viúvas (Antúrio, Clívia, Estrelícia, Flor-de-maio, Gardênia, Jaborandi e Miosótis), sendo que duas delas (Clívia e Gardênia) se casaram novamente. Mas, todas elas relataram histórias em comum. Quando o marido era vivo, as mulheres não se envolviam com a gestão da propriedade, comercialização e gestão da renda obtida. A viuvez trouxe impactos emocionais e econômicos para a vida dessas mulheres e de seus filhos, que tiveram que se readaptar à nova realidade. Entretanto, elas relataram que o conhecimento da atividade obtido com o trabalho diário na lavoura desde a infância foi fundamental para que permanecessem na propriedade, apesar das dificuldades.

Antúrio, quando o marido ainda era vivo, não tinha qualquer participação na gestão da propriedade, nem da renda familiar principal oriunda dela. As despesas com vestuário, material escolar e outras necessidades dela e das seis filhas ficavam por

conta da renda obtida com a atividade como costureira que ela desempenhou por muitos anos. Com a morte do marido, Antúrio se viu despreparada para assumir a propriedade, mas a necessidade de manter a família, então sob responsabilidade dela, fez com que ela buscasse o conhecimento, tanto para obter a habilitação para dirigir, quanto para fazer a gestão da propriedade cafeicultora. Assim, Antúrio passou a ser autônoma sobre a renda e sobre a sua vida. Da mesma forma, Clívia, Estrelícia e Gardênia tiveram que buscar o conhecimento para assumir a propriedade e o sustento da família.

Já sabia como lidar. Só que eu achei difícil, assim, a parte financeira, que era ele que administrava. Tipo assim, banco, café, quem vendia, isso tudo era ele. Aí, isso ainda até hoje, ainda, eu tenho um pouquinho, assim, como eu te falo, aquela insegurança... [...] Eu tinha muita vergonha, eu sou muito tímida, nossa! Como era ele, então eu ficava mais assim, deixava ele tomar a frente de tudo. Agora não, você vai, você...é eu, né? Não tem outro pra me mandar (Estrelícia).

Na hora a gente nem pensa! Eu só pensava assim: meu Deus, o que é que eu vou arrumar sozinha? Sozinha com esses menino. E minha vida como é que vai ser? [...] Era tudo ele, eu só ajudava. [...] Nossa! Foi difícil! Igual eu falei, eu comecei engatinhando. Oh, banco eu não sabia mexer em nada. Negócio de papel. Uma que eu já não sou muito... Eu não tinha estudo quase nenhum, né? Ele já tinha. Ele tinha a oitava série! [...] Menina, senha, papel, cartão, conta pra abrir, você tinha que fazer tudo não tem? [...] Eu precisava tirar carteira, eu tinha que comprar um carro pra carregar meus menino. Eu tava indo pra igreja a pé com três criança, né? Aí, eu fui começar entrar na autoescola, mexer com papel de... ó, menino em casa, indo pra escola, indo pra rua todo dia mexer com a parte de carteira. (Gardênia)

Jaborandi e Miosótis já tinham filhos adultos na ocasião da viuvez, o que contribuiu para reduzir o impacto na transição do processo de gestão da propriedade, já que os filhos homens assumiram a gestão (no caso de Jaborandi) ou compartilharam-na com a mãe (no caso de Miosótis).

A história de Flor-de-maio, como meeira e diarista, contribuiu para que ela mesma obtivesse os conhecimentos necessários para conduzir a lavoura. Além disso, desde a época em que seu marido era vivo, era ela quem resolvia as questões burocráticas com os agentes financeiros e comercializava a produção. O marido não se envolvia com essas questões. Assim, o impacto da viuvez teve reflexo especialmente nas questões financeiras, haja vista que ela teve que assumir sozinha

as dívidas referentes ao Pronaf acessado pelo seu falecido esposo e, também, por ela, além do aumento do trabalho na lavoura. “Mas, foi muito difícil eu acostumar com aquela vida de ficar sozinha, de pegar a cangalha nas minhas costas, de pagar os empréstimo, de fazer as colheita, né?” (Flor-de-maio).

Magnólia se casou após os 40 anos. Quando seu pai faleceu, todos os irmãos já haviam se casado e Magnólia ficou só com a mãe na propriedade. A lavoura sucumbiu por causa da falta de conhecimento de ambas, pois jamais foram autorizadas pelo pai a se envolverem nas questões produtivas. A solução encontrada por Magnólia foi o casamento, para que um homem pudesse assumir o posto de “chefe da propriedade”.

Aí ele faleceu. Aí foi, aí as lavoura já tava bem já velha. Aí deixou virar capoeira, que ele morreu. [...] Porque eu pra poder... (*silencio e constrangimento*) porque eu não... Sempre meu pai nunca deixou trabalhar na roça, que achava que roça era pra homem. E a gente ficava em casa, estudar... [...] depois que eu casei, porque aí tem uma pessoa pra poder... um marido... (Magnólia).

Entre as mulheres que se divorciaram e se mantiveram na propriedade (Angélica, Crisântemo, Girassol e Zínia), o processo de transição foi semelhante em termos de relacionamento público. As atividades agropecuárias também já eram praticadas por elas. E tanto as mulheres viúvas quanto as mulheres divorciadas que se casaram novamente (Clívia, Gardênia e Crisântemo), não mais retornaram à condição de “ajudante” na gestão da propriedade e da renda, mas passaram a ser protagonistas das transformações em suas vidas.

Clívia afirma que no primeiro casamento as pessoas se referiam a ela como “a esposa de *fulano*”, em clara referência à posse simbólica da mulher pelo homem, no contrato de casamento. Com o desenvolvimento de sua autonomia, após a viuvez, bem como de sua autoestima, Clívia diz que, hoje, mesmo casada novamente, ela não é mais “a esposa de *fulano*”, ela diz: “hoje eu sou *Clívia*”! E comemora.

A partir dos relatos apresentados, observa-se que há a permanência da divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, das esferas privada e pública, para as mulheres e para os homens, respectivamente. O ato de comercializar a produção necessita o envolvimento com a esfera pública. Logo, a maior parte das mulheres do Grupo 1 e do Grupo 2 tende a deixar a cargo do marido, pai, irmão ou filho a exposição

pública de sua figura, conforme espera a sociedade. Isso permite considerar que, mesmo que a mulher conquiste a participação na gestão da propriedade e da renda familiar, essa participação fica restrita ao espaço privado, contribuindo para a reforçar suas funções reprodutivas, reduzir sua participação social, perpetuar a invisibilidade de seu trabalho, tolher o seu poder de negociação e de se relacionar com agentes de mercado, comprometendo o desenvolvimento de sua autonomia econômica, como o seu “poder de” e, conseqüentemente, o seu “poder com”.

A participação das mulheres na gestão da propriedade e da renda familiar e o seu envolvimento com a esfera pública e com agentes de mercado é de fundamental importância para o desenvolvimento de sua autonomia econômica, que reflete diretamente em sua autoestima.

4.2.3 As relações sociais e políticas desenvolvidas pelas mulheres

A participação das mulheres no espaço público contribui significativamente para o seu reconhecimento como sujeitos de direito (Aguiar, 2016). O envolvimento em organizações e movimentos sociais contribui para dar visibilidade às mulheres rurais, bem como legitima suas reivindicações junto à sociedade e o estado (Siliprandi e Cintrão, 2015).

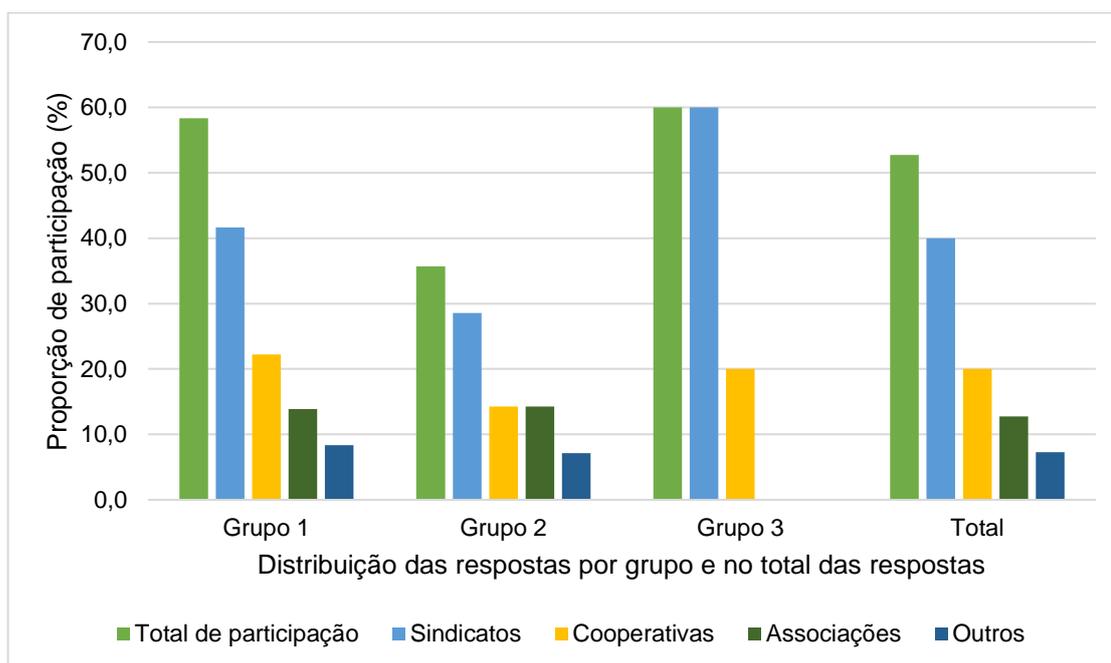
A participação das mulheres nos diversos espaços sociais e políticos, como os grupos de igreja, associações, sindicatos e outros, contribui para o acesso à informação, possibilitando aprendizados, debates e reflexões sobre a posição social da mulher e levá-las a questionar as relações desiguais de gênero (Hernández, 2009).

Portanto, a forma como as mulheres se relacionam com os diversos atores sociais foi analisada, verificando a participação política em organizações sociais, como grupos, cooperativas, associações, sindicatos e movimentos sociais; pelo contato com agentes da extensão rural; pela participação em reuniões e treinamentos etc.

A maior parte das mulheres entrevistadas (52,7%) participa de alguma forma organizativa: grupos de igreja, associações comunitárias, cooperativas ou sindicatos (Figura 15). Entre as mulheres que participam, 41,3% o fazem em mais de uma forma organizativa e 69% (36% do total de mulheres) participam efetivamente dos eventos, como reuniões e palestras, oferecidos pelas organizações. Apenas cinco mulheres

(17,2%) afirmaram participar como membros da diretoria (secretárias) e conselho fiscal. São elas: Amarilis, Clívia, Gardênia, Hibisco e Malva.

Apesar da majoritária participação identificada entre as mulheres, 52,7% das entrevistadas consideraram baixa a participação feminina nas organizações. É importante destacar que foi identificada nas respostas das mulheres uma característica comum: 60% delas afirmaram não ter relacionamento com as vizinhas da comunidade, não sabendo informar sobre a participação delas. As mulheres afirmam viver de forma privada, tendo pouco contato na vida comunitária: “meu mundinho é meio fechado, assim” (Vitória Régia). Isso se observa no baixo envolvimento com as atividades da igreja (apenas 5,5% das mulheres se envolvem em grupos da igreja) e nas associações comunitárias (12,7%). “Eu conheço as meninas do sindicato, mas eu não conheço as mulheres não” (Papoula, se referindo à maior interação com o sindicato do que com as mulheres da comunidade em que vive).



Fonte: dados da pesquisa.

Figura 15 – Participação das mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, nas diversas formas organizativas rurais, em 2017, a partir da divisão por grupos e no total de respostas.

As organizações rurais são, tradicionalmente, um espaço hegemonicamente masculino, onde a participação de homens se destaca não somente em números, como também na ocupação de cargos eletivos da diretoria (Deere, 2004). Apesar dos avanços nos movimentos feministas no campo, a base ainda continua arraigada à ideia de que o espaço político e público pertence aos homens. Mesmo as mulheres mais engajadas na luta sindical como Acácia, Amarílis, Dália e Rosa, e aquelas envolvidas na diretoria da associação de sua comunidade, como Malva, e no conselho fiscal da cooperativa de produtores, como Gardênia, admitem que o espaço ainda é ocupado especialmente por homens. Amarílis e Malva ainda ressaltam que os cargos eletivos como presidência e diretoria financeira ainda são ocupados por membros homens, restando-lhes os cargos considerados “femininos” como a função de secretariado, muitas vezes sendo impedidas pelos próprios maridos de se candidatar aos cargos ditos “masculinos”.

Isso não é pra mim, eu acho. [...] Às vezes, eu fico muito nervosa e prefiro não participar (*do sindicato*). [...] Eu acho que eles nem abririam muito, porque igual, pelo menos o sindicato que meu pai participa, que é o patronal, não tem nenhuma mulher gerenciando nada. Só tem funcionárias que são mulheres, mas a diretoria não tem. (Açucena)

Assim, a divisão sexual do trabalho também está presente nas organizações sociais, onde a hierarquia entre os gêneros se reflete na hierarquia dos cargos. A função produtiva exercida pelos homens é valorizada na organização, enquanto a função reprodutiva da mulher é pretexto para sua exclusão.

Hoje não vou falar por mim, que até largo a minha filha com minha mãe e saio. Mas, se você for procurar a realidade de todas as mulheres, os homens vão pra reunião, as mulheres não. Porque são obrigadas a ficar dentro de casa, cuidar de filho, cuidar disso, cuidar daquilo (Amarílis).

Eu participava da diretoria da associação, mas ele (*o marido*) sempre criticou, né? [...] Fui secretária durante quatro anos. [...] Ele falou que se eu aceitasse ser tesoureira, ele ia se separar de mim. [...] Porque não é só o homem que sabe trabalhar. Não é só o homem que sabe falar, né? Não é só o homem que tem ideias novas pra modificar as coisas, a mulher também tem ideias boas. Mas, aqui na nossa associação, eles tentam ainda espremer a gente, não tem assim? Tanto que agora, na nova diretoria, as meninas não querem nem se envolver (Malva).

Há um preconceito em relação à capacidade gestora das mulheres, além da tendência a ocorrer conflitos nas relações familiares por conta do envolvimento das mulheres nas organizações, conforme observado por Scott et al. (2010). Malva se queixa do ciúme e desconfianças do marido quando ela participa das reuniões. Ela se sente magoada e ofendida pela desconfiança em sua conduta como mulher e esposa.

Apesar dos percalços para sua participação na vida política do assentamento em que vive, Malva considera importante o envolvimento das mulheres nas diversas formas associativas, pois configura uma oportunidade de se formar redes de relacionamentos, compartilhar conhecimentos e informações, desenvolver a autoconfiança e a autoestima e, ainda, uma oportunidade de se estabelecer a articulação entre as mulheres (“poder com”).

Porque quanto mais conhecimento melhor pra gente, né? Porque se eu ficar só na minha casa, eu não vou ficar sabendo de nada que acontece. Eu já ouvi falar assim, você fica participando desses movimentos... Eu não sou contra de participar dessas coisas, porque aí, você tem como falar, articular. Se você tiver numa roda de conversa, saiu o assunto sobre determinada instituição, você sabe dialogar com a pessoa, né, sobre aquilo. Isso é bom pra mulher, né? (Malva).

A fala de Malva caracteriza bem a ideia de Fischer (2012); Mosedale (2005) e Romano (2002), de que o envolvimento de mulheres em organizações sociais, especialmente aquelas que reúnem outras mulheres, favorece o questionamento das normas sociais que sustentam a dominação masculina, construindo novos referenciais dos papéis das mulheres; além de auxiliar no desenvolvimento da autoestima, favorecer um reconhecimento recíproco nas histórias de vida, e proporcionar oportunidades de diálogo e de reflexão de sua condição social. Esse “poder com” não compete ou elimina o poder do outro, mas fortalece as relações interpessoais.

A partir dessa deixa, é importante analisar que o fato de as mulheres serem membros das organizações não configura real participação, haja vista que apenas 36% do total de mulheres se envolve efetivamente ou participa de reuniões e eventos promovidos pelas organizações às quais são afiliadas. Mas, há de se considerar como agravante o fato de as mulheres não se relacionarem em uma vida social.

Nesse ponto, questiona-se o desenvolvimento do capital social nas condições encontradas no campo, diante da importância da qualidade das relações sociais para o processo de desenvolvimento (Castilhos, 2002). Mas, não somente. Questiona-se, também, o processo de empoderamento a partir da dimensão social (Malhotra et al., 2002). Pode-se afirmar, portanto, que as relações sociais, nas condições encontradas no campo estudado, não têm contribuído para a formação de redes de confiança, de relacionamentos e de reciprocidade, podendo comprometer o processo de empoderamento das mulheres rurais.

A maior parte das mulheres participa do STR e da Cooperativa de produtores de café, especialmente por interesses relacionados à previdência rural (STR) e à comercialização (cooperativa). Entretanto, foi unânime entre as mulheres que participam das organizações, a resposta de que os movimentos sociais e as organizações têm dado pouca importância às questões relacionadas às mulheres.

Amarílis participa do STR e do MPA de forma ativa. Tem experiência com o movimento jovem e com a associação da comunidade rural em que vive. No entanto, ela queixa da pouca participação de mulheres e da tendência das organizações em manter as mulheres no espaço privado. Conforme Novellino e Toledo (2018), o envolvimento de mulheres no espaço público ainda é um desafio, pois a esfera pública ainda é de um espaço reservado aos homens e a abertura à entrada de mulheres se constitui uma ameaça ao domínio masculino.

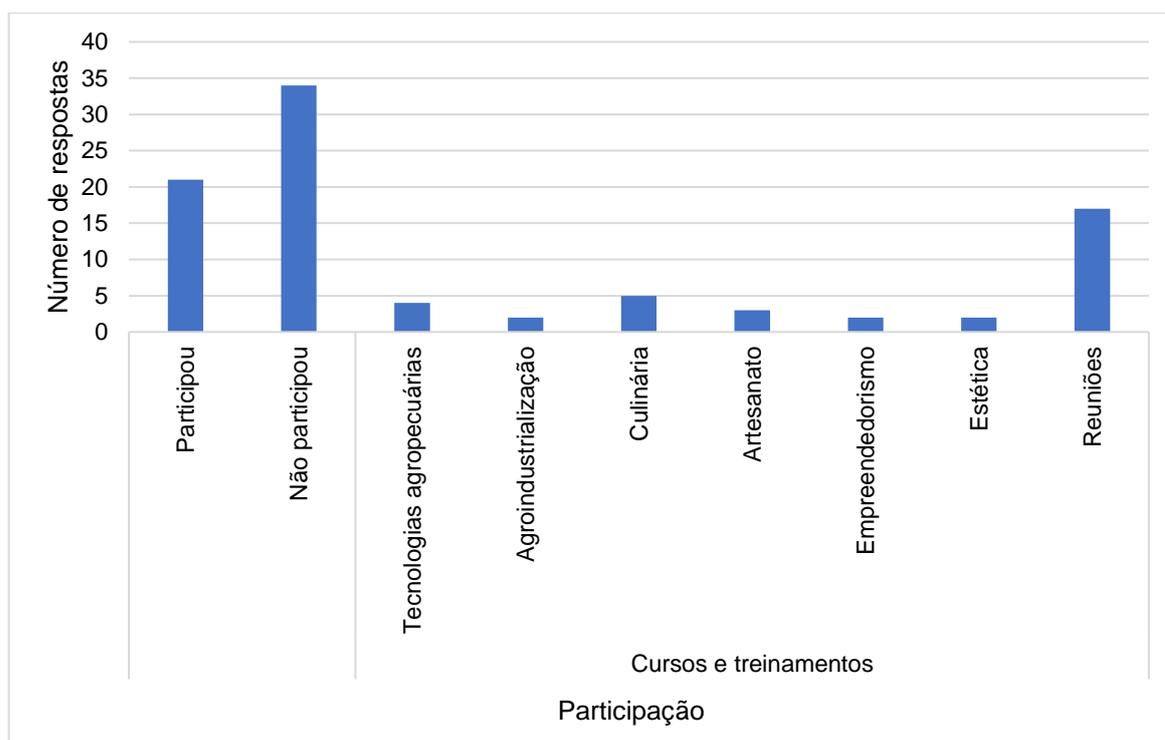
Eu fazia parte do MPA. Mas, eles não têm uma linha que consegue te ajudar a ficar ali na roça, de buscar uma alternativa, nem pra parte de mulher, nem parte de jovem. Faço parte do sindicato que, hoje, também não te traz. Faz lá um encontro de mulheres, mas nunca te orientou a procurar uma assistência, nunca te orientou pra fazer uma DAP, nunca te orientou pra fazer um Pronaf. Nada! A única coisa que eles fazem é um dia de mulher, uma palestrinha, lá, dá uns brindezinhos e acabou. Não tem. Estamos esquecidas tanto como mulher e quanto jovem. Não tem nenhum grupo, nem uma... nada que incentive a mulher. Nem prefeitura, nem sindicato, nem movimento. Ninguém! (Amarílis)

A queixa e Amarílis não se restringe às ações do Sindicato, mas também às ações da Extensão Rural junto às associações rurais. Para ela, as ações relacionadas às mulheres rurais estão sempre vinculadas às atividades domésticas, como o processamento de alimentos e fabricação de artesanatos. A falta de interesse de Amarílis em participar de eventos e grupos voltados para agroindústria e artesanato é observada na fala de 68% das mulheres entrevistadas: “não sou chegada, não” (Lavanda).

Teve um grupo de mulheres aqui na comunidade próxima que começaram, mas foi pra parte de cozinha. Não deu certo também, acabou. [...] Mas, eu também não me interessaria. Existe outras coisas que a mulher pode fazer. Porque foram fechar um grupo. Além delas já ter que cozinhar, porque fazer uma parte só de cozinha? Eu sou meio assim pra isso, não tem? Eu não acho que mulher tem que tá só na cozinha. Tem outras coisas que a mulher sabe fazer também. (Amarílis)

Porque aqui às vezes tem seus encontros de mulheres. Mas é igual eu tô te falando, poderia também tá fazendo alguma coisa assim, também. Mulheres no campo, né? O que as mulheres precisam saber para cuidar das suas lavouras, das suas coisas, das suas propriedades, também. É uma coisa que se pode tá tentando criar pra motivar a mulher a continuar no campo, ajudando seu esposo, alguma coisa assim. (Alamanda).

De fato, as mulheres entrevistadas têm participado pouco dos cursos e eventos promovidos pelas diversas instituições que atuam com questões rurais e produtivas. A maior parte delas (61,8%) afirmou não ter participado de cursos de qualificação ou de eventos, 30,9% afirmaram que participaram de reuniões promovidas pelas associações, sindicato e cooperativas. Apenas uma mulher afirmou já ter participado de um dia de campo promovido pela cooperativa. Somente 23,6% das mulheres afirmaram já ter feito algum curso ou treinamento (Figura 16). Já com relação aos encontros de mulheres promovidos pelo STR no Dia Internacional da Mulher, apenas quatro entrevistadas afirmaram participar.



Fonte: dados da pesquisa.

Figura 16 – Participação das mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal, RS, em eventos, cursos e treinamentos, 2017.

Apenas quatro mulheres (7,3%) afirmaram já ter participado de cursos na área de tecnologias agropecuárias, como condução da lavoura, aplicação de defensivos agrícolas etc. Na área de agroindústria, Camomila se profissionalizou em produção de derivados do leite e de embutidos, durante o período em que residiu na Itália e Sálvia se capacitou na área de agroindústria de bebidas que a família trabalha. Houve também participação em cursos na área de administração e empreendedorismo para duas das mulheres, além de cursos na área de estética para outras duas mulheres. O principal curso realizado pelas mulheres é na área de culinária, sendo que cinco delas (9,1% do total de mulheres) participaram de cursos como fabricação de pães, bolos e salgados, não necessariamente voltados para a produção comercial. Outras três mulheres participaram de cursos de artesanato com fibra vegetal (Figura 16).

Embora essas mulheres tenham se qualificado com os cursos realizados, somente aquelas que participaram de cursos na área de tecnologias agropecuárias, de agroindústria e de estética (cabeleireira) aplicaram os conhecimentos nas atividades desenvolvidas por elas. As mulheres que fizeram cursos na área de

culinária utilizaram os conhecimentos para produção de alimentos para a própria família. As que fizeram cursos de artesanato não aplicaram o conhecimento adquirido.

A baixa participação das mulheres em cursos de qualificação, treinamentos, reuniões e demais eventos pode ser explicada pelo fato de não serem convidadas pelas instituições. Enquanto 54,5% das mulheres afirmaram nunca terem sido convidadas para eventos, 50,4% afirmaram que, por outro lado, o marido, pai, filho e ou irmão receberam convites que não foram extensivos a elas. De acordo com a fala de algumas delas, elas não se sentem convidadas, pois o convite é endereçado ao homem ou, quando não tem destinatário específico no convite, o portador entrega diretamente ao homem “chefe” da propriedade ou solicita que o convite seja entregue a ele.

Fala assim, tem dia de campo na propriedade de fulano de tal. Você vai lá ver quantas mulheres tão lá? Nenhuma! Porque elas não foram chamadas. E aquilo ali é tipo assim, se elas não foram, se o convite não for direcionado a elas, elas se sentem envergonhadas de tá indo, entendeu? [...] É igual eu tô te falando. Que fala assim: é dia de campo. Aí o que vem te entregar um convite assim, já não te fala nada, entende? Fala com seu esposo. Já entrega pro esposo e não fala que as mulheres vão participar, entende? (Alamanda)

Eu acho que a mulher tem muito pouca atenção. A gente precisa de uma coisa, é muito difícil pro lado da mulher. Mulher tá tendo muita pouca chance. Porque mais, assim, as coisa é os homem. Eu vejo falar assim, vai ter uma reunião, é homem. Não convida as mulher. Então eu acho que as mulher na roça tá tendo muita pouca atenção. Não tá tendo aquela atenção igual os homem tem. Então eu acho assim, mulher era também pra ser convidada pra palestra, essas coisa assim. E aqui não tem. Não tá tendo isso. (Albízia)

O depoimento das representantes dos Núcleos Femininos das cooperativas corrobora as queixas das mulheres entrevistadas de não serem convidadas à participação em eventos promovidos pelas organizações. Conforme apresentado no item 4.4.3, as mulheres não costumam se envolver nas assembleias das cooperativas. Na fala de uma das representantes fica claro que os convites sempre foram direcionados aos cooperados homens, havendo poucas mulheres cooperadas. Quando a diretoria resolveu divulgar a criação do Núcleo Feminino em uma assembleia, encaminhou um convite para os cooperados (“convite do homem”) e, para incentivar a participação das mulheres, estendeu o convite às esposas, em uma “nota

de rodapé”, denotando a secundarização da participação de mulheres nas organizações.

Quando nós fizemos os convites para elas participarem da assembleia, porque até então vinham acompanhar o marido, então começamos a observar que tinha uma frequência. Ai no convite, que é esse convite do homem, mesmo, nós colocamos uma nota no rodapé: convite especial para as mulheres. E nesse dia veio 94 mulheres. [...] Colocamos uma nota de rodapé. Até então era a única coisa que tinha para as mulheres, para integrar na cooperativa. Aí foi onde a gente teve a ideia de fazer um evento só para as mulheres. Nós tivemos mais de 300 mulheres, mas 143 quiseram participar do núcleo. Hoje o núcleo está bem reduzido (Representante do Núcleo Feminino de uma das cooperativas).

Os cursos na área de tecnologias costumam ser direcionados para o público masculino. Na comunidade de Dália, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) ofereceu cursos de capacitação em eletricista e merendeira (fabricação de bolos, pães e biscoitos). Dália preferiria o curso de eletricista, mas o curso foi destinado especialmente ao público masculino por “ter mais habilidade” (Dália), enquanto as mulheres frequentaram o curso de merendeira, na expectativa de conseguir um emprego na escola municipal rural. Ao ser questionada se ela gostaria de exercer a atividade de produzir merenda, a resposta foi “não! Nós usa mais é mexer na colheita do café, mesmo. Mas, assim, fora a parte não” (Dália).

Altoé e Silva (2017) afirmaram que o próprio estado reproduz e naturaliza a hierarquia de gênero nas famílias e na sociedade, a partir da iniciativa de promover cursos de qualificação profissional voltados para a esfera doméstica, como os cursos de culinária e de artesanato, em detrimento dos cursos da área tecnológica. Os autores afirmam que, para a maior parte das mulheres egressas dos cursos relacionados à área de culinária do Programa Mulheres Mil, do governo federal, esse conhecimento serviu para reforçar o seu posto doméstico e não para a sua colocação no mercado de trabalho. Enquanto que, ao contrário, quando as mulheres têm a oportunidade de participar de cursos ligados à esfera produtiva, elas tendem a aplicar os conhecimentos em atividades que contribuem para o desenvolvimento de sua independência e autonomia.

Corroboram com essa colocação Siliprandi e Cintrão (2011) que, muitas vezes, os produtos oriundos das atividades desenvolvidas pelas mulheres costumam

receber valorizações diferenciadas quando comparadas aos produtos normalmente produzidos por homens. Os produtos como alimentos processados, de responsabilidade das mulheres, costumam ter pouco ou nenhum acesso ao mercado, gerando um excedente que passa a ser trocado ou oferecido aos vizinhos e parentes, ou até “perdidos”. “Ofereceu e ninguém quis comprar. Aí, deu pros outros, os vizinhos veio panhar pra não estragar, né?” (Caliandra).

Sálvia se queixa da dificuldade que as mulheres da sua comunidade enfrentam para conseguir comercializar os produtos como bolo, pães e biscoitos que aprenderam a fazer em um curso oferecido pela ATER. A dificuldade está relacionada desde à necessidade de transporte dos produtos até a feira do município, até mesmo a própria comercialização: “o sábado que elas ia (*à feira*) elas não conseguiam vender. Aí vinham, traziam os produto aqui pra casa e eu vendia pros funcionário aqui, tentava vender mais barato, não tem?” (Sálvia).

Mesmo com a existência de outras políticas públicas relacionadas à comercialização dos produtos da agricultura familiar, como os programas de compra governamental – citam-se o PAA e o PNAE –, as mulheres desconhecem tais políticas, o que dificulta o seu acesso aos mercados institucionais. Indagadas sobre as políticas públicas a que elas tiveram experiência, além do Pronaf, somente cinco mulheres afirmaram ter tido acesso ao programa de habitação rural, e uma afirmou estar acessando o crédito fundiário, pelos quais elas alegam manter o vínculo com o STR. Mas, desconhecem qualquer outra política pública voltada para o espaço rural.

Cabe aos órgãos de Extensão Rural e demais atores políticos, portanto, um diagnóstico das condições das mulheres rurais, tanto com relação às questões de gênero às quais as mulheres se submetem, quanto às suas necessidades e projetos de realização pessoal, para ofertar cursos, palestras e informar as políticas públicas que atendam ao interesse das mulheres, evitando negligenciar a realidade vivida por elas, em prol de um paradigma alicerçado na divisão sexual do trabalho.

Contudo, tais instituições também não têm se envolvido propriamente com as mulheres rurais, pois 74,5% das mulheres disseram que não receberam ATER direcionada a elas. Elas afirmam que, quando a família recebe a visita de um extensionista rural, ou técnicos das cooperativas, ou ainda da iniciativa privada, o contato é direcionado ao homem, como “chefe da família”. Cabe a elas o preparo do “cafezinho” para receber a visita. Raramente são convidadas a participar do recebimento de orientações: “porque a gente sempre fica de fora” (Petúnia).

Porque eles têm tipo um preconceito, eu acho, assim. Eles acham que as mulheres não sabem desenvolver bem o trabalho rural. Que a mulher não tem a capacidade de ter o conhecimento de como funciona o trabalho rural. Mas ela tem. Tem mulheres que sabem muito mais do que homens. (Malva)

As mulheres, em sua totalidade, afirmam desconhecer projetos e programas específicos para as mulheres rurais. Mas, as mulheres que nunca receberam ATER também afirmam nunca ter procurado uma entidade, seja ela pública ou privada, para desenvolver projetos de seu interesse ou buscar conhecimentos.

Esses dados estão em consonância com os dados preliminares do Censo Agropecuário 2017. Embora os dados desse censo não discriminem a agricultura familiar, de modo geral, em Nova Venécia, apenas 23,8% das mulheres rurais recebem algum tipo de ATER e apenas 1,7% recebe ATER pública. Em Rio Bananal a situação é ainda mais agravante, pois apenas 11,4% das mulheres recebem ATER, já que esse município não conta com a ATER disponibilizada por cooperativas e possui apenas dois técnicos do Incaper e um da prefeitura. Sendo assim, em Rio Bananal, a ATER pública atinge somente 0,5% das mulheres rurais (IBGE, 2017).

Como abordado no item 4.3.1, mesmo para o acesso ao Pronaf, 27,3% das mulheres não estiveram com a consultoria para compreender o projeto de investimento proposto. Nesse item também foi possível levantar que 52,7% das mulheres não se envolveram com os demais agentes de mercado para negociações e compras de insumo.

Em um dos municípios estudados há a tradição de realização de uma reunião técnica com os beneficiários e as beneficiárias do Pronaf, cuja participação é pré-requisito para obtenção do “Laudo do Proagro” (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) para renovação do crédito de custeio. As mulheres beneficiárias são, portanto, “obrigadas a participar” (Azaleia) das reuniões, o que lhes permite o acesso a informações da esfera produtiva. É o caso de Gérbera: “De reuniões aqui que eles reúnem, eu tô sempre ali junto pra tudo, entendeu?”.

No entanto, enquanto Azaleia considera os encontros proveitosos, o seu conhecimento adquirido nas reuniões é desprezado por seu marido. Já Girassol sente-

se constrangida a participar de encontros de presença hegemonicamente masculina e sente-se excluída do grupo.

Então, a reunião do Proagro é muito produtiva, entendeu? Eu já participei duas vezes. Então ela é muito produtiva, te ensina a adubação correta, na hora certa, a quantidade certa. [...] Achei interessante, cheguei em casa, passei. Igual eu tô te falando. Aqui a gente trabalha, assim, em comum acordo. E não é só eu e meu marido, é o meu cunhado. Mas, assim, às vezes eu bato de frente com meu marido, mas às vezes não adianta. Porque a palavra final é dele. (Azaleia)

Às vezes, eu não vou em todas, em nem todas as reuniões que eles chamam. Porque a gente, eu me sinto assim, como se diz, meio constrangida. Que você chega lá e só tem homem. [...] Porque a gente acha que eles pensam: 'ah, ela quer aparecer, ela quer ser a mandona!' Você entendeu? Então era bom que mais mulheres participassem. Elas não participam. Aí quando você chega em uma área que é só dominada por homem, você se sente constrangida. (Girassol)

Nota-se pelas falas de Azaleia, Girassol e Malva que, apesar das mulheres, aos poucos, ocuparem os espaços políticos e de mercado, elas permanecem na invisibilidade ou menosprezadas em seus conhecimentos. A percepção de que o espaço é de domínio masculino e o sentimento de não pertencimento ao mundo dos negócios, devido à própria construção social de que essa esfera pertence ao homem, fazem com que algumas mulheres sejam tolhidas em sua capacidade intelectual e produtiva e se excluam dos espaços conquistados.

Observa-se, portanto, um ciclo vicioso, em que as mulheres, ao mesmo tempo que são excluídas das relações sociais, econômicas e políticas, elas também se excluem. Baseado nos aportes de Sen (2000), pode-se afirmar que lhes faltam, tanto o desenvolvimento das liberdades instrumentais, como a garantia de acesso às oportunidades econômicas, sociais e políticas, quanto o desenvolvimento de suas capacidades (*capability*) de usufruírem as que já existem e buscarem novas oportunidades.

Portanto, conforme afirmado por diversos autores (Butto, 2011; Hernández, 2009; Siliprandi e Cintrão, 2011; Spanevello et al., 2016), o envolvimento das mulheres com os agentes sociais e de mercado, bem como o desenvolvimento do seu capital social (Sen, 2000), são fundamentais para se romper com o paradigma da

divisão sexual do trabalho, tanto na esfera privada, quanto na esfera pública, contribuindo para o desenvolvimento das capacidades das mulheres como sujeitos de direitos.

4.3 As mulheres e o acesso ao crédito Pronaf: os percalços para a autonomia econômica

Um dos aspectos do empoderamento das pessoas está no desenvolvimento de suas capacidades e de suas liberdades subjetivas e instrumentais (Sen, 2000). Para Sen (2000), a autonomia econômica pode contribuir para o desenvolvimento das capacidades. Dessa forma, a liberdade econômica contribui, em sinergia, com outras liberdades, para o empoderamento dos sujeitos.

Partindo desse princípio, o acesso ao Pronaf seria uma forma de desenvolver capacidades. Acessar o programa de crédito com o propósito de gerar rendas, ou “facilidades econômicas”, seria uma oportunidade de utilizar recursos financeiros que possibilitariam a melhoria na qualidade de vida das mulheres, não somente do ponto de vista de aquisição de bens de consumo, mas também no poder de barganha na sociedade e na família (Sen, 2000), além de possibilitar o envolvimento com agentes sociais e a transformação de sua realidade.

Como já relatado, Sen (2000) considera que o acesso ao financiamento é crucial para possibilitar essa “facilidade econômica” e o desenvolvimento da autonomia das mulheres. Portanto, conhecer a experiência das mulheres com o acesso ao Pronaf resulta na possibilidade de análise do desenvolvimento das capacidades pelas mulheres.

4.3.1 A experiência com o Pronaf

Mais da metade das mulheres (50,9%) acessou o Pronaf pela primeira vez até o momento da realização desta pesquisa, conforme demonstrado na Tabela 10. Ou seja, a experiência com o Pronaf foi uma novidade para essas mulheres. Mesmo após 20 anos de existência do programa e 13 anos de existência do Pronaf Mulher, o assunto ainda não é totalmente conhecido por elas.

Como se observa na Tabela 11, quase metade das mulheres (49,1%) tomou conhecimento da existência do Pronaf, através de algum familiar ou de amigos.

Apenas 3,6% delas tomaram conhecimento por contato direto com um extensionista rural oficial, 9,1% o fizeram por meio das organizações das quais participam, como o STR, associações ou cooperativas e 5,5% tomaram conhecimento do Pronaf por meio de programas de rádio voltados para informação ao público rural. Outras 5,5% somente tomaram conhecimento do Pronaf quando procuraram a consultoria para verificar a possibilidade de realização de projetos de investimentos.

Tabela 10 – Experiência das mulheres de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, com o Pronaf, em relação ao número de vezes que acessaram o programa, 2017

Número de acessos	Número de respostas	Proporção (%)
1 vez	28	50,9
2 vezes	18	32,7
3 ou mais vezes	8	14,5
Não sabe	1	1,8
Total	55	100

Fonte: dados da pesquisa.

Tais dados demonstram que essa política pública tem sido divulgada informalmente, “no boca a boca”, por outros agricultores/agricultoras que tiveram acesso anterior ao programa, especialmente os parentes mais próximos, como pai, marido, filho ou irmão. Como foi explicitado no item 4.4.1, mais de um terço dos extensionistas afirmou não possuir experiência com o Pronaf, seja ela de divulgação ou de implementação do programa. Além disso, os extensionistas admitiram não adotar como meta a divulgação do programa para fins de envolvimento das mulheres, como será discutido no item 4.4.4.

Tabela 11 – Formas de divulgação do Pronaf para as mulheres entrevistadas em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017

Forma de Divulgação	Número de respostas	Proporção %
Extensão Rural Oficial	2	3,6
Sindicato	4	7,3
Consultoria	3	5,5
Associação/Cooperativa	1	1,8
Pai/Marido/Filho/Irmão	27	49,1
Outros parentes e amigos	13	23,6
Rádio	3	5,5
Outro	2	3,6
Total	55	100

Fonte: dados da pesquisa.

Aliado a esse fator, apenas 10,9% das mulheres afirmaram conhecer as normas de acesso ao programa, 56,4% afirmaram conhecer parcialmente (como período de carência e juros), e 32,7% afirmaram não ter conhecimento a respeito das normas do programa (Tabela 12). Essa proporção de conhecimento a respeito do Pronaf é invariável, estatisticamente, na perspectiva de análise entre as MCC e MSC. Ou seja, o acesso das mulheres ao conhecimento não é causado pela influência do companheiro.

Tabela 12 – Grau de conhecimento das normas do Pronaf, a partir dos relatos das mulheres beneficiárias do Pronaf, entre os anos de 2013-2016, entrevistadas em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017

Conhecem as normas	Número de respostas	Proporção %
Sim	6	10,9
Não	18	32,7
Parcialmente	31	56,4
Total	55	100

Fonte: dados da pesquisa.

Não se pretendeu, nesta pesquisa, levantar o grau de conhecimento dos beneficiários homens quanto às normas do Pronaf, para efeito de comparação. Portanto, não se pode afirmar que os dados encontrados entre as mulheres, relativos ao não conhecimento das normas do programa, estariam relacionados a uma questão de discriminação de gênero por parte dos mediadores. Mas, a secundarização do papel econômico da mulher apresentada pelos mediadores no item 4.4.1 pode dificultar o envolvimento das mulheres nas políticas públicas por mantê-las excluídas das relações sociais e econômicas, comprometendo o seu acesso à informação.

A falta de divulgação do Pronaf, especialmente da linha de crédito Pronaf Mulher, pode ter influenciado na escolha das atividades financiadas pelas mulheres, conforme apresentado nas Tabelas 13 e 14.

A principal atividade financiada pelas mulheres foi a cafeicultura, identificada em 63,6% das entrevistas, seja para renovação de lavoura e plantio, com ou sem irrigação, e associado ou não a outras culturas (Tabela 13). A pimenta-do-reino foi a segunda atividade mais financiada pelas mulheres. Esse resultado segue a tendência da finalidade de financiamentos no estado, priorizando os investimentos na cafeicultura, por ser a principal atividade agrícola na região, conforme apresentado pelos dados do BACEN (2018) e apresentados na Tabela 6 deste trabalho.

Tabela 13 – Principais finalidades de investimento do Pronaf acessado pelas mulheres de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, 2017

Atividade	Número de respostas	Proporção (%)
Café	14	25,5
Café + irrigação	12	21,8
Café + pecuária	2	3,6
Pimenta	13	23,6
Pimenta + café	7	12,7
Pecuária de leite	3	5,5
Sistemas Agroflorestais	2	3,6
Outros	1	1,8
Não sabe	1	1,8
Total	55	100

Fonte: dados da pesquisa.

A principal linha de crédito acessada pelas mulheres entrevistadas foi o Pronaf Mais Alimentos, com 25,5% das respostas. O Pronaf Mulher correspondeu a apenas 16,4% das respostas. No entanto, mais da metade das mulheres (52,7%) não soube responder qual linha de crédito foi acessada (Tabela 14).

Tabela 14 – Linhas de crédito acessadas pelas mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, no período de 2013 a 2016, de acordo com a informação das depoentes

Linha de Crédito	Número de respostas	Proporção (%)
Mais Alimentos	14	25,5
Mulher	9	16,4
Jovem	1	1,8
Floresta	2	3,6
Não souberam responder	29	52,7
Total	55	100

Fonte: dados da pesquisa.

O baixo acesso à linha de crédito Pronaf Mulher pode ser explicado pela falta de conhecimento das mulheres com relação às diversas linhas de crédito e seus propósitos, como comentado a partir das Tabelas 11 e 12. Apenas 27,3% das mulheres conhecem o Pronaf Mulher; 47,3% nunca ouviram falar dessa linha de crédito e 25,5% já ouviram falar, mas não conhecem seus propósitos. Apenas duas mulheres afirmaram ter escolhido essa linha de crédito para financiar sua lavoura. As demais afirmaram que a escolha da linha de crédito foi uma orientação da consultoria ou não souberam responder.

O acesso ao Pronaf, especialmente o Mais Alimentos, para financiar atividades tradicionais, do tipo *commodities*, demonstra o já identificado por Grisa et al. (2014), que afirmaram que o Pronaf tem sido utilizado para financiar “mais do mesmo”. Ou seja, não há o objetivo de diversificação da produção, permanecendo as mesmas culturas, seja por tradição e conhecimento da cultura, seja pela própria facilidade de acesso ao crédito para culturas zoneadas. E, também, remete aos trabalhos de Hernández (2009) e Filipak et al. (2012) que afirmaram que as mulheres desconhecem as possibilidades de financiamento do Pronaf Mulher. Dessa forma, as

mulheres têm financiado o café pelo Pronaf Mais Alimentos por uma decisão do homem (item 4.3.2), na maioria das vezes, mas também por desconhecerem seus direitos de acesso ao crédito, o Pronaf Mulher, e as possibilidades de investimento em atividades do interesse dela.

Quanto ao valor contratado, 52,7% acessaram valores até R\$ 60.000,00; 29,1% acessaram valores superiores. No entanto, 18,2% das mulheres entrevistadas não souberam informar o valor contratado por desconhecerem o processo, tendo apenas assinado a documentação para acessar o programa (Tabela 15). Dentre as mulheres que desconhecem os valores contratados, 70% são casadas. As demais que não souberam responder foram aquelas que acessaram o Pronaf para beneficiar o pai ou o irmão que não se enquadram como agricultores familiares, dentro das normas estabelecidas para o acesso ao Pronaf. Ou seja, nesses casos, os maridos não compartilham as decisões relativas ao processo de endividamento com as esposas, mesmo quando elas são as titulares dos contratos. Ainda, as três que “emprestaram” seu nome para o pai ou o irmão acessarem o programa, sequer tomaram conhecimento do valor contratado e pelo qual elas se endividaram.

Tabela 15 – Faixas de valores do crédito acessado pelas mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, de acordo com o conhecimento das depoentes, 2017

Valor contratado (R\$)	Número de respostas	Proporção (%)
até 30.000,00	13	23,6
De 30.001,00 até 60.000,00	16	29,1
acima de 60.000,00	16	29,1
Não sabe	10	18,2
Total	55	100

Fonte: dados da pesquisa.

Como já referenciado, o acesso ao programa depende da apresentação de um projeto de viabilidade técnica e econômica que deve ser elaborado por um profissional habilitado e cadastrado na SEAD. Portanto, a proponente deve procurar uma consultoria, seja ela oficial ou privada, para dar entrada no processo. Além de resolver as questões burocráticas, a consultoria deve auxiliar no processo decisório,

orientar a aplicação do investimento, esclarecer as regras de acesso ao programa, repassar informações sobre juros, prazos de pagamento, além da obrigatoriedade de prestar assistência técnica, a partir da cobrança de taxa específica para esse fim. Dessa forma, há a necessidade do contato direto da proponente com a consultoria. No entanto, 27,3% das mulheres afirmaram que não mantiveram contato com a consultoria, sendo que 18,2% só estiveram na presença do(a) consultor(a), por ocasião da assinatura do contrato e 9,1% sequer tiveram contato com a consultoria, tendo assinado o contrato em casa, sendo o cônjuge/pai/irmão o portador da documentação (Tabela 16).

Tabela 16 – Relação das mulheres beneficiárias do Pronaf com a consultoria responsável pela elaboração dos projetos, nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, 2017

Contato com a consultoria	Número de respostas	Proporção (%)
Houve contato para elaboração do projeto	40	72,7
Não manteve qualquer tipo de contato	5	9,1
Houve contato somente para assinar o contrato	10	18,2
Total de respostas	55	100

Fonte: dados da pesquisa.

Esse fator foi observado nos grupos em que as mulheres mantêm alguma influência masculina na convivência. No Grupo 1, 22,2% das mulheres só tiveram contato com a consultoria para assinar a documentação e 8,3% não tiveram qualquer contato com a consultoria. Ou seja, 30,5% das mulheres com companheiro não participaram do processo. Entre as mulheres do Grupo 2, 21,4% não participaram do processo e o percentual corresponde àquelas que fizeram o Pronaf para atender a outra pessoa: “eu só assinei, tirou no meu nome. Mas quem fez mesmo foi o meu irmão e o meu pai” (Alpínia). No Grupo 3, somente Jasmim não participou, por razões já mencionadas: “ele chegou com as folhas, tal. Fui pegar aqui... eles falavam Pronaf, mas eu nem sei o significado, não sei nada!”

Eu assinei uns papel. É porque de vez em quando eles tiram (*crédito no Pronaf*) Aí é muita assinatura, né, que tem que dar. Mas aí ele chegou e falou que tava precisando de fazer outro Pronaf e ia ter que tirar no meu nome. Aí eu falei: bom, beleza, pode. (Camélia)

Essa prática de não envolver as esposas parece ser comum no acesso ao Pronaf, especialmente quando é feito em nome do homem. Durante a entrevista com um dos mediadores, um pronafista adentrou na sala com o propósito de “assinar o Pronaf”. A consultora informou-lhe a necessidade da assinatura da esposa também. O homem se irritou dizendo que a mulher dele não tinha nada com isso.

Os dados deste estudo também foram observados por Hernández (2009) e Filipak et al. (2012), evidenciando que a mulher é excluída do processo, dificultando o acesso ao conhecimento da política pública e o desenvolvimento de sua autonomia. E esses dados corroboram a colocação de Bourdieu (2002) que afirma que as instituições, como o próprio estado e a família perpetuam a condição de subordinação feminina ao não outorgarem às mulheres o direito ao acesso à informação e tecnologia.

Quanto ao acesso aos mediadores bancários, é praxe nos municípios estudados o não relacionamento direto de beneficiários do Pronaf com os agentes bancários. As consultorias providenciam todo o trâmite do processo. Cabe aos beneficiários/beneficiárias contratantes providenciar uma conta bancária, cujo titular seja o mesmo do contrato. Assim, as mulheres que já possuem conta bancária, geralmente não têm contato com o agente bancário responsável pela análise do processo. Já aquelas mulheres que não possuem conta para depósito do crédito por ocasião da contratação têm que procurar uma agência bancária para abertura da conta. O fato de procurar um agente de mercado é importante para o desenvolvimento das relações sociais e econômicas, como discutido no item 4.2.3.

A Tabela 17 apresenta os bancos que efetivaram a contratação do crédito Pronaf entre as beneficiárias estudadas. A Tabela 18 apresenta a proporção de mulheres que mantiveram algum contato com mediadores bancários, relacionado ao processo de concessão de crédito.

Tabela 17 – Distribuição dos contratos Pronaf da amostragem de mulheres beneficiárias estudadas, de acordo com os bancos responsáveis pelos financiamentos, nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, 2017

Banco contratado	Número de respostas	Proporção (%)
Banco do Brasil	20	36,4
Bandes	20	36,4
BNB	5	9,1
Não soube informar	10	18,2
Total	55	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

Observou-se que 18,6% das mulheres não souberam responder em qual banco se processou o contrato de crédito. Entre as dez mulheres que não souberam responder, nove não se envolveram no processo de contratação. Ou seja, essas mulheres não souberam responder, mesmo tendo as parcelas do contrato debitadas nas próprias contas bancárias, indicando o desconhecimento do processo e/ou não autonomia sobre a própria conta bancária. Pensando-se na relação desse achado, com a presença ou ausência da influência masculina, sete pertencem ao Grupo 1, correspondendo a 19,4% das mulheres deste grupo. Duas (14,3%) pertencem ao Grupo 2, e uma (20%) pertence ao Grupo 3. No entanto, a única que não soube responder no Grupo 3 é Jasmim, que na ocasião da contratação era casada. Sendo assim, pode-se considerar que as mulheres sem companheiro, e que não sofrem influência masculina em suas decisões, se envolveram completamente no processo, sabendo responder à maior parte dos questionamentos referentes ao contrato de crédito.

A maior parte (nove) das mulheres que manteve algum contato com as agências bancárias o fez por já haver um relacionamento com os agentes anteriormente, como para renegociação de dívidas, contratação de outros serviços etc., resultando em uma relação de confiança que repercute no contato mais próximo entre os atores. Apenas uma delas manteve contato para abertura de conta e assinatura dos contratos, apesar do apoio da consultoria para essa última ação. Outra procurou o agente bancário para averiguar as possibilidades de crédito, quando tomou conhecimento do Pronaf e, a partir daí, iniciou-se o relacionamento entre beneficiária e agente bancário.

Tabela 18 – Proporção de mulheres beneficiárias do Pronaf que mantiveram contato com a agência bancária para assuntos relativos à concessão de crédito na amostra estudada, nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, 2017

Contato com o agente bancário	Número de respostas	Proporção (%)
Houve contato para assuntos relativos ao crédito	11	20,0
Não houve qualquer contato relativo ao crédito	40	72,7
Houve contato somente para abertura da conta	4	7,3
Total	55	100

Fonte: dados da pesquisa.

Mais da metade (seis) das mulheres que manteve contato com o agente bancário para o acesso ao crédito não possui companheiro. Em termos de proporção por grupo, 13,9% das mulheres do Grupo 1 necessitaram entrar em contato com o agente bancário. No Grupo 2, 28,6% fizeram o mesmo. No Grupo 3, 40% das mulheres entraram em contato com o banco para efetivação do Pronaf. No entanto, não se pode afirmar que a ausência da influência masculina tenha contribuído para a maior proporção no Grupo 3, haja vista que as demais mulheres desse grupo, bem como a maior parte das mulheres do Grupo 2 e 3 (63,6 % do total da amostra), já possuía relacionamento com os agentes bancários anterior à contratação do crédito, não sendo este um parâmetro para verificar o empoderamento da mulher a partir do acesso ao Pronaf.

Uma delas, Jasmim, não soube informar quantas vezes ela acessou o Pronaf, nem o valor acessado. Não soube informar qual o banco foi acessado, embora a conta bancária relacionada ao depósito do crédito esteja em nome dela, e na qual é debitado o valor das parcelas, mesmo após o divórcio, comprometendo-a financeiramente. Especificamente, neste caso de Jasmim, era o marido quem acessava o Pronaf em nome dela. Levava diversos documentos para ela assinar, os quais ela assinava sem ler e sem tomar conhecimento do que se tratava. Não discutia com o marido a origem e os propósitos dos contratos que assinava. Jasmim não somente era excluída do processo, como também vivia sob ameaça de violência. “Nunca falava nada, nada, nada, nada do que estava acontecendo. Só queria que a gente metia a caneta, assinava e se não assinava achava ruim. Então não tinha outra opção, ou vivia

brigando ou assinava. Aí, acabava assinando” (Jasmim). Este caso de Jasmim e outros casos semelhantes foram discutidos no item sobre o processo decisório (4.3.2).

Apesar de haver pouco envolvimento das mulheres com o processo, 67,4% delas afirmaram não haver dificuldades para acessar o programa. Mas, houve quem reclamasse da burocracia, como a exigência excessiva de documentações comprobatórias, sendo identificada essa reclamação em 20% das entrevistas. Apenas 5,5% delas consideraram o processo moroso, havendo demora para a aprovação da proposta e liberação dos recursos (Tabela 19).

No entanto, essa reclamação somente foi identificada entre as mulheres que acessaram o Pronaf pela primeira vez. Para as mulheres que já acessaram o Pronaf outras vezes, como é o caso de Girassol, Acácia e Flor-de-maio, a manutenção da documentação da propriedade e da produção em dia se torna um fator facilitador para a celeridade no acesso ao crédito.

É rapidinho. Eu não sei se é porque tudo que eles me pedem já está tudo prontinho, em matéria de licença, todas essas coisas. Porque eu procuro trabalhar sempre direitinho. Tudo que você me pedir de licença eu tenho. E o que você me pedir assim: ah, tem que fazer regulamentação. Essa última agora que tem o negócio das matas. Mas tudo isso aí é lei. Antes de coisar já tá tudo pronto. Então, não tenho dificuldade de acessar, porque tudo que precisar já tá pronto. (Girassol)

Conforme explicitado, a maior parte das beneficiárias não encontrou dificuldade para acessar o programa. Analisando as falas dos mediadores/consultores apresentadas no item 4.4.1, pode-se dizer que, durante a história da implementação do Pronaf nos municípios estudados, houve o desenvolvimento de uma espécie de *know-how* entre os agentes implementadores do programa que aprenderam a encontrar formas de agilizar o processo. Mas, não somente isso. Observou-se que, além de o trâmite para o acesso ao Pronaf já ser bem conhecido pelos consultores e pelos pronafistas que acessam ao programa há mais tempo, já é conhecido, também, o tempo médio necessário para análise das propostas, permitindo um planejamento do momento mais adequado para acessar o programa.

As atividades zoneadas e tradicionalmente financiadas são priorizadas pelos agentes bancários e, conseqüentemente, pelos consultores e pelos próprios beneficiários. Dessa forma, a práxis tem levado o sistema a funcionar como uma

engrenagem que, independentemente da burocracia e do tempo necessário para a liberação dos recursos, ocorre uma naturalização do seu funcionamento e adaptação a ele.

No entanto, para as mulheres que acessaram o Pronaf pela primeira vez, o principal entrave foi, de fato, a documentação, especialmente aquelas relacionadas às adequações ambientais exigidas por lei, como o documento que outorga o direito de uso da água da propriedade. Tais documentos são emitidos por órgãos oficiais e a emissão costuma ser demorada, comprometendo o acesso ao crédito e, portanto, o momento do investimento na lavoura.

Tabela 19 – Dificuldades encontradas para acessar o Pronaf a partir da visão das mulheres beneficiárias dos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, 2017

Dificuldades encontradas	Número de respostas	Proporção (%)
Documentação/burocracia	11	20,0
Demora na liberação	3	5,5
Outro	1	1,8
Não houve dificuldades	37	67,3
Não soube informar	3	5,5
Total	55	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

Com relação à implantação do projeto na propriedade, a maior parte das mulheres (50,9%) informou não ter recebido qualquer tipo de orientação ou assistência técnica. As consultorias responsáveis pelo projeto técnico somente prestaram assistência técnica para dois projetos (3,6%) da amostra analisada (Tabela 20). Nos demais casos, os consultores se limitaram a realizar as vistorias exigidas pelos agentes bancários, referentes à aplicação do crédito nas inversões apresentadas no projeto técnico aprovado.

Outras formas de prestação de assistência técnica foram identificadas. A assistência técnica prestada pelas cooperativas de produção representou 12,7% dos casos analisados. Igual proporção foi observada para os casos de assistência técnica prestada pelos revendedores de insumos. Ou seja, a assistência técnica recebida em 25,4% dos casos está atrelada à associação a uma cooperativa de produção ou à

aquisição de insumos. A assistência técnica gratuita oficial somente foi identificada em 7,3% dos casos (Tabela 20).

Esses dados se referem ao recebimento da assistência técnica para a implantação do projeto, independentemente de quem a recebeu. E, conforme apresentado no item 4.2.3, 74,5% das mulheres nunca receberam qualquer tipo de assistência técnica. Ou seja, independentemente do acesso ao Pronaf, as mulheres permanecem excluídas do acesso ao conhecimento tecnológico.

Tabela 20 – Origem da assistência técnica recebida pelas mulheres beneficiárias do Pronaf para a implantação do projeto, nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, 2017

Origem da Assistência Técnica	Número de respostas	Proporção (%)
Órgãos oficiais de ATER	4	7,3
Consultoria responsável pelo projeto	2	3,6
Cooperativa de produção	7	12,7
Setor Privado (lojas agropecuárias e outros)	7	12,7
Parentes e amigos	3	5,5
Não recebeu	28	50,9
Não soube informar	4	7,3
Total	55	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

A importância da assistência técnica para o empreendimento das mulheres é observada na fala de Miosótis, que recebe assistência privada através da cooperativa de produtores de café que atua no município:

Menina, hoje é mais fácil ser uma mulher agricultora tendo essas orientações que nós temos, né? Igual eu te falei, o técnico da cooperativa chega lá, faço análise, ele passa tudo que precisa e todo mês ele vai lá pra ver se tem uma praga qualquer no café, na pimenta, na planta. Se tá tudo certo, se precisa de adubo. Então, quando você tem uma pessoa que te acompanha é muito mais fácil. (Miosótis)

Entretanto, é importante ressaltar que Miosótis utiliza o serviço de assistência técnica privada para acompanhamento de seu empreendimento. Não recebe os serviços de Extensão Rural, que vai além da assistência técnica. Além disso, nem todas as agricultoras familiares têm condições financeiras de pagar pelos serviços, cabendo à ATER oficial o desenvolvimento de trabalhos direcionados às mulheres, tanto em questões do desenvolvimento da autonomia técnica, por meio do acesso ao conhecimento tecnológico, quanto da autonomia econômica, por meio do desenvolvimento de suas capacidades.

A deficiência na oferta de ATER para as mulheres rurais pode comprometer a colocação da mulher no espaço de negociação do crédito, a própria aplicação do investimento, bem como os resultados obtidos por ele. Assim, pode-se afirmar que, nos municípios estudados, o acesso das mulheres ao Pronaf não tem sido acompanhado de uma mediação eficiente que contribua para atender à proposta de desenvolvimento da autonomia econômica e empoderamento das mulheres.

Resultados semelhantes foram observados nos trabalhos de Brumer e Spanevello (2012); Butto e Leite (2010); Fernandes (2013); Hernández (2009); Melo (2003) e Zorzi (2008). Para essas pesquisadoras a prática de assistência técnica está voltada para o atendimento às demandas dos homens, desvalorizando ou negligenciando a participação da mulher nas atividades produtivas. Da mesma forma, os elaboradores dos projetos de crédito não se atentam para o interesse da mulher, considerando-as como agentes passivas e não ativas. Esses fatores reforçam as hierarquias sociais de gênero e não contribuem para gerar a condição de agente (Sen, 2000) nas mulheres, podendo comprometer o seu empoderamento. Esses achados foram ratificados nos dados obtidos junto aos mediadores do acesso ao crédito (item 4.4).

A partir dessas informações, torna-se necessário compreender como se deu o processo decisório para o acesso ao Pronaf, como foi escolhida a atividade, o valor a ser contratado, bem como foi a decisão pela titularidade do contrato, além da gestão dos recursos e da renda.

4.3.2 O processo decisório e as relações de gênero

A partir de 2010, o Pronaf Mulher passou a apresentar praticamente as mesmas normas e condições do Pronaf Investimento Mais Alimentos. A diferença

básica entre as duas linhas de crédito é que o Pronaf Mais Alimentos pode ser acessado de forma ilimitada até o valor máximo de R\$ 165 mil por beneficiário, respeitando o limite de endividamento da família (calculado pelo agente bancário). Enquanto que o Pronaf Mulher só pode ser acessado pela segunda vez a partir do pagamento de pelo menos três parcelas do primeiro contrato. No entanto, a mulher pode acessar qualquer linha de crédito, tendo prioridade de atendimento na demanda em operações com valores de até R\$ 30.000,00 (BACEN, 2014a).

A existência da prioridade e das cotas de participação denotam uma preocupação do estado em reduzir as desigualdades de gênero arraigadas nas tradições familiares, especialmente nas famílias rurais. Portanto, embora o Pronaf tenha o propósito de fortalecimento familiar, de atender às necessidades produtivas e de renda das famílias rurais, o acesso ao programa por mulheres deve ser analisado quanto ao processo decisório e de gestão, devido à própria condição especial de priorização destinada às mulheres.

Assim, as mulheres foram questionadas sobre a forma como foi conduzido o processo decisório de acesso ao programa, observando a iniciativa, o respeito ao desejo pessoal de empreender, a condução do processo de negociação com consultoria e com o banco, a gestão do empreendimento e da renda oriunda da atividade em inversão.

A Tabela 21 mostra que apenas 29,1% das mulheres acessaram o Pronaf por uma escolha pessoal. 61,9% afirmaram que a decisão de fazer em nome da mulher partiu de outra pessoa, por motivos como: a titularidade da terra estar em nome da mulher (29,1%), o que facilitaria o processo burocrático de acesso ao Pronaf; o marido, pai, filho ou irmão não se enquadrava como agricultor familiar por ser funcionário público, possuir empresa ou propriedade superior a 4 módulos fiscais (10,9%), tornando a esposa/filha/mãe/irmã beneficiária do Pronaf como estratégia para acesso aos recursos do programa; o marido, pai, filho ou irmão já é pronafista, tendo atingido o limite de endividamento individual (9,1%), sendo o acesso da esposa/filha/mãe/irmã uma estratégia para ampliar o volume de crédito acessado; escolha do companheiro (5,5%) sem uma razão específica do conhecimento da mulher; outros motivos (7,3%), como escolha do pai para que a filha iniciasse uma atividade agropecuária para ter autonomia ou para ter acesso aos juros baixos do Pronaf Jovem. 9,1% das mulheres não souberam responder o motivo de sua titularidade no contrato.

Esse resultado demonstra que em 70,9% dos casos, não é a mulher quem escolhe ser titular do contrato de financiamento por iniciativa própria. Nesses casos é devido à necessidade de se facilitar o acesso ao programa quando a mulher é titular da terra (29,1%) ou permitir que outro membro da família (homem, em todos os casos) acesse o programa quando ele está impedido, seja por não se enquadrar, seja por ter atingido o limite de financiamento (20%). 38,1% dos contratos de arrendamento, comodato e meação foram feitos em nome da mulher para torná-la beneficiária do programa e o homem poder acessar, não sendo uma iniciativa pessoal da mulher. Sendo assim, buscou-se verificar se as mulheres acessaram o Pronaf para desenvolver uma atividade de seu próprio interesse e se isso contribuiu para a sua autonomia financeira.

Tabela 21 – Razões apresentadas pelas mulheres de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, para a titularidade feminina nos projetos de crédito Pronaf, 2017

Razões para o acesso em nome da mulher	Número de respostas	Proporção (%)
Escolha pessoal	16	29,1
Titularidade da terra/contrato	16	29,1
Marido/pai/irmão/filho não se enquadra como Agricultor Familiar	6	10,9
Marido/pai/irmão/filho atingiu limite de endividamento	5	9,1
Escolha do companheiro	3	5,5
Outro	4	7,3
Não soube responder	5	9,1
Total	55	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

Esse resultado demonstra que em 70,9% dos casos, não é a mulher quem escolhe ser titular do contrato de financiamento por iniciativa própria. Nesses casos é devido à necessidade de se facilitar o acesso ao programa quando a mulher é titular da terra (29,1%) ou permitir que outro membro da família (homem, em todos os casos) acesse o programa quando ele está impedido, seja por não se enquadrar, seja por ter atingido o limite de financiamento (20%). 38,1% dos contratos de arrendamento, comodato e meação foram feitos em nome da mulher para torná-la beneficiária do

programa e o homem poder acessar, não sendo uma iniciativa pessoal da mulher. Sendo assim, buscou-se verificar se as mulheres acessaram o Pronaf para desenvolver uma atividade de seu próprio interesse e se isso contribuiu para a sua autonomia financeira.

Foram identificadas três formas de tomada de decisão para o acesso ao Pronaf: decisão pessoal, quando a mulher toma a decisão e a iniciativa, tendo o cônjuge ou o pai (quando é o caso) como um apoiador da decisão; decisão conjunta, quando a ideia e iniciativa acontece de forma compartilhada, seja com o cônjuge, pai, filho ou irmão, havendo a participação da mulher em todo o processo; e, decisão de outros, quando a mulher não participa da tomada de decisão, sendo apenas informada do seu envolvimento (Figura 17).

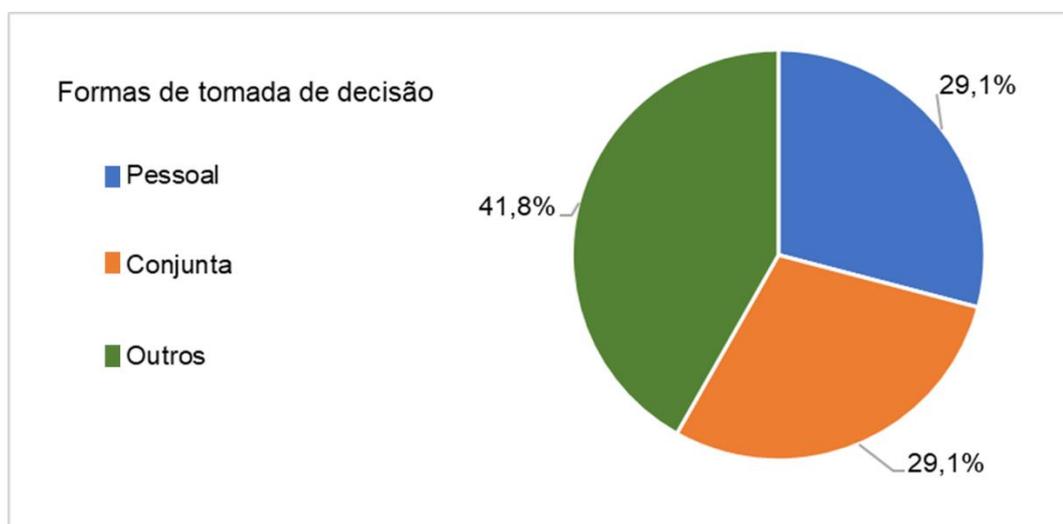
Assim, 29,1% das mulheres afirmaram que elas mesmas tomaram a decisão de acessar o Pronaf, bem como a iniciativa de dar entrada no processo; 29,1% afirmaram que a decisão se deu de forma compartilhada, a partir da identificação da necessidade de investimento pela família; e 41,8% afirmaram que a decisão de acessar o Pronaf, bem como a escolha da atividade para inversão, foi do marido, pai, filho ou irmão, não tendo a participação direta da mulher no processo decisório. Sendo que, destas, 34,8% não foram sequer questionadas sobre se concordariam ou não em participar do processo (Tabela 22).

Tabela 22 – Formas de tomada de decisão de acessar o Pronaf entre as mulheres beneficiárias do Pronaf em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017, a partir dos grupos de categorização e o total da amostra

Decisão do investimento	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Total
Pessoal	6	6	4	16
Marido	11	0	1	12
Marido e filho	2	0	0	2
Pai	1	3	0	4
Filho	1	1	0	2
Irmão	0	3	0	3
Conjunta	15	1	0	16
Total de mulheres no Grupo	36	14	5	55

Fonte: dados da pesquisa.

Dessa forma, pode-se afirmar que parte significativa das mulheres (41,8%) não participa do processo decisório, nem mesmo escolhe ser titular dos projetos. Nesses casos, houve a presença masculina na tomada de decisão, seja do marido, pai, irmão ou filho (Tabela 22). É importante ressaltar, também, que nos casos em que a mulher acessou o Pronaf por uma escolha pessoal, em 62,5% das vezes precisou da anuência do marido ou do pai. Isso demonstra que as relações de gênero permanecem desiguais nas famílias, independentemente da idade da beneficiária. O homem ainda é o responsável pelo processo decisório, conforme outorgado pela sociedade (Bourdieu, 2002) e quando a mulher tem “autonomia” para realizar seus projetos, esse comportamento é, antes, concedido pelo homem (Beauvoir, 2016).



Fonte: dados da pesquisa.

Figura 17 – Formas de tomada de decisão para o acesso ao Pronaf pelas mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, 2017.

Portanto, a análise do processo decisório, a partir da categorização por grupos, permite afirmar que 41,7% das MCC não participaram do processo decisório, enquanto que metade das MSCs integrantes do Grupo 2 foi excluída do processo. Excetuando a situação específica de Jasmim, todas as MSCs que não sofrem influência masculina em suas decisões participaram integralmente do processo decisório, sem interferência de outra pessoa da família, seja filha, mãe ou irmã. Assim,

pode-se afirmar que o fato de não ter um companheiro não exclui a probabilidade da mulher sofrer as consequências das desigualdades de gênero quando há a presença masculina nas relações intrafamiliares.

Essa afirmativa pode ser confirmada nos casos de Açucena, Alpínia, Calêndula e Sálvia, integrantes do Grupo 2 e cujos irmãos também possuem Pronaf. No entanto, no caso dos irmãos, eles participaram de todo o processo decisório, juntamente com o pai, e compartilham a gestão da atividade e da renda, diferentemente das irmãs. Jaborandi possui filhos e filhas. Contudo, as filhas não usaram o nome da mãe para acessar o Pronaf, enquanto o filho assim o fez.

Assim como foi no processo decisório, a partir da liberação dos recursos do Pronaf na conta das mulheres, a gestão financeira foi realizada pelas beneficiárias em 32,7% das vezes e de forma compartilhada em 14,5%. Considerou-se como gestão dos recursos financeiros do Pronaf a participação no processo decisório de investimentos e na ação de investir. Ou seja, a decisão de qual insumo/equipamento comprar e o ato da negociação e compra. Dessa forma, 52,7% das mulheres entrevistadas não participaram da gestão dos recursos financeiros, repassando-os para o marido, pai, filho ou irmão gerir (Tabela 23 e Figura 18).

Tabela 23 – Responsabilidade sobre a gestão dos recursos oriundos do Pronaf, distribuição da proporção entre as mulheres beneficiárias do programa, conforme a classificação por grupo e total da amostra, em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017

Responsável pela gestão dos recursos do Pronaf	Número de respostas			
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Total
Pessoal	8	6	4	18
Marido	15	0	1*	16
Marido e filho	2	0	0	2
Pai	1	3	0	4
Filho	2	2	0	4
Irmão	0	3	0	3
Conjunta	8	0	0	8
Total	36	14	5	55

* Estado civil atual: divorciada; estado civil por ocasião do acesso ao Pronaf: casada
Fonte: dados da pesquisa.

A proporção de mulheres que não faz a gestão do recurso captado no Pronaf é semelhante quando se analisam as MCCs e as MSCs influenciadas pela convivência com homens na família, sendo 55,6% e 57,1% entre as integrantes dos Grupos 1 e 2, respectivamente. Ou seja, mais da metade das mulheres que convive com um familiar do sexo masculino, repassa a execução do projeto para este. Isso ocorre porque, na maior parte das vezes, o projeto já foi pensado para atender a um desejo do homem, impossibilitado de acessar o Pronaf. Outro motivo é o fato das mulheres não se sentirem capacitadas ou ser negligenciada a capacidade delas de executarem atividades que exijam conhecimento técnico de produção e força física. “Não é sempre que homem dá ouvido pra tudo que a mulher fala. Ainda mais que tem uns que acham que a gente não sabe fazer as coisa” (Primavera).

Açucena tem graduação na área de produção animal. Mesmo assim, o seu pai não reconhece a sua capacidade, ignorando o seu conhecimento:

Papai é muito cabeça dura. A gente sabe que tem que melhorar, mas não aceita nossa opinião. Não sei se é porque a gente é mulher ou não quer aceitar nenhuma opinião de ninguém. E nos outros lugares também. Tem um maior preconceito contra as mulheres, de todos os ramos. Igual a parte veterinária, mesmo. Não chama porque é mulher, que a mulher não tem força, que mulher não aguenta fazer isso, que não aguenta fazer aquilo. Então, sempre tem esse preconceito. (Açucena)

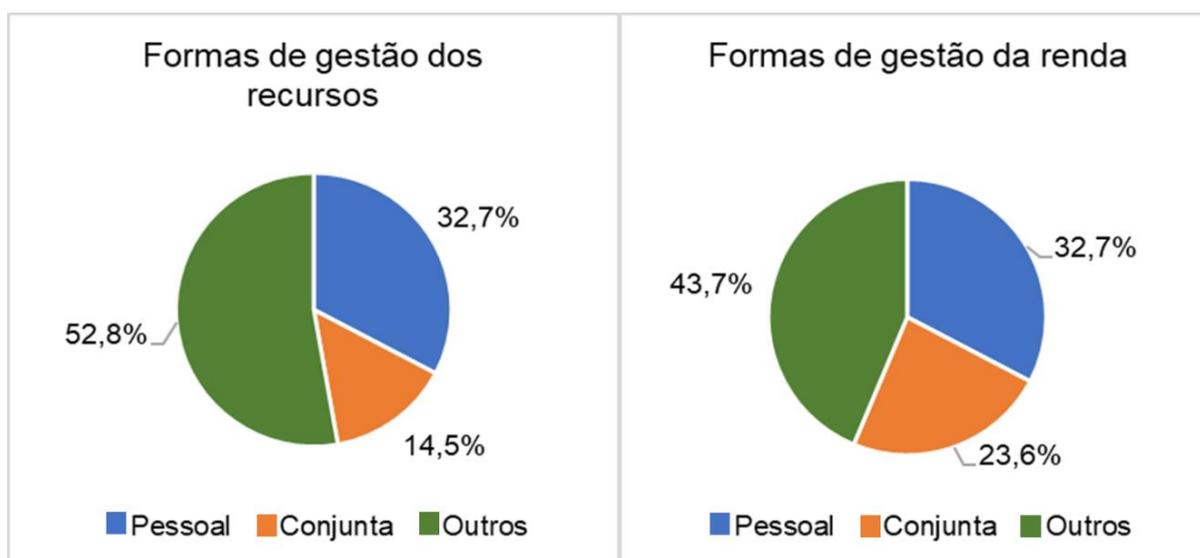
No caso de Jaborandi, não somente a gestão da atividade financiada, como a renda obtida por ela ficou sob a responsabilidade dos filhos. No entanto, a dívida continua sendo paga por Jaborandi, já que o débito das parcelas é feito na conta dela, onde recebe a aposentadoria. “Aí, depois eles (*os filhos*) começaram a plantar os café. Aí, eles plantaram, eles que gastaram o dinheiro, eles investiram, foi eles. Aí, eles acha que eles plantaram que eles não precisa de me dar nada. Aí, nunca deram” (Jaborandi).

O mesmo comportamento foi observado na gestão da renda oriunda da atividade financiada por outras mulheres beneficiárias do Pronaf. As mulheres, em sua maioria, não são responsáveis pela gestão dessa renda. Apenas 32,7% delas gerenciam a renda, 23,6% afirmaram realizar a gestão da renda de forma compartilhada e 43,6% cedem a gestão para o marido, pai, irmão ou filho (Tabelas 24 e Figura 18).

Tabela 24 – Responsabilidade sobre a gestão da renda oriunda da atividade financiada pelo Pronaf entre as mulheres beneficiárias, distribuída por grupo de classificação e total da amostra, em Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, 2017

Responsável pela estação da renda	Número de respostas			Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	
Pessoal	7	7	4	18
Marido	12	0	1*	13
Marido e filho	2	0	0	2
Pai	0	3	0	3
Filho	2	1	0	3
Irmão	1	2	0	3
Conjunta	12	1	0	13
Total	36	14	5	55

* Estado civil atual: divorciada; Estado civil por ocasião do acesso ao Pronaf: casada
Fonte: dados da pesquisa.



Fonte: dados da pesquisa.

Figura 18 – Forma de gestão dos recursos oriundos do Pronaf da renda obtida pela atividade financiada, entre as mulheres beneficiárias do programa em Nova Venécia e Rio Bananal, ES, 2017

Foi possível observar que, em comparação com a gestão compartilhada dos recursos do Pronaf, a proporção de mulheres com essa forma de gestão da renda foi maior, o que contribui para a ideia de que, em questão de aplicação do recurso, as mulheres sentem dificuldade ou a sua capacidade é negligenciada pelo companheiro

ou outro homem da família, conforme as falas apresentadas. Enquanto que a gestão da renda da atividade financiada é compartilhada naquelas famílias, cujas organizações já apresentam essa característica.

Quando se analisa esse comportamento, a partir da classificação em grupos, essa gestão compartilhada da renda obtida com o Pronaf corresponde a 33,3% das MCC, enquanto que a gestão da renda por outro integrante da família do sexo masculino apresentou a proporção de 47,2%. A mulher faz a gestão por ela mesma em 19,4% das vezes (Tabela 24).

Em relação a este último caso, há algumas particularidades. Ipomeia era solteira na ocasião do acesso ao crédito Pronaf. Ela tomou a iniciativa a partir da consciência da situação de pobreza em que a família vivia, quando ingressou em um curso de administração. Ela buscou alternativas para acesso a recursos financeiros no Pronaf, fez um contrato de comodato com a mãe e investiu em café, sendo ela mesma a gestora dos recursos. Ao se casar, deixou a atividade sob responsabilidade do irmão, que agora é o responsável pela gestão da atividade e da renda gerada por esta. O contrário ocorreu com Primavera, que acessou o Pronaf quando solteira, por incentivo do pai que desejou o ingresso da filha em uma atividade produtiva. Toda a iniciativa e condução do processo foi feita pelo pai. A filha contribuiu com tarefas na lavoura de pimenta. Atualmente, Primavera é casada e a responsabilidade pela condução da lavoura, colheita, pagamento da dívida ficou com ela, assim como a renda da atividade. Essa é, inclusive, a única renda que Primavera administra. Ela não tem acesso ou conhecimento das atividades desenvolvidas pelo marido, bem como sobre a renda dessas atividades.

Entre as mulheres do Grupo 2, observa-se que metade delas realiza a gestão da renda oriunda de seu empreendimento e 7,1% realizam a gestão compartilhada. O aumento da proporção de mulheres do Grupo 2, que se enquadra no quesito de gestão pessoal ou de gestão compartilhada da renda da atividade financiada pelo Pronaf em relação àquela apresentada na gestão do recurso do programa, é explicada pelo comportamento de Miosótis e de Sálvia.

Miosótis é viúva e acessou o Pronaf para investir em cafeicultura. Deixou a gestão da atividade com o filho, mas a renda obtida no empreendimento fica sob sua gestão. Já Sálvia, solteira, deixou a gestão do empreendimento com o irmão, responsável pela parte técnica das atividades agrícolas da propriedade. A renda é depositada em uma conta bancária em que todos da família têm acesso. Assim, Sálvia

tem acesso à renda, cuja gestão é discutida por todos. O que reafirma a ideia de que as mulheres tendem a se manter afastadas do conhecimento e prática tecnológicos.

Como já discutido anteriormente, 42,9% das mulheres do Grupo 2 acessaram o programa Pronaf para atender ao interesse de outro integrante da família e, portanto, tanto a gestão dos recursos do Pronaf, quanto a da renda gerada com a atividade, é de responsabilidade do verdadeiro beneficiário do programa e não da mulher titular do contrato.

Conforme apresentado no item 4.2.2, comparando-se a gestão da propriedade e da renda familiar com a gestão dos recursos do Pronaf e da renda obtida através da atividade financiada, foi possível observar que houve uma redução na proporção da forma compartilhada de gestão. No entanto, houve um aumento na proporção da forma individual e se manteve a gestão efetuada por outros.

Isso indica que, nos casos onde a gestão da propriedade é realizada pelo homem, o acesso ao Pronaf pelas mulheres se deu para atender ao homem. Mesmo que o objetivo final seja para aumentar a produção e renda familiar, as relações desiguais de gênero foram mantidas nos processos decisórios.

O modelo de organização social das famílias rurais perpetua a ideia do patriarcado, onde o patriarca é o detentor do poder sobre a família e a propriedade. Segundo Bourdieu (2002), é a família que realiza o protagonismo na reprodução da dominação e da visão masculinas, que impõe a ideia precoce da divisão sexual do trabalho. Para Saffioti (2004), os homens utilizam-se da ideia-valor que a sociedade lhes atribui para imporem ordem em suas casas. Mas, a atitude de dominação exercidas pelos homens é reforçada pela atitude de submissão consensual das mulheres (Beauvoir, 2016). Saffioti (2004) considera que esta conformidade aparente ou não apresentadas pelas mulheres é materializada pela dificuldade de se tornarem independentes.

No entanto, o comportamento empreendedor também foi identificado entre as mulheres pronafistas. Com relação ao compartilhamento da gestão, observou-se que o acesso de mulheres ao Pronaf por iniciativa pessoal, para atender a seu desejo de empreender, foi responsável pelo aumento proporcional na gestão individual realizada pela mulher sobre os recursos e sobre renda oriunda da aplicação do Pronaf, enquanto a gestão da propriedade e da renda familiar permaneceu de forma compartilhada. É o que se observa com Acácia, Amarílis, Caliandra, Cateia, Crisântemo, Dália, Lavanda, Orquídea e Palma.

Minha vida na lavoura que eu plantei vai continuar e continuar e continuar. Vou plantar mais ainda. Porque é isso que eu quero, entendeu? Não importa se eu estiver casada ou não. Não importa se eu tiver meus pais ou não. Minha vida ali, o meu crescimento ali vai continuar. Espero que o Bandes continue me ajudando. (Catleia)

Diante da evidência de que grande parte das mulheres não escolheu acessar o Pronaf e não participou do processo decisório sobre a inversão realizada, as mulheres foram questionadas sobre quais seriam as atividades que elas desejariam investir em um possível novo contrato de crédito Pronaf. Mesmo após serem informadas das possibilidades de investimentos, para 67,3% das entrevistadas, a atividade financiada seria a mesma já desenvolvida na propriedade, pois elas afirmaram ter afinidade com a cultura desde a infância, não tendo interesse em atividades diferentes, nem mesmo aquelas consideradas “femininas”. Catleia afirma que ampliaria a lavoura: “café, mesmo, né? É o que a gente sabe fazer” (Catleia).

Apenas 14,5% desejariam investir em atividades “tipicamente femininas”, como agroindústria, artesanato e agroturismo (Pacheco, 2009). Pequena parte das mulheres (7,3%) desejaria investir em outras atividades, como horticultura orgânica, sistemas agroflorestais e diversificação da propriedade. E 10,9% não voltariam a acessar o Pronaf.

Hibisco, Hortência, Lobélia e Madressilva desejariam investir na atividade de processamento de alimentos. Mas, a realidade que três dessas mulheres enfrentam é que o envolvimento delas em outras atividades não relacionadas à atividade agrícola implica em contratação de mão de obra externa para substituí-las na lavoura. Assim, não encontram espaço para o desenvolvimento das atividades de seus interesses. “Porque a gente mexe com lavoura. Se você for pagar tudo pra fazer, o que você tira na lavoura não dá. [...] A minha mão de obra é necessária” (Lobélia).

Outro fator que limita o investimento das mulheres em atividades de seu interesse é o fato dos maridos não concordarem com isso, por entenderem que o empreendimento “não vai dar certo” (Hortência) ou porque o marido ou filho, cujo limite de crédito pessoal foi atingido, utiliza o nome da esposa ou mãe para ampliar o crédito destinado à lavoura gerida por ele. No primeiro caso, configura uma estratégia do marido manter a força de trabalho da mulher sob seu domínio (Delphy, 2015).

É importante ressaltar que a autonomia e o empoderamento das mulheres estão diretamente relacionados à sua realização pessoal. Muitas mulheres (67,3%) negaram o desejo de trabalhar com atividades vinculadas ao doméstico, como a agroindustrialização. Esse é um paradigma que deve ser rompido, haja vista que as mulheres autônomas deste trabalho, que tiveram a iniciativa de acessar o Pronaf por desejo pessoal, tomando todas as decisões, foram unânimes em manifestar o desejo de permanecer investindo em culturas como café, pimenta-do-reino e gado de leite. E as mulheres que manifestaram o desejo de investir em atividades como artesanato e agroindústria (como a fabricação de biscoitos) foram aquelas que se submeteram às decisões do companheiro, percebendo essas atividades como não concorrentes com a atividade principal, de responsabilidade do marido (Siliprandi, 2015).

Há a necessidade, portanto, de se atentar para a capacidade das mulheres de coordenar e acumular as diversas funções que desempenham na agricultura e nos cuidados da família. De acordo com Agne e Walquil (2011), quando as mulheres estão inseridas no processo de agroindustrialização, por exemplo, suas funções não podem ser resumidas ao ambiente produtivo, pois elas também ocupam espaço nos ambientes de negociação, e no processo de construção social de mercados, interagindo com outros atores sociais, extensionistas rurais, organizações e consumidores. Assim, mesmo que as mulheres busquem a agroindustrialização e o artesanato como forma de não concorrer com a atividade desempenhada pelo marido, seria uma forma de despertarem para a ocupação do espaço público.

Entretanto, cabe às entidades que implementam ações e propostas de desenvolvimento rural, voltadas para a área de economia doméstica, como forma de empoderamento feminino, atentarem para que não haja um reforço da ideia da divisão sexual do trabalho. Ter acesso aos cursos de culinária e artesanato e a projetos com este fim não necessariamente desenvolvem o empreendedorismo das mulheres ou contribuem para a sua inserção no espaço produtivo e público. Mas, ao contrário, pode induzir a permanência estereotipada da atividade doméstica relacionada à condição feminina.

4.3.3 O Pronaf e as transformações na vida das mulheres

Independentemente dos percalços para o alcance da autonomia econômica e do empoderamento das mulheres rurais, o Pronaf impactou significativamente a vida

de maior parte das mulheres, especialmente em questões de desenvolvimento de relações com diversos atores sociais, bem como no desenvolvimento da sua autoestima.

Foi averiguado o impacto do acesso ao programa sobre a rotina das mulheres e no bem-estar da família, a renda pessoal e familiar, nas relações intrafamiliares, no seu poder de barganha e de decisão, além do resultado da experiência na autoestima das mulheres. O aumento do trabalho das mulheres foi um impacto relatado em 47,3% dos depoimentos. De fato, o principal investimento foi a formação de lavouras de café e de pimenta-do-reino, demandando maior aplicação da mão de obra familiar, haja vista a baixa mecanização deste tipo de atividade. Assim, as mulheres que se envolvem em tempo integral com a atividade produtiva passaram a se dedicar mais à formação das lavouras. Entretanto, as mulheres não reportaram o aumento do trabalho como uma queixa negativa, pois o associaram ao conseqüente aumento da produção e da renda familiar. “Muito trabalho, sabe? E, assim, trabalho motivada!” (Clívia).

Aumentou o serviço, mas também aumentou a nossa renda também, entendeu? [...] Melhorou, assim, porque às vezes a gente trabalhava pros outros, era trabalhar a dia pros outros, pra gente, é mais difícil que pra gente mesmo (Amamélis)

Eu passei a trabalhar mais. Mesmo que eu já fazia alguma coisa na roça pro papai e pros meus irmãos, mas a partir daí é uma responsabilidade minha, é meu, acaba indo mais, sem dúvida. [...] Hoje eu consigo ter uma renda através do Pronaf. Se não fosse o Pronaf eu não tinha a renda que eu tenho pra investir na propriedade e não tinha renda pra montar o salão. Que foi o Pronaf que me deu a oportunidade de plantar e me deu a oportunidade de ter essa renda hoje. (Amarílis)

A motivação apresentada por Clívia foi identificada também na capacidade das mulheres em empreender e planejar o futuro. Como observado na fala de Amarílis, o Pronaf resultou na geração de renda agropecuária, e esta foi investida em novo empreendimento. Mesmo para os empreendimentos que ainda não geraram renda, as mulheres planejam o futuro a partir das expectativas.

Ah, é um começo muito bom, né? Porque vai todas as expectativas que você pensava. Tá ali, o começo tá ali. Agora é só a gente continuar trabalhando, né? Pra ter retorno do que a gente investiu. Vai vim com fé em Deus. [...] Nossos sonhos, né, construir realmente nossa casa, ter nosso carro que a gente não tem. Vai ajudar muito. (Cateleia)

O aumento da renda pessoal foi um fator relatado por nove (16,4%) mulheres. A maior parte das mulheres que relatou aumento ou futuro aumento da renda pessoal não possui companheiro, sendo que quatro delas pertencem ao Grupo 2 e outras quatro compõem o Grupo 3. Somente Primavera, entre as MCCs, relatou o aumento da renda pessoal pelo investimento em atividade agropecuária. Mas, há de se recordar que Primavera acessou o Pronaf para investimentos na terra do pai quando ainda era solteira. Agora casada, a única fonte de renda pessoal que ela possui é a oriunda da lavoura de pimenta-do-reino financiada por ela.

Aquelas MSCs que não afirmaram o aumento de renda pessoal, relacionaram a renda obtida por meio do Pronaf como um incremento de renda familiar, não exclusivamente pessoal, da mesma forma que as MCCs.

O impacto positivo sobre a renda familiar foi relatado por 43,6% das mulheres. O aumento da renda familiar foi importante, inclusive, para o desenvolvimento da autonomia financeira da própria família, nos casos dos meeiros, especialmente. Famílias como a de Acácia, Amamélis, Alamanda e Petúnia, que antes precisavam dividir a produção com o dono da propriedade (geralmente o pai ou o sogro), a partir do acesso ao Pronaf, conseguiram investir monetariamente sem a participação do “patrão”, conquistando o direito de usufruir da renda obtida, integralmente. “Então, quer dizer, de meeiro você já passou a patrão, como diz o outro, né? Então, eu acho que o Pronaf aqui, todo mundo, acho que seria a resposta de todo mundo. Ajudou muito e ainda ajuda” (Alamanda).

Não se trata do desenvolvimento da autonomia econômica da mulher em si, mas a sua participação no processo se mostrou importante para o desenvolvimento da autoestima e do sentimento de participação na geração de renda.

Atrelado ao aumento da renda familiar, 23,6% das mulheres relataram também o aumento da qualidade de vida, desde as condições mais básicas, como melhora na alimentação, relatada por Petúnia, até a aquisição de bens, como casas e automóveis.

Ah! Eu acho que ajudou muito, porque o Pronaf é igual... Quando eu era meeira era meio a meio. Tudo que a gente colhia era meio a meio. Agora não, né? Agora se der três quilos, é nosso! Ajudou muito! A gente se alimenta melhor, antigamente não. A alimentação, às vezes dava pouco café, quase não dava pra comprar comida. Se não fosse mãe ajudar, a gente passava até fome. Hoje não. Graças a Deus, nós come bem! (Petúnia)

Observou-se que 38,2% das mulheres afirmaram não ter havido alteração na sua rotina laboral por conta da atividade financiada pelo Pronaf. 95,2% das mulheres que apresentaram essa resposta não se envolveram no processo de acesso ao crédito e 47,6% se dedicaram às atividades intersetoriais. Ou seja, ao “emprestarem” seus nomes para que outro membro da família acessasse o Pronaf, os resultados consequentes do acesso ao programa não afetaram diretamente a vida dessas mulheres. Quatro mulheres consideraram que não houve qualquer mudança em suas vidas, como é o caso de Açucena, cujo pai fez o Pronaf em nome dela, sem o seu envolvimento na fase de projeto, nem na execução e nem mesmo no acesso à renda gerada: “como quando foi feito eu não tava aqui, então, de imediato, não mudou nada”.

Nas condições de Jasmim, a situação ainda foi mais complexa, pois após o divórcio, a dívida permaneceu em seu nome, debitando as parcelas em sua conta bancária, sem ressarcimento por parte do ex-marido. Portanto, para ela, com o acesso ao Pronaf “só restou dívida” (Jasmim). Assim como Jasmim, Grevílea considera que não houve vantagem em acessar o Pronaf, gerando apenas preocupação e dívida.

De forma geral, 18,2% das mulheres apresentaram o aumento das preocupações com a dívida contraída, como sendo um aspecto negativo de se acessar o Pronaf. Tanto que 10,9% das mulheres não voltariam a acessar o programa.

Essa preocupação apresentada por elas, com exceção de Jasmim, está diretamente relacionada à insegurança nas condições climáticas, haja vista a experiência enfrentada pelas famílias em três anos consecutivos de seca no estado do Espírito Santo. Vitória Régia relatou casos de suicídio em várias famílias, por conta do endividamento com o programa e da falta de produção para garantir o pagamento das dívidas.

Para 18,3% das mulheres, o crédito Pronaf foi importante em um momento de escassez de recursos financeiros para produzir. Observa-se no relato dessas mulheres que há uma dependência do crédito para a continuidade da produção. Conforme o relato de 64% das mulheres, a renda obtida com a atividade financiada

retorna em quase sua totalidade para o pagamento da dívida e condução da lavoura. Dessa forma, cria-se a necessidade de renovação do empréstimo de custeio anualmente, e de investimentos também, frequentemente vinculados a pacotes tecnológicos de utilização de insumos e tecnologias, como irrigação para a atividade se tornar competitiva no mercado e garantir a renda, a qual é utilizada para pagar os empréstimos e reinvestir na lavoura. Assim, as mulheres entendem que há, de fato, uma dependência do crédito para sobrevivência das famílias.

Grisa et al. (2014) relataram essa tendência a repetir o modelo de produção hegemônico e “moderno” nas aplicações do crédito Pronaf. Os autores ainda afirmam que a ATER apresenta dificuldade em atender os agricultores menos capitalizados, prevalecendo uma conduta produtivista e convencional, muitas vezes não articulada entre as políticas de incentivo à produção (crédito e assistência técnica) e as políticas de comercialização (PAA, PNAE), limitando o potencial de promoção de mudanças no padrão de desenvolvimento agrícola esperado pelo Pronaf.

Entretanto, a partir de uma perspectiva de empoderamento, duas mulheres perceberam o seu acesso ao Pronaf como uma forma de aprendizado para as relações na esfera pública, ampliando o seu espaço social. E, ainda houve o desenvolvimento da autoestima para seis (10,9%) das mulheres por se sentirem participativas no processo de geração de renda para si e para a família. As mulheres passaram a se sentir importantes, reconhecidas e úteis.

Eu nunca me senti muito útil só cuidando de casa, de filho. Eu queria ajudar ele na renda da casa. E lavando casa, cuidando de criança, a esposa não ajuda financeiramente, né, o marido. E eu queria estar ali ajudando na roça. Eu sempre fui muito pra frente, eu sempre fui muito intrometida. No plantio, desde o plantio do primeiro pezinho de café eu tava no meio, eu ajudei plantar, eu ajudei adubar...[...] Aí, tudo que ele vai decidir ele pergunta pra mim primeiro. Porque houve momentos na nossa vida em que eu falava: não faz isso, ou melhor, pensa bem, tal. Eu era contra o que ele queria e ele acabou fazendo e não foi muito bom o resultado. (Vitória Régia)

Eu não me sentia útil. E agora eu me sinto útil, porque eu tô ajudando. [...] Eu me senti valorizada porque, assim, eu tô ajudando o meu marido. Eu tô me sentindo importante agora. Porque, eu me sentia assim um nada, porque era só tarefa de casa, trabalhar na roça. Agora eu tô sendo útil, eu tô ajudando ele na roça, eu tô ajudando ele a fazer planos no café, eu tô ajudando ele a desbrotar às hora. Então eu tô me sentindo útil agora, eu tô me sentido assim mais importante. (Albízia)

Nota-se nas falas de Albízia e de Vitória Régia que nem mesmo elas reconheciam o próprio trabalho, pois o percebiam como uma obrigação de esposa – “tarefa de casa e trabalhar na roça” – por não conferir renda monetária, corroborando as ideias de Paulilo (2016). A partir do momento que envolveu a sua contribuição monetária por meio do crédito Pronaf, as relações conjugais mudaram, fazendo com que o marido passasse a pedir sua opinião para os investimentos, o que contribuiu para o despertar do sentimento de importância na produção dos bens da família e, conseqüentemente, o seu poder de barganha. A lógica capitalista de valorizar somente as participações monetárias interfere significativamente na construção social do papel da mulher.

A percepção de participar das conquistas da família tende a aumentar a consciência das mulheres quanto aos seus direitos (Butto, 2011). O aprendizado relatado pelas mulheres diz respeito à conquista da esfera pública, ao envolvimento com os agentes sociais, com as políticas públicas e o desenvolvimento de capacidades.

Margarida acompanhou o seu marido em um sério problema de saúde. Antes de se envolver com o Pronaf, ela não saía de casa, nem se sentia capaz de negociar, pois deixava tudo por conta do marido. Ela afirma que depois que acessou o Pronaf, foi desafiada a sair e aprender a lidar com banco, empresas etc. Por conta disso, ela “tomou coragem” para enfrentar a doença do marido. Foi ela quem marcou a consulta do marido em São Paulo, foi à rodoviária comprar passagem e acompanhou o marido ao médico. Ações simples, mas que ela jamais havia imaginado protagonizar. Ela diz: “tomei conta de tudo, tomei decisões que antes eu nunca tinha tomado”. E ela atribui isso à “escola” que o Pronaf proporcionou. Conquistou uma certa independência, autonomia e “coragem”.

Porque até eu começar a mexer com esse negócio de banco, tirar dinheiro, essas coisas assim, eu não tinha conhecimento de nada. Minha vida era só dentro de casa, só saía quando precisava ir ao supermercado fazer compras, voltava embora. E desde a época em que comecei a mexer com banco, assim, de pegar dinheiro, a gente aprende muita coisa né? [...] Eu não sabia mexer nada, eu não sabia o que era INCRA, eu não sabia o que era CCIR, eu não sabia o que era outorga d'água, não sabia nada. Enfim, você aprende muita coisa. O conhecimento que eu quero dizer é isso daí. Eu aprendi muita coisa. (Margarida)

Portanto, a experiência de acesso ao Pronaf contribuiu para que as mulheres saíssem do privado para experimentar o público. O contato com o espaço público expandiu os horizontes das mulheres (ver a fala de Zínia), que passaram a tomar conhecimento das oportunidades existentes, criou novas relações de confiança entre os atores sociais, contribuindo para formação do capital social de algumas mulheres. Para Siliprandi e Cintrão (2011), a ampliação das relações sociais das mulheres, que deixam o espaço privado para circular no espaço público, contribui para o seu reconhecimento pela família e pela auto percepção de poder contribuir com a capitalização familiar, com o pagamento de dívidas e com o aumento da renda da família também, o que auxilia na elevação da autoestima. O conhecimento de novas tecnologias e a vivência de novas experiências são fatores motivadores para a conquista de seu espaço como mulher agricultora.

A possibilidade das mudanças nas relações de gênero na família, a partir de seu reconhecimento como agente de mudança, bem como o contato com os demais atores sociais amplia as liberdades e contribui para o desenvolvimento das capacidades (Sen, 2000) das mulheres de usufruírem das oportunidades e de permanecerem como agentes públicos e não somente privados.

Sentirem-se reconhecidas perante a sociedade e perante a família é uma necessidade apresentada por seis mulheres. Duas delas demonstraram consciência sobre a necessidade de se romper com as relações desiguais de gênero, levando-as a conquistar os espaços públicos, que antes elas não ocupavam.

Foi bom porque abriu o leque, né, de horizontes pra mim. [...] Você vai com todo vapor, você vê as coisas saindo, as pessoas que confiam em você projetam confiança. Isso te faz ficar com autoestima. Então você se sente uma pessoa potente, e aí você faz as coisas. Tô gerando, tô ajudando meu município, a minha família está feliz comigo. Você fica mais feliz ainda. Então, isso te impulsiona, entendeu? [...] Fico até um pouco reconhecida também, né? Você adquire reconhecimento. Então você se sente uma pessoa, assim, mais notável, né? as pessoas te dão crédito de confiança, né? As pessoas passam a confiar mais em você. (Zínia)

Cansada de ser a responsável pela tramitação de todos os projetos Pronaf que fez e ter seu nome secundariamente ao do seu marido, Acácia resolveu colocar

tudo em seu próprio nome, bem como acessar o Pronaf Mulher. Da mesma forma, Flor-de-maio ratificou a importância do projeto em nome da mulher como forma de reconhecer o trabalho desempenhado por ela.

Bom, eu acho que deixou um pouco o machismo também, né? Eu acho que as mulheres também têm que se valorizar um bocado. Porque tudo que eu faço, tudo que eu tinha que fazer, eu vou correr. Aí eu faço e meu marido assina embaixo. “Ah, é o marido que fez”. Não foi. Fui eu que fiz. Aí, dessa vez eu bati o pé e não quis mais. Eu quis eu fazer por meu nome, você entendeu? É porque é assim: tudo, tudo, dá bonitinho. Ó, assina aí, vai lá. Não foi! Fui eu que correu atrás. Você entendeu agora? Eu acho que os direitos são iguais. (Acácia)

Passei a trabalhar mais, passei a ter responsabilidade. Passei a ter mais nome (*risos*). Né? Por que se a gente faz uma coisa, a gente tem que ter responsabilidade, né? Seu nome só vai fazendo, né? Só vai ficando ativado, né? [...] Muito bom, menina. Importância, né? Valoriza a importância do Pronaf. Eu, hoje, se for mexer de novo com empréstimo, eu falo que vou fazer o Pronaf Mulher, né? Pra valorizar meu nome (*risos*). (Flor-de-maio)

Nota-se que o Pronaf Mulher, mesmo tendo praticamente as mesmas condições de acesso que as demais linhas de crédito para investimento, é reconhecido como importante por destacar o envolvimento das mulheres nas atividades produtivas e geradoras de renda. Para as mulheres que tiveram conhecimento do Pronaf Mulher, esta é uma forma de reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres rurais.

Com relação ao impacto do acesso ao crédito nas relações de gênero, em termos de ampliação da autonomia para tomada das próprias decisões, apenas 12,7% das mulheres afirmaram que o seu poder de barganha e de decidir sobre as próprias escolhas aumentou relativamente após o acesso ao Pronaf, atribuindo ao programa a consequência do reconhecimento pela participação monetária nas finanças da família, como já apresentado anteriormente.

A maior parte das mulheres (45,5%) já possuía um poder relativo nas relações intrafamiliares e afirmou se sentir satisfeita com a autonomia. Acácia e Caliandra já eram responsáveis pela tomada de decisão nos negócios familiares, pois os maridos se recusaram a se envolver com as questões burocráticas. Acácia afirma que o poder que ela tem é concedido pelo marido, a partir da sua atitude de negligência: “eu tenho

esse poder assim, é dado por ele. Dado por meu marido, porque ele não toma decisão nenhuma”.

Portanto, o acesso ao Pronaf foi mais uma oportunidade alcançada por elas, cuja capacidade já era desenvolvida. Assim foi também com Cateia, cujo pai “não entende de nada”, enquanto ela e a mãe são responsáveis pelas decisões relativas à propriedade.

Parte das mulheres com renda pessoal também se consideram satisfeitas com o seu poder de decisão, considerando-se autônomas. “Se eu não tivesse autonomia financeira, acho que, pra mim, tinha sido muito difícil” (Anis). Bem como as viúvas, que atribuem o seu poder de decisão sobre a própria vida ao fato de serem sozinhas. “Hoje que eu sou sozinha, sim. De primeiro eu não podia (*decidir sobre as próprias escolhas*), não. O que eu ia fazer eu tinha que ter decisão dele, meu marido” (Flor-de-maio).

A história de vida também interferiu na postura das mulheres em suas relações familiares. Glicínia emigrou com o marido para o exterior em busca de renda para comprar a propriedade, resultando na titularidade da terra, bem como na terra herdada pelo marido. Dália, cujo pai sempre se mostrou participativo na gestão da propriedade, não discriminando os filhos pelo sexo, desenvolveu sua capacidade gestora ainda na juventude.

No entanto, 41,8% das mulheres que acessaram o Pronaf, seja por meio de decisão conjunta ou não, afirmaram que a sua condição de esposa, filha, mãe ou irmã diante do marido, pai ou filho ou irmão não mudou após acessar o Pronaf. Enquadraram-se, também, nesse quesito, as mulheres que fizeram o Pronaf para atender a outro membro da família.

A convivência com companheiro agressor também foi um fator que limitou o acesso das mulheres à política de crédito para a atividade de seu interesse, o envolvimento com a esfera pública e a própria gestão da propriedade. Embora as mulheres não tenham relatado violência física ou sexual, quatro mulheres relataram violência psicológica nas relações intrafamiliares. Como já exposto, Angélica ainda sofre a violência psicológica do ex-marido, limitando suas ações na propriedade e se subjugando às vontades dele por medo de uma reação mais violenta por parte dele. Malva, Petúnia e Hortência se calam diante das decisões tomadas pelos maridos para não gerar conflitos e reações mais violentas. “Eu fico quieta pra não dar problema” (Hortência).

A violência psicológica é conceituada por Cunha (2010) como sendo toda ação ou omissão destinada a produzir dano psicológico ou moral. Essa violência se expressa por meio de ameaças, controle, humilhação, intimidação e que resultam em danos psicológicos como o sentimento de insegurança, medo, ansiedade e depressão.

Por acontecer no espaço privado e não deixar marcas físicas, a violência psicológica se torna invisível aos olhos da sociedade. Ainda que fosse percebida, esse tipo de violência é tido como normal nas relações entre marido e mulher, tanto na percepção da sociedade, quanto da própria vítima que convive com esse tipo de agressão, resistindo em reconhecer a relação violenta e abusiva a que se submete. A violência faz com que a mulher se sinta inferior ao homem e esse efeito se torna devastador, se tornando uma impotência, tanto no espaço familiar, quanto no espaço social, reduzindo sua autoestima. Essa conformidade aparente apresentada pelas entrevistadas é devido à dificuldade que as mulheres têm de se tornarem independentes sob a hierarquia masculina socialmente imposta (Saffioti, 2004).

O ato da evitação dos conflitos reprime a expressão das mulheres e limita a sua liberdade de ação, sendo a violência um fator que “desempodera” as mulheres, resultando em privações e dependências, além dos problemas de saúde relatado por elas, como dores de cabeça constantes, depressão e nervosismo. A pressão psicológica a que são submetidas compromete o desenvolvimento das capacidades das mulheres e, conseqüentemente, o seu empoderamento, necessitando ações para a tomada de consciência de sua condição desigual.

As relações desiguais de gênero são, portanto, impeditivas para o empoderamento das mulheres. Alicerçadas sobre crenças e valores sociais, essas relações são observadas em diversas situações.

Mesmo utilizando a estratégia do silêncio para enfrentar a violência, Malva, Angélica e Hortência ainda encontram formas de resistência ao buscarem sua autonomia financeira em ONA, ou mesmo quando se envolvem em organizações sociais e comerciais (como o caso de Malva) à revelia da reprovação do marido.

A resistência observada na fala da maior parte das mulheres é considerada como uma forma de poder, conforme afirmado por Foucault (1984). O poder é relacional e não está definido na oposição binária do opressor e do oprimido, mas uma combinação entre as forças nas relações. A questão é que há uma estrutura de poder desigual entre homens e mulheres, estando as mulheres, nesses casos, em situação

desvantajosa em relação aos homens. Mas, por ser uma estrutura socialmente construída, não é, portanto, imutável. Pelo contrário, a tomada de consciência das mulheres (que pode ser favorecida pela participação social e pela mediação adequada), o desenvolvimento da sua capacidade de agência e a existência das oportunidades e mediação necessárias permitam que elas, a partir das resistências, exerçam o poder.

Por razões já mencionadas, as crenças e os valores socialmente instituídos, não são reclamados por algumas mulheres, do contrário, são defendidos. “No meu ponto de vista, assim, meu esposo, ele é o chefe, não tem? Ele é o chefe da casa. Então, ele que tem que mandar um pouco mais, mas isso não vem ao caso de eu ficar assim, só sob guarda dele, entende?” (Alamanda). Assim, para Alamanda, embora ela reconheça a baixa autonomia sobre as próprias escolhas, ela se sente satisfeita com o seu poder de decisão, por se sentir ouvida, na maior parte das vezes, nas negociações familiares.

As mulheres tendem a valorizar mais as relações de cooperação do que de conflito, mantendo a “ordem das coisas” e harmonia nas relações conjugais (Zorzi, 2008), dentro do que espera a ordem social na qual se inserem. Em diferentes situações encontradas, as mulheres mantêm, de fato, uma relação de cooperação, mas em grande parte das vezes, as mulheres apenas se submetem à autoridade do marido.

Nas relações intrafamiliares há conflitos de interesses, os quais são normalmente resolvidos por meio de padrões de comportamento socialmente construídos, que regem um acordo implícito, que podem ser mais ou menos igualitários (Sen, 2000). Nas relações familiares há a necessidade de constante mediação de conflitos, onde geralmente as mulheres sofrem as privações pelo bem da “harmonia da família”, e, muitas vezes, elas sequer conseguem avaliar o grau de privação relativa à qual se submetem.

Diante disso, pode-se afirmar que o desenvolvimento da autonomia econômica e do poder de barganha das mulheres não está totalmente relacionado ao acesso às “facilidades econômicas” promovidas pelo crédito. Mas, o acesso real às “facilidades econômicas” mencionados por Sen (2000), quando as mulheres participam, de fato, da gestão dos recursos, pode contribuir para o seu poder de barganha e para a sua autonomia, especialmente quando são responsáveis pela geração direta de renda monetária.

Portanto, o processo de transformação da realidade depende da história de vida e do contexto em que vive cada mulher, não sendo linear ou homogêneo e sendo dependente da posição de subordinação que a mulher ocupa, seja em nível privado ou público (Deere e León, 2002; León, 2001). Embora o acesso ao crédito tenha resultado em experiências positivas na vida da maioria das mulheres, as normas hegemônicas de gênero não foram alteradas.

4.4 O processo de mediação do acesso ao Pronaf

Conforme observado no relato das mulheres, a maior parte delas não participou do processo de acesso ao crédito. A consequência principal identificada foi o desconhecimento das normas e possibilidades que a política de crédito Pronaf apresenta, além do não recebimento da assistência técnica necessária para a implantação do projeto. Assim, as mulheres se viram excluídas do processo de negociação, de execução e de gestão, tendo, muitas vezes, seu desejo negligenciado pelos agentes mediadores.

De acordo com León (1997), o *modus operandi* dos mediadores pode gerar impactos positivos ou negativos aos mediados. De fato, a maior parte das mulheres não se posicionou como mediadas, mas como uma ferramenta para burlar as questões burocráticas de acesso ao crédito ao “emprestarem” seus nomes para outro beneficiário, cedendo, inclusive, a gestão dos recursos e da renda gerada.

O não posicionamento do agente mediador caracteriza a negligência no processo de desenvolvimento da autonomia das mulheres e de sua participação no desenvolvimento rural. Portanto, a mediação pode reforçar as desigualdades de gênero, a partir dessa postura negligente ou da naturalização da divisão sexual do trabalho, ao tender a atuar exclusivamente ou prioritariamente com o público masculino, sendo essa uma ação consciente ou não.

León (1997) afirma que o trabalho com mediação deve ser executado por pessoas capacitadas e especialistas, que possibilite o desenvolvimento da autoconfiança e da autoestima das mulheres, influenciando em seu envolvimento com a esfera pública. Dessa forma, buscou-se identificar esse *modus operandi* dos mediadores envolvidos na implementação do Pronaf nos municípios estudados; bem como a sua forma de atuação para incentivar e/ou garantir o acesso das mulheres ao programa de crédito.

É importante ressaltar que o processo de mediação não se trata de apenas operacionalizar o crédito rural, mas de problematização da realidade; mediação de conflitos e participação no processo de mudança. Sendo assim, a mediação de políticas para o público rural é, antes de tudo, uma forma de se praticar a Extensão Rural como um processo.

Entretanto, o acesso ao crédito perpassa vários atores sociais. Os mediadores entrevistados foram aqueles responsáveis pelo processo de divulgação do programa e apoio aos projetos de crédito das mulheres, como representantes do STR, do MMC e das cooperativas; bem como os mediadores diretos da política, como os extensionistas rurais oficiais, os consultores privados elaboradores de projetos e os agentes bancários.

4.4.1 Os mediadores diretos do acesso ao crédito Pronaf

Como apresentado anteriormente, o acesso ao Pronaf se inicia a partir da tomada de conhecimento da existência da política de crédito. A partir do interesse em acessá-la, há a necessidade de comprovação da condição de agricultor ou agricultora familiar por meio da emissão da DAP. Em seguida, busca-se a elaboração de um projeto de viabilidade técnico econômica, o qual, juntamente com a documentação necessária, é apresentado à uma agência bancária habilitada para operacionalizar o crédito, onde o projeto será analisado. Se aprovado, o valor é creditado na conta bancária do titular do projeto.

A assistência técnica para a execução do projeto está vinculada ao pagamento de uma taxa, cujo valor é cobrado no ato da liberação dos recursos. As vistorias também devem ser realizadas com o propósito de acompanhar o emprego do recurso solicitado.

Portanto, no processo de mediação do crédito Pronaf nos municípios estudados são envolvidos três agentes mediadores: os extensionistas rurais do órgão oficial de ATER; o Incaper, responsáveis pela emissão da DAP e eventualmente pela elaboração dos projetos de crédito; os consultores privados, responsáveis pela elaboração dos projetos de viabilidade técnica, pelas vistorias e pela assistência técnica; e, os agentes bancários, responsáveis pela análise da proposta, aprovação e liberação dos recursos.

Os extensionistas rurais do Incaper participantes da pesquisa compuseram nove unidades de análise, sendo sete lotadas no Escritório Local de Desenvolvimento Rural de Nova Venécia e dois em Rio Bananal. Nestas, somente duas extensionistas são do sexo feminino. Além dos extensionistas rurais do Incaper, participaram, também, da pesquisa os técnicos que desempenham função de ATER, vinculados à Secretaria Municipal de Agricultura de cada município, sendo ambos do sexo masculino.

Dos nove extensionistas rurais do Incaper, seis fizeram ensino médio técnico em agropecuária. Todos concluíram o ensino superior em diversas áreas de formação: três engenheiros agrônomos, uma zootecnista, uma economista doméstica, um engenheiro civil, dois tecnólogos em gestão do agronegócio e um administrador de empresas. Dentre os técnicos municipais, um deles possui formação técnica em agropecuária e superior em administração de empresas e o outro com formação técnica em meio ambiente, estudante de engenharia ambiental.

A idade dos extensionistas entrevistados variou de 21 a 57 anos, com média de 40,1 anos. Os servidores do Incaper apresentam, em média, 12,2 anos de experiência em ATER oficial, variando de 3 a 31 anos neste serviço público. Cinco deles ainda tiveram experiências anteriores em ATER, como trabalhos com pedagogia da alternância em EFA ligada ao MEPES, serviço técnico em secretarias municipais de agricultura, STR, consultorias etc. Entre os técnicos municipais, um tinha experiência de apenas um ano e cinco meses de trabalho na secretaria municipal de agricultura e meio ambiente na ocasião da entrevista e o outro está atuando há mais de 22 anos na prefeitura municipal.

Uma condição encontrada nos municípios estudados, que difere das demais pesquisas sobre mediação do Pronaf no Brasil, é que os extensionistas rurais dos órgãos oficiais não estão diretamente envolvidos na elaboração dos projetos para o Pronaf. Apenas três extensionistas afirmaram ter alguma experiência na elaboração de projetos de crédito Pronaf. Porém, somente um deles afirma atuar com o programa, de forma esporádica. Os demais, não fazem projetos de crédito.

Conforme o relato dos extensionistas, a atuação da ATER nos municípios está voltada para a mediação de outras políticas públicas para o meio rural, como o PAA, o PNAE e a Chamada Pública de ATER, além da atuação na assistência técnica e demais programas e projetos, demandando a maior parte do tempo dos extensionistas, comprometendo o atendimento ao Pronaf. Assim, abriu-se o espaço

para a atuação de consultorias privadas para atender a demanda de projetos de crédito nos municípios.

As consultorias dos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal possuem uma estrutura básica formada por um Engenheiro Agrônomo ou Técnico Agrícola Responsável Técnico (RT) pela empresa – portanto, responsável pelos projetos elaborados –, e por um ou mais colaboradores, com formação ou não na área, responsáveis pelo atendimento aos agricultores e agricultoras e, também, pela elaboração do projeto de crédito. A exceção se dá para duas empresas, sendo que uma delas é de maior porte, comportando vários profissionais da área. A outra é responsável pelo atendimento ao Agroamigo, linha de microcrédito Pronaf operada pelo BNB de Nova Venécia, mas não em Rio Bananal. Esta última é composta por um coordenador e vários técnicos responsáveis pela divulgação, atendimento, orientação e assistência ao crédito e elaboração dos projetos.

Foram entrevistados, portanto, treze consultores e consultoras. Destes, dez são mulheres, as quais desempenham a função de atendentes e responsáveis pelo preenchimento dos formulários do projeto e proposta de crédito. A maior parte dos consultores entrevistados é jovem, com média de idade de 31,8 anos, variando de 21 a 69 anos, tendo como tempo de experiência com o Pronaf de 1,3 a 21 anos, com média de 7,7 anos. Ou seja, há consultores muito experientes e outros iniciando os trabalhos com o Pronaf. Observou-se, também, que a formação dos consultores, em mais da metade das vezes, é diversa da área de ciências agrárias, sendo apenas cinco com formação na área. Os demais têm formação na área pedagógica, administrativa, ambiental e de direito.

Os agentes bancários entrevistados são, em sua maioria, jovens, assim como os consultores, com média de idade de 28,3 anos (21 a 36 anos), sendo três mulheres e três homens. Todos possuem formação superior, apesar de apenas um ter formação na área agropecuária. O que foi possível observar é que, apesar de os bancos operarem o Pronaf nesses municípios, desde a criação do programa, o tempo de experiência com o programa apresentado pelos entrevistados foi muito curto, com média de apenas 2,7 anos, indicando uma rotatividade de funcionários neste setor e pouca experiência dos entrevistados.

Para a prática da mediação em políticas públicas que envolvam as questões de gênero, há a necessidade da atuação especializada para a efetividade dos resultados (León, 1997). Portanto, a formação na área de ciências agrárias, que prevê

o conhecimento em extensão rural como processo educativo e transformador é importante na atuação de mediação, bem como o conhecimento dos princípios da PNATER e orientação das ações com fins em desenvolvimento da igualdade de gênero, como prevê a Lei de ATER.

Observou-se que a maior parte dos extensionistas rurais possui formação na área, enquanto o mesmo não foi observado entre os demais mediadores (consultores e agentes bancários). A formação acadêmica na área de ciências agrárias prevê o estudo sobre “Extensão Rural” que prepara os futuros profissionais para lidar com aspectos relacionados à diversidade de gênero, gerações e etnias, especialmente no caso do público da agricultura familiar (Castro e Pereira, 2017).

Castro e Pereira (2017) afirmam que o atendimento da agricultura familiar nas diversas políticas públicas depende do conhecimento técnico, mas, também, de extensão rural. Portanto, as noções de extensão rural devem ser adquiridas durante a formação acadêmica dos extensionistas rurais. Santos et al. (2016) observaram que, tanto no ensino médio profissionalizante, quanto no ensino superior na área de ciências agrárias, há a predominância do ensino cartesiano, tecnicista e não problematizador ou participativo, que perpetua a ideia da difusão de tecnologias e persuasão de agricultores para a adoção de pacotes tecnológicos. Isso influencia no comportamento dos egressos desses cursos que não tiveram a vivência teórica e prática da realidade da agricultura familiar.

Nas empresas de consultoria, na maior parte dos casos, somente o RT possui formação na área e, geralmente, ele apenas assina o projeto elaborado pelos colaboradores. Isso ocorre porque os colaboradores são treinados para alimentarem planilhas previamente elaboradas e preenchidas para as culturas mais comuns na região, como café, pimenta, bovinocultura de leite e corte, cacau, dentre outras. O mesmo pode-se dizer dos agentes bancários, cuja atuação se restringe à operacionalização do crédito, podendo sua formação influenciar nos conhecimentos técnicos, mas não necessariamente em uma ação extensionista.

Na verdade, formação na minha área eu não tenho, formação em técnico agrícola, engenheiro agrônomo, não. Mas, eu sou responsável de elaborar todos os projetos da consultoria. Tem outra pessoa que assina, responsável, a gente tem um engenheiro técnico cadastrado no banco. Elaboro as propostas e ele assina, cliente assina e a gente encaminha pro banco. Então, eu elaboro, porém outra pessoa, outro responsável que assina no momento.
(C1)

Os resultados deste estudo mostram que as empresas de consultoria tendem a empregar atendentes sem formação na área de ciências agrárias, pois as funções a serem desempenhadas são administrativas. Assim, os agricultores e agricultoras proponentes lidam diretamente com atendentes preparados para o atendimento administrativo, mas não necessariamente para a extensão rural.

A partir desse contexto, pode-se afirmar que os agentes implementadores não apresentam formação especializada para atuação na mediação da política, mas apresenta conhecimento técnico para operacionalização do crédito. Portanto, a mediação para o acesso ao Pronaf por mulheres, com o propósito de desenvolvimento de sua autonomia econômica, pode ser comprometida a partir do conhecimento limitado em práticas e ações extensionistas pelos mediadores, especialmente aqueles elaboradores de propostas de crédito. Sendo assim, a atuação dos mediadores na implementação do Pronaf é apresentada no próximo item.

4.4.2 A atuação dos mediadores do Pronaf: operacionalização ou mediação?

A pergunta trazida no título do item está atrelada à ideia de implementação como operacionalização da política pública identificada neste estudo, onde o processo de mediação foi desconsiderado pelos agentes mediadores, prevalecendo o processo operacional.

Conforme levantado entre os consultores, a demanda por projetos de investimento do Pronaf é espontânea e atendida de acordo com a proposta apresentada pelos agricultores. Não há qualquer tipo de orientação quanto à escolha da atividade a ser financiada. A orientação se restringe às normas do programa e exigências bancárias. Os consultores afirmaram que o agricultor familiar, em sua maioria do sexo masculino, procura pela consultoria já decidido quanto à atividade a ser financiada e, muitas vezes, já com um valor estipulado. Na consultoria, é orientado a providenciar a documentação necessária e são discutidos os itens a serem financiados. Apenas um consultor afirmou que orienta para a diversificação da lavoura.

A partir da elaboração do projeto e reunião da documentação necessária, há o encaminhamento para a agência bancária, preferencialmente onde o titular do projeto possui conta. Sobre o valor total do projeto é cobrada a taxa prevista de 2% para custear a elaboração e a assistência técnica. A consultoria se responsabiliza pelo

acompanhamento do processo, cobrando agilidade do agente bancário, bem como providenciando as pendências que surgirem. Com a aprovação do projeto, um representante da consultoria, normalmente o RT ou um colaborador com formação na área (e eventualmente o colaborador sem formação), realiza as vistorias exigidas pelo agente bancário. Não há acompanhamento técnico sobre a atividade a ser implantada. Apenas três consultores afirmaram que, eventualmente, praticam assistência técnica quando demandado pelo agricultor por ocasião da vistoria ou no próprio escritório de consultoria. “A gente não presta assistência técnica qualificada, a gente faz um atendimento, vistoria pra ver se o cara implantou. É um atendimento a uma condicionante do banco. Você acaba conversando, mas não é assistência” (C12).

Primeiro de tudo, eu faço a parte de orientação, depois que a documentação tá toda certinha aqui eu enquadro em que banco que vai trabalhar. Porque cada banco tem uma regra diferente a se trabalhar, não é porque é Pronaf é tudo igual, não [...]. Aí, eu acompanho o andamento da proposta até a liberação e implantação do recurso, que aí depois que implanta a gente ainda tem que tá fazendo umas vistorias. Aí, tem o rapaz que faz o serviço de campo, [...] faz as vistorias pra poder acompanhar o cliente. (C3)

Embora haja a orientação para assistência técnica sobre os projetos executados pelas mulheres e a proposta de ATER para as mulheres, garantindo pelo menos 50% dos atendimentos, essas orientações recaem especialmente sobre os órgãos de ATER públicos ou contratados por meio de chamadas públicas. Assim, os consultores, por não se enquadrarem nesse perfil, se eximem da responsabilidade sobre a assistência técnica e utilizam o recurso a ela destinado para cobrir os custos com as vistorias exigidas pelos agentes de crédito. Conforme afirmação de todos os consultores, o valor referente à taxa de 1,5% para a assistência técnica não é suficiente para cobrir os custos dessa ação.

Como foi observado no item 4.3.1, apenas 3,6% dos projetos executados foram acompanhados pelas consultorias e apenas 7,3% foram acompanhados pelo Incaper. A assistência técnica para 30,9% dos projetos de titularidade das mulheres integrantes da pesquisa foi realizada por outras entidades como cooperativas, lojas agropecuárias, assistência técnica contratada ou parentes e amigos com formação técnica. Mas, há de se atentar que apenas 25% das mulheres afirmaram que foram elas as receptoras diretas da assistência técnica destinada à atividade em inversão,

sendo que nos demais casos a orientação foi direcionada a outro membro da família, do sexo masculino.

Como já apresentado, o principal ponto debatido pelos extensionistas foi o excesso de demandas diversas em programas como o PAA, PNAE e a chamada pública de universalização da ATER, além dos atendimentos às demandas espontâneas que ocorrem no escritório, que resultariam em menor disponibilidade de tempo para se dedicarem ao Pronaf. Os extensionistas também afirmaram que os próprios agricultores familiares tenderiam a procurar as consultorias privadas, pois estas trabalhariam exclusivamente com projetos de crédito, tendo recursos humanos preparados para o atendimento ao cliente e negociação com os agentes financiadores, havendo mais celeridade na aprovação das propostas de crédito.

Então, hoje nós não temos recursos humanos. Porque se a gente for atender crédito rural, a gente vai ter que abrir mão de outra coisa que o escritório já vem fazendo. [...]. Eu acho que simplesmente comparando com o que a gente vê da iniciativa privada, o que a gente vê de estrutura que as consultorias possuem hoje, vejo que eles trabalham a todo momento e ainda com certeza não conseguem atender a todos. Então, se a gente pegar o número de consultores que existe no município, no estado, e se eles não existissem, nós teríamos que ter isso dentro do Incaper hoje, ou pelo menos parte disso, com estrutura melhorada pra poder atender. Então, eu acredito que hoje a gente não teria condições de atender. (ER2)

A falta de assistência técnica e, especialmente, da extensão rural, prejudica o alcance aos propósitos de desenvolvimento da autonomia feminina por meio dos programas de crédito, além do possível comprometimento da produção e produtividade pela falta de informação dos agricultores e agricultoras sobre o uso adequado dos recursos financeiros, dos insumos e dos recursos naturais.

Com relação aos agentes bancários, todos admitem que a sua função se restringe à análise e aprovação (ou não) da proposta de crédito, bem como a orientação para a linha de crédito a ser acessada. Neste último quesito, duas informações devem ser apresentadas.

Primeiro, como cada banco tem uma forma diferente de atuar, conforme o relato dos consultores, alguns bancos exigem a “troca” da DAP para titularidade da mulher, em caso de esta ser a beneficiária na proposta. Como a DAP é um documento único, que caracteriza a família agricultora, com exceção nos casos de DAP agregada ou DAP jovem, o banco tem a obrigação de aceitar a DAP válida que conste o nome

da mulher, independentemente da ordem em que se apresenta entre os titulares. Mas, esta prática de exigir DAP para a mulher como primeira titular, para propostas de beneficiárias do sexo feminino, foi justificada pelo AB6 como necessária para a operacionalização do crédito no banco em que trabalha. Essa prática não é repetida nos outros bancos estudados.

Segundo, observou-se que dois dos bancos de desenvolvimento orientam a linha de crédito a que deve ser enquadrada a proposta emitida pela mulher. Assim, o número de projetos do Pronaf Mulher executados nos municípios estudados, que compuseram as estatísticas do BACEN no período analisado, não esteve relacionado a uma demanda real por parte das mulheres, como foi comprovado entre as mulheres estudadas e entre os consultores entrevistados. 71,4% dos consultores afirmaram não ter operado propostas de crédito na linha do Pronaf Mulher no período estudado, os demais afirmaram ter executado menos de cinco projetos nessa linha de crédito.

O aumento do número de contratos na linha de crédito Pronaf Mulher nos municípios estudados está relacionado, portanto, ao atendimento de metas orientadas pelo banco de desenvolvimento. De fato, alguns projetos de crédito de titularidade feminina inicialmente enquadrado no Pronaf Mais Alimentos pelos consultores em acordo com os proponentes, ao ser submetido aos ABs, os projetos são reenquadrados como Pronaf Mulher, à revelia dos proponentes. O motivo apresentado pelos agentes foi a “lógica” bancária de enquadramento dos projetos de crédito de titularidade feminina. Em um dos bancos, todos os projetos de titularidade feminina eram convertidos para Pronaf Mulher e, no outro banco, somente aqueles projetos cuja atividade fosse diferente da atividade principal, já financiada pelo marido.

Hoje a gente faz, tenta enquadrar todas as mulheres e faz essa verificação se ela tem outro financiamento na mesma linha que impeça ela colocar. Até pra gente conseguir ter estatística, porque quando você coloca dentro do sistema a mesma linha Mais Alimentos, eu não sei se é mulher ou homem, então eu coloco dentro do Pronaf Mulher. Eu consigo, depois, no relatório, quantas mulheres eu tenho, quantos homens eu tenho, eu consigo dividir. E com algumas estatísticas depois fica mais fácil a gente trabalhar os dados (AB1).

Na verdade, assim, só quando a gente vê, é aquela regra de capacidade de pagamento, né? Que está sendo financiado uma cultura diferente, que o consultor ele declara que é do interesse da mulher, aí realmente fica caracterizado Pronaf Mulher. Aí, eu vejo que é de vinculação obrigatória. Mas, se a cultura for a mesma, alguma coisa nesse sentido, não. Pode se tornar Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Comum, Pronaf Grupo A... (AB2)

Nota-se, portanto, que a implementação do Pronaf se trata, de fato, da mera instrumentalização do Programa, atendendo a normas e regulamentos institucionais, negligenciando o processo de mediação para o empoderamento das mulheres. AB2 reconhece a atividade principal como de responsabilidade do homem e as atividades secundárias de responsabilidade da mulher, demonstrando a naturalização das condições desiguais de gênero na organização familiar. Tais fatores comprometem a efetividade do Pronaf em seu propósito de empoderamento das mulheres (Marinho e Gonçalves, 2016).

A preocupação exclusiva com o processo operacional também foi observada na percepção dos mediadores quanto ao público que acessa o Pronaf. Conforme o relato dos mediadores, o “uso” do nome das mulheres para o acesso ao Pronaf está relacionado, na maior parte das vezes, a uma estratégia de ampliar o crédito para os homens ou facilitar os trâmites burocráticos relacionados à documentação exigida.

Os mediadores extensionistas e consultores reconhecem que o acesso se dá hegemonicamente por produtores rurais do sexo masculino e que, na maior parte das vezes, o acesso por mulheres ocorre quando o homem está impedido de acessar, devido a problemas com inadimplência, limite de crédito individual atingido ou quando não se enquadra como agricultor familiar, não havendo, portanto, o propósito de desenvolvimento da autonomia da mulher. “Isso é estratégico. Muitas vezes, não é por causa da política pública em si que está privilegiando a mulher” (ER6).

A mulher é reboque, e o jovem na sua maioria também. Reboque, eu digo o seguinte, o adulto ele pega uma DAP no nome dele e ele tem, como chefe de família, aí ele tem um certo valor. Ele consegue acessar, vamos dizer, 80 mil, 100 mil. Então eu preciso de uma outra carta, porque eu preciso de mais crédito. Aí a mulher pega também a parte do crédito. Preciso de mais um pouquinho, ele tem um filho. Aí o filho vai e pega. Mas a gente vê que, no geral, a administração na sua maioria é o homem. Ainda nessa cultura patriarcal, ele que ainda comanda. (ER3)

Tal informação prestada pelos mediadores foi confirmada, também, nos resultados apresentados relacionados às mulheres entrevistadas. Para a maior parte dos mediadores, as mulheres somente procuram a consultoria estando sozinhas quando não possuem companheiro. Todos os extensionistas e consultores admitiram que, na maior parte das vezes, as mulheres que possuem companheiro não acessam

o Pronaf para investimento em uma atividade desenvolvida ou administrada por elas, mas como uma forma de complementação do financiamento feito pelo companheiro.

Nesse sentido, o projeto de crédito feito em nome da mulher tende a apresentar um valor inferior ao do homem, pois passa a ser limitado não apenas pela disponibilidade por CPF, mas também pela capacidade de endividamento da família, estipulado pelo agente bancário. Se essa situação se repete nas demais regiões do Brasil, isso explicaria o aumento do número de projetos de crédito em nome de mulheres que ocorreu nos últimos anos, porém com valores individuais inferiores aos projetos com titular do sexo masculino, como observado por Silva et al. (2016).

A maior procura pelo Pronaf pelos agricultores homens já era esperada, haja vista que mais de 70% dos projetos de crédito Pronaf operacionalizados no Brasil, anualmente, são constituídos por titulares do sexo masculino (BACEN, 2018). No entanto, causa estranheza de que os projetos de titularidade feminina tenham sido, também, procurados pelos cônjuges. Isso é explicado por Brumer (2004) que afirma que apesar da modernidade, o homem ainda é considerado como responsável pela produção, é quem investe no aprendizado de novas tecnologias e é quem mantém os contatos com técnicos, com o comércio e com os bancos. As mulheres ainda são consideradas incapazes de atuar e se articular técnica e economicamente. Logo, há uma naturalização na aceitação de que são os homens que devem buscar as relações externas à família, como “chefe da unidade produtiva”, conforme observado por Siliprandi e Cintrão (2015) e nos resultados apresentados no item 4.3.2.

Como apresentado no item 4.3.2, as mulheres que apresentaram plena autonomia sobre o projeto de investimento e sobre a renda gerada por ele foram aquelas que compuseram o Grupo 3, ou seja, sem companheiro e sem influência da presença masculina. Assim também foi observado pelos consultores. “Para ser sincera, raro o caso da mulher que ela vem primeiro. Vamos supor, mais o caso de uma viúva, que ela vê a necessidade de ter que resolver, ou aquele tipo de mulher que é pouca, a mulher que toma frente da propriedade” (C3).

Os extensionistas reconhecem, também, que mesmo que a mulher não tenha um companheiro, a presença de filhos homens ou outro membro familiar do sexo masculino interfere no desenvolvimento da autonomia das mulheres. “Eu não tenho percebido muitos casos de mulheres que, salvo aquelas que realmente já moram sozinhas e vivem sozinhas, que dentro de um contexto onde existe a figura do homem, ela toma decisões de forma isolada e sair um projeto isolado, não” (ER6).

Nesses casos de ausência de um companheiro, segundo Silva e Schneider (2010), as mulheres assumiriam as funções antes exercidas pelos homens, conquistando seu espaço social e econômico na sociedade tradicional. No entanto, como observado neste estudo, e, também, por Hernández (2009), as mulheres ainda enfrentam dificuldades para acessar o crédito devido à discriminação de gênero que sofrem por parte dos agentes públicos, além da dificuldade de tocar a propriedade sozinha. No caso das mulheres solteiras, ainda tem a figura do pai e dos irmãos que podem interferir na sua autonomia. O mesmo ocorreria com as viúvas, cuja subordinação seria estendida para os filhos homens. Todos esses fatores foram observados neste estudo, conforme os dados apresentados.

Eu tenho produtoras que são viúvas, eu tenho outras que tipo assim, herança delas e quem comanda, não tem essas mulheres assim, machonas? De frente? Tem aquela mulher que fica de frente, ela que administra, tem mulher que ela que administra as que são proprietárias de herança, ou até mesmo as que adquirem que o marido coloca no nome delas, elas que resolvem tudo. [...] Depende do marido, eu acho que é a política do casamento. Pelo que eu vejo, assim, tem aquela mulher que ela é a titular, só que tipo assim, ela não resolve não, o marido vem faz o Pronaf no nome dela, ela só vem assinar. (C3)

Nota-se, na fala de C3, que a mulher que costuma tomar iniciativa ou administrar a atividade principal da propriedade, apropria-se de “características masculinas” (na concepção de C3), tornando-se “machona”, desconsiderando a capacidade feminina de exercer as mesmas funções que o homem, como foi observado por Brumer (2004).

A ideia apresentada por C3 de que depende da “política do casamento” denota a naturalização do poder do homem sobre a mulher nas relações de gênero, tendo o homem o poder discricionário de outorgar ou não direitos e deveres às mulheres.

Outra situação relatada pelos extensionistas e consultores, quanto ao acesso ao crédito por mulheres, é quando a escritura da terra está sob titularidade da mulher, no caso de herança ou aquisição das terras antes do casamento. Os bancos “exigem” a titularidade feminina na DAP e no projeto de crédito, por mera burocracia bancária, como já reportado por AB6. A proposta do programa é atender à família e, portanto, a qualquer um dos titulares da DAP poderia acessar o programa.

E, conforme os resultados apresentados no item 4.3.1, embora a titularidade da terra pelas mulheres rurais esteja estreitamente associada com o seu empoderamento, devido ao aumento do seu poder de barganha na família e no seu poder em participar das tomadas de decisão (Deere, 2004), tal condição não é suficiente para a plena autonomia das mulheres, pois há a preocupação desse poder ser limitado pela presença masculina na família (Silva e Valente, 2013).

Partindo do princípio de que o Pronaf é para atender à família agricultora, a participação da mulher para complementar o limite de crédito do cônjuge não seria, necessariamente, uma forma de opressão masculina ou um desrespeito às necessidades femininas, desde que a mulher participasse no processo de decisão e do acesso à renda familiar, sendo o projeto de crédito um desejo manifestado por ela.

Entretanto, como foi apresentado nesta tese, 27,3% das mulheres não participaram do processo de acesso ao programa, por meio do contato com os mediadores elaboradores da proposta (consultores). A maior parte dos consultores confirmou que a iniciativa e decisão parte do homem, na maioria das vezes, sendo a mulher excluída do processo, mesmo quando o projeto é feito em nome dela. A exceção se abre para as mulheres que não possuem companheiro.

Quem vem é o homem, às vezes nem aqui ela vem. O cliente chega a gente faz o projeto, eu imprimo as coisas, ele leva pra casa, ela assina. Participar do processo, tipo assim, de saber, igual no projeto a gente tem que saber né, o espaçamento, o tipo de investimento né, ela não está ciente desses detalhes, entendeu? Ela só está ciente do geral, muitas vezes. (C6)

Mesmo que a mulher participe ou compartilhe do processo de decisão, ainda é verificada a ideia da existência de uma hierarquia na tomada de decisões na organização familiar, onde, inquestionavelmente, deveria ser liderada pelo homem (Siliprandi e Cintrão, 2015). Quando isso não ocorre, o homem é considerado como “insuficiente”, conforme a fala de C5:

Como eu falei com você, hoje o meio rural ainda é meio tradicionalista. Então a divisão parte de um ponto quando o marido é insuficiente em relação a tomada de decisões, a mulher toma conta. Mas, quando o marido é suficiente, ele toma as decisões, mas não quer dizer que eles excluem a mulher, não é isso. Muitas decisões são tomadas junto, tá entendendo? [...] Porque é hierarquia. Questão do próprio estabelecimento da lei de Deus: o homem é cabeça. Não é questão da submissão que o pessoal acha que a mulher tem que ficar tapada. Quando se fala cabeça, a mulher tem que tá do lado, é auxiliadora. Então, ela entra como auxiliadora e com decisões importantes. (C5)

A principal linha de crédito operacionalizada nos municípios estudados, conforme o relato dos consultores e dos agentes bancários, é o Pronaf Mais Alimentos. Quanto ao Proanf Mulher, dois agentes bancários representantes da mesma instituição afirmaram que o banco não opera essa linha de crédito por questões operacionais. Ou seja, um dos bancos estudados não somente ignora a importância da política de crédito específica para mulheres, como forma de incentivar sua inclusão produtiva e reduzir as desigualdades de gênero no espaço rural, como também compromete a execução dessa política, a partir da “proibição” da operacionalização do Pronaf Mulher pelas agências municipais.

As atividades mais comumente trabalhadas pelas consultorias são cafeicultura e pipericultura, para todos os entrevistados. Inclusive para as mulheres, todas as consultorias elaboram projetos de crédito também para financiamento dessas atividades, o que foi confirmado com os dados obtidos junto às mulheres entrevistadas. Também foram citados o Pronaf Floresta e o financiamento de barragens, de bovinocultura de leite e de cacau, por seis consultorias.

O conhecimento do processo de implantação e condução da lavoura, o conhecimento das exigências nutricionais e da produtividade por área, dentre outras variáveis, são bem difundidos entre os técnicos, facilitando a elaboração dos projetos de crédito para essas atividades. O conhecimento dos trâmites burocráticos e o estreito relacionamento dos consultores com os agentes bancários também podem ser considerados no desenvolvimento do *know-how* das consultorias.

Essas culturas trabalhadas pelas consultorias e agentes bancários são tradicionais na região norte do estado e fazem parte das culturas recomendadas pelo Zoneamento Agrícola e Risco Climático (ZARC)⁸. Conforme informações da SEAD, a

⁸ O ZARC é um instrumento de política agrícola e gestão de riscos na agricultura, baseado em estudos sobre o tipo de cultura que se adapta aos tipos de solo e condições climáticas das diversas regiões do Brasil e tem como objetivo minimizar os riscos relacionados aos fenômenos adversos. O Seguro da Agricultura familiar, até o ano de 2016, baseava-se nas recomendações do ZARC para ser concedido (Brasil, 2017b).

maior parte dos agentes financeiros condiciona a concessão do crédito rural à observância aos indicativos do ZARC (Brasil, 2017b). Dessa forma, analisando as respostas dos consultores, pode-se considerar que este é um fator facilitador de acesso, bem como de celeridade, que induz a elaboração de projetos para culturas como o café Conilon e a pimenta-do-reino, previstas pelo ZARC e, portanto, já consideradas pelos agentes financeiros para o prosseguimento da análise do crédito.

As próprias instituições, portanto, limitam as atividades a serem financiadas pelos agricultores familiares, especialmente pelas mulheres, haja vista as questões relacionadas ao Seguro da Agricultura Familiar que só protege o investimento em culturas zoneadas.

Dessa forma, fica claro a desatenção dos mediadores para as questões relacionadas à valorização do trabalho feminino por meio do Pronaf. O uso da “praticidade” na elaboração de projetos de crédito, atrelada à tradição da região e ao zoneamento agrícola pode tolher os desejos das mulheres rurais em empreender em atividades diversas. Nos resultados apresentados, em relação às mulheres estudadas, embora a maior parte delas realmente deseje trabalhar as culturas tradicionais, outras mulheres desejariam investir em outros tipos de atividades. Um dos agentes bancários afirmou que já recusou propostas de implantação de lavoura de urucum (*Bixa orellana*) para produção de condimentos, por se tratar de uma cultura não tradicional e, portanto, não zoneada.

Resultado semelhante foi observado por Santos (2017) que relatou uma tendência do acesso das agricultoras a atividades tradicionais pelo desconhecimento da possibilidade de diversificação com investimentos em outros tipos de atividade e, também, muitas vezes por influência da sugestão dos técnicos e agentes bancários na elaboração dos projetos que consideram mais lucrativos, como ocorre nos municípios deste estudo.

O agricultor ou agricultora, portanto, é levado a investir na atividade agropecuária que a política financia, ou seja, a atividade tradicional e mais fácil de operacionalizar, mantendo o financiamento do padrão de desenvolvimento vigente (Guanziroli, 2007).

Os agentes bancários afirmaram não se atentar, ou não se preocupar com a questão da proporcionalidade entre mulheres e homens que acessam o programa. De fato, todos os AB afirmaram desconhecer a política de cota de participação de mulheres no acesso ao Pronaf, bem como a orientação do BACEN para priorização

de projetos em nome da mulher. Somente AB1 e AB2 afirmaram haver uma orientação do banco para priorização de projetos em nome de mulheres, nas condições já apresentadas.

O mesmo desconhecimento é predominante entre os extensionistas rurais e os consultores, assim como observado por Filipak et al. (2012). Ou seja, as orientações da política de ações afirmativas e para valorização de gênero continuam sendo negligenciadas pelos mediadores. Para C7, “linhas especiais têm preferência: Pronaf Mulher é uma linha especial, Pronaf Agroecologia é uma linha especial, Pronaf Jovem é uma linha especial. Não necessariamente o gênero”.

De fato, o BACEN recomenda a priorização por projetos que atendam às linhas especiais de crédito e aí se incluem o Pronaf Mulher. Mas, a Resolução nº 4.228 de 18 de junho de 2013, em seu Art. 6º do Capítulo 10, deixa clara a prioridade para beneficiárias do sexo feminino, independentemente da linha de crédito acessada por ela, como consta na página 7:

Para os financiamentos destinados às mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas em qualquer grupo e que apresentem propostas de financiamento de até R\$30.000,00 (trinta mil reais), a instituição financeira deve priorizar a efetivação da operação nas condições estabelecidas no MCR 10-1-40, exceto quanto ao limite por operação ali referido.

Para todos os mediadores, a existência de cotas de participação feminina não contribui para que efetivamente ocorra maior envolvimento das mulheres com os programas de crédito. Como já mencionado pelos mediadores, mesmo que as mulheres sejam as titulares das propostas, não são, de fato, beneficiárias, pois não se envolvem com o processo, sendo essa titularidade apenas uma forma de expandir o limite de crédito para gestão do homem. Assim, mesmo que a cota seja atingida na estatística do BACEN, as mulheres não teriam alcançado a sua autonomia econômica prevista na política.

Portanto, entre os AB, ER e consultores, a existência da proposta de redução das desigualdades entre os gêneros, por meio das orientações em ações afirmativas e de priorização das mulheres no acesso ao Pronaf, não tem influenciado no processo de mediação.

Refletindo sobre essa situação, se a proposta do Pronaf Mulher é de favorecer a autonomia feminina, nos municípios estudados, pode-se afirmar que esse propósito não foi atendido plenamente. Pois, a autonomia feminina começa pela decisão pessoal de acessar o crédito, escolher a atividade a ser financiada e participar do processo de elaboração e de submissão do projeto ao agente financeiro. Se os projetos de titularidade feminina foram, na maior parte das vezes, orientados para atender a uma necessidade dos homens, ou ainda, convertidos em Pronaf Mulher à revelia das beneficiárias, não se pode afirmar que estas se tornaram autônomas com a contribuição do programa.

O que essa ação serviu, de fato, foi para aumentar as estatísticas de acesso das mulheres ao crédito. Isso pode explicar, portanto, o aumento do acesso ao Pronaf Mulher nos anos estudados, apesar dos consultores não assumirem a autoria da elaboração dos projetos nessa linha de crédito. A estatística do BACEN mostrou-se real a partir dos dados computados, porém falha na realidade encontrada no campo empírico.

Apesar das considerações de Siliprandi e Cintrão (2015) a respeito da necessidade do detalhamento das leis com normas e portarias que especifiquem o tratamento dado às mulheres, nem sempre essas normas e orientações são observadas ou consideradas pelos agentes executores dos programas, dando menos importância para tais detalhamentos e atendendo, exclusivamente, à operacionalidade do processo.

Essa não preocupação em atender ao propósito do programa, bem como a camuflagem das estatísticas de acesso feminino ao crédito denota que, conforme afirmado por Brumer e Spanevello (2012) e Siliprandi e Cintrão (2015), o problema da implementação das políticas públicas não está relacionado somente às normas, mas no processo de implementação. Para essas autoras, a importância do crédito para mulheres rurais não foi suficientemente internalizada quanto a seu propósito e necessidade.

Com relação à qualidade dos projetos apresentados pelos consultores, os agentes bancários, como analistas que são, avaliaram como bom, na maioria das vezes. Apenas um avaliou como ruim.

Em todos, falta de documentos, execução técnica incorreta, planilha. Eu vejo que os consultores, acredito que eles tenham muita demanda. Então, na verdade, ele já sabe que a gente ajusta se tiver incorreto. A gente vai solicitar, então de repente pra ganhar um tempo, ele já manda da forma com que está, e a gente vai analisar, proceder alguma correção ou solicitar mais documentos. Então, assim, tem bons profissionais que trabalham pra a gente, mas eu diria que esses são exceção, a maioria manda o projeto mediano, ou ruim mesmo. (AB2)

Para Hernández (2009), a falta de qualificação dos técnicos seria o motivo para a baixa qualidade dos projetos de crédito. Para Brumer e Spanevello (2012), o excesso de demanda gera uma sobrecarga do agente elaborador e, como consequência, haveria uma baixa qualidade dos projetos. Diferentemente do apresentado por essas autoras, de modo geral, as consultorias têm apresentados projetos de crédito a contento das agências bancárias nos municípios estudados.

Mas essa qualidade é relativa. Não se pode ignorar a questão de que os projetos considerados “bons” pelos agentes bancários são aqueles que se adequam às necessidades operacionais do banco. Nesse caso, concorda-se com a consideração de Brumer e Spanevello (2012) que os projetos tendem a ser repetitivos, voltados para atividades que já são desenvolvidas nos estabelecimentos, gerenciadas pelos homens. E as autoras admitem que os agentes financeiros também apresentam uma parcela de responsabilidade na questão de repetitividade dos projetos, pois eles tendem a selecioná-los segundo o tipo de atividade produtiva, dando preferência àquelas que demandam maiores investimentos e menores riscos. Além disso, esses agentes não estão abertos a propostas alternativas de interesse das mulheres, receosos a comprometerem a eficiência das carteiras de crédito dos bancos, a despeito da importância socioeconômica do programa, e, muito menos, respeitando as questões de gênero.

Tanto para os bancos, quanto para os consultores, os valores dos contratos mais altos resultam em maiores valores monetários adquiridos em função das taxas e dos juros. Portanto, na visão de Magalhães e Abramovay (2006), o crédito Pronaf, de forma geral, tem sido orientado para a massificação do número de contratos operados por ano, sendo avaliado pelo ângulo quantitativo e não qualitativo, não relacionando-o às transformações sociais propostas pelo programa, em especial o Pronaf Mulher.

Pode-se afirmar que o Pronaf vem sendo operacionalizado em uma visão de desenvolvimento rural que não contempla os sujeitos, sendo uma distribuição de

recursos meramente financeiros, dentro de uma lógica mercadológica e capitalista de desenvolvimento (Resende e Mafra, 2016).

Isso foi observado nos resultados obtidos junto às mulheres entrevistadas, como uma tendência ao desenvolvimento de uma dependência do crédito, cuja renda obtida é utilizada, principalmente, para reinvestir na lavoura e quitar as parcelas do financiamento, com pouco ou nenhum retorno para a qualidade de vida de algumas famílias. O alto grau de endividamento das famílias justifica, inclusive, a necessidade de usar o nome da mulher para expandir o acesso ao crédito pelo homem que já atingiu o seu limite de R\$ 165.000,00. Resende e Mafra (2016) afirmam que tal forma de atuação com a política de crédito Pronaf não apresenta como consequência lógica a melhoria das condições de vida dos indivíduos e nem a garantia de que suas aspirações sejam atendidas.

Portanto, o papel da mediação no caso estudado não tem sido, de fato, uma ação de mediação, senão de operacionalização. Os consultores e agentes bancários se eximem da responsabilidade da mediação igualitária. Enquanto que a ação extensionista não se envolve diretamente com a operacionalização da política de crédito.

A mediação deve estar relacionada, portanto, ao processo que antecede o acesso ao programa, como a problematização da realidade, no planejamento, na capacitação técnico gerencial, na divulgação do crédito como oportunidade de “facilidades econômicas” e mediação no processo decisório. Da mesma forma, a mediação deve estar envolvida no processo que sucede o acesso ao crédito, como o acompanhamento da gestão da atividade, organização e inclusão social das mulheres, orientação no processo de comercialização e acesso a outras políticas públicas, por exemplo. Ou seja, a mediação deve apresentar uma perspectiva analítica da realidade das mulheres, para identificar e desconstruir as relações desiguais de gênero e mediar os conflitos decorrentes desse processo, conforme orientado por Neves (2014).

Sendo assim, investigou-se o papel de outros potenciais mediadores da política de crédito, como os Sindicatos, Cooperativas e o MMC. Aprofundou-se também o estudo sobre o papel dos extensionistas nas ações que transcendem o acesso ao crédito.

4.4.3 A mediação das organizações sociais

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais possui unidades de atendimento nos dois municípios estudados. A atuação principal dessas entidades está relacionada, especialmente, às questões trabalhistas, previdenciárias, acesso à terra e habitação rural, assistência médica, dentre outros. Mas, não se pode negar sua atuação nas questões relacionadas às políticas públicas para o meio rural, especialmente na luta sindical, proposições de ações na agenda política e divulgação dessas para os agricultores familiares.

No entanto, a atuação dos STR nos municípios estudados está vinculada, exclusivamente, aos agricultores e agricultoras familiares filiados à organização. Assim, conforme observado no relato das mulheres, o acesso a informações relativas ao crédito Pronaf teve pouca influência dos STRs entre as mulheres estudadas.

Conforme o relato dos representantes (lideranças) do STR, não há ação específica dos sindicatos com foco em empoderamento das mulheres rurais. Em Rio Bananal, há um grupo incipiente de mulheres, sendo formado e com foco principal na comercialização dos produtos produzidos por elas.

Os representantes também informaram que há um incentivo para a formação sindical das mulheres, haja vista a necessidade de atender à cota de participação de mulheres na diretoria dos sindicatos. No entanto, admitem que nunca houve uma mulher a ocupar o cargo de presidente nos referidos sindicatos. A participação das mulheres na diretoria se restringe, especialmente, aos cargos de secretária e no conselho fiscal. Tal fato foi confirmado na fala das mulheres entrevistadas.

O Pronaf e a linha de crédito do Pronaf Mulher costumam ser divulgados, eventualmente, nas reuniões realizadas nas comunidades rurais e nos encontros especiais realizados anualmente, em comemoração ao “Dia Internacional da Mulher”. Nesses encontros, inclusive, são priorizadas palestras sobre a saúde física e psicológica da mulher e para a sua autoestima.

Duas cooperativas de produção atuam no município de Nova Venécia, apenas. Ambas possuem um Núcleo Feminino, cujo objetivo principal é a “fidelização do homem” à cooperativa, através do incentivo à participação de suas esposas: “O propósito é a fidelização dos cooperados. Se o marido resolver sair e vender o leite para outro, elas não deixam, para não perder o vínculo com o núcleo” (representante do núcleo feminino de uma das cooperativas).

Portanto, os núcleos não foram criados a partir do reconhecimento da necessidade de se reduzir ou eliminar as desigualdade de gênero presentes nas cooperativas, mas como uma forma de “cativar” as mulheres – não, necessariamente, torná-las cooperadas –, para garantir a fidelidade dos companheiros ou dos pais, criando barreiras para a concorrência, sendo uma estratégia de mercado. O estereótipo de que a mulher é dependente do homem e que não representa a família, compromete o seu reconhecimento como cidadãs e como sujeitos de direitos.

As principais ações dos núcleos é a organização de cursos e palestras, encontros especiais e viagens de intercâmbio para as mulheres cooperadas ou esposas, filhas e noras de cooperados. Os cursos realizados são voltados especialmente para a área de culinária (produção de bombons, culinária do café, panificação), artesanato e estética (cuidados com o cabelo e maquiagem). Eventualmente, são realizados cursos na área técnico gerencial relacionada à atividade produtiva, bem como dias de campo. As palestras são orientadas, especialmente, ao desenvolvimento da autoestima da mulher.

Nota-se, portanto, uma tendência dessas organizações a reforçar a divisão sexual do trabalho e a subalternidade das mulheres em relação ao homem, ao valorizar a figura masculina como cooperado principal e ao orientar as mulheres para o papel tradicionalmente vinculado à mulher, na esfera privada.

A baixa atuação das mulheres participantes desta pesquisa nos núcleos femininos é explicada pelo fato da necessidade de ser uma cooperada, ou ser casada, filha ou irmã de cooperado. Nenhuma das mulheres entrevistadas tinha relação com a cooperativa de leite. Já a cooperativa de café, com a qual várias entrevistadas têm relacionamento, tem sua sede no município de São Gabriel da Palha, e as ações do núcleo feminino se restringem àquele município, dificultando o acesso das mulheres de Nova Venécia.

Com relação ao Pronaf em si, as representantes de ambas as cooperativas informaram não haver ações específicas para a divulgação ou promoção do acesso ao crédito Pronaf pelas mulheres. No entanto, mesmo que o foco dos núcleos não seja o empoderamento feminino, a participação das mulheres permite a criação de vínculos sociais, a abertura de diálogos e o reconhecimento das outras mulheres como iguais, podendo haver reflexões sobre relações de gênero, contribuindo para a autoestima e para o estabelecimento de redes de reciprocidade. Dessa forma, o

envolvimento das mulheres no núcleo feminino é importante para o despertar da mulher para o “poder com” e para o “poder dentro”.

Finalmente, há o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) que, dentre os municípios estudados, atua exclusivamente em Nova Venécia desde 1988. As principais ações deste movimento no município são os encontros de formação realizados nas comunidades. Nesses encontros são abordados temas relacionados à necessidade local ou ao contexto nacional, como o caso de informações previdenciárias e outros assuntos, tais como violência doméstica e empoderamento feminino. Quanto ao acesso ao crédito, este não é um tema abordado comumente por elas.

Não é muito tema, não. A gente já até trabalhou, há uns 4 anos atrás. A gente fez um encontro em Nova Venécia com bastante mulheres, onde foi colocado esse tema. Mas, não surgiu muito efeito, não [...]. Primeiro, porque quem manda e desmanda são os homens, né? (risos) Elas não têm o poder de falar assim, ‘ah, eu vou plantar 30 pés de laranja’, ou fazer uma, assim, uma fruticultura, uma horta pra comércio. Que quem manda é o marido. Fala: ‘não, vou plantar café, pimenta, pronto e acabou’, ou ‘vou mexer com o gado’. É dessa forma (Representante do MMC).

Além disso, a representante (liderança) do MMC reclama da falta de recursos para o movimento realizar ações mais abrangentes. As ações em parceria com órgãos de ATER e outras entidades nem sempre resultam em concreções. Para a depoente, um dos fatores que limita a participação de mulheres em organizações, cursos e treinamentos está ligado à divisão sexual do trabalho, que restringe a atuação da mulher no espaço doméstico e as responsabilidades ligadas a ele.

É cinco dias seguidos (de curso). Não pode trazer criança, porque daí a gente vai mexer com fogo, vai mexer com forno, então não pode ter criança aqui. E onde que essas mulheres iam deixar as crianças? Se os maridos não querem nem colaborar, vão tomar conta dessas crianças em casa? (Representante do MMC)

A queixa apresentada pela representante do MMC foi também exposta por Amarílis, no item 4.2.3. O papel reprodutivo estabelecido para as mulheres não

somente dificulta o desenvolvimento de atividades remuneradas, como também limita a mulher ao espaço privado e, conseqüentemente, o desenvolvimento do seu “poder com”, de estabelecer relações com outros agentes sociais. Como a função de cuidar dos filhos é reconhecida como uma obrigação da mulher, o homem se exime de compartilhar esse papel para que a mulher possa participar da vida pública. Essa é uma forma, inclusive, do homem garantir seu poder sobre a família, sendo o único representante desta na esfera pública.

Diante dos relatos, as organizações sociais têm envolvimento limitado das mulheres que não participam como mediadoras do acesso ao crédito Pronaf nos municípios estudados. Embora desenvolvam ações importantes, essas ações são pontuais e isoladas, muitas vezes reforçando as relações desiguais de gênero, havendo pouca ou nenhuma integração entre si e entre as diversas instituições que atuam com a agricultura familiar.

4.4.4 A ação extensionista no processo de mediação do acesso ao crédito

Conforme apresentado no item 4.2.3, 74,5% das mulheres afirmaram nunca ter recebido assistência técnica e nem mesmo procurado os órgãos oficiais de ATER ou outra instituição para orientação. Dez dos ERs confirmaram que, na maior parte das vezes, são homens que procuram pelos serviços de ATER. Apenas a economista doméstica afirmou que a maioria das pessoas que a procura é mulher. Da mesma forma, os ERs tendem, em suas visitas a campo, procurar pelo homem como responsável pela unidade produtiva. A economista doméstica já identifica seu público como feminino, portanto, na maior parte das vezes, ela procura pela mulher agricultora.

Observou-se, portanto, que a divisão sexual do trabalho também é observada no acesso aos serviços de ATER, pois as mulheres rurais, em sua maioria, permanecem afastadas dos assuntos relacionados às atividades agrícolas, reservando ao homem a gestão da propriedade e o acesso a tecnologias agropecuárias. Já os assuntos relacionados a agroindústria, artesanato e demais atividades não agrícolas, principais áreas de atuação da economista doméstica (segundo a entrevistada), são buscadas pelas mulheres rurais.

Esse fato foi confirmado nos trabalhos de Barbosa (2016) que estudou os serviços de ATER executados pelo Incaper em comunidades rurais do município de

Nova Venécia, no estado do Espírito Santo. O autor observou que, nas comunidades estudadas, o número de responsáveis familiares do sexo masculino assistido pelo Incaper chega a ser quatro vezes superior ao número de mulheres. Em sua constatação, o homem é considerado o responsável pela família e, portanto, aquele que mantém o contato com os agentes de ATER. Ele observou, ainda, que em mais de 80% das famílias entrevistadas, o homem é o mais atuante em organizações assistidas pelo Incaper. Assim, pode-se perceber que os extensionistas rurais tendem a lidar diretamente com o homem, responsável pela propriedade e representante da família, atribuindo menor importância à participação dos demais membros, em especial as mulheres.

Nas visitas de ATER, cinco dos extensionistas afirmaram que são recebidos pelas mulheres. Com exceção da economista doméstica, que afirmou ser recebida e acompanhada pelas agricultoras, os extensionistas são recebidos pelas mulheres porque “geralmente, é ela que fica em casa, né?” (ER11). Mas, as mulheres apenas recebem o extensionista e “manda chamar o marido” (ER 10) para acompanhar a visita. Apenas dois afirmaram ser recebidos e conduzidos pelo casal ou pela família. Oito dos extensionistas afirmaram que são acompanhados pelos homens durante a visita de ATER. Quatro desses extensionistas afirmaram ser recebidos e conduzidos por um homem, seja ele o marido ou o filho. Inclusive, ER4 afirma que ele é recebido e conduzido pelo “produtor rural”, se referindo ao homem “chefe da família” e à mulher apenas como “mulher”, desconsiderando-a como produtora. Ou seja, a mulher é mantida alheia ao conhecimento tecnológico.

Quando a gente chega na família aí vem filho, vem esposa... e a mulher já vai pra cozinha que quer fazer um café quente na hora, né? Pra poder recepcionar daquele jeito da cultura da nossa região mesmo e... A gente já não separa muito isso próximo da residência. Mas, quando a gente vai pro campo, pra área de produção, aí a gente percebe mais aí o homem da família, ou os filhos que já trabalham na atividade, já mais próximos. (ER6)

Sendo assim, apesar de quase metade dos extensionistas rurais terem citado o trabalho com a família como um princípio da ação extensionista, não há, de fato, o envolvimento da família nas ações de ATER, uma vez que os extensionistas admitem que, em ações agropecuárias, os homens são privilegiados em detrimento das mulheres, como já reportado por Barbosa (2016).

De fato, dez extensionistas consideraram a participação da mão de obra feminina como uma “ajuda” ao marido e, para oito deles, as mulheres buscariam as atividades consideradas “mais leves”. Para ER 10, as mulheres estão mais envolvidas com “aqueles serviços de casa, mesmo, trabalha em casa, arruma casa, horta, pequenos animais. Mas, é tipo assim, atividade principal como o café, essas coisas, é dificilmente, tá?” (ER10).

Porque você é criado desde pequenininho, criado pra isso. No meio rural eles falam muito “ah, fulana casou, não sabia nem fazer um arroz, a mãe não ensinou”. Então, no meio rural, as funções são muito bem definidas: a da casa pra mulher e fora da casa pro homem. [...]. Não me incomoda, porque eu não vejo insatisfação delas em relação a isso. (ER7)

Na fala dos extensionistas foi possível observar que para quatro deles a divisão do trabalho doméstico se dá, especialmente, pela capacidade física, sendo que o trabalho considerado “pesado” fica com os homens e os trabalhos considerados “leves” são da alçada da mulher, demonstrando o desconhecimento por parte dos ERs a respeito da atividade laboral das mulheres rurais, confirmando a invisibilidade de seu trabalho para as próprias instituições de ATER.

Conforme observado na fala das mulheres entrevistadas, elas também são responsáveis por capinar, podar, desbrotar, colher, além de darem conta de todo o serviço doméstico. A única atividade relatada por quase todas as mulheres que elas se recusam a fazer é a aplicação de agroquímicos, não somente pelo peso do equipamento de pulverização, mas, também, pelas reações adversas resultantes do contato com os produtos químicos. Dessa forma, não se pode afirmar que a divisão se dá pela penosidade do trabalho, mas pela importância econômica da produção e pela hierarquia masculina que torna o homem gestor, que define a responsabilidade de cada membro da família (Brumer, 2004, Paulilo, 2016; Siliprandi, 2009).

A ideia de ajuda reflete como algo dispensável e de menor importância. Se a mulher é tida como mera ajudante, sua participação nas decisões também tem sua importância reduzida, segregando a mulher do processo gerencial e retirando sua autonomia. Além disso, embora a mulher participe na geração indireta de renda, como a produção de alimentos para autoconsumo na família, a ausência de, ou a menor

produção monetária, resulta na redução da valorização do trabalho feminino ou mesmo na invisibilidade de sua participação econômica.

Outra importante observação é a naturalização da divisão sexual do trabalho, representada na fala dos extensionistas. Todos consideram que se trata de uma ordem social herdada e intocável. Essa representação fica mais evidente na fala de ER7 que afirmou não se incomodar com a condição feminina no campo, pois, em sua concepção, as mulheres estão satisfeitas com a situação. Essa naturalização da condição da mulher, cuja sociedade define o espaço a ser ocupado pelas mulheres (Herrera 2012; Pizzinato et al., 2016) impede que os agentes de extensão rural se incomodem ou estranhem a ordem social no campo. Logo, não serão eles a se mobilizarem para o processo de mudança dos paradigmas da desigualdade de gênero no meio rural.

Para a maior parte dos ERs, mesmo que as mulheres participem das atividades geradoras de renda monetária, elas não participam do processo de gestão das propriedades e nem da renda gerada pelas atividades agrícolas. Na visão de três extensionistas, as mulheres não possuem autonomia sobre a renda, nem mesmo sobre aquela oriunda da atividade desenvolvida por ela. Outros cinco consideram que as mulheres possuem acesso parcial à renda e baixa autonomia. Ou seja, elas precisam pedir ao marido autorização para usarem parte da renda. Três extensionistas não souberam opinar.

Ela só vai ter uma renda que é dela, vamos supor que eles produzem café e leite e ela faz calcinha pra vender. Aí essa renda da calcinha é só dela. [...] Ela compra coisas pra casa, mas é ela que administra. [...] Eu acredito, eu acho que aquele dinheiro da calcinha e da cueca ela faz com ele o que ela quiser. Ela não pede palpite ao homem. Essa autonomia quando ela desenvolve a atividade não é dele, quando ela desenvolve uma atividade não agrícola. (ER7)

Observa-se na fala dos extensionistas que a autonomia financeira da mulher rural está diretamente relacionada ao desenvolvimento de atividades não agrícolas, como artesanato, agroindústrias e atividades intersetoriais. Essa visão converge para a ideia apresentada pelos extensionistas de que as atividades agropecuárias desenvolvidas pelas mulheres são consideradas como apenas uma ajuda ao homem, não recebendo qualquer remuneração pelos serviços prestados. Assim, as mulheres

somente podem ter autonomia sobre a renda gerada por atividades desenvolvidas por elas. Se na propriedade as mulheres não conseguem alcançar a autonomia financeira por meio das atividades agropecuárias, a pluriatividade se mostra como principal opção, seja pelo desenvolvimento de atividades não agrícolas na propriedade ou por meio de atividades intersetoriais, como o emprego no meio urbano.

De fato, como foi observado neste estudo, as mulheres do Grupo 1 e do Grupo 2, em sua maioria, somente apresentaram autonomia sobre a renda oriunda da atividade não agrícola ou sobre a renda não agrícola obtidas por elas. Contudo, o salário obtido com essas atividades intersetoriais ainda é utilizado para complementar os gastos com a família e com as atividades agropecuárias, sem, todavia, reduzir a função doméstica acumulada pela mulher (Di Sabatto et al., 2009).

ER 3 e ER7 consideram que as questões relativas à autonomia sobre a renda não são de sua incumbência, devendo ser um assunto da área de economia doméstica. Portanto, aqui se enquadram as afirmações de Bandeira e Almeida (2013) quando comparam políticas para mulheres com políticas de gênero. A não observância dos conceitos faz com que os extensionistas atribuam a “valorização de gênero” como valorização das atividades “tipicamente femininas”, inter-relacionadas às atividades domésticas, mantendo o “lugar da mulher” conforme os padrões patriarcais, estimulando o trabalho gratuito executado por elas, e se eximindo de interferir na construção da igualdade social no que se refere às relações de gênero.

Pois é, ela pode acessar uma atividade de café que o marido trabalha pra uma renda pra ela. Aí é uma questão que terá que ser analisada internamente dentro da família. [...] Agora, até que ponto também as mulheres estão preparadas para trabalhar isso, é uma interrogação muito grande. [...] Preparadas no sentido de sair da sua zona de conforto e buscar isso, né? [...] Deixar a mulher talvez numa situação de que ela perceba que ela pode esperar pelo outro ou continuar recebendo os frutos do que tá sendo trabalhado pela família como um todo, mas com gerência do marido. (ER6)

É possível perceber a noção de inércia atribuída às mulheres como forma de responsabilizá-las pela própria condição desigual em que se encontram. Esse comportamento dos extensionistas também é explicado pela construção social do ser masculino e do ser feminino. O homem projeta na mulher diversos estereótipos de fêmeas, como um ser inerte e insensível, que foram atribuídos às mulheres por séculos (Beauvoir, 2016). Mas, não se trata propriamente de inércia ou satisfação com

sua “zona de conforto”. Há, na verdade, uma submissão das mulheres em relação aos homens, engendrada pela sociedade.

Homens e mulheres vivem sob a mesma cultura, e, esta destina a cada gênero um papel diferente nas relações sociais, sejam elas conflitivas ou de aliança. A contestação da ordem social pela mulher é encarada como rebeldia, sendo valorizado o comportamento manso e submisso, evitando-se os conflitos na competição de papéis (Saffioti e Almeida, 1995), como no caso de Hortência, Petúnia, Malva, dentre outras.

Quanto à participação das mulheres nos espaços de decisão e organizações sociais, os extensionistas reconheceram que é insuficiente e que esses espaços são hegemonicamente masculinos. Os extensionistas corroboram a opinião das mulheres estudadas, afirmando que em organizações mistas (de homens e mulheres) os postos hierárquicos são ocupados por homens, enquanto às mulheres é reservada a função de secretariado, quando elas participam.

No entanto, para seis extensionistas, a participação da mulher, mesmo que apenas para cumprimento institucional de cotas, não se enquadra como uma responsabilidade do agente de ATER. Observa-se, portanto, que a naturalização da exclusão da mulher dos espaços de decisão impede a sensibilização do extensionista para identificar e interferir nas questões relacionadas à desigualdade de gênero.

Com relação ao Pronaf, especificamente, como já apresentado, este não é um programa cuja mediação esteja dependente da Extensão Rural oficial nos municípios estudados. Os ERs reconhecem a pouca experiência com o programa e que, também, não têm a divulgação para o público feminino como meta nas ações extensionistas.

Apesar da ciência dos extensionistas da situação da mulher em relação ao Pronaf e à autonomia, nove dos extensionistas afirmam não incentivar a participação delas. Os outros dois admitem que apenas divulgam o Pronaf Mulher. Mas, os extensionistas não reconhecem a sua responsabilidade na contribuição pelo desenvolvimento do empoderamento das mulheres, independentemente da política pública que implementam. Dessa forma, o Pronaf não está sendo utilizado como uma ferramenta para a construção da autonomia econômica das mulheres, nas ações extensionistas.

É porque, na propriedade, normalmente quem é responsável pela parte gerencial econômica da propriedade é o produtor. Existe aqueles produtores que trabalham junto com a mulher, né? Mas o carro chefe normalmente é o produtor. Então, você falar em Pronaf Mulher ou Pronaf Jovem, existe um caso ou outro, né? Mas é pouco, é difícil uma mulher que desenvolve uma atividade paralela a do homem, ou ela fica do lado da família ou ela ajuda na atividade, você entendeu? (ER7)

Na fala de ER7, novamente se observa a segregação entre o produtor “carro chefe” (*sic*) da família e a mulher, quem “ajuda” o marido e não é reconhecida como produtora. Daí a sua exclusão das ações de ATER, especialmente quando se trata da produção, negociação, comercialização, conforme apresentado por Brumer (2009). Já ER9 reconhece que a mera divulgação não contribui para o acesso das mulheres ao Pronaf. Mas, também não relatou atitudes para atingir tal objetivo.

ER4, com visível desconforto, declara: “A gente acaba não... não incentivando, porque... eu, por exemplo, ultimamente, eu tenho trabalhado bastante mais especificamente com a cultura de pimenta-do-reino e, também, um pouco de café”. Ou seja, para esse extensionista, ele não incentiva a participação feminina no Pronaf, porque ele está se dedicando às culturas de domínio masculino, como se as mulheres não se interessassem pelas atividades agrícolas. Isso foi observado durante toda a entrevista, quando ER4 considera como produtor apenas o “chefe da família” (*sic*) e, também, quando ele se exime da responsabilidade do trabalho com as mulheres rurais por avaliar que as atividades adequadas a esse público seriam aquelas que podem ser consideradas como uma extensão do espaço doméstico e, portanto, da alçada da economista doméstica. Isso demonstra o seu desconhecimento das questões relacionadas a gênero, como também do próprio trabalho de economia doméstica.

Quando a atividade financiada para a mulher é a mesma de domínio masculino, a tendência dos extensionistas é de prestar assistência técnica direcionada especialmente ao público masculino. Dessa forma, pode-se compreender que não há um acompanhamento pré-projeto para a inclusão das mulheres no programa de forma a incentivar sua autonomia. E, como o acompanhamento dos projetos não é executado pelas consultorias, mas, sim, pelos extensionistas e revendedores de insumos, porém, de forma orientada para a cultura, pode-se afirmar que as mulheres, em sua maioria, são usadas apenas como estratégia de acesso ao crédito e que o propósito de desenvolvimento de sua autonomia não é alcançado.

Cintrão e Siliprandi (2011) afirmam que os valores e normas patriarcais ainda estão presentes nas culturas organizacionais de forma naturalizada, a ponto de não serem percebidos pelos agentes implementadores de políticas públicas. Assim, a discriminação com relação às mulheres é uma prática comum. Por exemplo, quando se interpreta que o titular do projeto deve ser o homem por ser o “chefe da família” e o titular da DAP.

Nesse contexto, os ERs reconhecem que não se sentem preparados para atuar nas questões de gênero no espaço rural, considerando uma área complexa e conflituosa. “Olha, essa questão de gênero, preparada ainda não. Eu tenho que estudar bastante, porque é um termo muito complexo e, também, difícil de trabalhar numa comunidade ainda muito machista, ainda mais aqui no norte do estado” (ER1).

Confortável (para trabalhar com as relações de gênero), sim. Preparado, não. Confortável porque eu acho que o relacionamento fica melhor. Porque também é muito complexo trabalhar essa questão de gênero na família que é machista e o cara acha que você chega lá e tá a fim da mulher do cara. Você tem que ter um certo pudor disso, né? Mas, confortável, sim. Preparado não. (ER9)

Eu acredito que uma preparação eu saberia lidar com essas coisas. Eu tenho uma técnica de tipo assim, fazer com que a mulher seja útil, estar participando ali meio a meio, e que todos tem que contribuir, né? O homem até dentro de casa, até num simples lavar copo, lavar cueca, ele contribui. Tem que contribuir, né? (ER10)

Nota-se na fala de ER10 que a forma de se trabalhar políticas de gênero não seria difícil, pois bastaria fazer com que as mulheres se tornassem “úteis” ao participarem da produção e da geração de renda, haja vista que o homem já contribui com alguns afazeres domésticos. Esse tipo de percepção de ER10 evidencia que a não compreensão das relações de gênero como desiguais e como um problema estruturante, orienta a ação extensionista para ampliar o abismo da desigualdade entre homens e mulheres.

Na representação dos extensionistas, as mulheres devem acumular as responsabilidades do sustento da família, das atividades domésticas e do cuidado dos filhos. Já, o homem, na visão dos entrevistados, tem a responsabilidade de sustentar o lar, mas, nem sempre participa das demais atribuições. Isso reforça a ideia de que, para os extensionistas, as mulheres têm responsabilidades financeiras para com a

família, assim como os homens. Mas, o estigma social da execução de tarefas não remuneradas recai, ainda, sobre a mulher.

Dados semelhantes foram observados por Silva et al. (2017) ao estudar os extensionistas rurais no norte do Espírito Santo, reafirmando a necessidade da capacitação dos extensionistas rurais para atuarem como mediadores nas políticas públicas que envolvam questões de gênero. A capacitação deve prever a sensibilização dos extensionistas para a compreensão desse tema e para a interpretação das políticas de gênero, como forma de se romper com as relações desiguais e não como forma de incluir mulheres em atividades historicamente reservadas ao domínio feminino e de valor inferiorizado em relação às de domínio masculino.

Concordando com Meneses e Gomes (2014) e Neves (2014), os mediadores estão expostos ao enfrentamento de situações de conflitos sociais para os quais, muitas vezes, não foram preparados. Diante disso, há a necessidade de formação especial desses mediadores e o desenvolvimento de competências para possibilitar o processo de mediação nos momentos que demandam negociações conflituosas, ressignificação de ideias, construção de novas identidades sociais e de mudanças de atitudes.

As relações de gênero intrafamiliares são, de fato, temas muito complexos. ER5 afirma que tem “trabalhado de uma forma bem participativa pra não ultrapassar espaço. Porque eu acho que é dentro de casa que as coisas vão se resolver”. Sua fala demonstra que a sociedade reserva para a intimidade do lar as soluções dos conflitos. Cria-se uma blindagem na organização familiar, onde não se deve intrometer.

Conforme citado por Cintrão e Siliprandi (2011), as questões relacionadas ao poder de decisão e de acesso à renda ainda são vistas como pertencentes à esfera privada das famílias, não sendo trabalhadas pelas instituições por receio de causar conflitos e pela dificuldade na mediação destes. Assim, as desigualdades de gênero e os conflitos intrafamiliares são abafados e perpetuados no silêncio do vácuo de proteção que a sociedade impõe sobre as famílias. Ainda mais quando se refere ao espaço rural, onde a visão idílica da família agricultora em harmonia com a natureza camufla os sentimentos das mulheres, amordaçando sua capacidade de expressão.

Os órgãos oficiais de ATER, de forma geral, trazem consigo o seu histórico de discriminação de gênero do século passado que ainda estão arraigados no

comportamento organizacional. Conforme reporta Olinger (1996), os serviços de ATER segregavam os produtores das “donas de casa” – e isso foi observado na fala de dois entrevistados – reservando as informações de tecnologia agropecuária aos homens e as questões relativas ao bem-estar da família, como alimentação, saúde e vestuário, para as mulheres.

A queixa apresentada pelas mulheres entrevistadas no item 4.2.3 convergem para os depoimentos dos extensionistas. Essa orientação para a divisão sexual do trabalho no campo, que prevaleceu por décadas e que ainda ressoa no comportamento de alguns extensionistas, é uma forma do estado contribuir para a perpetuação das desigualdades de gênero, como alertado por Bourdieu (2002).

Nota-se, na fala dos extensionistas, que a discriminação de gênero existe nas relações sociais dentro das próprias organizações. E, eles reconhecem que para ser possível o processo de mudança na ação extensionista, com vistas a contribuir para o desenvolvimento da igualdade de gênero no espaço rural, há a necessidade primeira de se promover o rompimento dos paradigmas intrainstitucionais.

Segundo Jalil et al., (2017), as organizações devem reconhecer a existência de um espaço opressor e que há a necessidade de superar os preconceitos. Há, também, a necessidade de qualificar as organizações com formação baseada em uma perspectiva feminista nas práticas metodológicas de campo, envolvendo questões políticas, econômicas, sociais, produtivas e culturais, com vistas a desenvolver um trabalho emancipador para a mulher rural, despertando nelas e na sociedade seu papel como sujeito político.

Portanto, é preciso garantir a formação feminista da equipe executora, de forma sistemática e integrada às ações e metodologias de ATER, tendo como alvo a divisão sexual do trabalho nas relações intrafamiliares no campo. Além disso, deve-se garantir que a equipe considere, de fato, as mulheres como sujeitos de direitos, e que rompa com as estruturas patriarcais no campo.

Assim, propõe-se que as instituições de ATER busquem a qualificação de toda a organização com o propósito de quebra dos paradigmas da desigualdade de gênero em todos os níveis hierárquicos, como forma de se construir uma nova história nas organizações de ATER. A mudança na percepção dos extensionistas quanto às desigualdades sociais, especialmente as de gênero, pode influenciar na mudança de conduta nas ações de ATER, contribuindo para a promoção da participação feminina efetiva no campo e, portanto, para o empoderamento da mulher rural.

Se o processo educacional continuado e não formal, que está inserido na ação extensionista, incluir a sensibilização social para a valorização do trabalho feminino no campo, respeitando as mulheres como sujeitos de sua própria vida, responsáveis pelas próprias escolhas, tanto no âmbito produtivo, mas especialmente, no âmbito familiar (Santos, 2017), é possível que a transformação no campo ocorra, rompendo com os padrões patriarcais. Assim, a extensão rural como um serviço e como uma política seria, então, efetiva, pois “é do ponto de vista das oportunidades concretas dadas aos indivíduos que julgamos as instituições” (Beauvoir, 2016, p. 25).

Em acordo com Bandeira e Almeida (2013), a sustentação da proposta de empoderamento das mulheres, através das políticas públicas depende, inicialmente, da vontade política, manifestada pelas próprias instituições, mas que parece não ter sido homogeneamente compartilhada entre as diversas esferas, pois não houve incorporação na prática mediadora. Portanto, a efetividade dessas políticas dependerá da disseminação de novos valores culturais e políticos.

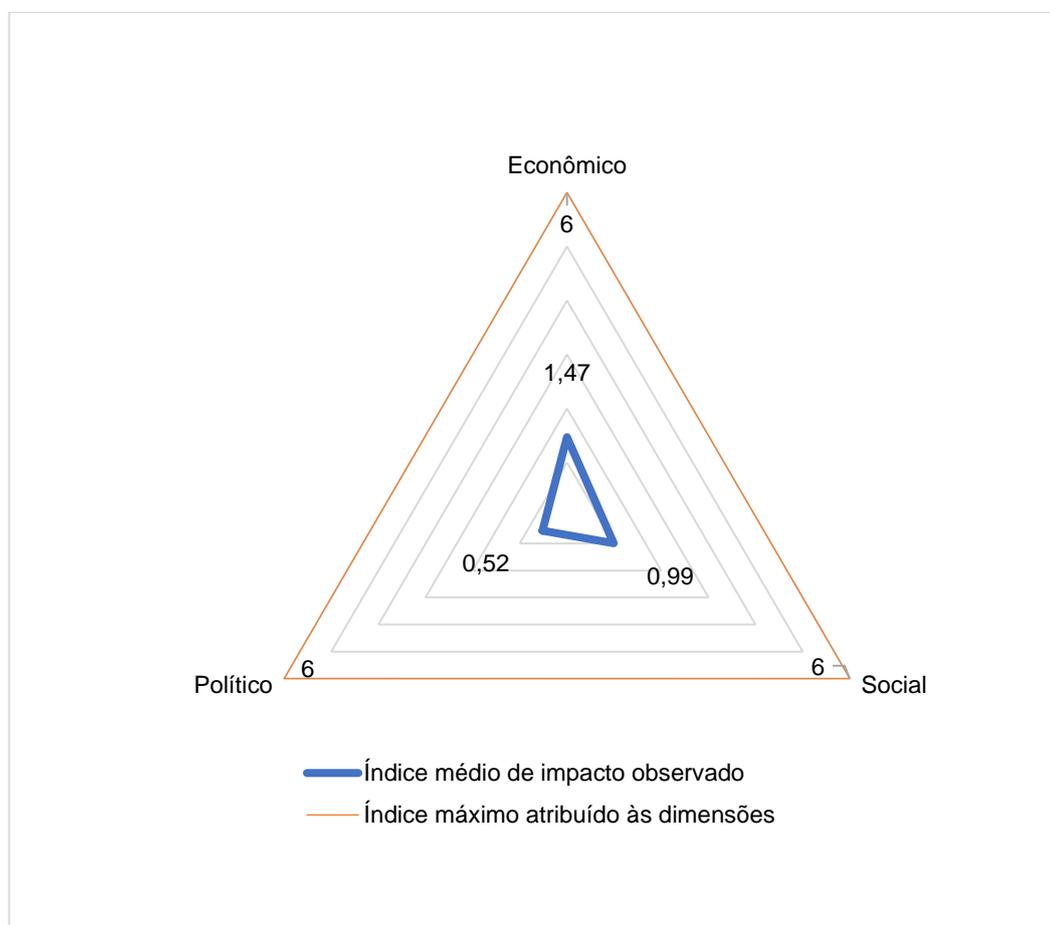
4.5 Pronaf e desenvolvimento: possibilidades e limites a partir das dimensões do empoderamento

Sob a perspectiva do processo de empoderamento proposta por Malhotra et al. (2002) e Sen (2000), analisou-se a situação das mulheres a partir do acesso ao crédito Pronaf, mas considerando a sua história pregressa, como forma de comparar as mudanças ocorridas. Investigou-se a ampliação do seu poder de transformar a própria vida, se houve o desenvolvimento da capacidade de fazer suas próprias escolhas e definir suas próprias prioridades, seus próprios interesses (León, 1997).

Os resultados deste estudo apontam que o empoderamento não foi homogêneo entre as mulheres, devido aos diferentes contextos e diferentes histórias de vida. Mas, é possível afirmar que o impacto principal do acesso ao crédito Pronaf foi sobre o empoderamento econômico (Figura 19).

Nessa dimensão, os indicadores que influenciaram positivamente no impacto foi a autonomia sobre a renda pessoal e o bem-estar da família. Há de se observar que muitas mulheres possuem renda própria oriunda de ONA e de RNA, portanto, não se pode afirmar que o impacto positivo no empoderamento econômico de todas as mulheres se deu devido ao acesso ao crédito. Mas, se pode afirmar que as mulheres que tiveram autonomia para gerir a atividade do Pronaf, como Acácia, Antúrio, Cateia,

Estrelícia, Girassol, Orquídea, Zínia, dentre outras, o acesso ao crédito contribuiu para o aumento da renda pessoal. Foi possível observar, também, que o acesso à renda pessoal é, de fato, um motivo importante para o empoderamento econômico.



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa

Figura 19 – Representação esquemática do impacto do acesso ao Pronaf pelas mulheres de Nova Venécia e de Rio Bananal, ES, a partir das dimensões do empoderamento propostas por Malhotra et al. (2002) e Sen (2000).

Paralelamente ao aumento da autonomia sobre a renda pessoal, o segundo indicador que mais impactou positivamente essa dimensão foi o bem-estar da família. As mulheres com autonomia financeira tendem a investir na qualidade de vida dos seus, sendo esse o primeiro fator a ser considerado pela mulher quando ela tem acesso a recursos financeiros.

Já o indicador que mais influenciou negativamente no empoderamento econômico das mulheres foi a permanência da divisão sexual do trabalho, a qual não apresentou mudanças para 85,5% das mulheres. Essas mulheres não conseguiram ampliar sua autonomia econômica devido às relações desiguais de gênero que limitam as liberdades e capacidades das mulheres, bem como a dupla ou tripla jornada de trabalho apresentada por elas.

As mulheres, para conseguirem ter autonomia sobre a própria renda, tendem a ingressar em atividades não agrícolas, de forma a não concorrer com os homens nas atividades agropecuárias comerciais desenvolvidas nas unidades produtivas. Porém, a sua função reprodutiva não é compartilhada com os homens da família, cabendo a elas o acúmulo de atividades, comprometendo a sua saúde, bem como o seu tempo para desenvolver outras dimensões do empoderamento.

Outros indicadores que apresentaram impactos negativos no empoderamento econômico das mulheres foram a baixa diversificação da propriedade e a baixa participação das mulheres na gestão da propriedade. O primeiro diz respeito à tendência de as mulheres financiarem as atividades normalmente executadas pelos homens, tanto por uma escolha pessoal, mas, principalmente, para atender à necessidade de crédito do homem, mantendo-se o investimento em atividades zoneadas, mais facilmente aprovadas em projetos de crédito, como já demonstrado.

Quanto à baixa participação das mulheres na gestão da propriedade, já foi explicitado que se trata tanto do sentimento de insegurança das mulheres a respeito do conhecimento de técnicas produtivas e gerenciais, quanto pela própria discriminação da família e dos mediadores, que tendem a duvidar da capacidade produtiva das mulheres rurais, excluindo-as do acesso ao conhecimento técnico gerencial. Portanto, pode-se afirmar que a ideia da inferioridade das mulheres em relação aos homens, se mantém nos símbolos e valores socialmente construídos, interferindo significativamente no desenvolvimento das capacidades das mulheres.

Observa-se na figura 19 que as dimensões mais vulneráveis para o empoderamento das mulheres, neste estudo, foram a social e a política. As mulheres que se mantêm como “donas de casa” e aquelas que não compartilham a gestão da propriedade e da renda, tendem a não se envolver com agentes sociais externos e a não usufruir das liberdades instrumentais e das oportunidades sociais. Sendo assim, a privação da liberdade econômica pode comprometer a capacidade das mulheres de desfrutarem das demais liberdades.

Embora o processo de empoderamento se concentre inicialmente em nível individual (Mosedale, 2005; Sen, 2000), a tomada de consciência pode ser iniciada a partir do envolvimento das mulheres com outras mulheres. Portanto, as participações social e política devem ser pensadas como fatores importantes para o empoderamento das mulheres rurais, em consonância com o desenvolvimento de sua autonomia econômica.

Com relação à dimensão social, o indicador de “desenvolvimento da autoestima” foi o que mais impactou, apresentando pontos positivos, como a ocorrência do sentimento de utilidade e de participação apresentado pelas mulheres. As mulheres se sentiram reconhecidas e participativas na produção, contribuindo para o desenvolvimento do sentimento de realização pessoal e de autoestima.

O indicador “capacidade de agência” também apresentou impacto importante. Isso se ocorreu devido ao desenvolvimento das capacidades das mulheres de se tornarem sujeitos ativos e não apenas passivos para 54,4% das mulheres. Podem-se citar como exemplos: Palma, que diante da ausência do marido em dias úteis, coube a ela toda a condução das atividades produtivas e negociações; as mulheres do Grupo 3 que, ao se verem sozinhas por ocasião do divórcio ou falecimento do marido, recorreram ao Pronaf para a nova fase de suas vidas; as mulheres solteiras que se motivaram para iniciar a vida adulta com a garantia da autonomia econômica, adquirindo propriedade (Dália), fazendo contratos de comodato e investindo na terra (Catleia, Orquídea, dentre outras).

Entretanto, para os exemplos citados, o Pronaf não foi o fator que desencadeou a capacidade de agência das mulheres, mas as mulheres se motivaram, individualmente, para usufruir da liberdade individual de acessar a política de crédito, sendo o Pronaf uma ferramenta importante para a realização das conquistas das mulheres.

O acesso ao Pronaf também despertou a capacidade de agência das mulheres, como no caso de Acácia, Lavanda e Vitória Régia. Após o primeiro acesso ao programa, as mulheres se sentiram empoderadas para renegociar dívidas, acessar outras políticas públicas e tomar a frente na gestão da propriedade e da renda, quando os maridos se tornaram apáticos diante das intempéries e variações de mercado.

Entretanto, a dimensão social do empoderamento ainda se mostrou frágil ou em desequilíbrio quando comparada à dimensão econômica. Indicadores como “acesso à assistência técnica”, “participação em cursos e capacitações”,

“desenvolvimento da consciência de gênero” e “mudanças nas relações de gênero” impactaram negativamente o desenvolvimento do poder social.

No relato das mulheres ficou evidente a exclusão delas das áreas de conhecimento técnico gerencial pela pouca atenção dada pela ATER às necessidades das mesmas. As mulheres não se sentem convidadas a participar de cursos e eventos, ou não se sentem à vontade para participar de eventos onde haja a presença majoritária dos homens.

Com a tradição e naturalização da divisão sexual do trabalho, arraigada no espaço rural (que também impactou negativamente a dimensão econômica), ratificada pela sociedade e pelo estado, por meio da atuação dos agentes políticos e sociais (Scott, 1999; Bourdieu, 2002), as mulheres não têm, em sua maioria, se conscientizado das questões relativas às relações de gênero, o que impacta diretamente na estagnação dessas relações, não havendo mudanças, mesmo nas famílias em que as mulheres são mais autônomas.

O fato das mulheres, ao acessarem o Pronaf, necessitarem sair do espaço privado para o espaço público, tendo contato com outros agentes sociais, contribuiu como indicador de impacto positivo para a análise da dimensão política. Entretanto, como esse fator atingiu apenas parte das mulheres, os indicadores que mais influenciaram negativamente, fragilizando a dimensão política no contexto estudado foram a participação em cargos diretivos nas organizações e a participação em outras políticas públicas.

Isso é explicado pelo fato de que as mulheres, embora sejam filiadas a uma alguma forma associativa em 52,7% dos casos, apenas 17,2% já ocuparam ou ocupam um cargo na diretoria da organização. Observa-se, portanto, que a organização política, ou a conquista do espaço político pelas mulheres estudadas não ocorreu efetivamente. Isso foi demonstrado pelas falas das mulheres, que tendem a se afastar das organizações sociais por não se sentirem ouvidas ou por não se sentirem preparadas, devido ao baixo grau de escolaridade. Nesse contexto, elas desistem de conquistar o seu direito político de se manifestar, de se candidatar a um cargo eletivo, de participar de fato com liberdade instrumental política (Sen, 2000).

Embora as mulheres tenham aumentado seu contato com outros agentes sociais, esse relacionamento não partiu de sua iniciativa pessoal, na maior parte dos casos. Esse encontro mulher-mediador social não foi conquistado, mas foi estabelecido por outro. Criou-se a oportunidade de contato dessas mulheres com

mediadores (consultores e agentes bancários), com o propósito de beneficiar outra pessoa da família, no caso, do sexo masculino. Logo, o contato com agentes sociais não contribuiu para o despertar das mulheres como sujeitos de direitos, para que buscassem as suas liberdades instrumentais, resultando na baixa participação das mulheres em outras políticas públicas, por desconhecê-las.

Portanto, o empoderamento é processo contínuo e não finito (Romano, 2002). Não há o alcance do poder absoluto. O poder é relativo e relacional. As pessoas podem ampliar ou reduzir seu poder em relação a si mesmas quando comparadas épocas diferentes em suas vidas, como antes e após acessar o Pronaf; antes e após terem se divorciado; antes e após terem tido acesso à educação.

As pessoas podem ampliar ou reduzir seu poder em relação ao outro, implicando em mudanças nas relações. Mas, apesar de o ato de empoderar-se partir, inicialmente, do individual, o seu despertar ou o seu fortalecer pode ocorrer a partir do envolvimento coletivo (Mosedale, 2005).

Assim, fortalecer as dimensões política e social torna-se uma necessidade, para efetivar o processo de empoderamento das mulheres rurais. Como afirmado por Mosedale (2005), não é possível um agente ou uma instituição empoderar um indivíduo, mas estes podem contribuir para a tomada de consciência desse indivíduo e para o desenvolvimento de suas capacidades.

A transformação só é possível a partir da mudança do *habitus* (Bourdieu, 1983). Para tanto, há a necessidade de se transformar, antes, as estruturas de subordinação, permitindo a emancipação das mulheres (Cruz, 2018). E, para isso, é necessária a tomada de consciência, como referenciado por Mosedale (2005), a partir da problematização do contexto em que se processam as relações desiguais de gênero.

É isso que se espera como consequência das políticas públicas, como a de crédito: fornecer ferramentas para o desenvolvimento das capacidades por meio do uso das liberdades. Mas, tais capacidades dependem, muitas vezes, da atuação dos mediadores, como facilitadores do acesso às políticas públicas, como incentivadores da inclusão social e como agentes de mudança.

Sen (2000) afirma que não se deve tolher a liberdade participativa no processo de desenvolvimento quando há impasse entre as mudanças e as tradições sociais. A discussão deve ser amplamente aberta à sociedade para que seja decidido de forma conjunta. Não se deve adotar o pretexto de defender valores tradicionais e

negligenciar a questão da legitimidade e da necessidade das pessoas afetadas participarem da decisão do que desejam. Mas, Sen (2000) pondera que a participação requer conhecimento e acesso à educação.

Nesse ponto se reforça a importância dos mediadores, em especial os Extensionistas Rurais, no processo de educação não formal e libertadora para as mulheres rurais. O não envolvimento das mulheres no acesso à informação (social, política, econômico-gerencial, técnico-produtiva) pode mantê-las na obscuridade e reduzir sua participação no processo decisório. Portanto, a ATER feminista pode contribuir para a transformação do campo, para o desenvolvimento da capacidade de agência das mulheres, do seu reconhecimento como sujeitos de direito e, conseqüentemente, para a redução das desigualdades de gênero nas famílias e na sociedade como um todo.

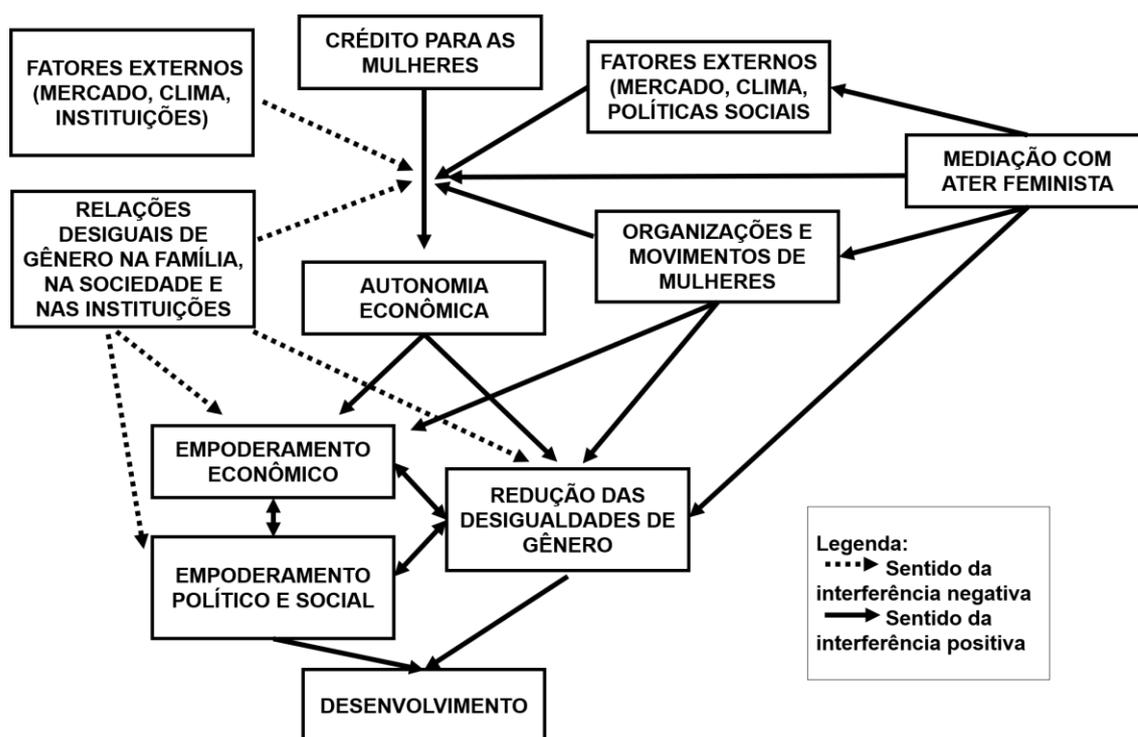
Partindo-se da premissa de que as políticas de crédito são importantes ferramentas para o desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres, e, a partir dos resultados apresentados, baseado no aporte teórico, resumem-se as possibilidades e limites para o empoderamento de mulheres e sua relação com o desenvolvimento rural na Figura 20.

Os principais fatores que limitaram o desenvolvimento da autonomia das mulheres estudadas foram:

a) Relações desiguais de gênero:

A construção simbólica dos papéis de gênero e das relações de poder que se estabelecem a partir desses papéis (Scott, 1999. Kabeer, 1998) afetaram negativamente o desenvolvimento da autonomia das mulheres. Primeiramente, devido às próprias relações intrafamiliares, quando o homem “usa” o nome da mulher para acessar o crédito, sem a devida participação dessas mulheres; ou, ainda, a impede de investir em uma atividade do interesse dela por demandar a mão de obra da mulher para a atividade principal ou por impedir a possibilidade de autonomia da esposa.

Em nível local, as relações desiguais de gênero estão enraizadas em todas as instituições – igreja, organizações sociais, instituições estatais, empresas – dificultando a real inclusão econômica, produtiva e social das mulheres. As relações desiguais de gênero deram suporte para os demais fatores limitadores do desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres, como se segue.



Fonte: elaborado pela autora

Figura 20 – Fluxograma do processo de empoderamento de mulheres para o desenvolvimento a partir das ideias de Sen (2000) e das possibilidades e limites que interferem no processo (Cruz, 2018; Hernández, 2009; Costa e Jalil, 2015; León, 1997).

b) Baixa autonomia nas decisões

A maior parte das mulheres estudadas se submete às decisões dos maridos. Algumas afirmam compartilhar as decisões, mas admitem que a palavra final é do marido, pois ele é o “chefe da família”. As mulheres solteiras tendem a se submeter à gestão do pai ou do irmão, permanecendo sem autonomia. Dessa forma, têm mais dificuldade em acessar o Pronaf por não terem autonomia para a tomada de decisão. As mulheres sem companheiro e sem influência masculina apresentaram autonomia e, conseqüentemente, capacidade de agência.

c) Múltiplas jornadas de trabalho

A dupla ou a tripla jornada de trabalho está diretamente relacionada à divisão sexual do trabalho advinda das relações desiguais de gênero. Dessa forma, o envolvimento da mulher em atividades agropecuárias resultaria na ampliação da sua jornada de trabalho, haja vista que as atividades domésticas e do entorno não

costumam ser divididas de forma igualitária e justa. Aquelas mulheres que já se dedicam às atividades agropecuárias principais, acumulam as atividades domésticas. Assim, o investimento em outras atividades demandaria uma sobrecarga laboral, pois a sua mão de obra não seria dispensada da lavoura principal.

d) Desconhecimento do Pronaf e pouco acesso à informação.

O Pronaf e demais políticas públicas para o meio rural são pouco divulgados nos municípios estudados. As mulheres tomaram conhecimento da existência do Pronaf por meio de parentes e amigos, não sendo informadas das linhas de crédito e das possibilidades de financiamento. O acesso à informação é limitado, tanto pela baixa capacidade de agência de parte das mulheres, subjugadas à dominação, quanto pela própria discriminação social que as exclui do espaço público, sobretudo dos espaços de decisão.

e) Medo de endividamento e incertezas

Parte das mulheres se mostrou receosa com o Pronaf, especialmente após a seca que as famílias enfrentaram por três anos consecutivos. O medo do risco de perda da lavoura, aliada à falta de informação sobre questões relacionadas às políticas de proteção e de comercialização da produção familiar, bem como das possibilidades de renegociação das dívidas, inibem as mulheres de tomar agência para o investimento em atividades de seu próprio interesse, investindo, portanto, em atividades tradicionais, do domínio masculino, resultando em baixa diversificação das propriedades.

f) Normas e condutas bancárias

No contexto apresentado, os bancos possuem normas e condutas diferenciadas entre si. Um dos bancos não opera o Pronaf Mulher por razões desconhecidas pelos próprios agentes bancários. Além disso, a conduta dos bancos em aprovar somente atividades tradicionais, contribui para a baixa diversificação das atividades rurais, e limita as possibilidades de investimento das mulheres. Embora a maior parte das mulheres tenham demonstrado interesse nas mesmas culturas, elas ainda estão submetidas ao limite de endividamento familiar, geralmente já comprometido pelos projetos desenvolvidos pelos homens.

g) Reduzido apoio de entidades sociais e políticas

Como apresentado, os STRs, cooperativas e associações não desenvolvem ações voltadas para o desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres e nem

mesmo a divulgação do Pronaf como estratégia de financiamento das atividades de interesse da mulher.

h) Assistência técnica insuficiente e centrada na figura do homem

Parte das unidades produtivas receberam assistência técnica desvinculada do acesso ao crédito. Ou seja, os mediadores não praticam assistência técnica para a atividade financiada pela mulher e, quando o fazem, está centrada na figura masculina, desvalorizando o conhecimento e capacidade das mulheres, reforçando as hierarquias existentes.

Além disso, não ocorre a prática de extensão rural, voltada para ações participativas e coletivas para a problematização da realidade, conscientização das condições desiguais de gênero, planejamento e inclusão produtiva, econômica e social das mulheres. Tais atitudes comprometem significativamente o processo de empoderamento para o desenvolvimento.

i) Conduta dos mediadores elaboradores das propostas de crédito centrada na lógica produtivista

Observa-se a falta de interesse dos consultores em se envolver em questões de gênero, atendendo exclusivamente às demandas apresentadas e incentivando a aplicação dos recursos em atividades tradicionais e zoneadas, facilitando o processo de operacionalização do crédito, independentemente do envolvimento das mulheres.

j) Não participação social das mulheres

Esse fator, como já comentado, também está relacionado às relações desiguais de gênero presentes na sociedade. As mulheres tendem a não se envolver em grupos sociais por diversos motivos, como a falta de tempo, devido às jornadas de trabalho; não terem onde deixar os filhos – relacionados à divisão sexual do trabalho – ou a não aceitação dos companheiros – relacionado à hierarquia de gênero.

Aquelas mulheres que se filiam a organizações o fazem por facilidades relacionadas aos direitos previdenciários, como ocorre no STR; ou facilidades comerciais, como nas cooperativas de produção; não havendo a sua participação efetiva nesses espaços, comprometendo o empoderamento social e político, o desenvolvimento do “poder com”.

Por outro lado, existem possibilidades e potencialidades nos municípios estudados que podem contribuir para o desenvolvimento das atividades produtivas do interesse das mulheres rurais e para o desenvolvimento de sua autonomia econômica, com vistas ao seu empoderamento e ao desenvolvimento rural:

a) Acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural

Ambos municípios possuem entidades oficiais e não governamentais que podem apoiar as iniciativas das mulheres, bom como incentivá-las. Há equipes multidisciplinares com conhecimento em Extensão Rural e envolvidas com os princípios da PNATER.

A capacitação dos mediadores para atuar com políticas de gênero, o desenvolvimento de ações vinculadas às práticas de ATER feminista podem contribuir para a redução das relações desiguais de gênero, estimular o desenvolvimento das capacidades das mulheres, tendo em vista o seu acesso às diversas políticas públicas, aos espaços políticos e aos mercados, à capacitação e à organização de redes de reciprocidade, com vistas à participação das mulheres no processo de desenvolvimento.

b) Acesso ao conhecimento técnico gerencial

Os municípios contam com entidades de ATER e instituições de ensino (ou proximidade a elas) que podem se comprometer com a formação educacional continuada das mulheres rurais, desde a alfabetização, até a capacitação tecnológica e administrativa, como: Incaper, Instituto Federal do Espírito Santo (IFES – campus Linhares e Nova Venécia), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, em São Mateus); faculdades privadas; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional da Indústria (SENAI), dentre outras instituições.

c) Meios eficientes de comunicação

Em Nova Venécia há um programa de rádio tradicional com amplo alcance nas comunidades rurais. Além disso, o acesso à internet já é uma realidade para a população rural, sendo um meio eficiente para divulgação das políticas públicas.

O maior envolvimento dos agentes mediadores, em especial aqueles da Extensão Rural, lideranças sindicais e de demais organizações podem contribuir com a divulgação do Programa, não apenas como uma política de crédito para financiar o produtivismo, mas com foco em questões de gênero e de valorização da capacidade produtiva e empreendedora da mulher.

d) Estabelecimento de redes de cooperação

O estabelecimento de parcerias e o planejamento de ações conjuntas entre as organizações sociais, como os STRs, os Núcleos Femininos das Cooperativas, o MMC, instituições de ensino-aprendizagem, dentre outros, com a ATER oficial pode contribuir para a concreção de ações e efetividade dos resultados, evitando as ações

desconexas e pulverizadas, que têm apresentado pouco ou nenhum resultado na transformação social no campo.

e) Acesso a outras políticas públicas

A possibilidade de acessar os mercados institucionais, como o PAA e o PNAE pode contribuir para a inclusão das mulheres nesses mercados, bem como contribuir para a sua participação efetiva nas organizações sociais, a partir da organização da produção com vistas ao atendimento às tais políticas.

Outras políticas públicas e ações governamentais para o empoderamento das mulheres podem ser implementadas, desde que sejam, de fato, políticas de gênero e não apenas políticas para as mulheres, e que haja uma efetiva mediação feminista.

f) Acesso aos mercados locais e regionais

Os municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal possuem mercados internos consolidados, como as feiras locais, bem como os mercados institucionais. Além disso, a produção das mulheres pode atingir os mercados do entorno, como também da região metropolitana, a partir da profissionalização e do planejamento da produção, que pode ser acompanhada pela ATER local.

g) Diversificação produtiva

O espaço rural dos municípios estudados é ocupado predominantemente pela agricultura familiar. Há o desenvolvimento de agricultura orgânica e agroecológica em ambos os municípios, além da produção de flores (Nova Venécia), hortaliças, frutas, piscicultura, avicultura caipira, grãos. Há, também, a possibilidade do desenvolvimento de agroindústria de bebidas, embutidos, dentre outras; e produção de artesanato.

h) Organização social e política

Os municípios já apresentam experiências com o cooperativismo e associativismo. A mediação, a partir de práticas de pedagogia feminista, pode contribuir para a inclusão social e política das mulheres nas organizações já existentes, bem como na formação de organizações específicas, visando a tomada de consciência de gênero e dando visibilidade e poder de agência às mulheres rurais, estimulando o “poder dentro” e o “poder com”.

O desenvolvimento da capacidade de agência das mulheres a partir da sua motivação (“poder dentro”), o desenvolvimento de redes de reciprocidade (poder com), do capital social das mulheres rurais, e o estabelecimento das liberdades substantivas e instrumentais, por meio da ampliação do acesso dessas mulheres às

instituições e às oportunidades (“poder de”), resulta no processo de transformação da realidade no campo, com o desenvolvimento de novos símbolos e valores (Scott, 1999) que possam reduzir as relações desiguais de gênero nas famílias rurais e na sociedade como um todo.

A partir desse empoderamento social, econômico e político das mulheres, em maior ou menor grau, que contribuem para a promoção da redução das desigualdades de gênero, reduzirá, também, a pobreza no campo, contribuindo para o processo de desenvolvimento rural, conforme teorizado por Sen (2000) e Malhotra et al. (2002).

O desenvolvimento como um processo contínuo, com estreita relação com o empoderamento dos sujeitos, requer, portanto, liberdades e oportunidades para as capacidades, por meio do acesso às políticas públicas e uma mediação efetiva.

Portanto, dentro da perspectiva relacional, as políticas públicas devem apresentar princípios e diretrizes claros de equidade de gênero. A capacitação em ATER feminista dos mediadores também se torna importante, para que os princípios e diretrizes das políticas sejam respeitados e implementados, a partir da conscientização dos atores como responsáveis pelo processo de mudança.

O empoderamento das mulheres, a partir do acesso ao Pronaf, com vistas ao desenvolvimento de sua autonomia econômica, dificilmente será alcançado, enquanto permanecerem as relações desiguais de gênero na sociedade, enquanto as mulheres não puderem, elas mesmas, decidir sobre as próprias escolhas, sobre o próprio destino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das relações sociais de gênero existentes no espaço rural, buscou-se averiguar se o programa de crédito Pronaf, baseado na premissa de que o acesso ao crédito contribui para o desenvolvimento da autonomia econômica, favorece o empoderamento da mulher rural, tanto na esfera privada quanto na pública, levando-se em conta o processo de mediação social.

O estudo buscou conhecer a realidade dos contextos das mulheres pronafistas nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, as relações de gênero no âmbito familiar e social e a experiência com o acesso ao crédito Pronaf. Buscou-se, também, conhecer o processo de mediação executado pelos mediadores da ATER oficial, consultores, agentes bancários e demais atores sociais.

Levou-se em conta que o processo de empoderamento não é homogêneo e depende do contexto e das relações sociais em que as mulheres estão submetidas. Portanto, analisou-se as transformações ocorridas na vida das mulheres no âmbito individual, familiar, econômico, social e político, verificando o desenvolvimento de sua capacidade de agência, como uma premissa para o seu empoderamento.

Com base na pesquisa realizada no contexto da agricultura familiar nos municípios estudados, foi possível tecer algumas considerações a partir das perguntas que orientaram o desenvolvimento da tese e que confirmaram a hipótese de que o Pronaf, enquanto política de crédito, não é suficiente para promover mudanças nas relações de gênero e para o empoderamento das mulheres rurais, mas que pode ser uma ferramenta eficaz para a construção da sua autonomia econômica,

a depender de fatores como o processo de mediação e da própria mudança nas relações de gênero intrafamiliares.

O Pronaf, em suas diversas linhas de crédito, é acessado pelas mulheres, na maior parte das vezes, não com o propósito de investimento em atividades do seu interesse, para o desenvolvimento de sua autonomia econômica. A maior parte das mulheres acessa o Pronaf a partir da iniciativa de outra pessoa da família, do sexo masculino, devido ao fato de ser titular da propriedade da terra, sendo sua titularidade no contrato uma forma de facilitar o processo burocrático. Outro motivo é para atender às necessidades de outro membro da família (homem), quando este não se enquadra como agricultor familiar ou quando já atingiu seu limite de endividamento individual

Mesmo que a mulher tenha acessado o crédito com o propósito de melhorar as condições da família, a iniciativa não parte dela, na maior parte das vezes, e não resulta no desenvolvimento de sua autonomia econômica. As mulheres que apresentam autonomia financeira são aquelas que desenvolvem atividades não agrícolas ou possuem rendas não agrícolas (como aposentadoria), as quais não concorrem com a atividade/renda principal, sob a gestão do homem. Mas, a autonomia se restringe à renda obtida por ela e não sobre a renda familiar.

As mulheres autônomas economicamente são aquelas que não possuem companheiro e não convivem com a presença masculina, sendo responsáveis pela gestão da propriedade e da renda familiar e com plena capacidade de agência. Portanto, a partir da perspectiva relacional, a presença masculina (não o sexo, mas a construção social do que é ser masculino) e os valores e símbolos que envolvem a relação entre os gêneros são fatores limitantes para a autonomia da mulher.

Portanto, o acesso ao Pronaf não contribui diretamente para a mudança nos padrões de relações de gênero nas famílias ou na sociedade. Mesmo as mulheres que desenvolvem ocupações não agrícolas e aquelas que se dedicam à atividade agropecuária, permanecem como únicas responsáveis pelas atividades domésticas, resultando em dupla e até tripla jornada de trabalho.

A divisão sexual do trabalho define as relações sociais e a valoração do trabalho da mulher. No entanto, foi possível observar que as mulheres que se dedicam em tempo integral à atividade agropecuária têm maior participação na gestão dos recursos do Pronaf, bem como na gestão da renda obtida com a atividade agropecuária financiada pelo crédito.

O acesso ao Pronaf não interfere diretamente nas relações sociais das mulheres, haja vista que parte delas não acompanhou o processo, tendo apenas assinado o contrato de crédito. Ou seja, não ampliou suas relações com os agentes sociais. Especialmente, quanto ao envolvimento com organizações sociais, o acesso ao Pronaf não é um fator de interferência. Mas, foi possível observar que, no município de Rio Bananal, onde há a “obrigatoriedade” de participação dos beneficiários do Pronaf Custeio, em reuniões organizadas pelo STR e Incaper, para o acesso ao Laudo do Proagro, há uma tendência à participação das mulheres beneficiárias, possibilitando o acesso às informações técnico-gerenciais.

Dessa forma, pode-se afirmar que o empoderamento econômico das mulheres é relativo. Mulheres que já apresentam o “poder de”, alcançado através do acesso às liberdades substantivas como a educação; aquelas que já apresentam relações intrafamiliares menos desiguais (como as que já compartilham a gestão da propriedade e da renda); aquelas que experimentam a autonomia após a viuvez ou divórcio; ou, ainda, aquelas que não convivem com pessoas do sexo masculino, tendem a buscar o Pronaf com o propósito de maior autonomia econômica, reforçando essa característica.

Contudo, o mesmo não ocorre com o empoderamento social e político, pois as relações intrafamiliares não apresentaram mudanças, permanecendo a divisão sexual do trabalho, embora tenha contribuído para o desenvolvimento do “poder dentro” ao resultar no sentimento de participação, utilidade e importância para as mulheres que, antes, se sentiam menosprezadas na sua função na família.

O menor desenvolvimento do poder político das mulheres se deu pelo fato de a maior parte delas ainda ser excluída ou se excluir dos espaços públicos e das relações com outros atores sociais, comprometendo a sua capacidade de agência. Dessa forma, pode-se afirmar que o acesso ao crédito não contribui para o desenvolvimento do “poder com”, pois a própria sociedade ainda está arraigada às ideias de que a esfera pública pertence aos homens, permanecendo a privada sob responsabilidade das mulheres, não criando condições para a sua participação social e política.

A efetividade de políticas e programas depende, também, da mediação eficiente, especialmente quando a política ou o programa traz diretrizes relacionadas ao gênero, como é o caso do Pronaf Mulher e a própria orientação de priorização de projetos para mulheres, com o propósito do desenvolvimento de sua autonomia

econômica. Contudo, a partir dos resultados, é possível afirmar que os mediadores no acesso ao Pronaf, nos municípios estudados, não estão sensibilizados com a desigualdade de gênero e não se consideram corresponsáveis com o processo de desenvolvimento rural, a partir da concepção do desenvolvimento das liberdades e capacidades individuais e coletivas. A ação dos mediadores diretos (implementadores) está direcionada exclusivamente ao aspecto operacional do Pronaf, dentro da lógica produtivista e capitalista e não garante a assistência técnica necessária ao empreendimento das mulheres.

A conduta dos mediadores, tanto diretos quanto os indiretos, e, em especial dos extensionistas rurais, não está direcionada para os propósitos do programa, mas pelo contrário, reforça a divisão sexual do trabalho, perpetuando as relações desiguais de gênero, a partir das representações estereotipadas dos papéis dos homens e das mulheres no campo, que excluem as mulheres do conhecimento técnico gerencial.

É possível que o Pronaf contribua para a emancipação financeira das mulheres rurais e para ampliar seu poder decisório no núcleo familiar. Mas, esse programa deve ser utilizado como uma ferramenta para a transformação e não um fim em si próprio. Há a necessidade da atuação da extensão rural, bem como das organizações e movimentos sociais, empregando uma metodologia participativa e inclusiva, como prevê a PNATER, baseada em uma pedagogia libertadora e feminista, com o propósito de problematizar a realidade das mulheres, trazendo-as para a conscientização de gênero. Essa consciência contribui para o desenvolvimento do “poder dentro” e, a partir dele, o “poder de” agência – mudança no *habitus* – e das capacidades para acessar as oportunidades. Assim, com a devida mediação, o Pronaf poderá, de fato, ser instrumento de autonomia econômica e de empoderamento.

Conclui-se, portanto, que:

- O acesso ao Pronaf, apresentado pelas estatísticas do BACEN, indica que, tanto em nível nacional quanto em nível do estado do Espírito Santo, não tem cumprido a cota de participação das mulheres nesse programa, tanto em número de contratos, quanto em volume de recursos. Mas, o agravante é o fato de que as estatísticas de acesso pelas mulheres não condizem com a realidade da aplicação do crédito acessado por elas, conforme as considerações apresentadas. A estatística do Pronaf Mulher é mascarada pelo direcionamento dos projetos de crédito para essa linha, a despeito do conhecimento das mulheres

- As mulheres pronafistas de Nova Venécia e de Rio Bananal compõem, em sua maior parte, famílias nucleares. A maioria delas convive com indivíduos do sexo masculino, seja marido, pai, irmão ou filho, que influencia na conduta das mulheres, a partir das relações de gênero tradicionais no espaço rural. A maior parte das mulheres possui idade superior a 40 anos e escolaridade inferior ao ensino médio. São proprietárias das terras, em sua maioria, ou possuem contrato de parceria, em áreas inferiores a um módulo fiscal. A maior parte das mulheres desenvolve atividades não agrícolas e cerca de 80% atuam em mais de uma jornada de trabalho, sendo que a maioria se dedica à atividade agrícola em condições laborais semelhantes às dos homens.

- Os investimentos são direcionados, especialmente, para atividades tradicionais como café Conilon e pimenta-do-reino, previstas no ZARC, não estando o Pronaf relacionado à diversificação das atividades e da renda individual ou familiar. A diversificação da renda familiar está relacionada à pluriatividade, sendo a autonomia financeira das mulheres vinculadas às atividades não agrícolas desenvolvidas por elas, na maior parte das vezes.

- O impacto do acesso ao Pronaf na dimensão econômica está mais relacionado aos indicadores de participação na gestão e renda das atividades financiadas pelo programa, embora a autonomia sobre a renda individual não agrícola tenha influenciado no resultado. O impacto na dimensão social e política é menor, sendo essas as dimensões mais vulneráveis no processo de desenvolvimento do empoderamento das mulheres, estando estreitamente relacionado à divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, às relações desiguais de gênero.

- Portanto, as relações de gênero determinadas pela sociedade, condicionando ao homem a posição de “chefe da família”, permitem maior poder ao homem no processo decisório, tanto para o acesso ao crédito, quanto para a gestão dos recursos e da renda oriunda da atividade financiada, na maior parte das vezes, tendo a mulher ampliado sua participação na decisão, mas não se tornado autônoma. A divisão sexual do trabalho permanece, resultando em ampliação do tempo ou no número de jornadas de trabalho da mulher, pois as atividades domésticas permanecem sob sua alçada.

- Os mediadores não se atentam para as diretrizes e orientações do Pronaf para priorizar o atendimento às mulheres e orientá-las para a sua autonomia econômica. Pelo contrário, se ocupam apenas com a operacionalização do programa,

atendendo à lógica produtivista das normativas bancárias, a despeito das políticas de ações afirmativas e da PNATER. Os mediadores diretos e indiretos não se preocupam em fazer chegar a informação do Pronaf Mulher ou das demais linhas de crédito até as mulheres; não havendo orientação para as mudanças nas relações de gênero, a partir do acesso às “facilidades econômicas” para o desenvolvimento de sua autonomia.

- São fatores limitadores da efetividade do Pronaf para o empoderamento das mulheres: as relações desiguais de gênero que resultam na baixa autonomia das mulheres nas tomadas de decisão; o acúmulo de jornadas laborais, devido à divisão sexual do trabalho; pouco acesso à formação, capacitação; pouco acesso à informação e desconhecimento do programa; medos e incertezas quanto à própria capacidade gerencial e quanto às intempéries e variação de mercado que podem comprometer a quitação da dívida; normas e condutas bancárias que tendem a excluir as mulheres do processo; conduta dos mediadores diretos voltada para a lógica produtivista; assistência técnica insuficiente e centrada na figura masculina; baixa participação social e política das mulheres.

- São fatores que possibilitam ou potencializam a efetividade do Pronaf nas transformações sociais para o empoderamento das mulheres: a existência de ATER oficial e privada nos municípios que, a partir das diretrizes da PNATER, pode contribuir para o empoderamento econômico das mulheres; possibilidade de acesso à educação e ao conhecimento técnico gerencial, a partir das instituições de ATER e de ensino existentes nos municípios e entorno; existência de meios eficientes de comunicação para divulgação do programa e outras informações; possibilidade do estabelecimento de redes de cooperação; existência de outras políticas públicas, especialmente as de compras governamentais que possibilitam a comercialização da produção obtida pelas mulheres; acesso aos mercados locais e regionais; diversificação da produção e renda; possibilidades de participação social e política das mulheres.

O desenvolvimento das capacidades de agência das mulheres está diretamente relacionado ao processo de empoderamento e vice-versa, enquanto é assimétrico às relações desiguais de gênero. Dessa forma, partindo-se da ideia das liberdades como meio e fim para o desenvolvimento rural, e que para alcançá-las é necessário a expansão das capacidades de agência, a persistência da divisão sexual do trabalho, da invisibilidade das capacidades das mulheres como agentes de

mudança e das relações desiguais de gênero presentes nas relações entre os atores sociais, tornam-se entraves para o processo a que se destinam as políticas públicas para o meio rural.

O Pronaf não deveria ser implementado como uma ferramenta para reforçar a lógica produtivista e machista, sendo mediado apenas com o propósito operacional. Mas, deve servir de ferramenta para contribuir para o empoderamento econômico da agricultura familiar, em especial para aqueles historicamente excluídos do acesso ao crédito, como as mulheres. Reforça-se, portanto, a necessidade de capacitação dos mediadores para o trabalho relacionado às questões de gênero, necessitando uma atuação baseada na pedagogia feminista e libertadora, com vistas às mudanças estruturais, tanto no âmbito familiar, quanto no social e político.

Entretanto, na atual conjuntura política, em que se discute, ainda, a divisão sexual do trabalho como uma premissa para sustentação da instituição “família”, dentro dos preceitos da instituição “igreja” – apesar da garantia da laicidade do estado prevista na Constituição Federal – com possibilidade de se ancorar essas relações sociais nas políticas públicas, a instituição “Estado” estará se juntando às demais para perpetuar as desigualdades de gênero, dentro da perspectiva bourdiana, com a qual a autora concorda.

Há a necessidade da conscientização de gênero entre os formuladores e implementadores das políticas públicas, de forma a transformar o processo de mediação. Essa conscientização deve partir, sobretudo, das próprias mulheres rurais, com o desenvolvimento de sua capacidade de agência para transformar a sua realidade e da própria arena política.

A transformação social pode partir da mudança de atitude das mulheres com o auxílio da mediação feminista e de resistência. Propõe-se, portanto, uma ação conjunta entre mediadores das políticas públicas, das esferas governamental (em todos os níveis), privada e não governamental, com vistas à capacitação dos agentes sociais e políticos para atuação nas questões de gênero e mobilização das mulheres em ações de ATER feminista, objetivando as transformações nas relações sociais de gênero, a partir da qual a busca pela igualdade de oportunidades será possível.

Não se pretendeu, neste estudo, esgotar a discussão sobre os impactos da política de crédito para o empoderamento das mulheres rurais, bem como do papel da mediação nesse processo. Algumas questões se tornaram evidentes a partir dos

resultados e que não puderam ser respondidas e não foram objeto do estudo. Sendo assim, tais questões se tornam possibilidades de temas para estudos futuros.

A partir da ideia apresentada pelos diversos autores de que a organização das mulheres pode contribuir para o empoderamento social e de que este pode favorecer as demais dimensões do poder, em casos de associações de mulheres agricultoras, já inseridas nas esferas social e política, quais seriam os impactos do Pronaf e de outras políticas públicas no empoderamento dessas mulheres? Como agiriam os mediadores sociais em organizações de mulheres?

Propõe-se o estudo do acesso às políticas públicas relacionados ao desenvolvimento da autonomia econômica nas transformações sociais, entre as mulheres organizadas em associações e cooperativas, no contexto da agricultura familiar no estado do Espírito Santo. Por razões relacionadas à esta tese e à proposta apresentada, propõe-se o estudo da mediação da ATER oficial destinadas às organizações de mulheres no estado, como forma de identificar as rupturas e permanências nas concepções de gênero e nas relações sociais decorrentes do processo de mediação.

Finalmente, propõe-se a realização de uma pesquisa-ação participativa, envolvendo a aplicação de métodos da pedagogia feminista em grupos de mulheres rurais, como forma de avaliar o processo de mudança promovido pelas mulheres a partir da tomada de consciência, do desenvolvimento da sua capacidade de agência e das transformações ocorridas nas relações sociais decorrentes da pesquisa-ação.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, R. (1998) *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 275p.
- Agarwal, B. (1997) "Bargaining" and gender relations: within and beyond the household. *Feminists Economics*, 3 (1):1-51.
- Agne, C.L., Waquil, P.D. (2011) Redes de Proximidade: agricultores, instituições e consumidores na construção social dos mercados para os produtos das agroindústrias rurais familiares na região central do RS. *Revista REDES*, Santa Cruz do Sul, 16 (1):149 -171.
- Aguiar, V.V.P. (2016) Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, Florianópolis, 15:261-295. Edição Especial.
- Almeida, J. (1997) Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: Almeida, J.; Navarro, Z. (orgs). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 1ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), p. 33-55.
- Altoé, A.P., Silva, M.S. (2017) Mulher pode ser cidadã? Uma análise a partir do Programa Mulheres Mil. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, 30 (2):6-26.
- Amorós, C., De Miguel, A. (Eds) (2005) *Teoría feminista: de la ilustración a la globalización de los debates sobre el género al multiculturalismo*. Madrid: Minerva Ediciones. 365p.
- Aquino, J.R., Gazolla, M., Schneider, S. (2018) Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. *RESR*, Piracicaba, 56 (1):123-142.

- Araújo, L.F.S. et al. (2013) Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. *Revista Brasileira Pesquisa Saúde*, Vitória, 15 (3): 53-61.
- Azevedo, C.E.F. et al. (2013) A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. *Anais do Encontro de Ensino e Pesquisa em Contabilidade*, 4, Brasília-DF, p. 1-16.
- BACEN. Banco Central Do Brasil. (2014a) *Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher)*. Atualização MCR 580, de 2 de julho de 2014: <https://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>, em 12/03/2017, página mantida pelo BACEN.
- BACEN. Banco Central Do Brasil. (2014b) *Manual de Crédito Rural*. 2014: <http://www3.bcb.gov.br/mcr>, em 12/03/2018, página mantida pelo BACEN.
- BACEN. Banco Central Do Brasil. (2017) *FAQ. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf*. 2017: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbc_atende%2Fport%2FPRONAF.asp#2, em 19/11/2018, página mantida pelo BACEN.
- BACEN. Banco Central Do Brasil. (2018) *Matrizes de dados do crédito rural*: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/cred rural/sicor/matrizinformacoes/Paginas/default.aspx>, em 16/01/2018, página mantida pelo BACEN.
- Bandeira, L.M. (2005) *Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas*. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 47p.
- Bandeira, L.M., Almeida, T.M.C. (2013) A transversalidade de gênero nas políticas públicas. *Revista do Ceam*, 2 (1): 35-46.
- Barbetta, P.A. (2002) *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. 5 ed. Florianópolis: Ed. UFSC. 340p.
- Barbosa, M.L.D.A, Lerrer, D.F. (2016) O Gênero da Posse da Terra: um estudo sobre o poder de negociação de mulheres titulares de lotes via reforma agrária. *Revista Brasileira de Sociologia*, 4 (8): 243-274.
- Barbosa, N.A. (2016) *O capital social como fator de desenvolvimento rural sustentável nos serviços de ATER do INCAPER*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Viçosa, MG – Universidade Federal de Viçosa – UFV, 172p.
- Bardin, L. (1977) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 225p.
- Beauvoir, S. (2016) *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução de Sergio Milliet, 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 2, 476p.
- Belotti, E.G. (1987) *Educar para a submissão*. O descondicionamento da mulher. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 164p.

- Bergamim, M.C. (2004) *Agricultura familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Uberlândia-MG – Universidade Federal de Uberlândia, 182p.
- Boni, V.; Quaresma, S.J. (2005) Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2 (1): 68-80.
- Bourdieu, P. (2002) *A dominação masculina*. 2 ed. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 160p.
- Bourdieu, P. (1983) *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 208p.
- Brasil. (1979) Lei Nº 6.746 de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 dez. 1979.
- Brasil. (1996) Decreto Nº 1.946 de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 jul. 1996, p. 11854.
- Brasil. (2010) Lei nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2010. Seção 1, p. 1.
- Brasil. (2013) Presidência da República. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 114 p.
- Brasil. (2016a). *O que é agricultura familiar*. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>, em 23/07/2017, página mantida pela SEAD.
- Brasil. (2016b). *Como acessar o Pronaf*. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/como-acessar-o-pronaf>, em 12/07/2017, página mantida pela SEAD.
- Brasil. (2017a). *Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020*. Fortalecer o campo para desenvolver o Brasil. Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário SEAD: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1684/3Baixa_Cartilha_Plano_Safra_2017.pdf, em 16/10/2018, página mantida pela SEAD.
- Brasil. (2017b). *Zoneamento Agrícola*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/riscos-seguro/risco-agropecuario/zoneamento-agricola>, em 12/03/2018, página mantida pelo MAPA.

- Brumer, A. (2002) Previdência Social Rural e gênero. *Sociologias*, Porto Alegre, 4 (7): 50-81.
- Brumer, A. (2004) Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (1): 205-227.
- Brumer, A. (2009) Gênero, família e globalização. *Sociologias*, Porto Alegre, 11 (21): 14-23.
- Brumer, A., Anjos, G. (2008) Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista Nera*, 11 (12): 6-17.
- Brumer, A., Spanevello, R.M. (2012) O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao Pronaf Mulher. *Revista Antropológicas*, 23 (1): 89-112.
- Burg, I.C., Lovato, P.E. (2007) Agricultura familiar, Agroecologia e relações de gênero. *Rev. Bras. Agroecologia*, 2 (1): 1522-1528.
- Butler, J. (2003) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 236p.
- Butto, A. (2005) *Cirandas do Pronaf para Mulheres*. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/ MDA, 2005. 180p.
- Butto, A. (2011) Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: Butto, A., Dantas, I. (orgs.) *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p 11-36.
- Butto, A., Leite, R. (2010) Políticas para Mulheres no Brasil: avanços recentes e desafios. *Anais do Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural*, 8, Porto de Galinhas: ALASRU, p.1-21.
- Butto, A. et al. (orgs). (2014) *Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 132p.
- Caldas, R. M., Sampaio, Y.S.B. (2015) Pobreza no Nordeste brasileiro: uma análise multidimensional. *Rev. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, 19 (1): 74-96.
- Callou, A.B.F. et al. (2008) O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. *Revista Extensão Rural*, Santa Maria, 15 (16): 84-115.
- Caporal, F.R. (2003) Bases para uma nova ATER Pública. *Revista Extensão*. 10: 1-20.
- Caporal, F.R., Ramos, L.F. (2008) *Da Extensão Rural convencional à Extensão Rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia*: http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/formaodeagentesdeater/contents/photoflow-view/content-view?object_id=885745, em 13/03/2017, página mantida pelo MDA.

- Carlomagno, M.C., Rocha, L.C. (2016) Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 7 (1): 173-188.
- Carneiro, M.J. (2001) Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*. 9 (2): 22-55.
- Carvalho, J.M. (2009) *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 236p.
- Castilhos, D.S.B. de. (2002) *Capital Social e Políticas Públicas: Um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do PRONAF*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Porto Alegre, RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 172p.
- Castro, C.N. (2015) Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. Ipea. *Boletim regional, urbano e ambiental*, 12: 49-59.
- Castro, C.N., Pereira, C.N. (2017) *Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a Política Nacional de ATER*. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro: Ipea, 42p .
- Chambers, R. (2010) *Ideas for development* . Londres: Earth Scan, 320p.
- Cintrão, R., Siliprandi, E. (2011) O progresso das mulheres rurais. In: Barsted, L.L., Pitanguy, J. (Orgs.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Brasília: Onu Mulheres, p. 186-230.
- Citeli, M.T. (2001) Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Estudos Feministas*, 1: 131–145.
- Cobo, R.B. (2005) El género en las ciencias sociales. *Cuadernos de Trabajo Social*, 18: 249–258.
- Cobo, R.B. (2018) História da teoria feminista. *Agenda Latinoamericana*, p. 34–35: <http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=626>, em 13/01/2019, página mantida pelo Portal Koinonia.
- Costa, A.A.A., Sardenberg, C.M.B. (Orgs). (2008) *Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 411p.
- Costa, M.A.G., Jalil, L. (2015) *As relações de gênero e a ATER Mulher no estado de Pernambuco*. Rede de Estudos Rurais: http://www.redesrurais.org.br/6encontro/trabalhos/Trabalho_164.pdf, em 23/02/2015, página mantida pelo portal Redes Rurais.
- Cruz, L.A. (2013) *Construção da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais no Piauí*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 266p.

- Cruz, M.H.S. (2018) Empoderamento das mulheres. *Inc.Soc.*, Brasília, 11 (2): 101-114.
- Cunha, T.R.A. (2010) A dor que dói na alma: violência psicológica contra a mulher. In: Simpósio Baiano de pesquisadores(as) sobre mulheres e relações de gênero, 16. *Anais do Seminário Nacional sobre Políticas de enfrentamento à violência contra mulheres*, 1, Salvador: SPM, p. 1-44.
- Day, V.P. et al. (2003) Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria*, 25 (suplemento 1): 9-21.
- De Miguel, A. (2005) O feminismo en clave utilitarista ilustrada: John Stuart Mill y Harriet Taylor. In: Amorós, C., De Miguel, A (Eds.). *Teoría feminista: de la ilustración a la globalización. de la ilustración al segundo sexo*. Madrid: Minerva, v. 1, p. 175-210.
- Deere, C. (2004) Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12 (1): 175-204.
- Deere, C., León, Magdalena. (2002) Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre, 5 (10): 100-153.
- Delphy, C. (2015) O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, 17: 99-119.
- Demattê Filho, L.C. et al. (2014) Gestão ambiental de atividades rurais no polo de agricultura natural de Ipeúna, SP. *RBAS*, 4 (2): 41-48.
- Deponti, C.M. (2011) *Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Porto Alegre-RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 274p.
- Deponti, C.M., Almeida, J. (2008) Sobre o processo de mediação social nos projetos desenvolvimento: uma reflexão teórica. *Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 46, Rio Branco: SOBER: <http://www.sober.org.br/palestra/9/82.pdf>, em 23/04/2016, página mantida pela SOBER.
- Di Sabatto, A. et al. (2009) *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 168p.
- Diniz, R.F., Hespanhol, A.N. (2014) Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: a (difícil) implementação da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER). *Extensão Rural*, Santa Maria, 25 (2): 7-30.
- Duarte, D.N. (2010) *As diferentes abordagens da ação extensionista e suas implicações para o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural* – Incaper. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Viçosa-MG – Universidade Federal de Viçosa – UFV, 209p.

- Ellis, F., Biggs, S. (2001) Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s. *Development Policy Review*, 19 (4): 437-448.
- Escher, F. et al. (2014) Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. *RESR*, Piracicaba, 52 (4): 643-668.
- Espírito Santo. (2006) *2025: Plano de Desenvolvimento*. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, Vitória, 156p.
- Espírito Santo. (2013) *Programa De Desenvolvimento Sustentável Do Espírito Santo-PROEDES*. Vitória, 30p.
- Espírito Santo. (2013) *Mais independência para a mulher agricultora*. Notícias. Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca: <https://seag.es.gov.br/mais-independencia-para-mulher-agricultora>, em 23/09/2017, página mantida pela SEAG.
- Espírito Santo. (2015) *PEDEAG 3: 2015-2030*: [https://seag.es.gov.br/Media/seag/Documentos/PEDEAG_Completo_sem%20ficha%20t%C3%A9cnica%20\(1\).pdf](https://seag.es.gov.br/Media/seag/Documentos/PEDEAG_Completo_sem%20ficha%20t%C3%A9cnica%20(1).pdf), em 03/09/2018, página mantida pela SEAG.
- Espírito Santo. (2016) *Seca no ES: prejuízo de mais de R\$ 3,6 bilhões na agricultura*. Notícias. Ceasa-ES: <https://ceasa.es.gov.br/Not%C3%ADcia/seca-no-es-prejuizo-de-mais-de-r-3-6-bilhoes-na-agricultura>, em 19/07/2017, página mantida pela CEASA-ES.
- FAO. (2014) Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. *Family Farming*: <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>, em 24/10/2017, página mantida pela FAO.
- Farah, M.F.S. (2004) Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (1): 47-71.
- Faria, N. (2011a) Mulheres rurais na economia solidária. In: Butto, A., Dantas, I. (orgs.) *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p 37-54.
- Faria, N. (2011b) Desafios para a Construção da Autonomia Econômica para as Mulheres. In: Butto, A. (org.) *Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 229-248.
- Favareto, A., Carneiro, M.J. (2017) Políticas públicas e as mulheres rurais: análises recentes das ciências sociais. *Textos GPAC – Pesquisas*, Rio de Janeiro, 4: <http://oppa.net.br/acervo/textos-fao-nead-gpac/Pesquisas%2004%20-%20Ariane%20FAVARETO%20--%20Maria%20Jos%C3%A9%20CARNEIRO.pdf>, em 27/11/2018, página mantida pelo Observatório de Políticas para a Agricultura.

- Fernandes, R.S., Silva, A.M., Falcão, R.P. (2018) A pluriatividade como fator de geração de renda para a agricultura familiar de córrego primavera, Rio Bananal, Espírito Santo, Brasil. *Extensão Rural*, Santa Maria, 25 (2): 52-72.
- Fernandes, S.A. (2013) Entraves para inclusão de gênero no Pronaf Mulher no meio rural de Santa Catarina. *Revista Grifos*, 34: 157-175.
- FGV. Fundação Getúlio Vargas (2018) *FGV Dados*. IBRE. Instituto Brasileiro de Economia: <http://www14.fgv.br/fgvdados20/default.aspx>, em 24/07/2018, página mantida pela FGV.
- Figueiredo, M.A.B. (2010) *Una Estrategia de Desarrollo Local desde las Experiencias Agroecológicas de la Región Cañera Pernambucana - Brasil*. Tese (Doutorado em Agroecologia) – Córdoba, Espanha – Universidad de Córdoba, 273p.
- Filipak, A., Sapiensa, L., Aleixo, S.S. (2012) A política de crédito rural e a autonomia econômica das mulheres: um estudo de caso do Pronaf-Mulher. *Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 10, Florianópolis: Fazendo Gênero: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373460399_ARQUIVO_FazendoGenero10AlexandraFilipak2.pdf, em 12/06/2015.
- Fischer, I.R. (2012) *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 160p.
- Foucault, M. (1984) *Microfísica do poder*: organização e tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 111p.
- Freire, P. (1983) *Extensão ou comunicação?* 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 93 p.
- Freitas, A.F., Freitas, A.F, Dias, M.M. (2012) Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, 46 (6): 1575-1597.
- Gazolla, M., Schneider, S. (2013) Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *RESR*, Piracicaba, 51 (1): 045-068.
- Girón, L. (2008) *Dominação e subordinação*: mulher e trabalho na pequena propriedade. Porto Alegre: Letra e Vida, 164p.
- Godoy, A.S. (1995) Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 35 (2): 57-63.
- Gomes, R. (2009) Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: Minayo, M.C.S. et al. (eds). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 109p.
- Gould, S.J. (1991) *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo: Martins Fontes, 369p.

- Graziano da Silva, J. (1999) *O que é a questão agrária*. São Paulo: Editora brasiliense, 111p.
- Grisa, C., Schneider, S. (2015) Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In: Grisa, C., Schneider, S. (orgs.) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 19-50.
- Grisa, C., Wesz Junior, V.J., Bucheitz, V.D. (2014) Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *RESR*, Piracicaba, 52 (2): 323-346.
- Guanziroli, C.E. (2007) Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de Extensão Rural*, Santa Maria. 45 (2): 301-328.
- Guelber Sales, M. N., Soler, M. M., Garcia-Trujillo, R. (2010) Agroecología y políticas públicas: sacando de la invisibilidad a la avicultura de pequeña escala y sus agentes. *Anais do Innovation & Sustainable Development in Agriculture and Food Symposium*, Montpellier: CIRAD. INRA. SupAgro, p. 1-10.
- Guelber Sales, M.N. (2012) *Expresiones de la avicultura familiar capixaba: sacando de la invisibilidad la crianza a pequeña escala y sus agentes*. Tese (Doutorado em Agroecologia) – Córdoba, Espanha. Departamento de Ciencias Sociales y Humanidades, Universidad de Córdoba, 419p.
- Günther, H. (2006) Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22 (2): 201-210.
- Haguette, T.M.F. (2010) *Metodologias qualitativas na sociologia*. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 223p.
- Heredia, B.M.A., Cintrão, R.P. (2006) Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, Presidente Prudente, 9 (8): 1-28.
- Hernández, C.O. (2009) *Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” das mulheres rurais?* Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Porto Alegre-RS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 248p.
- Herrera, K.M. (2012) Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. *Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 10, Florianópolis, *Fazendo Gênero*: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660_ARQUIVO_ArtigoFazendogenerofinal.pdf, em 24/06/2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2006) *Censo Agropecuário 2006*. Agricultura Familiar. Rio de Janeiro, 2006. 267p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010) *Censo 2010*: <https://censo2010.ibge.gov.br/>, em 12/06/2016, página mantida pelo IBGE.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017) *Censo Agro 2017*: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>, em 12/01/2019, página mantida pelo IBGE.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018) *Cidades@*: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>, em 24/02/2018, página mantida pelo IBGE.
- IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. (2011) *ES em mapas*: <http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>, em 23/02/2016, página mantida pelo IJSN.
- INCAPER. (2011a) *Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural 2011 – 2013*, Nova Venécia: http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Noroeste/Nova_Venecia.pdf, em: 20/02/2016, página mantida pelo INCAPER.
- INCAPER. (2011b) *Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural 2011 – 2013*, Rio Bananal: http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Nordeste/Rio_Bananal.pdf, em: 20/02/2016, página mantida pelo INCAPER.
- INCAPER (2017). *Sispreço*: <https://incaper.es.gov.br/sispreco>, em: 22/11/2018, página mantida pelo INCAPER.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2013). *Sistema Nacional de Cadastro Rural. Índices Básicos de 2013*: <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>, em 23/08/2018, página mantida pelo INCRA.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2017) *Classificação dos Imóveis Rurais*: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>, em 23/08/2017, página mantida pelo INCRA.
- Izidoro, L.T., Silva, M.E.S., Barone, L.A. (2013) Políticas públicas e participação econômica de mulheres assentadas: o caso do PAA nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. *Retratos de Assentamentos*, 16 (2): 127-151.
- Jalil, L.M., Santos, G., Ferreira, A.P. (2017) Apresentação: uma construção feita a muitas mãos. *In: Rede de Ater Agroecológica e Feminista do Nordeste (Orgs). ATER Mulheres, Autonomia e Luta: experiências de metodologias feministas*. Recife: ActionAid, p. 5-8.
- Kabeer, N. (2012) Women's economic empowerment and inclusive growth: labour markets and enterprise development. *SIG Working Paper*, v.1: <http://www.idrc.ca/EN/Documents/NK-WEE-Concept-Paper.pdf>, em: 02/02/2016, página mantida pela IDRC.
- Kabeer, N. (2006) *Lugar preponderante del género en la erradicación de la pobreza y las metas de desarrollo del milênio*. Centro Internacional de Investigaciones para e Desarrollo, 171p. (e-book)
- Kabeer, N. (1998) Resources, agency, achievements: reflections on the measurement of women's empowerment. *Development and Change*, 30: 435-464.

- Kageyama, A. (2004) Desenvolvimento rural: conceito e medida. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 21 (3): 379-408.
- Korol, C. (2007) *Hacia una pedagogía feminista*. Buenos Aires: El Colectivo, America Libre, 256p.
- Lamarche, H. (Org.) (1993) *A agricultura familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da UNICAMP, 336p.
- León, M. (2001) El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. *La Ventana*, 13: 94-106.
- León, M. (1997) El empoderamiento em la teoria y práctica del feminismo. *In: León, M. (org.). Poder e empoderamiento de las mujeres*. Santa Fé de Bogotá: Tercer Mundo, p 1-26.
- Lozano, M.S.P.L. (2017) *Políticas Públicas e Mulheres Trabalhadoras Rurais Brasileiras*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Florianópolis-SC - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 405p.
- Magalhães, R., Abramovay, R. (2006) *Acesso, uso e sustentabilidade do Pronaf B*. Consultoria Plural, 25p.
- Malhotra, A. et al. (2002) *Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development*. Unpublishe Paper Prepared for the World Bank Workshop on Poverty and Gender, 58p.
- Maluf, R. (2015) Prefácio. *In: Grisa, C., Schneider, S. (orgs.) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p 9-12.
- Marconi, M.A., Lakatos, E.M. (2003) *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 311p.
- Marinho, P.A.S., Gonçalves, H.S. (2016) Práticas de empoderamento feminino na América Latina. *Revista de Estudos Sociais [Online]*, 56: 79-90: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/9863>, em 21/12/2018.
- Marion, J.C. (2010) *Contabilidade Rural: Manual do Mestre*. 12 ed. São Paulo: Atlas, 254p.
- Marshall, T.H. (1967) *Cidadania, Classe Social e "Status"*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 222p.
- Martini, G. (1991) A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Lua Nova*, 23: 7-37.
- Mattei, L.F. (2014) O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, 45: 71-79. (Suplemento Especial)

- Mattei, L.F., Fossá, J.L. (2017) A evolução do crédito rural no estado de Santa Catarina entre 2007 e 2016. *Grifos*, 26:43.
- Melo, L.A. (2003) *Relações de gênero na Agricultura Familiar: o caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira-PE*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Recife-PE – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 215p.
- Meneses, V., Gomes, R.A. (2014) Mediação social em projetos de desenvolvimento: os ADRS e a caprinocultura leiteira no cariri paraibano. In: Neves, D.P., Gomes, R.A., Leal, P.F. (orgs.) *Quadros e programas institucionais em políticas públicas*. Campina Grande: EDUEPB, 260p.
- Miguel, L.F. (2017) Carole Pateman e a crítica feminista do contrato. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32 (93): 1-17.
- Minayo, M.C.S., Sanches, O. (1993) Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262.
- Moraes, L.L. et al. (2018) Pedagogia feminista como processo educativo para a reflexão da políticas pública de ATER no Nordeste. *Interritórios. Revista de educação*, 4 (6): 5-29.
- Moraes, M.L. (2016) Prefácio. In: Wollstonecraft, M. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Tradução de Motta, Ivania Pocinho. São Paulo: Boitempo, 256p.
- Mosedale, S. (2005) Assessing women's empowerment: towards a conceptual framework. *J. Int. Dev.* 17: 243–257.
- Mota, D.M. et al. (2013) Interpretações de programas de políticas públicas por mulheres extrativistas de mangaba em Sergipe. *Amazônica Rev. Antropol.* (Online) 5 (3): 654-681.
- Muller, P., Surel, Y. (2002) *A Análise das Políticas Públicas*. Pelotas: Educat, 156p.
- Nelson, A.V.M. (2015) *Empoderamento e planejamento para o Desenvolvimento*. Tese (Doutorado em Direito) – João Pessoa-PB – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 404p.
- Neves, D.P. (2008) Mediação social e mediadores políticos. In: Neves, D.P. (Org.) *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento rural, p. 21-44.
- Neves, D.P. (2010) Políticas Públicas: Mediação e gestão de demandas sociais. *Retratos de Assentamentos*, 13: 171-206.
- Neves, D.P. (2014) Quadros Institucionais e configurações de Políticas Públicas. In: Neves, D.P., Gomes, R.A., Leal, P.F. (orgs.) *Quadros e programas institucionais em políticas públicas*. Campina Grande: EDUEPB, p. 15-26.
- Nobre, M. (2012) Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In: Butto, A., Dantas, I., Hora, K. (orgs). 1. ed. *As mulheres nas estatísticas agropecuárias:*

experiências em países do Sul. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p.41-116.

Novellino, M.S.F., Toledo, M.L.G. (2018) As mulheres no campo político: uma análise das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras (2000-2016). *Inc.Soc.*, Brasília, 11 (2): 67-79.

Olinger, G. (1996) *Ascensão e decadência da Extensão Rural no Brasil*. Florianópolis: EPAGRI, 523p.

Oliva, P. A. (2005) Debate sobre el género. *In: Amorós, C., De Miguel, A. (Eds.). Teoría feminista: de la ilustración a la globalización. de la ilustración al segundo sexo*. Madrid: Minerva, p. 13-60.

Oliveira, M.M. (1984) A conjugação do crédito rural no Brasil: análise da experiência do Sistema Brasileiro de Crédito Rural. *Cad. Dif. Tecnol.* Brasília, 1 (1): 71-121.

Oliveira, M.M. (1988). *A utopia extensionista: ensaios e notas*. Brasília: Embrater, 314p.

Oliveira, M.M. (1999) As circunstâncias da criação da Extensão Rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, 16 (2): 97-134.

Pacheco, M.E.L. (2009) Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. *Agriculturas: Experiência em Agroecologia*, Rio de Janeiro, 6 (4): 4-8.

Pardina, T.L. (2005) El feminismo existencialista de Simone de Beauvoir. *In: Amorós, C., De Miguel, A. (Eds.). Teoría feminista: de la ilustración a la globalización. de la ilustración al segundo sexo*. Madrid: Minerva, p. 333-365.

Pastore, J. (org). (1973) *Agricultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: APEC-ABCAR, 250p.

Paulilo, M.I. (2016) *Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 383p.

Peixoto, M. (2008) *Extensão Rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação*. Brasília, Senado Federal. Textos para Discussão nº 48, 50p.

Pereira, R.S. (2015) Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos assistenciais ao planejamento de gênero. *In: Stadutto, J.A.R., Souza, M., Nascimento, C.A. (Orgs). Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 17-41.

Pinheiro, C.F. (2016) *Estado, Extensão Rural e Economia Doméstica no Brasil (1948-1974)*. Dissertação (Mestrado em História) – Niterói-RJ – Universidade Federal Fluminense – UFF, 183p.

- Pizzinato, A. et al. (2016) Jovens mulheres do âmbito rural: gênero, projetos de vida e território em fotocomposições. *Psicologia & Sociedade*, 28 (3): 473-483.
- Ploeg, J.D. Van Der. (2011) Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. *Sociologias*, 13 (27): 114–140.
- Ploeg, J.D. Van Der et al. (2000) Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, 40 (4): 391-408.
- Prá, J.R., Pagot, R. (2018) Rotas de empoderamento das mulheres no contexto dos feminismos, da cidadania e dos direitos humanos. *Inc.Soc.*, Brasília, 11 (2): 115-132.
- Resende, C.M; Mafra, R.L.M. (2016) Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o Pronaf. *RESR*, Piracicaba, 54 (2): 261-280.
- Rodrigues, G.S. et al. (2016) *Ferramentas de avaliação de impactos ambientais e indicadores de sustentabilidade na Embrapa*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 21p. (Documentos)
- Rodriguez, C.J.S. (2017) *As formas de fazer agricultura e os modos de ser agricultor em municípios da região central do Estado do Espírito Santo*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Porto Alegre-RS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS, 212p.
- Romano, J.O. (2002) Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: Romano, J.O.; Antunes, M. (orgs.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, p. 9-20.
- Rua, M.G. (2014) *Políticas Públicas*. 3 ed. Florianópolis: UFSC: Brasília: CAPES: UAB, 130p.
- Saffioti, H.I.B. (2004) *Gênero, Patriarcado, Violência*. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 251p.
- Saffioti, H.I.B. (2013). *A mulher na sociedade de classes*. Mito e realidade. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 528p.
- Saffioti, H.I.B., Almeida, S.S. (1995) *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 218p.
- Salvodi, A., Cunha, L.A. (2010) Uma abordagem sobre agricultura familiar e a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná na década de 1970. *Revista Geografar*, Curitiba, 5 (1): 25-45.
- Santos, G.E.O. (2017) *Cálculo amostral: calculadora on-line*: <http://www.calculoamostral.vai.la>, em:12/01/2017.
- Santos, G. (2017) Um olhar feminista de ATER: a experiência da Casa da Mulher do Nordeste no Pajeú. In: Rede de Ater Agroecológica e Feminista do Nordeste

- (Orgs). *ATER Mulheres, Autonomia e luta: experiências de metodologias feministas*. Recife: ActionAid, p. 10-27.
- Santos, M.J. (2001) Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. *Estudos Avançados*, 15 (43): 225-238.
- Santos, M.A.G., Lima, I., Leão, R.S.C. (2016) A formação do Extensionista Rural: desafios do Ensino Técnico profissional em Pernambuco. *Extensão Rural*, Santa Maria, 23 (1): 7-25.
- Sardenberg, C.M.B. (2006) Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista. *Anais do Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO’*, 1, Salvador: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>, em 02/02/2016.
- Scarin, P.C. (2010) A desconstrução da doutrina do desenvolvimento no Espírito Santo - Brasil. *Terra Livre*, São Paulo, 26 (34): 203-220.
- Schneider, S. (2010) *A pluriatividade na agricultura familiar*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 258p.
- Schneider S., Cazella, A.A., Mattei, L.F. (2004) Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: Schneider, S., Kunrath Silva, M., Moruzzi Marques, P. E. (Orgs.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 21-49. (Série Estudos Rurais).
- Scott, J.W. (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20: 71–99.
- Scott, J.W. (1999) *Género e história*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 337p.
- Scott, J.W. (2005) O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13 (1): 11-30.
- Scott, P., Rodrigues, A.C., Saraiva, J.C. (2010) Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: Scott, P., Cordeiro, R., Menezes, M. (Orgs). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, p. 63-94.
- Sen, A. (2000) *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 464p.
- Sen, G. (1997) Empowerment as an Approach to Poverty. In: PNUD. *Informe de Desenvolvimento Humano*, p. 175-194. (Documento base.)
- Siliprandi, E. (2002) O que se pensa, o que se faz, o que se diz: discursos sobre as mulheres rurais. *Educação em Debate*, Fortaleza, 2 (44): 106-110.

- Siliprandi, E. (2009) *Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Brasília-DF - Universidade de Brasília - UNB, 291p.
- Siliprandi, E. (2015) *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 352p.
- Siliprandi, E., Cintrão, R. (2011) As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 18 (2): 12-32.
- Siliprandi, E., Cintrão, R. (2015) Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: Grisa, C., Schneider, S. (orgs). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 571-593.
- Silva, A.M., Santos, E.V.M., Ponciano, N.J. (2018) A agroindústria familiar como estratégia de reprodução socioeconômica e de emancipação feminina em Linhares, Espírito Santo. *Extensão Rural*, Santa Maria, 25 (1): 22-40.
- Silva, A.M. et al. (2016) A participação da mulher no Pronaf - uma visão geral do acesso ao programa no Brasil e Regiões. *Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Administração, Economia e Sociologia Rural*, 54, Maceió: UFAL: <http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.6/1/6253.pdf>, em 12/06/2017, página mantida pela SOBER.
- Silva, A.M. et al. (2017) Gênero, políticas públicas e extensão rural: uma análise a partir das representações de extensionistas rurais da Microrregião Rio Doce, Espírito Santo. *Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Administração, Economia e Sociologia Rural*, 55, Santa Maria: UFSM: <http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.7/1/7592.pdf>, em 13/04/2018, página mantida pela SOBER.
- Silva, C.M.V., Valente, A.L.E.F. (2013) Agricultura Familiar, Gênero e Dinâmicas Sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. *RESR*, Piracicaba, 51 (2): 387-400.
- Silva, C.B.C., Schneider, S. (2010) Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade. In: Scott, P., Cordeiro, R., Menezes, M. (Orgs). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, p.183-208.
- Silva, P.A.O., Ramos, P. (2013) Reforma agrária brasileira: uma análise dos limites e benefícios da via "tradicional" e da via do "mercado". *Retratos de Assentamentos*, 16 (2).
- Siqueira, A.P.P. (2008) *Impactos sobre a dinâmica produtiva e as relações de gênero na transição agroecológica de um grupo de mulheres assentadas*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Campinas-SP - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 198p.

- Soares, V. (2011) Mulher, Autonomia e Trabalho. In: Butto, A. (org.) *Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 281-301.
- Souza, P.M., Ney, M.G., Ponciano, N.J. (2015) Análise da Distribuição dos Financiamentos Rurais entre os Estabelecimentos Agropecuários Brasileiros. *RESR*, Piracicaba, 53 (2): 251-270.
- Spanevello, R.M., Matte, A., Boscardin, M. (2016) Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). *Polis*, 15 (44): 393-414.
- Strauss, A., Corbin, J. (2008) *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 288p.
- Strathern, M. (2006) *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 530p.
- Tavares, A.S., Parente, T.G. (2015) Gênero e Políticas Públicas de trabalho. In: Miranda et al. (orgs.). *Gênero, desenvolvimento e território: novas semânticas e antigas práticas*. Manaus: Editora Valer, p. 249-274.
- Therborn, G. (2001) Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. *Sociologias*, Porto Alegre, 3 (6): 122-169.
- Veiga, J.E. (1996) Agricultura familiar e sustentabilidade. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, 13 (3): 383-404.
- Villwock, A.P.S., Germani, A.R.M., Roncato, P.E.S. (2016) Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira. *Revista Alamedas*, 4 (1): 1-17.
- Wanderley, M.N.B. (2001) A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Giarracca, N. (Org.) *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 31-44.
- Wanderley, M.N.B. (2014) O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. *RESR*, Piracicaba, 52 (1): S025-S044. (Suplemento)
- Wesz Junior, V.J; Trentin, I.C.L., Filippi, E.E. (2006) A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução das famílias rurais. *Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 44, Fortaleza: SOBER/BNB: <http://www.sober.org.br/palestra/5/288.pdf>, em 27/05/2016, página mantida pela SOBER.
- Wollstonecraft, M. (2016) *Reivindicação dos direitos da mulher*. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 256p.
- Zanetti, C., Menasche, R. (2007) Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: Menasche, R. (Org.). *Agricultura familiar à mesa*:

Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 129-141.

Zarnott, A.V. et al. (2017) Avanços e retrocessos na política de extensão rural brasileira: análise crítica sobre a ANATER. *Rev. Fac. Agron. La Plata*, 116: 107-119. (Número especial)

Zorzi, A. (2008) *Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf Mulher em Ijuí-RS*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Porto Alegre-RS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 137p.

Zuccolotto, R. (2004) *Gestão de custo aplicada às culturas de café conilon em propriedades de base familiar no Estado do Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Vitória-ES - FUCEPE, 135p.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Quadro 1A – Resumo das principais linhas de crédito, investimento do Pronaf operadas no estado do Espírito Santo, conforme a finalidade e condições

Linha de Crédito Investimento	Finalidade	Juros anuais	Limite de financiamento (R\$)
Agroecologia	Investimento para implantação de sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos	2,5 %	Até R\$ 165 mil
Agroindústria	Investimento em atividades que agreguem renda à produção e aos serviços desenvolvidos pelos beneficiários do Pronaf		Individual até R\$ 165 mil
Eco	Investimento para aproveitamento hidro energético, tecnologia de energia renovável, tecnologias ambientais, projetos de adequação ambiental, adequação ou regularização das unidades familiares à legislação ambiental, implantação de viveiros de mudas.	2,5%*	Até R\$ 165 mil*
Floresta	Investimento para implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal	2,5%	Até R\$ 38,5 mil
Investimento da Reforma Agrária	Estruturação dos lotes	0,5%	Até R\$25 mil, com bônus de até 40%.
Jovem	Investimento para atividades agropecuárias e outras atividades no meio rural	2,5%	Até R\$ 16,5 mil, em até 3 operações por mutuário
Mais Alimentos (Investimento)	I - Adoção de práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais; II - Formação e recuperação de pastagens, produção e conservação de forragem destinada à alimentação animal; III - Implantação, ampliação e reforma de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água (irrigação) IV - Aquisição e instalação de estruturas de cultivo protegido V – Investimento em estruturas destinadas ao armazenamento de alimentos (silos, câmaras frias etc.) VI - Aquisição de tanques de resfriamento de leite e ordenhadeiras VII – demais empreendimentos rurais	Para as finalidades de I a VI, juros de 2,5%. Para as demais finalidades, juros de 5,5%.	Para as finalidades de I a VI, valor máximo de investimento de R\$ 16.600,00. Para as finalidades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura e fruticultura, até R\$ 330.000,00 Para as demais finalidades, até R\$165 mil

Quadro 1ª, Cont.

Microcrédito Produtivo – Grupo “B”	Investimento em atividades agropecuárias e afins	0,5%	Até R\$ 5 mil e bônus de adimplência de 25% para os primeiros R\$15 mil, com PNMPO**. Até R\$ 2,5 mil e bônus de adimplência de 25% para os primeiros R\$7,5 mil, sem PNMPO**.
Mulher Investimento	Nas condições da linha Pronaf Mais Alimentos	2,5% a 5,5%	Nas mesmas condições do Pronaf Mais Alimentos
Mulher Grupo “B”	Nas condições da linha Microcrédito Produtivo Rural - Grupo “B”	0,5%	Nas mesmas condições do Pronaf Microcrédito

*Especificidades para investimento em Silvicultura, Heveicultura e Dendê, com limites diferenciados e juros de 5,5%.

**PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, conforme a Lei 11.110, de 25 de abril de 2005.

Fonte: adaptado de BRASIL (2017).

Tempo médio de trabalho na lavoura: _____

B) DADOS DO CRÉDITO PRONAF

Linha de crédito acessada: _____ Valor: _____

Atividade financiada: _____ Data: _____

Banco: _____ Mediador: _____

C) PERGUNTAS NORTEADORAS

1. Conte-me sua história. Como foi sua infância, adolescência, juventude, casamento?
2. Como é o dia a dia em sua casa? Como vocês dividem os trabalhos?
3. Quais são as fontes de renda que vocês têm?
4. Como é o processo de gestão da propriedade?
5. Como é o processo de gestão da renda familiar?
6. O que vocês produzem para alimentar a família?
7. Como foi decidido o que plantar?
8. Quem é responsável pela comercialização? Como vocês decidem os preços?
9. A senhora tem renda própria? De qual atividade?
 - a) Se sim, como a senhora usa esse dinheiro?
 - b) Se de pluriatividade: tem carteira assinada?
 - c) Como decidiu onde e com o que trabalhar? Teve interferência do marido?
10. Por que a senhora acessou o Pronaf? Foi a primeira vez?
11. Como a senhora tomou conhecimento desse crédito? Conhece as regras (condições de enquadramento, documentação, limites de crédito, carência, prazos, juros, amortizações)?
12. Como foi tomada a decisão de acessar o Pronaf?
13. Como decidiram no que investir?
14. Se acessou o Pronaf Mulher, qual o motivo de ter escolhido essa linha de crédito? Se outro Pronaf, conhece o Pronaf Mulher? Por que não acessou este?
15. Acessar o Pronaf era o que a senhora queria? A atividade escolhida, era a que a senhora queria?
16. O que vocês fazem com a renda dessa atividade?
17. Como foi o processo de implantação do projeto?
18. Como é feita a gestão da renda da atividade financiada?
19. Como foi o contato com o consultor que elaborou o projeto?
20. Como foi o contato com a agência bancária?
21. A senhora recebeu orientações para execução do projeto? Quem orientou? Como foi?
22. A senhora teve alguma dificuldade para acessar o Pronaf? Qual? (garantias, falta de apoio da família, documentação, tipo de atividade escolhida, elaboração do projeto)
23. Recebeu assistência técnica para implementar? Como foi o processo?
24. O que mudou em sua rotina após acessar o Pronaf?
25. Houve alguma melhora nas condições da família ou para a senhora após acessar o Pronaf?
 - a. Se sim, o que melhorou?

- b. Se não, o que poderia ter melhorado?
26. Como a senhora avalia a importância do crédito Pronaf?
 27. A senhora já recebeu visita de um agente de ATER? Como foi?
 28. A senhora já procurou os serviços de ATER?
 29. Como a senhora avalia a atuação da ATER no atendimento às mulheres?
 30. Já fez algum curso, capacitação, oficina, treinamento, reunião oferecido pelo sindicato, extensão rural, cooperativa ou outro?
 31. Tem usado os conhecimentos adquiridos?
 32. Na sua opinião, o que é ser agricultora familiar?
 33. A senhora participa de algum movimento social, grupo ou associação? Conte-me sua experiência.
 34. Já ocupou ou se candidatou a algum cargo eletivo nas organizações?
 35. Como está a participação das mulheres na comunidade?
 36. Já acessou alguma outra política pública? Conte-me sua experiência
 37. Na sua opinião, qual é a função da mulher na família? E do marido?
 38. A senhora gostaria de ter renda própria? Para que? Qual atividade gostaria de desenvolver? Como pretende fazer isso?
 39. Na sua opinião, o que é ter poder de decisão? Como a senhora se sente com seu poder de tomar decisões?
 40. O que poderia ser feito para melhorar as condições das mulheres rurais e seu acesso às políticas públicas?
 41. Qual o seu sonho?
 42. A senhora gostaria de dizer algo mais do que foi perguntado?

Muito obrigada pela entrevista!

ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL - EXTENSIONISTA RURAL

Data: _____ Hora início: _____ Hora fim: _____

Nome do extensionista rural: _____ sexo: ____ Idade: _____

Entidade: _____ Município: _____

1. Qual a sua formação?
2. Fale-me sobre seu trabalho como Extensionista Rural.
3. Há quanto tempo você exerce a profissão?
4. O que você entende por Extensão Rural?
5. O que você entende por mediação social?
6. Qual sua experiência com implementação de políticas públicas? Fale-me sobre elas.
7. Conte-me sua experiência com o Pronaf.
8. Você conhece todas as linhas de crédito? E as regras de acesso?
9. Você se sente preparado para elaborar projetos de crédito?
10. A sua instituição tem recursos humanos e materiais suficientes para atender à demanda do Pronaf?
11. Qual o principal público beneficiário do Pronaf de acordo com a realidade local?
12. Quais os tipos de projeto Pronaf você costuma elaborar?
13. Que tipo de projetos você costuma elaborar para as mulheres?
14. Como você executa os trabalhos com mulheres? Há diferença com o que você executa com os homens?
15. Conhece a política de cotas? E a orientação para priorização?
16. Você incentiva a participação das mulheres quando vai elaborar projetos Pronaf? Como é feito?
17. Você acompanha a implementação e a execução dos projetos?
18. Conte-me como ocorrem suas visitas às famílias.
19. Como você percebe o processo de decisão sobre a atividade desenvolvida pelas mulheres? E a decisão na família sobre os assuntos gerais?
20. Qual sua percepção quanto aos projetos executados pelas mulheres e sua relação com a renda familiar? Ela tem direito à renda?
21. Como você percebe a participação da mulher na agricultura familiar?
22. Como você percebe a participação da mulher no âmbito privado? E no público? Ela participa da comercialização? E na política?
23. O que você entende sobre gênero? E sobre a divisão sexual do trabalho?
24. Para você, qual é a função da mulher na organização da família? E do homem?
25. Você conhece a PNATER? Conhece das diretrizes e orientações para o trabalho com valorização de gênero?
26. Qual sua experiência com trabalho com questões de gênero?
27. Como você se sente ao trabalhar com as políticas públicas que envolvem questões de gênero? Se sente preparado?
28. Sua instituição está preparada para trabalhar políticas de gênero?
29. O que você entende por empoderamento feminino?
30. As políticas públicas contribuem para o empoderamento feminino? Como? E o Pronaf?
31. Você acredita que as cotas podem contribuir para o acesso das mulheres às políticas públicas e seu empoderamento?

32. Na sua opinião, o que poderia ser mudado para atender às demandas das mulheres e para melhorar o acesso ao crédito?

33. Há algo mais que você gostaria de dizer e que não foi perguntado?

Muito obrigada pela entrevista!

ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL - CONSULTORES

Data: _____ Hora início: _____ Hora fim: _____

Nome: _____ Sexo: _____ Idade: _____

Entidade: _____ Município: _____

1. Qual a sua formação?
2. Fale-me sobre seu trabalho como Consultor.
3. Há quanto tempo você exerce a profissão?
4. O que você entende por Extensão Rural? E Assistência Técnica?
5. O que você entende por políticas públicas?
6. Qual sua experiência com implementação de políticas públicas? Fale-me sobre elas.
7. Conte-me sua experiência com o Pronaf.
8. Você conhece todas as linhas de crédito? Você se sente preparado para elaborar projetos de crédito?
9. A sua instituição tem recursos humanos e materiais suficientes para atender à demanda do Pronaf no município?
10. Qual o principal público beneficiário do Pronaf de acordo com a realidade local?
11. Quais os tipos de projeto Pronaf você costuma elaborar?
12. Que tipo de projetos você costuma elaborar para as mulheres?
13. Como você executa os trabalhos com mulheres?
14. Qual sua opinião sobre o acesso ao Pronaf pelas mulheres?
15. Você incentiva a participação das mulheres quando vai elaborar projetos Pronaf? O agente bancário orienta?
16. Você acompanha a implementação e a execução dos projetos? Quem acompanha?
17. Conte-me como ocorrem suas visitas às famílias.
18. Como você percebe o processo de decisão sobre a atividade desenvolvida pelas mulheres? E a decisão na família sobre os assuntos gerais?
19. Qual sua percepção quanto aos projetos executados pelas mulheres e sua relação com a renda familiar? Ela tem direito à renda?
20. Como você percebe a participação da mulher na agricultura familiar?
21. Como você percebe a participação da mulher na economia local? Ela participa da comercialização? E na política?
22. O que você entende sobre gênero? E sobre a divisão sexual do trabalho?
23. Para você, qual é a função da mulher na organização da família? E do homem?
24. Você conhece a PNATER? Conhece das diretrizes e orientações para o trabalho com valorização de gênero?
25. Qual sua experiência com trabalho com questões de gênero?
26. Como você se sente ao trabalhar com as políticas públicas que envolvem questões de gênero? Se sente preparado?
27. O que você entende por empoderamento feminino?

28. As políticas públicas contribuem para o empoderamento feminino? Como? E o Pronaf?
29. Você tem conhecimento da preferência estipulada pelo Banco Central para os projetos cujo titular seja do sexo feminino? E das cotas de participação?
30. Você acredita que as cotas podem contribuir para o acesso das mulheres às políticas públicas e seu empoderamento?
31. Na sua opinião, o que poderia ser mudado para atender às demandas das mulheres e para melhorar o acesso ao crédito?
32. Há algo mais que você gostaria de dizer e que não foi perguntado?

ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL – AGENTE BANCÁRIO

Data: _____ Hora início: _____ Fim: _____

Nome: _____ Sexo: _____ Idade: _____

Banco: _____ Município: _____

1. Qual a sua formação?
2. Há quanto tempo trabalha com Pronaf? Conte-me sua experiência.
3. Como ocorre a operacionalização do Pronaf?
4. Quais os critérios adotados pelo banco para que as mulheres tenham acesso ao crédito Pronaf Mulher e demais linhas?
5. Existe diferença de critérios para mulheres e homens? Quais?
6. Os recursos destinados para as atividades das mulheres têm sido acessados?
7. Você procura observar a proporção de mulheres que acessam o Pronaf em relação ao total de acessos?
8. Qual a orientação que vocês dão aos consultores e extensionistas?
9. Você tem conhecimento da prioridade estipulada pelo Banco Central para os projetos cujo titular seja do sexo feminino? E das cotas de participação?
10. Qual linha de crédito é mais comumente acessada por mulheres? Vocês orientam?
11. Vocês oferecem orientação sobre o tipo de atividade a ser financiada pelas mulheres? Qual?
12. Impõem algum tipo de restrição? Qual?
13. Vocês costumam fiscalizar/supervisionar a execução dos projetos? Com que frequência?
14. Como você avalia a qualidade dos projetos elaborados quanto a exequibilidade, viabilidade e capacidade de pagamento?
15. Na sua opinião, quais as principais dificuldades que as mulheres enfrentam para o acesso ao crédito?
16. O que poderia ser mudado para facilitar e ampliar o acesso das mulheres ao Pronaf?
17. O que você pensa sobre a influência da atividade financiada pela mulher na renda, empregabilidade e bem-estar das famílias? Ela tem direito à renda?
18. O que você entende por gênero?
19. O que você entende por empoderamento feminino?
20. O que você entende por mediação?
21. As políticas públicas contribuem para o empoderamento feminino? Como? E o Pronaf?
22. O que você pensa sobre a função da mulher na unidade produtiva familiar? E do homem?
23. Você gostaria de dizer algo que eu não perguntei?
Muito obrigada!

ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL – OUTROS MEDIADORES

Data: _____ Hora início: _____ Hora fim: _____

Nome: _____ Sexo: _____ Idade: _____

Entidade: _____ Município: _____

1. Qual a sua formação?
2. Você exerce alguma função na diretoria?
3. Há quanto tempo participa na organização?
4. Quantas mulheres já foram presidente em sua instituição?
5. Quais os cargos que elas costumam ocupar?
6. Fale-me sobre seu trabalho nessa organização.
7. Quais os trabalhos vocês costumam desenvolver com as mulheres?
8. O que você entende por mediação?
9. O que você entende por políticas públicas?
10. Você conhece as políticas públicas para as mulheres rurais?
11. Qual sua experiência com políticas públicas? Fale-me sobre elas.
12. Falando agora sobre o Pronaf. Conte-me sua experiência com o Pronaf. Você conhece todas as linhas de crédito?
13. A sua instituição trabalha com Pronaf diretamente? Ela tem recursos humanos e materiais suficientes para atender à demanda do Pronaf?
14. Qual o principal público beneficiário do Pronaf de acordo com a realidade local?
15. Quais os tipos de projeto Pronaf as mulheres dessa instituição costumam buscar?
16. Qual sua opinião sobre o acesso ao Pronaf pelas mulheres?
17. Vocês incentivam a participação das mulheres no Pronaf?
18. Como você percebe o processo de decisão sobre a atividade desenvolvida pelas mulheres? E a decisão na família sobre os assuntos gerais?
19. Qual sua percepção quanto aos projetos executados pelas mulheres e sua relação com a renda familiar? Ela tem direito à renda?
20. Como você percebe a participação da mulher na agricultura familiar?
21. Como você percebe a participação da mulher na economia local? Ela participa da comercialização? E na política?
22. O que você entende sobre gênero? E sobre a divisão sexual do trabalho?
23. Para você, qual é a função da mulher na organização da família? E do homem?
24. Qual sua experiência com trabalho com questões de gênero?
25. Como você se sente ao trabalhar com as políticas públicas que envolvem questões de gênero (relações intrafamiliares de gênero)? Se sente preparado?
26. O STR/cooperativa/MMC está preparado para trabalhar políticas de gênero?
27. O que você entende por empoderamento feminino?
28. As políticas públicas contribuem para o empoderamento feminino? Como? E o Pronaf?
29. Você tem conhecimento da preferência estipulada pelo Banco Central para os projetos cujo titular seja do sexo feminino? E das cotas de participação? Você

acredita que as cotas podem contribuir para o acesso das mulheres às políticas públicas e seu empoderamento?

30. Na sua opinião, o que poderia ser mudado para atender às demandas das mulheres e para melhorar o acesso ao crédito?

31. Há algo mais que você gostaria de dizer e que não foi perguntado?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: O Pronaf como meio de empoderamento da mulher rural – uma análise da participação feminina e da influência da mediação no norte do estado do Espírito Santo

Pesquisador Responsável: Alessandra Maria da Silva

Este projeto tem o objetivo de analisar o acesso ao crédito Pronaf por mulheres agricultoras para sua autonomia financeira e a influência da ação extensionista para a emancipação e o empoderamento da mulher rural por meio das políticas de crédito.

Para tanto será necessário realizar os seguintes procedimentos:

- a) Com as mulheres: fazer entrevistas individuais, gravadas em áudio, na residência da família, fazer observação direta, a respeito das relações sociais e da experiência de acesso ao Pronaf.
- b) Com os extensionistas rurais e consultores: realizar entrevistas individuais, gravadas em áudio, a respeito do processo de elaboração e implementação dos projetos de crédito para mulheres.
- c) Com os agentes bancários: realizar entrevistas individuais, gravadas em áudio, a respeito do processo de concessão de crédito para mulheres, via PRONAF.
- d) Com os demais mediadores: realizar entrevistas individuais, gravadas em áudio, a respeito do processo de mediação nos programas de crédito para mulheres, via PRONAF

Durante a execução do projeto, serão levantados temas relacionados às relações sociais de gênero e de políticas públicas. As relações intrafamiliares serão trazidas à tona, podendo levar a reflexões sobre elas. No entanto, não haverá interferência do pesquisador sobre tais reflexões e o anonimato será preservado, não havendo possibilidade de exposição da vida íntima do entrevistado. Em caso de dúvidas, novas informações e necessidade de esclarecimentos sobre os procedimentos e suas consequências, entrar em contato pelo telefone: (XX) XXXXXXXXXXXX, com a pesquisadora ou seu orientador.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa e ter meus direitos de:

1. Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. Não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.

Declaro estar ciente do exposto e desejar participar do projeto.

_____, ____ de _____ de 201__.

Nome do participante da pesquisa: _____

Assinatura: _____

Telefone: _____

Eu, Alessandra Maria da Silva, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante.

 Telefone: (27) XXXXXXXXXXXX

Data: __/__/____.